António de Oliveira Salazar

Inéditos e Dispersos

I

Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)

Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz

BERTRAND EDITORA

VENDA NOVA 1997

Prefácio

Reúnem-se nesta obra os escritos de Salazar destinados a público, desde os tempos da juventude até ao seu ingresso para o governo, em 1928.

Nem todos foram impressos, e os que o foram distribuem-se por jornais e revistas de importância e alcance desiguais. Muitos estão esgotados ou são de difícil acesso. Uns são conhecidos, outros praticamente ignorados ou esquecidos. Alguns foram assinados com pseudónimo, ou apenas rubricados no final com uma letra, ou nem sequer assinados, mas que o estilo, a temática e o local de publicação permitiram referenciar inequivocamente. Entre os que permaneceram manuscritos e inéditos, alguns julgavam-se perdidos, talvez mesmo inexistentes, sabendo-se apenas por referências noticiosas que haviam sido lidos. Depois de longas e porfiadas pesquisas cremos ter recolhido todos aqueles de que até ao momento há notícia.

Inéditos e dispersos aqui se reúnem pois, no intuito de permitir uma visão de conjunto do que foi a obra literária, intelectual e científica do que viria a ser Presidente do Conselho, a compreensão e a evolução da sua formação espiritual e cultural, do seu pensamento social e político, das suas análises económicas e financeiras, das suas ideias jurídicas.

Porque se trata de um pensamento que marcou decisivamente a história portuguesa deste século, a importância do conhecimento das suas origens, e da sua formação e primeira evolução, é por demais evidente.

* * *

A ideia de publicar as obras dispersas e inéditas de Salazar, até à sua entrada para o governo, surgira já nos anos 50. A Universidade de Coimbra pretendeu publicar em 1958 os seus trabalhos escritos até 1928, «como homenagem ao Sr. Presidente do Conselho». Porém, em carta dirigida ao reitor Maximino Correia, Salazar, depois de agradecer a intenção, entendeu que esses trabalhos não mereciam ser publicados, ou melhor, reeditados. Dessa carta foi dado conhecimento ao Senado Universitário, reunido em 21 de Janeiro de 1958.[1]

Nova iniciativa foi tomada, anos mais tarde, pelo Ministério das Finanças que, desta vez com a concordância do autor, fez publicar em Lisboa, em 1963, uns *Estudos de Direito Fiscal*, prefaciados pelo Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa. A intenção era outra. A reforma fiscal dos anos 60 mantivera a estrutura fundamental, embora «melhorada e adaptada» do regime tributário introduzido por Salazar em 1929. Dada a continuidade existente entre as duas reformas, parecera útil «no plano científico, e no da própria compreensão do sentido e alcance das leis, o conhecimento dos trabalhos de investigação que estiveram na base» do sistema tributário de 1929.[2]

* * *

Os objectivos que presidem à presente edição são meramente académicos e científicos. Pretende-se antes de mais proporcionar uma mais fácil consulta das obras de Salazar deste período, na sua globalidade, não apenas para melhor perceber as suas ideias, mas também para melhor compreender a vida portuguesa no primeiro quartel deste século. É que Salazar não foi só o pro-

[1] Informação manuscrita que encima uma primeira, e bastante incompleta, «Bibliografia do Doutor António de Oliveira Salazar, 1908-1928, organizada por César Pegado em 1957», existente no espólio do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, e onde este acrescentou mais tarde a seguinte informação adicional: «Estes elementos foram fotocopiados em 12 de Novembro de 1973 pelo Embaixador Dr. Alberto Franco Nogueira que está a preparar um trabalho sobre Oliveira Salazar.»

[2] Prof. Doutor António de Oliveira Salazar, *Estudos de Direito Fiscal*, Lisboa, Ministério das Finanças, 27-4-1963.

tagonista por excelência do subsequente meio século da história portuguesa, mas foi também um qualificado analista da vida económica, financeira e política do país, qualificação que lhe advinha não apenas da sua autoridade académica, mas da proeminência intelectual e política que adquiriu na vida pública e partidária da I República, como doutrinador e dirigente católico.

Este projecto é antigo de vinte anos, quando comecei a estudar as origens do salazarismo. Só hoje se torna possível a sua concretização porque finalmente foram encontrados os últimos inéditos de cuja existência se tinha conhecimento seguro, mas cujo paradeiro permanecia incerto. Refiro-me sobretudo à conferência sobre «A Democracia e a Igreja», proferida no Porto, na sessão solene do II Congresso da Federação da Juventude Católica Portuguesa, na sede da Associação Católica, nos primeiros dias de Maio de 1914, e repetida em Viseu a 31 de Maio de 1914, no Círculo Católico de Operários, de cuja realização se conheciam os ecos nos jornais — que do seu conteúdo haviam dado algumas ideias.[3] A ela se refere sumariamente Salazar em *A minha resposta*. O original julgava-se perdido. Mas não! Fora oferecido pelo próprio Salazar ao seu pároco do Vimieiro, P.e António Nunes de Sousa,[4] e viria a ser entregue pelo Director do Colégio da Via-Sacra a Mons. Celso Tavares da Silva, que dele me deu conhecimento em Fevereiro de 1994, bem como do original do também conhecido mas nunca localizado «Sermão da Quinquagésima», sobre o valor da oração, proferido pelo então seminarista de Viseu em 1908. Com a descoberta destes inéditos originais está completada a recolha de todos os escritos públicos conhecidos ou noticiados, podendo pois dar-se corpo à ideia antiga. Ideia que se tornou possível graças a alguns apoios, entre os quais é justo destacar o do Prof. Doutor Aníbal Pinho de Castro e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a quem sinceramente agradeço.

[3] A sessão decorreu sob a presidência do conde de Samodães, e foi interrompida por tumultos, após a intervenção de Salazar, quando falava Zuzarte de Mendonça (*cf.* entre outros, *Ecos do Minho*, de Braga, de 5 de Maio de 1914). Na sessão de Viseu falaram também Pais de Sousa, Pacheco de Amorim e Cerejeira (*cf. Correio da Beira*, de 20 de Junho de 1914).

[4] É do seguinte teor a dedicatória manuscrita: «Ao meu digno Parocho e muito amigo P. António Nunes de Souza, offereço o meu primeiro sermão, AOSalazar.»

* * *

Não se incluem nesta publicação escritos de natureza privada, mas tão-só os que foram lidos em público ou escritos para esse efeito, ou ainda os destinados à publicação.

No primeiro volume agrupam-se os *escritos político-sociais e doutrinários*, ou seja todos os textos escritos, publicados ou tão-só lidos em público, de natureza apologética ou doutrinária (como são sobretudo as primeiras colaborações em *A Folha* de Viseu, ou nos *Ecos da Via-Sacra* do colégio do mesmo nome onde ensinou, ou no *Imparcial* de Coimbra), ou textos de defesa da sua pessoa ou das suas ideias (como a resposta à sindicância que lhe foi movida depois da Monarquia do Norte, em 1919, e os artigos de polémica com Fernando de Sousa sobre o Centro Católico, depois da defesa da sua tese no Congresso de 1922), ou as suas primeiras conferências de militante e dirigente católico, ou ainda por fim alguns artigos de opinião publicados esparsamente sobre ocorrências políticas.

Destes textos alguns publicam-se integralmente pela primeira vez. É o caso do sermão proferido a 18 de Fevereiro de 1908. É o caso do diálogo «Egas Moniz», escrito «quando prefeito e professor no Colégio da Via-Sacra, para uma sessão comemorativa do 1º de Dezembro», e representado pela primeira vez no mesmo colégio, apenas em 1936, na festa do mesmo dia. É o caso da conferência de reabertura do CADC, no dia 8 de Dezembro de 1912 e da conferência sobre «A Democracia e a Igreja», de 1914, a que fizemos referência. É o caso por fim das duas conferências proferidas no Funchal em 1925, a convite das estruturas locais do Centro Católico.

Outros textos, embora publicados — uns sob pseudónimo, outros assinados, outros ainda sob as iniciais S. e SOA, outros por fim nem sequer assinados — são praticamente desconhecidos, ou estavam esquecidos, como os do *Imparcial*, os da polémica travada com Nemo na *Época* sobre a representação dos interesses católicos, ou os que escreveu inequivocamente no *Correio de Coimbra*, já dirigente local do Centro Católico, nas vésperas das eleições legislativas de 1925, quando se apresenta candidato sem sucesso pelo círculo de Arganil.

Outros ainda, publicados e de autoria reconhecida, à época, foram-no tão dispersamente, e são hoje tão difíceis de encontrar, que se justifica juntá-los aqui para uma visão de conjunto.

* * *

O que todos estes textos revelam de mais saliente, acerca do autor e da sua personalidade, é a sua plena integração no pensamento social católico da época.

Salazar nasceu e passou os primeiros anos numa família católica de trabalhadores rurais, no coração da Beira mais católica e conservadora de Viseu. Foi educado catolicamente no Seminário de Viseu, onde permaneceu dos onze aos dezanove anos, e exerceu os seus dois primeiros anos de magistério num colégio católico, moldado pelos princípios da pedagogia católica da École des Roches, por sua vez integrada na corrente da escola católica social da Ciência Social de Frederic Le Play.

Do Seminário recebeu Salazar, como mais tarde confessará, «grande parte da educação que de outra forma não faria», a «formação e disciplina intelectual».[5] Foi ainda no Seminário que Salazar começou a escrever os seus primeiros textos públicos, onde a piedade se combina com a devoção aos valores do patriotismo.

Estreou-se com um sermão, no domingo da quinquagésima, em 18 de Fevereiro de 1908, sobre o valor da oração: não «propriamente da excelência e necessidade da oração», «mas da sua eficácia» e das condições para ela ser eficaz, a saber a humildade e a confiança em Deus. E em Abril do mesmo ano iniciava uma colaboração em *A Folha* de Viseu, onde publicou alguns artigos apologéticos e piedosos, uma poesia até. Já concluído o curso do Seminário, como professor e prefeito no Colégio da Via-Sacra (enquanto cursava, em dois anos, o curso geral e o curso complementar dos liceus de letras) publicou no jornal do colégio — os *Ecos da Via-Sacra* — entre 1908 e 1910, alguns textos, nomeadamente poemas patrióticos e peças literárias e apologéticas. E no dia 1 de Dezembro de 1909 proferia no Liceu Alves Martins a

[5] António de Oliveira Salazar, *A minha resposta. No processo de sindicância à Universidade de Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1919, pág. 13.

sua primeira conferência — mais tarde publicada em *A Folha* —, perante professores e alunos, ocupando-se de problemas de educação e ensino, seguindo a pedagogia de Demolins e o seu conselho de «inglesar... as sociedades latinas», ou seja corrigir a preguiça latina pela industriosidade anglo-saxónica.

Salazar foi depois, na juventude em Coimbra, um democrata-cristão, dirigente do CADC e do movimento juvenil católico nacional.

A democracia cristã era em Portugal, nos últimos anos da Monarquia um movimento meramente social e doutrinário, liderado pelo Prof. Sousa Gomes da Universidade de Coimbra, fundador nessa cidade do Centro Académico de Democracia Cristã. Compunham-no várias agremiações populares católicas, entre as quais sobressaíam os Círculos Católicos de Operários. Todo esse movimento, já em crise antes da República, porque politicamente disputado, foi profundamente abalado pela revolução.

Quando Salazar chegou a Coimbra, no Outono de 1910, para frequentar Direito, foi encontrar os escombros desse movimento. E como estudante católico vai assumir-se como construtor activo do novo movimento católico que, partindo da reabertura do CADC de Coimbra, se irá converter, anos mais tarde, no Partido do Centro, de que ele próprio virá a ser figura proeminente.

Quando em 1912, os estudantes católicos de Coimbra lançam como jornal o *Imparcial,* fundam a Federação das Juventudes Católicas e reactivam o CADC, Salazar vai estar entre eles e à frente deles, juntamente com Manuel Gonçalves Cerejeira.

Os artigos no *Imparcial,* dirigido por Cerejeira, assinados com o pseudónimo de Alves da Silva, ou com simples iniciais, são artigos de combate contra a decadência do país, em defesa da Igreja, em favor da educação, de crítica à pedagogia vigente e à legislação universitária, de análise de problemas da vida universitária.

Quando o CADC reabre as suas actividades solenemente, no dia 8 de Dezembro de 1912, o estudante orador será precisamente Salazar, onde se assume como «soldado obediente» «entre os democratas cristãos» para lhes definir as tarefas que se impõem. «A questão social é fundamentalmente uma questão moral, e quem a considere uma questão moral, redu-la a uma questão de

educação.» Por isso se ocupou da família, como «meio educador por excelência», a requerer a defesa contra tudo o que possa desorganizá-la ou enfraquecê-la; mas também da educação para a iniciativa e para a independência intelectual, para o trabalho livre (oposto à «fome do emprego público») e para novos valores que contrariem a apreciação dos que «consomem muito não produzindo nada». E a terminar defendia que a única democracia aceitável teria que ser cristã. A democracia era «uma onda tão impetuosa e forte que esmagará impiedosamente quem ousar resistir-lhe, desconhecê-la ou dominá-la. Mas o advento da democracia (...) é um movimento de reacção contra uma ordem de coisas fundada no privilégio e na desigualdade, no poderio das classes nobre e eclesiástica que, pela sua ilustração superior, foram em outras épocas históricas as mais competentes para dirigir e mandar». Mas não «reconhecemos outra democracia verdadeira que não seja a fundada no cristianismo, porque fora do cristianismo não compreendemos o que seja ou possa ser a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana». Concluía que «se entre a democracia e a Igreja existe um mal-entendido gravíssimo, a nós, democratas cristãos, compete exactamente destruí-lo».

Como ceadecista, Salazar participa ainda no I Congresso da Federação das Juventudes Católicas, em 1913, e é orador principal do II Congresso da mesma Federação, realizado no Porto, em 1914, com uma conferência sobra «A Democracia e a Igreja».

Partindo da conclusão da conferência anterior — do mal-entendido entre a democracia e a Igreja — começa por precisar os termos. «O progresso da democracia é a ascensão constante das classes baixas e a sua participação cada vez mais lata e intensa na administração do Estado. Sob este aspecto, meus senhores, a democracia é um facto histórico, uma corrente insuperável, uma conquista legítima.» Ora só no cristianismo os princípios de 1789 — Liberdade, Igualdade, Fraternidade — têm sentido. Não se percebe pois a perseguição ao catolicismo em nome dos princípios democráticos, que só pode ser ditada pela demagogia. E terminava avisando: «Os regimes políticos ou descem a absorver o que há de bom, de tradicional, de firme, de constitutivo na alma dos povos, ou ficam-lhes tão estranhos e superficiais que não há maneira de se manterem.»

E será ainda como representante da Federação que, já em 1927, participará em Liège, no Congresso Internacional das Juventudes Católicas.

Este movimento juvenil será o embrião do mais vasto movimento associativo que levará à fundação em 1917 do Centro Católico, como ramo da União Católica, lançada em 1914, pelos bispos portugueses, na sequência do apelo de Santarém.

Será no Centro Católico que Salazar se vai notabilizar politicamente e impor à consideração dos militares, que o chamarão para o governo em 1928. Inicialmente dirigido por Alberto Pinheiro Torres, Diogo Pacheco de Amorim e Fernando de Sousa, o Centro Católico beneficiará inicialmente com a implantação do sidonismo, que apoiou, sobretudo nos seus tímidos esforços de resolução da questão religiosa, mas acabará por sofrer alguma recessão com a sua queda, e sobretudo com a irrupção da Monarquia do Norte e a Revolta de Monsanto, em 1919.

Daí que a sua reestruturação, operada no Congresso de Novembro de 1919, com as novas Bases Regulamentares, e com a substituição das figuras monárquicas da sua anterior direcção por Lino Neto, tenha como linha de orientação prioritária a autonomia da «questão religiosa» da «questão do regime».

Partido essencialmente religioso, embora não clerical, visava de facto prioritariamente a defesa da liberdade religiosa e a satisfação dos interesses da Igreja, acima de quaisquer outros objectivos políticos. Recusando o «*politique d'abord*», sustentava o primado da moral e o «*catholique avant tout*».

A primeira tentativa de experiência política de Salazar vai ocorrer precisamente em Março de 1919, com a apresentação da sua candidatura por Viana do Castelo, antes ainda da reestruturação de Novembro. Acabaria porém por desistir, ao abrigo da política de alianças do Centro, em favor de um padre republicano do Partido Evolucionista de António José de Almeida.

Mas com a nova direcção de Lino Neto, e sobretudo com a orientação dada por Bento XV aos católicos portugueses de acatarem as autoridades, e de com elas colaborarem sem olhar a formas de governo, Salazar vai passar a ter papel mais activo e preponderante na vida do Centro, agora rotulado de «adesivismo» pelos monárquicos. É assim que, nas eleições de 1921, Salazar é

eleito deputado pelo círculo de Guimarães, onde congrega não só o apoio católico como monárquico. Apesar da sua curta estada no Parlamento, cuja legislatura seria dramaticamente interrompida pela noite sangrenta de Outubro desse ano, Salazar ainda foi indicado para várias comissões parlamentares pelo seu único colega de bancada, José Maria Braga da Cruz.

A experiência parlamentar parece não ter suscitado grande entusiasmo no novo deputado, como o provará o futuro imediato, designadamente o que escreveu sobre a representação dos interesses mas sem que tal possa ser interpretado como desistência definitiva. Salazar voltará a candidatar-se ao Parlamento, nas eleições de 1925, pelo círculo de Arganil, manifestando então vivo interesse pelas eleições, que acabaria por perder, com um penúltimo lugar entre sete candidatos.

A proeminência maior no Centro Católico, vai contudo Salazar obtê-la como ideólogo, aquando da realização do II Congresso do partido, em Abril de 1922, com a apresentação da tese fundamental, em que glosando e reforçando as indicações pontifícias, defendeu a necessidade de obediência, sem pensamento reservado, às autoridades e às leis instituídas, desde que não ofendam a consciência católica, recusando por isso as perspectivas revolucionárias; em que defendeu a necessidade de prestar colaboração aos poderes constituídos, inclusive através da aceitação de cargos públicos; em que, opondo-se ao primado do político, e por conseguinte à primazia da questão do regime, defendeu a prioridade da satisfação dos interesses católicos e a defesa da liberdade e autonomia da Igreja; e em que defendeu também que o Centro Católico não tinha apenas objectivos de política nacional, ao visar a cristianização das instituições e das leis, já que a própria «questão religiosa» não era apenas um problema cívico.[6]

Daí concluía Salazar a necessidade da organização autónoma de católicos na vida pública, a necessidade de uma representação parlamentar de católicos e de combinações políticas com outras forças, inclusive ao nível de colaboração ministerial.

[6] Oliveira Salazar, *Centro Católico Portuguez. Princípios e Organização. Tese apresentada ao II Congresso do Centro Católico Portuguez*, Coimbra, Coimbra Editora, 1922.

Foi na sequência deste Congresso que Salazar travou uma importante polémica, nas páginas de *A Época*, com o conselheiro Fernando de Sousa que pretendia, no dizer de Salazar, não uma organização de católicos, mas tão-só uma liga de parlamentares católicos. Ora para Salazar, assistia à Igreja o direito de dirigir a acção dos católicos para a conquista das liberdades religiosas. O Centro Católico deveria obrigar por isso à defesa dos interesses religiosos antes de outros interesses políticos, como por exemplo a restauração da Monarquia. Como os parlamentares são insuficientes para a sua missão legislativa, por causa da complexificação dos interesses, os interesses morais e religiosos só indirectamente são contemplados nas representações políticas parlamentares. Daí que os interesses não políticos, como por exemplo os interesses operários, tenham tendência para se defenderem com uma organização independente, apolítica. Mas a defesa desses interesses não políticos tem que ser feita por processos políticos. Daí a tendência para se transformarem em partidos, para se pronunciarem sobre outras questões, que não só as operárias ou as religiosas.

Ora o interesse religioso, dizia Salazar, está organizado na Nação, pela Igreja, mas não está organizado no Estado. Por isso, a obtenção de representantes do interesse geral católico é incompatível com a eleição de representantes de uma ideia política, porque os partidos subalternizam o interesse geral ao particular.

Depois do II Congresso, Salazar passou a ser visto, e justamente, como o mais fiel intérprete do pensamento oficial sobre o Centro Católico. As actividades que desenvolverá serão sobretudo as do doutrinador.

Vemo-lo assim em Braga, em 1924, falar no Congresso Eucarístico Nacional sobre a «Paz de Cristo na Classe Operária»: a classe operária não tem paz porque procura a paz do mundo, toda externa e que se obtém «pelo mandar», e não a paz de Cristo, toda interna e que se conquista «pelo obedecer».

Vemo-lo no Funchal, em 1925, falar sobre «Laicismo e Liberdade»: o Estado moderno pretende não ter uma doutrina, por não ter uma religião, mas a verdade é que o Estado laico não é neutral mas hostil, porque tem uma doutrina, que é contrária aos princípios cristãos, e que ele tenta impor, restringindo ou limitan-

do a liberdade religiosa, de associação religiosa, de ensino religioso; pelo contrário, elogia a América livre, onde a liberdade religiosa é ampla, e o Estado está separado das confissões religiosas, mas sem lhes tolher a liberdade de acção, porque não é laico; o laicismo do Estado moderno diminui as liberdades religiosas (de culto, de associação, de ensino); «quando o Estado adopta a ordem cristã, sem qualquer culto pela liberdade, aumenta efectivamente as liberdades públicas». Voltará a denunciar em Coimbra, também em 1925, o pretenso «Aconfessionalismo do Estado» do liberalismo, com a mesma argumentação: o Estado não pode deixar de ter uma dourina, e é forçado a impor a doutrina que professa, contrariando a expansão das doutrinas que se opõem à sua. Assim explica que o liberalismo contrarie a liberdade religiosa.

Vemo-lo ainda no Funchal, na mesma altura, falar sobre «Bolchevismo e Congregação»: o bolchevismo não resolve o seu problema de reforma social «porque prende a reforma da sociedade não à reforma do indivíduo mas à simples mudança das instituições sociais». Ora não há verdadeira reforma que não nasça da alma. O bolchevismo está condenado à falência porque «não pode fundar-se um sistema social simultaneamente sobre a *liberdade,* como faz o anarquismo, e sobre a *igualdade,* como faz o marxismo, porque o desenvolvimento da primeira parece criar naturalmente desigualdades sociais, e o socialismo por seu lado para obter a igualdade tem de restringir, até quase anular, ao menos no campo económico, a liberdade individual». Por isso previa que a revolução russa, ao substituir um regime político por outro, «sendo apenas diferentes os beneficiários», não iria mudar de instituições mas de titulares de direitos, «que continuariam fundamentalmente os mesmos do antigo regime». Aliás o comunismo «não repugna de per si à natureza humana. Encontramo-lo em sociedades primitivas, encontramo-lo ainda hoje na família, encontramo-lo na congregação religiosa». Esta sua aplicação exige como condições o carácter restrito da sua dimensão, a existência de uma autoridade forte, a pobreza individual, a obediência disciplinadora e a castidade, aceites e não impostas. Não se pode confundir a liberdade de um conselho evangélico com a organização colectiva dum Estado.

Vemo-lo também intervir na imprensa católica para responder aos ataques da Causa Monárquica ao Centro Católico, para apreciar a experiência política do governo de Álvaro de Castro, para se pronunciar sobre as eleições de 1925, ou ainda para criticar o decreto da «personalidade jurídica» da Igreja do já ministro da Ditadura Manuel Rodrigues.

Já instaurada a Ditadura Militar, como não vissem os católicos satisfeitas as suas principais reivindicações contra a política religiosa da República, foi convocado o III Congresso do Centro Católico para meados de Abril de 1928. O ingresso de Salazar para o governo, e mais ainda para uma pasta tão importante como a das Finanças, fez desactivar a estratégia que o Centro Católico esboçava, de continuar a pugnar pelos seus objectivos dentro da nova situação política, até serem conseguidos. Por isso foi adiado indefinidamente aquele Congresso, Salazar no governo era a garantia de que os objectivos do Centro Católico seriam conseguidos.

Salazar notabilizou-se pois, na vida pública da I República, como centrista católico ou «catolaico», como eram apodados os membros do Centro Católico. Essa democracia cristã e esse «catolaicismo» eram os do pensamento pontifício, por um lado, e os do movimento católico europeu mais avançado e mais autorizado. O traço mais saliente da formação política de Salazar, tanto em termos doutrinários como institucionais, foi esse catolicismo, vivido na perspectiva democrata cristã, que se traduziu, em termos de política religiosa, no que na altura se chamava pejorativamente, mas com propriedade, «catolaicismo», ou seja, uma perspectiva de colaboração moral entre o Estado e a Igreja, na autonomia das respectivas esferas, sem ingerências recíprocas, sem pôr o Estado a intervir na vida religiosa e da Igreja, fosse para a proteger (regalisticamente) fosse para a atacar (jacobinamente), e sem pôr a Igreja a tutelar ou legitimar o Estado. A essa «laicidade» católica do Estado, que não se confunde com o laicismo, corresponderia o regime de separação concordatada, que viria a ser consagrado em 1940, mas já defendido pelo movimento católico da I República, e cujas raízes remontam ao *ralliement* leonino de finais do século XIX, e que Salazar traduziu nas posições que sustentou para a intervenção e representação católica na vida pública.

* * *

No segundo volume reúnem-se os *estudos económico-sociais*, todos eles publicados autonomamente ou em revistas e jornais.

A começar pelos «Estudos de Economia Nacional» que apresentou aos concursos universitários que venceu: a *Questão Cerealífera. O Trigo* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916), «trabalho de habilitação» para poder ser dispensado das provas de doutoramento, de acordo com a legislação em vigor, e *O Ágio do Ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916), que constitui a sua «dissertação de concurso» para assistente do Grupo de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra.[7] E ainda alguns dos trabalhos académicos publicados no *Boletim da Faculdade de Direito.*

Ao abrigo da legislação em vigor, Salazar, que concluíra o curso de Direito em quatro anos (1910-1914), beneficiando do regime de «cursos livres», e que fora chamado, apenas ainda como bacharel, para substituir Marnoco e Sousa, em 1916, na regência das cadeiras de Economia Política e de Finanças, seria nomeado «assistente» em 1917, após a aprovação no respectivo concurso, e promovido directamente a «professor ordinário» em 1918, com dispensa de prestação de provas, e concessão graciosa do grau de doutor em Direito, de acordo com as possibilidades da lei em vigor. Foi já nessa qualidade que entrou a fazer parte do corpo redactorial da *Revista de Legislação e Jurisprudência,* em Maio de 1922, tendo sido então encarregado da secção de Direito Fiscal, que assumiu a par da regência não só das duas anteriores cadeiras anuais, mas também das de Economia Social (no primeiro semestre) e de Estatística (no segundo semestre, substituída a partir de 1924 por Direito Fiscal).

Depois, inserem-se também neste volume as conferências que proferiu como especialista que era de questões económico-financeiras, porque professor reputado de Economia Política e

[7] Sobre a vida e actividade académica de Salazar, seguiremos de perto o mais exaustivo trabalho que se conhece, da autoria de Guilherme Braga da Cruz, *A Revista de Legislação e Jurisprudência. Esboço da sua história*, Coimbra, 1975, vol. I págs. 639-806.

de Finanças desde 1916, tais como a tese apresentada ao Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, em Lisboa, em Novembro de 1923, sobre a «Redução das despesas públicas», e a que proferiu em Coimbra, a convite da União Operária, a 18 de Março de 1928, sobre «Duas Economias».[8]

E ainda os trabalhos que elaborou, no âmbito da Comissão da Reforma do Sistema Tributário, a que presidiu, e para a qual foi nomeado pelo ministro das Finanças, Sinel de Cordes, em 24 de Julho de 1926, mas que só seriam publicados por si, já ministro, em 1928. E os artigos que escreveu para revistas e para jornais, nomeadamente a série de artigos para as *Novidades*, sobre as Contas do Estado, entre 30 de Novembro de 1927 e 13 de Abril de 1928, que lhe haviam de valer o convite para a pasta das Finanças, de que tomaria posse a 28 de Abril de 1928.

Se algum traço pode sintetizar o seu pensamento económico será porventura o seu «nacionalismo», que não se confunde nem com qualquer proteccionismo do Estado, nem com a demissão livre-cambista perante a evolução da vida económica, mas que se identifica com a defesa do interesse económico nacional. Interesse nacional que não pode confinar-se à defesa do interesse das partes, singularmente tomadas ou no seu conjunto. Interesse esse que se deve ajustar às potencialidades de produção, dadas pela riqueza e pelos recursos económicos nacionais, mas também às condições de transformação e de comercialização, como igualmente às necessidades de consumo. Interesse que se deve ajustar às fórmulas económicas nacionais.

Essa preocupação pela defesa do interesse económico nacional está bem patente na análise que faz da «questão cerealífera». O «interesse da economia nacional é adoptar as culturas que bem se casem às condições mesológicas, que melhor aproveitem mesmo os elementos do clima e a composição do solo».[9] A exploração agrícola do país deve ser «a que os competentes indicam como a mais consentânea com os dados da agronomia», e deve

[8] António de Oliveira Salazar, *Duas Economias*, Coimbra, Tip. Alves & Mourão, 1928.

[9] António de Oliveira Salazar, *Questão Cerealífera. O Trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pág. 118.

ajustar-se ao «que se pode chamar a *fórmula da agricultura portuguesa*», que pressuporia a «instrução agrícola, a comercialização da agricultura, a indústria dos transportes». Como é impossível a realização imediata dessa fórmula, o que se deve é transformar gradualmente, adoptando conjuntamente «duas culturas, em ordem a uma composição agrícola mixta»: cobrir o défice cerealífero, com o valioso concurso da Estado (voltada para a irrigação, para o crédito agrícola fácil e barato, para a instrução agrícola, e para a correcção dos vícios da propriedade imobiliária), por um lado; e por outro lado desviar a exploração agrícola para a cultura das árvores e arbustos. «A economia nacional o que exige, é que se eleve ao máximo a força produtiva do solo e da população», mas também «a reserva do mercado nacional ao produtor nacional, por meio de direitos protectores que o garantam da concorrência estrangeira», mas sem acréscimos de preço ao trigo que tornassem exorbitante o preço do abastecimento e o custo de vida insuportável.

O interesse económico nacional obriga a que cada nação, perante «a crise das subsistências», se tente bastar a si mesma, «produzindo o necessário para o consumo», se concentre sobre si mesma, desenvolvendo a produção interna para satisfazer as necessidades de alimentação pública e, se necessário até, ajustando o consumo aos géneros de que se pode dispor em maior quantidade.[10] A guerra afectara as condições de funcionamento da economia internacional, obrigando as economias nacionais a «pôr de lado o mais possível todo o concurso exterior, resolvendo a questão por meios internos». A crise das subsistências, traduzida na deficiência de produção alimentar e na alta de preços desses produtos, acompanhada por sua vez da alta dos salários, tinha também a ver com problemas de distribuição e com hábitos sociais de consumo. A solução da crise passava por um aumento da produção interna. Mas exigia também que o Estado, dotado de autoridade forte, garantisse o abastecimento da população, como um «ditador de víveres», melhorando sobretudo os transportes, e travasse a inflação e a alta de preços, e tendesse

[10] Oliveira Salazar, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, Imprensa da Universidade, 1918,

para a diversificação dos salários, cuja elevação comprometia o desenvolvimento da produção. «Subsistências baratas e salários baixos», por um lado, e por outro «a autoridade pública serviria para o caso de terem de quebrar-se resistências injustificáveis, provenientes da má compreensão das coisas e de ambições desmedidas e pouco escrupulosas». A ista chamava a «fórmula de economia independente», que deveria pressupor a diminuição do consumo, não por meio da alta dos preços, como estava a acontecer, mas por um «sacrifício de necessidades, pela sua satisfação com sucedâneos mais económicos, e por um melhor aproveitamento das riquezas consumidas».

A vida económica das nações, como dizia a concluir a conferência sobre as «Duas Economias»,[11] deve «criar as riquezas pelo trabalho intenso, consumi-las racionalmente», e poupar «tanto na produção como no consumo», respeitando o equilíbrio «entre o fim e os meios, entre uma utilidade e a riqueza empregada para a obter».

O seu pensamento financeiro, por outro lado, é dominado por duas grandes preocupações: a da valorização monetária e a do equilíbrio das finanças públicas.

A instabilidade e perda de valor da moeda é a grande responsável pela estagnação e retrocesso da economia portuguesa. Em *O Ágio do Ouro,*[12] Salazar contesta a tese da teoria quantitativa de que a depreciação cambial seja consequência da desvalorização interna das moedas, e esta do seu excesso. «O ágio do ouro, traduzindo a diferença de valor entre a moeda interna e a moeda apta para os pagamentos internacionais, é directa e imediatamente determinado pela balança de pagamentos», cujos desequilíbrios são a causa das alterações monetárias. A depreciação cambial tende a traduzir-se em depreciação interna, e esta em depreciação cambial. Tudo o que leve a diminuir os débitos de um país em relação aos outros e a aumentar-lhe os créditos favorece os câmbios depreciados.

[11] Doutor António de Oliveira Salazar, *Duas Economias,* Coimbra, Casa Tip. Alves & Mourão, 1928.

[12] António de Oliveira Salazar, *O Ágio do Ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915),* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

O problema cambial português é devido à drenagem do nosso ouro para o estrangeiro, e não à depreciação interna da moeda. O que provoca a nossa baixa cambial é o elevado défice comercial, que tem origem no débil aparelho produtivo. É preciso pois desenvolver Portugal, a sua riqueza e produtividade, para o tornar credor do estrangeiro.

Sem o equilíbrio das finanças públicas, qualquer empréstimo externo seria inútil. Para tal equilíbrio afigura-se indispensável sobretudo a «redução das despesas públicas», ponto em que insistia desde a tese apresentada com esse nome ao Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, em Novembro de 1923, até aos famosos artigos nas *Novidades,* de crítica à política financeira de Sinel de Cordes.

Já em 1923 Salazar defendia na referida conferência a «redução das despesas públicas»,[13] como forma de reparar as desvalorizações do escudo e de contrabalançar a diminuição do rendimento nacional, procedendo para o efeito a uma política de privatizações, sobretudo de serviços cuja exploração se revele inferior, de concentração dos serviços que se mantenham a cargo do Estado, de redução do número de funcionários públicos, e simultaneamente que evite a prática generalizada das desvalorizações do escudo, reduzindo-as a casos pontuais, ditados por patriotismo.

Esta mesma defesa será feita nos artigos das *Novidades* de crítica à gerência nas Finanças de Sinel de Cordes, publicados a partir de Novembro de 1927.[14] O défice não resultava tanto de uma má previsão de receitas, em cuja arrecadação se havia trabalhado mais e melhor, mas sobretudo do agravamento das despesas públicas. Mais: o empréstimo externo solicitado pela Ditadura

[13] António de Oliveira Salazar, *Redução das Despezas Públicas,* Lisboa, Tip. da Empresa Diário de Notícias, 1923.

[14] A primeira série de artigos publicados nas *Novidades,* sobre as «Contas do Estado» da Gerência de 1926-1927 de Sinel de Cordes, saíram entre 30 de Novembro e 21 de Dezembro de 1927. Seguiram-se-lhe uma segunda série, com os artigos sobre «O empréstimo externo» e sobre o «Equilíbrio orçamental e estabilização monetária», de 3 a 25 de Janeiro de 1928, sobre o «Deficit ou superavit?», de 10 e 14 de Fevereiro, e sobre «Consignação de receitas». A terceira e última série, sob o título de «Medidas de Finanças», de crítica às recentemente tomadas pelo governo, publicar-se-á de 4 a 13 de Abril de 1928.

para resolver a grave crise financeira, e para a obtenção do qual solicitara o patrocínio da Sociedade das Nações, de pouca ou nenhuma valia se revestiria se não fosse acompanhado de um esforço para conseguir o equilíbrio orçamental, condição indispensável, mas não suficiente, para que ele pudesse garantir a estabilidade da moeda e o ressurgimento económico.

Essa política de austeridade e de sacrifício exigia porém simultaneamente uma reforma fiscal, por Salazar preconizada no longo relatório da Comissão a que presidiu, e glosada nos últimos artigos que escreveu para as *Novidades* sobre «Medidas de Finanças».

E seria ainda essa exigência de contenção das despesas públicas que formularia como condição de aceitação da pasta das Finanças, e que apresentou no acto da sua posse a 27 de Abril de 1928.

* * *

No terceiro volume reúnem-se os *estudos de direito fiscal e financeiro* que publicou sobretudo no *Boletim da Faculdade de Direito,* primeiro, e na *Revista de Legislação e Jurisprudência,* depois.

Como se disse, os mais importantes foram já reunidos e publicados pelo Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa em 1963. Aqui publicam-se globalmente, mesmo os que oferecem alguma sobreposição, e juntam-se também as numerosas respostas às consultas jurídicas feitas pelos leitores da *Revista de Legislação e Jurisprudência,* respostas essas que, embora na sua maioria não assinadas, não podiam ser senão de Salazar, o único professor da Faculdade e o único redactor da mesma revista com competência para o efeito, e a quem havia sido atribuída tal tarefa, ao ser-lhe confiada a secção de Direito Fiscal.

Os primeiros estudos de Direito Fiscal, publicados no *Boletim da Faculdade de Direito,* antes ainda de começar a leccionar a cadeira do mesmo nome, incidem sobre a contribuição de registo, por título oneroso e por título gratuito. Uns são artigos, outros são comentários de jurisprudência crítica a sentenças proferidas pelos tribunais.

A partir de 1924 publica na *Revista de Legislação e Jurisprudência* três artigos sobre «Arrendamentos em moeda estrangeira»

(1924) — do qual publicará um resumo nas *Novidades* —, sobre «Terminologia tributária» (1924) e sobre «Actualização de foros» (1927), a par de inúmeras respostas às consultas dos leitores em matéria de Direito Fiscal. Mas nem por isso abandonará a colaboração no *Boletim da Faculdade de Direito,* onde volta a publicar sobre «Tributação das empresas agrícolas coloniais» (1924), acerca «Da não retroactividade das leis em matéria tributária» (1926) e sobre a «A competência dos tribunais do contencioso e a simulação do valor na contribuição do registo» (1926).

* * *

A primeira ideia que ressalta do pensamento tributário de Salazar é a de que o valor sobre o qual deve incidir a contribuição do registo por título oneroso não deve ser o *valor da transmissão dos bens,* assente na declaração do contribuinte, mas sim o *valor de bens transmitidos,* resultante da avaliação dos mesmos, à data da transmissão dos bens e não à data da sua liquidação, presumindo-se que o valor da matriz representa o valor real desses bens, a não ser que intervenha uma avaliação, quer por parte das Finanças quer por parte do contribuinte.

Quanto à liquidação da contribuição do registo por título gratuito, sustenta Salazar que ela se deve fazer ao abrigo da lei vigente ao tempo em que se efectiva a transmissão real e efectiva dos bens, e não de acordo com a lei vigente à data do pagamento. O que levanta o problema da não retroactividade das leis em matéria tributária, que é outra grande ideia defendida por Salazar em Direito Fiscal.

Na falta de qualquer determinação expressa, deve ser dominante o princípio do direito de não retroactividade da lei, também em matéria tributária. Tal como noutros ramos do Direito «a lei tributária não deve ser interpretada retroactivamente».

O que o leva a distinguir, em relação à terminologia tributária, a «obrigação do imposto», ou seja, a obrigação de pagar um imposto, da «dívida do imposto», que resulta da sua liquidação, nem sempre correspondentes. Só é rectroactiva a lei que se aplica à liquidação de obrigações do imposto nascidas no domínio duma lei anterior.

Quanto à tributação das empresas agrícolas coloniais defende Salazar que as sociedades coloniais, com sede no continente ou ilhas, que se dedicam não exclusivamente à actividade agrícola, estão sujeitas à contribuição industrial, e as que se dedicam à actividade exclusivamente agrícola só estão sujeitas, no continente e ilhas, à contribuição industrial se não pagam nas colónias contribuição predial ou imposto correspondente. Já os prédios rústicos do continente não estão sujeitos a contribuição industrial mas tão-só predial.

A propósito dos arrendamentos urbanos defende que eles devem ser sempre fixados em dinheiro, podendo essas rendas em dinheiro ser estipuladas em moeda nacional ou estrangeira, e pagas também em moeda nacional ou estrangeira. Era por isso inconstitucional — concluía — o decreto que proibia arrendamentos em moeda estrangeira porque, ao contrário do que se argumentava, esse arrendamento em moeda estrangeira não era um factor «de desconfiança na moeda portuguesa, e consequentemente um motivo de agravamento cambial». A sua proibição não iria pois ter influência directa na situação cambial podendo até vir a contribuir para uma maior procura de cambiais.

* * *

Estes três volumes de *Inéditos e Dispersos* de Salazar, para além das ideias que acabamos de sintetizar, revelam também, pela extensão e variedade dos textos coligidos, um traço marcante da sua personalidade: a enorme capacidade de trabalho, de análise e tratamento de questões tão díspares como as que vão desde a filosofia política ao direito fiscal, passando pela economia política. Uma capacidade de abrangência que corresponde a uma enorme e decidida vontade de intervenção na vida cívica e política nacional, traduzida pelo seu percurso religioso, político e académico.

Salazar revelou ao longo dos anos que antecederam o seu ingresso para o governo, em 1928, em todas as suas actividades, uma decidida propensão para o protagonismo público, ao qual sacrificou aliás a sua vida privada. Propensão essa que, se por um lado decorria da obrigação de consciência de corresponder

ao apelo da hierarquia católica, feito aos católicos no sentido de intervir para resolver a grave questão religiosa reaberta pela I República, por outro lado correspondia a uma vocação política pessoal inegável e a um desejo manifesto de participação na vida pública ao mais alto nível. As sucessivas candidaturas ao Parlamento, e a forma como chamou as atenções e se deixou convidar para o governo — desde o sidonismo ate aos tempos da Ditadura Militar — não permitem outra leitura.

Os seus escritos, se por um lado revelam a constância orientadora de alguns princípios e ideias que levará consigo ao longo da vida, por outro lado manifestam uma clara evolução que o tempo e as experiências pessoais marcaram, e com ela uma demarcação posterior de algumas posições de juventude. As obras que escreveu ajudam seguramente a compreender o seu percurso de vida, a sua formação inicial e a sua evolução pessoal posterior, mas também a entender a vida nacional quer durante a I República quer durante o seu longo consulado. Publicá-las constitui por isso um contributo decisivamente importante para a historiografia contemporânea.

MANUEL BRAGA DA CRUZ

1

ORAÇÃO. SUA EFICÁCIA E CONDIÇÕES

(1908)

Oração

Sua eficácia e condições. Considerações sobre o 6.° e 7.° capítulo do Evangelho segundo S. Mateus. Para o domingo da Quinquagésima (Na devoção das «Quarenta Horas»).

Petite et dabitur vobis; quaerite et Invenietis; pulsate et aperietur vobis.
Math.VII, 7

Cristãos:

Um dos capítulos mais sublimes do Evangelho, se é que alguns há que se avantajam aos outros, em importância, em nobreza, em sublimidade, é aquele em que se apresenta Jesus, ensinando acerca da oração. Poderá surpreender-vos, fascinar-vos a luz esplendorosa que se esparge do Tabor; poderá e deverá fazer-vos chorar de comoção e de dor, o drama doloroso da Paixão, a tragédia lancinante do Calvário; nenhuma cena, porém, poderá encher vossa alma de alegria tão suave e tão santa; nenhuma cena haverá tão comovedora e tão terna; nenhum quadro tão enternecedor, tão de atractivos, tão de encantos, como o que nos autorizam a idear e a supor, tantos e tantos actos da vida de Jesus: — Jesus, o Filho de Deus, nas margens silenciosas do Jordão, à hora saudosa e infinitamente bela do crepúsculo, ensina

a orar as louras criancinhas da Judeia! E os lindos inocentes, com os olhos muito azuis pregados na face adorável e serena do Divino Mestre, com as mãos erguidas ao céu, diziam com um fervor angelical, a oração sublime, a prece do Senhor: «Padre Nosso, que estais no céu...» E pelas quebradas dos montes, à hora em que um manto de paz se estende sobre o universo adormecido, à hora em que as vozes do mundo se calam, ouvia-se um coro santo de vozes do céu, que murmuravam preces, que pediam, que oravam...

Eis a apologia da oração, feita por um Deus, que a apresentava, como o grande bálsamo para todas as dores humanas, como o caminho precioso que conduz à salvação eterna! E, na verdade, cristãos, o que é a oração? O fundamento, a base sólida da vida espiritual; o voo altaneiro da alma que se ergue para Deus; o desabafar dum coração amargurado no coração amantíssimo do Pai de todos nós!.. Ao órfão, que geme abandonado no mundo; à viúva que perdeu o companheiro amado; à mãe, que perdeu seu filho, o querido objecto de seus afectos, deixai-os entregues à sua oração; não lha tireis; olhai que, tirando-lha, tirais-lhes também a vida, porque sucumbirão à dor!..

É pela oração que a luz da esperança brilha nas trevas dum sofrimento atroz; é pela oração que as consolações dívinas vêm enxugar as lágrimas das grandes dores humanas; é pela oração que o homem se eleva até Deus e que Deus na sua misericórdia, se digna descer até o homem. Se a vida humana não fosse um caos de dor; se o mundo, meus Senhores, não fosse um vale de lágrimas, não seria tão precisa a oração; mas o homem é filho da dor, cheio de muitas misérias, e nesta luta imensa, neste sofrer constante, um Deus que já sofreu e que sabe o que é a dor, apresenta à humanidade um remédio para seus males. Compadeceu-se Jesus da pobre natureza humana, e na agonia cruel de Getsemani, na sua dolorosíssima paixão, ele, que tanto precisava ser consolado, consolava ainda os Apóstolos, ensinando o bálsamo sublime para todas as tribulações humanas: «*Vigilate et orate, ne intretis in tentationem*»; (Vigiai e orai, para que não entreis em tentação!) E notai, Senhores, que os pais guardam sempre para os últimos momentos a sua última vontade!...

«Vigiai e orai», mandou o Divino Mestre; mandou, que de

mais que de conselho, me parecem ser suas palavras!.. Que triste para a natureza humana! Que vergonhoso para nós que se imponha como uma ordem, a suprema das consolações e o mais eficaz dos lenitivos! E esta vergonha cresce, e esta confusão aumenta, quando se considera que Jesus, num crescente de misericórdia e bondade, num abrir mais e mais de seu coração amantíssimo, a cujas ordens serve sua omnipotência, ligou ainda à oração essa eficácia, de que fala tão claramente, tão terminantemente, no seu Evangelho: — «Pedi e dar-se-vos-á; procurai e encontrareis; batei e abrir-se-vos-á.»

É doutrina pregada por Jesus, que oferecia para garantia das suas palavras, uma vida de benefícios, uma vida de amor e caridade.

A quem deixou Jesus de beneficiar? Que eu saiba, só aos fariseus, que o tentavam com pedidos; e nunca ao pobre, nunca ao necessitado, que, confiado na oração, com o coração contrito e humilhado, dele se aproximava, pedindo bens espirituais, ou temporais que conviessem à salvação da sua alma de crente!

Assim, sempre! assim, ainda hoje! assim até à consumação dos séculos! que nunca a misericórdia de Deus e o infinito amor que tem a seus filhos, consentirão que se oponha um desmentido às palavras que Jesus proferira no mundo: «Todo o que pede, alcança: todo o que procura, encontra; e a todo o que bate, abrir-se-á!»

Senhores: — Não é propriamente da excelência e necessidade da oração, que bem as compreendeis vós, que eu desejava falar-vos; mas da sua eficácia, mostrando-vos que Deus não poderá deixar de cumprir a sua palavra e de atender as nossas súplicas. Porém, visto que para ser eficaz, necessita ser bem feita, eu desejava ir mais além, e transmitir-vos alguns dos ensinamentos de Jesus, superiores a tudo quanto pudessem dizer-vos inteligências humanas, sobre o modo de a fazer.

Meu Deus! Eu creio que sem ti nada posso fazer e que as minhas palavras, sem o teu auxílio, de nada valerão!... Venho, Senhor, pregar tua doutrina a teus filhos, que ao templo vieram para a ouvir; venho ensinar a orar, a pedir, e por pedir começo, a tua santa graça, o teu divino auxílio!

A vós, Senhores, também um pedido: sois crentes, sois generosos; sede benevolentes para comigo.

* * *

Cristãos: Era ainda no monte, donde Jesus pregara à multidão que o seguia, sedenta da verdade, faminta dos benefícios imensos, que seu coração amantíssimo semeava entre os homens, o belíssimo sermão, «o sermão da montanha», consolo dos desgraçados, alívio dos infelizes, prometendo o céu ao que chora, e ao que sofre!.. Era ainda o dia, em que Jesus sentira, como me parece que nunca, a não ser na noite da Ceia, mais terno amor pelos homens, e abrigara com mais entusiasmo, em seu coração, o lindo sonho que sempre o preocupava —, queria ver o mundo numa grande família de irmãos, que se amassem, que se auxiliassem, que se prestassem mútuos serviços: irmãos na crença sublime, que os devia ligar bem mais estreitamente que os laços do sangue, irmãos no exílio, irmãos na glória do céu!.. E Jesus prega então essoutro cúmulo d'afectos, prega então a virtude sublime da caridade. «Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei: Amai! amai os vossos inimigos, beneficiai-os; olhai que vosso Pai celestial faz nascer o sol para os bons e para os maus, e manda que a benéfica chuva caia sobre o campo do justo e sobre o do pecador.

Amai a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos — este é o grande mandamento!» Depois lança os olhos em volta e vê a miséria dos homens que o cercam; vê os paralíticos, os cegos, os pecadores, e essa multidão enorme que sofre e se afunda no mar imenso das dores morais. Era preciso salvá-los, era mister acudir-lhes, que não fosse a desesperação agravar-lhes o mal, sem lhes ministrar a cura! E são tantos os que sofrem! tantos os que padecem!.. E Jesus viu que não são só os que pelas praças públicas se lamentam de seus males; são também aqueles a quem os suspiros não desafogam, a quem as lágrimas não aliviam já! Jesus sabia bem que são mudas as grandes dores!.. E num transporte d'amor ele fala na oração... E quando orardes, dizei: «Padre Nosso, que estais no céu, santificado seja o vosso nome!..» A multidão que o escutava, descendente daquela que ouvira os trovões do Sinai, pasmou, e passou-lhe pelo espírito uma sombra de incredulidade. «Quem é este homem?» perguntaram eles. Oh! Deus nosso Pai! Deus, do alto dos céus,

olhai para a humanidade sofredora, e atendei suas queixas e curai suas chagas e perdoai suas culpas! Sim, Deus vosso Pai! Tão Pai que vos criou; tão Pai que vos conserva a vida; tão Pai, que para vós e por vós, criou o sol que vos alumia e vivifica, as estrelas que vos encantam e seduzem, as flores dos campos, cuja beleza Salomão não excedeu com toda a sua magnificência. E da multidão, que ainda parecia descrer, venceu Jesus a incredulidade, apelando-lhe para o coração, evocando o que no homem há de mais caro, de mais santo, de mais superior e terno — o amor de Pai, e o santo amor de mãe!..

Pais e mães! vós sabeis o que são os filhos e sabeis também que amor sentis por eles! Olhai: Um órfão abandonado, ave implume, que perdeu as carícias duma mãe, e o terno agasalho do ninho; que não é bafejado pela brisa da felicidade, nem acariciado pelo sol da alegria, aproxima-se de vossa casa, e com a voz trémula e as lágrimas a deslizarem pelas faces que a fome amareleceu e cavou, vos pede uma esmola! Senhores: esse pobre é vosso irmão; foi criado por Deus, como vós fostes; tem uma alma, como vós a tendes; espera salvar-se, como vós esperais! — Negai-lhe, se podeis, um bocado de pão!..

Mas é mesmo na vossa família; é na vossa casa; é no vosso lar. É um filho vosso que vos pede; é o sangue do vosso sangue; a carne da vossa carne. Por ele passastes tantos trabalhos; sofrestes tantos sacrifícios! Amamentaste-lo em pequenino; dormíeis sobressaltadas as noites, ao pé do berço seu; por sobre as suas faces d'anjo, caíram — e tanta vez! — as vossas lágrimas de mãe! Mães! eu vejo-vos melancólicas e tristes, pensativas ao pé do vosso filho, que dorme sossegado, procurando desvendar o futuro que Deus lhe guarda a ele!.. Tantos momentos d'aflição que vos custou! tanta lágrima e tanta dor que ele vos tem causado! Mas amai-lo, e tanto quanto vos faz sofrer! — Pois bem: é vosso filho que vos faz um pedido... E quando as outras mães se privam do necessário, para que lhes abunde o supérfluo (dizei!), negais-lhe o que ele pede? Oh! negai-lhe, se podeis, um pedaço de pão! Mães! eu sei-o: se o céu tivésseis, o céu daríeis a vossos filhos! Mas não o tendes, não é vosso o céu!... É de Deus; de Deus, que é vosso Pai, que vos ama com um amor infinito; omnipotente, tem e pode tudo o que precisamos; sumamente bom,

não nos nega o que lhe pedimos! Se nada negais a vossos filhos, como temeis que Deus vos não atenda, Ele, que é infinitamente melhor que vós? Criou e conserva o universo com todos os encantos que nele descobrimos, com todas as maravilhas que nele encontramos e enfeitou a florinha que fenece breve e que apenas vive o espaço duma manhã; atapetou de macias ervas os viridentes prados; matizou de várias cores a avezinha que entoa seus cantos entre a folhagem das árvores! Deu um abrigo a cada insecto, um covil a cada fera, um ninho a cada ave! Ensinou as estrelas que brilham esplendorosas, a trajectória imensa que deviam seguir; agasalhou o mundo com este céu tão azul, que encanta; criou auroras e poentes que deslumbram e fascinam! E a nós, obra-prima de suas mãos, abandonar-nos-á?... Fé! que bem mais vale a alma humana, que a flor que Deus assim ornamentou! Fé! e muita fé! que bem mais vale o homem que o universo, que assim criou e assim conserva!.. Quereis graças abundantes para vós e para vossos filhos? «Pedi e dar-se-vos-ão.» Desejais a felicidade, que debalde procurais no mundo? «Procurai-a no santo amor de J. Cristo, e encontrá-la-eis.» Quereis alcançar o céu e que suas portas se abram, para pôr termo aos cruéis sofrimentos deste mundo? «Batei com as vossas boas obras e elas abrir-se-ão.»

Ao afirmar-vos, Senhores, esta eficácia, eu vejo bem a amarga sorte dos infelizes, dos miseráveis... Eu bem ouço o seu gemido, debaixo dos pórticos dos opulentos palácios dos nobres, e não esqueço o clamor plangente do que estende a mão à caridade. Vejo aquele que sai descontente do templo e não estranho; vejo o que não alcançou o que pedia, e não me admiro. Ouço até as loucas imprecações dos desesperados, e nada me abala na minha convicção. Porque acima do juízo dos homens, está a infinita misericórdia do meu Deus, que não despreza seus filhos, e sua suma veracidade, que não engana os homens; mas ainda acima e tudo dominando, está sua infinita bondade, que não pode ser tentada por eles! Compreendeis bem que nada valeu contra a palavra de Deus, essas aparentes excepções. E depois... quem sabe?... que pediria a Deus esse descontente? Talvez bens de fortuna; e vós sabeis bem quão dificultosa tornam estes a salvação eterna. Talvez saúde, uma vida longa; mas para quê, Senhores,

para quê uma vida longa, se uma curta a passamos tão mal? Talvez pedisse a felicidade, tal como o mundo a compreende; mas a felicidade, Senhores, lhe concedeu Deus, negando-lhe essa mundana, que lhe era pedida; — não poderá haver maior martírio para a alma que o vácuo que nela deixa o gozo do mundo e de seus prazeres!.. Não acuseis pois, Deus; acusai-vos a vós que não soubestes o que pedistes. Também vós não sofreis perda no vosso amor, nem se vos julgam diminuídos vossos afectos, quando a vosso filho negais a arma perigosa, que a prejudicaria. Sabemos porventura nós o que nos é bom ou mau? Deixemos a Deus o julgá-lo que não nos enganará Ele. O próprio Jesus nos deu este exemplo na sua oração: «Pai, faça-se a vossa vontade e não a minha!» Belo e sublime exemplo de quem nada precisava, para quem tudo necessita, desde a conservação da existência, até à salvação de sua alma! É a vontade de Deus que havemos de querer: o que Deus tiver na sua vontade, o que havemos de pedir!

Mas eu quero ainda supor, meus Senhores, que esse que se afasta descontente do templo, pediu um bem; mas pedi-lo-ia bem? Aquela atenção que nos exige a majestade de Deus; aquela humildade que deve sentir quem precisa; aquela confiança que inspira ao filho o amor do Pai; aquela perseverança, aquela insistência que não desfalece, tê-las-ia na sua oração esse que amargamente se queixa, porque ouvido não foi? E vós sabeis bem, e vós compreendeis bem quão necessárias são estas condições para que a oração seja eficaz, para que seja o meio seguro que Deus nos deu, para por ele alcançarmos as graças que necessitamos! Que pode valer, Senhores, que pode valer a oração daquele que, prostrado ante os altares, deixa vaguear sua imaginação pelas coisas do mundo, quando devera ter levantado sua alma até às coisas do céu? Que valerá a oração daquele, cujo coração está demais apegado ao mundo, para que dele se separe, enquanto seus lábios pronunciam frases, que ouvem as frias lájeas do templo, mas que não compreende sua inteligência distraída? Oh! cautela, cristãos! Que não se nos possa aplicar a frase que Jesus dirigira aos fariseus: «*Populus hic labiis me honorat; cor antem eorum longe est a me*.» Este povo louva-me com os lábios; porém seu coração, ah! está bem longe de mim!... (olhai o que

vos diz um santo da Igreja: «grave injúria faz a Deus o que pedindo que o ouça não ouve a sua Igreja»). Para com a superioridade, para com a majestade de Deus, a quem nos dirigimos, não teremos sequer uma atenção delicada? Pobre criatura humana, o que é diante de Deus? O grão d'areia perante a imensidade do espaço; a gota d'água, que nem sonha com a vastidão do oceano; o vil insecto que mal se enxerga, perante a magnificência do universo!.. Homem! Cristão! Deus chamou-te seu filho e deves chamá-lo teu Pai; porém nunca esqueças que és pouco, que és nada; aprende a ser humilde na presença do teu Senhor!

Sabeis, cristãos, que um dia foram orar ao Templo um fariseu e um publicano. E foi oração do primeiro o seguinte: «Senhor, eu te dou graças, porque não sou como os outros homens, que não cumprem seus deveres. Eu dou esmolas, pago os dízimos e jejuo duas vezes por semana.» E lá à entrada do Templo, nem sequer ousando levantar a vista para Deus ou pisar o solo sagrado, o publicano, o pecador, condoído de seus pecados, apenas murmurava uma prece de perdão...: «Senhor, tende compaixão de mim, pecador!» — Qual destes dois julgais vós, que voltou justificado para sua casa? Cristo disse-o: «Ao publicano foram perdoados seus pecados.» E ao fariseu? Jesus disse que não. Mas então as esmolas que dava? mas então os jejuns que fazia? mas então as suas orações? nada mereceram? Do céu, não; porque o fariseu não foi humilde; exaltou-se para ser louvado dos homens, e quando se erguem os louvores dos homens, fogem as bênçãos de Deus! Ah! quanto desejara eu que nunca vos esquecesse, cristãos, esta parábola, apresentada pelo próprio Jesus e aprendêsseis a condenar tantas obras do mundo que aparentemente boas, pecam pela sua intenção! Oh! quanto eu desejara que nunca esquecêsseis que nada merece do céu, o que toca a trombeta da fama, para que o mundo o saiba, ao dar a esmola ao necessitado e publicamente diz, para que o louvem, as comunhões que faz, as devoções que tem, os jejuns que cumpre. Para o que tem por único fim a glória do mundo, os louvores humanos são suficiente paga de esmolas, de jejuns e orações! «*Jam receperunt mercedem suam*» (Já lá levam a sua paga). Oh! mais uma vez, cautela, cristãos! Não venhamos nunca ao Templo aumentar nossos pecados! «Deus resiste aos soberbos e concede

sua graça aos humildes.» É sobre a humildade que tudo deve assentar, ainda essa fé, inabalável de firme, essa confiança que não desfalece e que devemos ter na misericórdia de Deus e no poder da oração. Pois se Deus é nosso Pai, não nos aproximaremos d'Ele, com a maior confiança?... Consultai a vida de Jesus, examinai as circunstâncias de todos os seus milagres e vereis quão cara lhe era a fé que nele depositavam e como ele até a exigia!

Várias vezes punha à prova esta confiança, e quando não vacilava, e quando era inabalável, operava então o milagre e com ele premiava a fé! Eu quero só ocupar-me dum facto da vida de Jesus: é o milagre obrado em favor da mulher de Canaã. Vós, mães, que sabeis como se amam os filhos, vinde comigo aprender como se pede, e tomar desta cananeia a eloquentíssima lição de quanto pode o amor e de quanto vale a fé!

Um dia afastou-se Jesus lá para as bandas de Sídon e de Tiro. Imensa multidão seguia o Mestre, atraída, presa por aquela palavra bendita que lhe brotava dos lábios, sempre como uma bênção, orvalho divino sobre a aridez dos corações, formosíssima luz no mundo de trevas que envolviam a humanidade... E Jesus ia pregando... Eis porém que uma mulher vinda daqueles lados e que tinha uma filha no leito da agonia, lhe grita: «Senhor! Senhor! filho de David, tende piedade de mim!» Jesus fingiu não ouvir e não disse palavra... Porém os discípulos tiveram também compaixão daquela mulher, que, tão aflita, pedia misericórdia... (É sempre triste a condição de quem pede e causa sempre dó aquele que precisa!) E aproximaram-se de Jesus, intercedendo por ela... Mas ele não lhes deferiu o pedido. Queria experimentar a fé da boa cananeia e sujeitava-a à mais cruel das provas: o silêncio perante o pedido, a impassibilidade perante a miséria e a dor!.. Então a mulher na extrema agonia dum coração que se despedaça ao choque violento da maior das dores; a mulher julgando-se desprezada no mais santo do seu amor de mãe; vendo a cair, a desfazer-se o brilhante castelo que formara com as ilusões mais santas de sua alma; julgando perdida essa felicidade que antevira à luz suavíssima duma aurora d'amor, que precedia a poética e melancólica figura do famoso J. de Nazaré; a mulher, a mulher que era mãe, prostra-se aos pés de Jesus e adora-o,

dizendo: «Senhor! ajuda-me!» Olha a minha filha que sofre, que desfalece!.. Chegou o momento solene, a prova definitiva. Jesus vai ferir a corda sensível, vai ofender o amor-próprio... Sereno, continua dizendo: «Não é bom tirar o pão dos filhos e dá-lo aos cães!» Senhores! qual de vós sofreria esta prova! Quem de vós ferido no seu amor-próprio, ouviria com humildade e atenção as duras palavras de Jesus? Quem de vós não amaldiçoaria a hora em que se viera prostrar aos pés de quem parecia mofar da sua dor? Qualquer outro, Senhores, teria abandonado Jesus, porque parecia preferível abandonar a esperança da cura pela realidade da dor, o sonho da felicidade pela hora cruel da provação, o imenso favor dum milagre pelo sangrar cruciante do insulto! Mas ela era mãe!.. Humilde, tinha confiança na misericórdia do Senhor, e lembrando-se da filha enferma, imersa na dor e na desolação, talvez lá num catre obscuro e frio, exclamou: «Senhor, Senhor! mas os cães também comem as migalhas, que caem da mesa de seus donos!»

Que espanto! que heroicidade! ainda se abateu mais!.. Não queria todo o poder de Deus, de que se achava indigna, pretendia só as migalhas, o supérfluo da mesa, em que o Senhor servia seus filhos! Então Jesus, conta o Evangelista, disse-lhe: «Ó mulher, grande é a tua fé! Faça-se o que desejas.» E desde aquele momento ficou curada a filha. — Senhores: Nada quero acrescentar a esta cena das mais comovedoras que com Jesus se passaram; nada! — que palavras humanas tirariam todo o encanto desta cena, toda a simplicidade maravilhosa deste quadro, e com ela, talvez toda a força dessa lição, que mostra o triunfo, a vitória daquela confiança que não decresceu, antes pareceu aumentar com as provas esmagadoras, a que a sujeitou Jesus!.. Ao passardes pela memória todos os outros milagres, de que se fala no Evangelho, haveis de notar as palavras com que sempre Jesus os fazia acompanhar: «*Vade in pace. Fides tua te salvum fecit.*» (Vai em paz..? A tua fé te salvou.) Sempre esta bondade e este amor, esta ternura e esta compaixão! mas sempre este louvor, esta apologia da confiança que se deve ter em Deus, quando se ora, da fé, que mereceu à cananeia a cura de sua filha e que há-de merecer aos homens a salvação de sua alma! Vede como ela não desanimou perante o silêncio, que a princípio guardou Jesus;

vede ainda como não desistiu depois das palavras, com que o Filho de Deus entendera provar-lhe a fé! E sempre heróica, sempre sublime, como a estátua da amargura, como a imensa dor, a cujo peso se prostrara aos pés de Jesus, ela espera, ela ora!.. Que perseverança duma infiel que envergonha um cristão! Porque, Senhores, a boa cananeia apenas lhe chegara aos ouvidos um murmúrio acerca de J. de Nazaré, vago como o leve roçar das asas dum anjo pelas aveludadas pétalas das flores, mal avistara o sulco luminoso que o Divino Jesus deixava impresso nos corações; mal aspirara o perfume suavíssimo das obras do céu, que assinalava a passagem do Filho de Deus! E nós, cristãos, que ouvimos em vez dum murmúrio de dias, a voz potente dos séculos que anuncia a verdade; e nós que vemos não já um traço luminoso, mas o sol que fulgura; e nós que aspiramos, que vivemos numa atmosfera impregnada de aromas inebriantes das obras celestiais, desanimamos, e quantas vezes, ah! e quantas vezes! maldizemos até a infinita misericórdia de nosso Deus, que julgamos desprezar as nossas orações! Ah! Deus sabe bem o que pedimos, mas é pouco o que já nos deu? — Esta inteligência que o conhece, este coração que tem a felicidade de o amar e sobretudo esta glória imensa do nome cristão, não seriam por si só prova mais que bastante da infinita misericórdia do nosso Deus e do infinito amor que nos tem? Não serão de per si garantia de que não nos abandone, de que sempre nos proteja, esse Deus que nos tirou do imenso abismo do nada, esse Deus que nos ama com o mesmo amor, que as mães dedicam a seus filhos? Cristãos: — Basta de ingratidões! Vede como Deus provê a tanta coisa, em que nem sequer pensamos; vede como satisfaz a tanta necessidade, para que nem sequer pedimos! Mistérios de bondade, penhores do eterno amor, temo-los, possuímo-los! Vede além, sobre aquele trono tão resplandecente de luzes, tão coberto de flores, a «hóstia pura, a hóstia santa, a hóstia imaculada»... Depois de tudo ter feito para a felicidade dos homens, depois de ter determinado dar a sua própria vida para os salvar, Jesus pede à sua sabedoria infinita alguma coisa mais que dê a seus filhos, que conquiste os corações dos homens! Mais que a vida do Homem-Deus, só o próprio Deus! E Jesus institui esse sacramento admirável, essa síntese de maravilhas, tão belo, tão santo, tão extraor-

dinário, que com ele não sonhara nunca, nas eternas mansões do amor, o mais perfeito dos anjos, o mais puro dos serafins! — O augustíssimo sacramento da Eucaristia!... — Senhores: Deus tinha saudades dos homens, Deus tinha saudades de seus filhos; deixou os esplendores da glória, veio viver com eles!... Que o homem não tema não ser ouvido no céu! Mais próximo de nós aqui entre nós, ele ouve-nos, atende-nos... E quer quando no Templo, apenas bruxuleia a lâmpada solitária e triste, quer quando se ostenta sobre tronos de luzes e flores. Jesus é sempre o mesmo, sempre o Deus do perdão, sempre o Deus do amor! Oh! como é suave e santo, como apetece à nossa alma prostrar-se em adoração contínua, em perpétua oração, aos pés daquela Hóstia! Orar e orar sempre! Orar e orar bem! Senhores: nisto se cifra a vida do cristão; porque «sabe viver bem o que sabe orar bem», como disse Santo Agostinho. Sim, orar; mas que a nossa oração, tão necessária à nossa alma atribulada, à nossa condição de criaturas humanas, tenha sempre aquela humildade do publicano, aquela confiança da cananeia, conforme sempre, como a do próprio Jesus, com a suprema vontade de Deus.

Orar, sim; mas que a nossa oração seja de auxílio ao virtuoso, de perdão ao pecador, de consolação e alívio ao pobre, ao infeliz, ao desgraçado!... Orar, sim, mas que a nossa oração seja por todos, que todos são nossos irmãos, ainda pelos nossos inimigos, como a oração d'Aquele que nada pedia para si, mas a seu Pai orava por todos os homens, que todos são pecadores!...

Oh! Jesus! que amor imenso sentias por todos nós, que zelo pelas salvações das nossas almas, quando pelos campos da Palestina pregavas essa doutrina sublime de paz, de amor, de perdão, que sempre praticaste na vida, e desejavas que nós praticássemos também! Mestre sublime, ideal de perfeição, que ensinaste à humanidade sofredora um bálsamo para todas as suas dores, faze, Senhor, que aprendamos a aplica-o às nossas misérias e a utiliza-lo de meio para a salvação eterna! Ensina-nos a ter nas nossas orações, a humildade da tua oração do horto, a perseverança da tua oração do deserto, a ternissima confiança na misericórdia de Deus, que tiveste na última oração, nessa oração sublime do Calvário, nessa aspiração divinal dum coração que agoniza, a transbordar d'amor! — «Pai, meu Pai! Perdoa-lhes!»

Ó Jesus! que nos perdoe e perdoa-nos tu também! Olha os crimes que cometemos, olha tanta baixeza, tanta indignidade, tanto pecado, olha tanta miséria, Senhor! Olha tantos que te não conhecem e tantos que conhecendo-te, te desprezam! Senhor! perdoa a quem te ofende! perdoa-nos a nós, que te ofendemos tanto! esquecemos-te nas nossas alegrias e maldizemos-te nos nossos infortúnios! Não temos apreciado teu amor e temos desprezado teus afectos! Olha, Senhor, a humanidade que se precipita no abismo da incredulidade; olha a humanidade que se perde; olha a loucura do mundo! Olha os filhos das trevas que parece vencerem os filhos da luz; olha as desgraças que nos afligem! Olha a pátria que fenece; olha Portugal que agoniza! Salva-nos, Senhor! Bem sabemos que é o justo castigo dos nossos crimes; mas perdoa-nos, ó Deus! perdoa-nos, Jesus! Na angústia enorme que nos oprime, na imensa dor que sobre nós pesa, atende, Senhor, as orações de tantas almas que te são queridas; ouve o doloroso grito, a súplica ardente, que se ergue até teu trono, de todos os corações portugueses: — «Senhor! Senhor! Salvai Portugal! ».

Vós, Senhores, fazendo ardentes súplicas ao Eterno pela salvação da nossa pátria, pelas necessidades da santa Igreja e pelas nossas próprias necessidades, não vos esqueçais que a vossa vida deve ser uma oração contínua! E fazendo-a e orando sempre, não percais essa convicção íntima, essa fé profunda e inabalável, nas infalíveis palavras que Jesus pregou à multidão que o seguia sempre, no cimo dum monte, ao declinar talvez duma tarde serena, a suave luz do crepúsculo vespertino, hora bendita de paz e saudade, quando as estrelas do céu muito azul começavam a brilhar: «Pedi e dar-se-vos-á, procurai e encontrareis; batei e abrir-se-vos-á. Porque todo o que pede, alcança; todo o que procura, encontra, e a todo o que bate, abrir-se-á.»

Disse.

Seminário de Viseu, 18/2/1908

2

COLABORAÇÃO EM *A FOLHA* DE VISEU

(1908-1909)

Vergonhoso contraste

Não sei se para sempre o devera calar, mas sente-se às vezes a necessidade de comunicar a outrem as impressões, mormente as desagradáveis, que certos factos nos causam.

E até talvez que estas poucas linhas, nascidas duma justa indignação, vão despertar algum católico, dos tantos que ainda dormem, mergulhados num sono de profunda indiferença, que será muito cómodo — não o nego —, mas que não deixa por isso de ser criminoso!

Num momento angustioso para a Igreja, e não só para esta mas ainda para a Pátria — porque os maiores inimigos da sua pátria são sempre os inimigos da religião! —, não há despertar para a vida, para a luta, para o cumprimento do dever, os católicos, que não conhecem o perigo ou fingem desconhecê-lo. E, no entanto, é uma necessidade urgente saber quem é por nós e quem contra nós.

Que não temos a favor da religião e nem mesmo a favor duma política séria, que moralize e engrandeça Portugal, tão profundamente abatido, todos os que são baptizados, é certo, seguro. Que não podemos contar com os que, já baptizados, mandam baptizar os filhos, único acto da religião, que cumprem, está-o confirmando a experiência de cada dia. Que nem mesmo pudéssemos contar com os que vão à missa, e cumprem os demais preceitos, eis o que, sendo verdade, seria também por demasiado triste. E então tristíssimo, desolador — meu Deus! pensá-lo é ofendê-los! — seria que nem por nós tivéssemos os que diariamente sobem os degraus do altar, oferecendo a Vítima sacrossanta!...

Mas destes não falo, que eu tenho a convicção firme, inabalável, que o padre português sabe ainda muito bem cumprir o seu dever.

Mas é a outros, à grande massa dos católicos que me refiro e de quem se não exigem sacrifícios, mas somente algum amor à causa, imitando os nossos adversários!

Muita vez tenho ouvido falar da mísera condição da imprensa católica em Portugal, e a princípio quase me recusava a acreditar que um país, como o nosso, tivesse apenas dois diários católicos. Confrangia-se-me o coração ao pensá-lo e não atinava, confesso, com a causa...

Seria a sua inferioridade? Não. A imprensa católica do país é a mais séria, a mais ponderada, a única decente e limpa, que pode entrar em todas as casas, sem ministrar à donzela incauta o veneno do romance perigoso, e sem tecer, sob atraentes formas, a apoteose a criminosos, que faça perder o horror ao crime e até o torne simpático, senão apetecível.

A causa era simples: os católicos não sabiam cumprir o seu dever!... E ao passo que a imprensa liberal, ajudada por aqueles que até obrigação tinham de a combater, pelo mal imenso que tem feito e continua fazendo na sociedade — abra os olhos quem o quiser ver, e peça a Deus que lhe dê vista, o que não vir —, leva vida folgada, os católicos com exigências que não têm para o jornal ímpio, quase têm matado em Portugal a imprensa que tem por missão defender a Igreja, e os supremos interesses da nação!

Triste, sim, mas verdade!

E, no entanto, para termos muitos e bons jornais católicos, bastava — não é muito nem fora da razão! — que os católicos cumprissem o seu dever ou tomassem dos inimigos uma lição, que é a condenação do que têm feito, e um escárnio ao que continuam fazendo.

Por vergonha, ao menos, não assinem o jornal não católico; porque eles, caríssimos leitores e bons católicos desta terra portuguesa, nem gratuitamente querem os nossos!...

Não há muito que no Seminário foi recebido um exemplar das *Folhas Soltas*, que dali havia sido mandado a certo republicano, com a nota de *grátis*, e em que vinha escrito pela mão do

distribuidor: «Recusado. Não se cansem.» (Já não era a primeira vez que se lhe enviava aquela publicação.)

Estranhou-se o caso e estranhou-se bastante. Nada se pedia em paga dos exemplares mandados; só, e até muito atenciosamente, se pedia o obséquio de lê-los.

Na mesma ocasião recebeu um seminarista uma carta dum católico (?), a quem pedira que assinasse o jornal *A Palavra*, no que nenhum sacrifício faria, pois que podia, e até devia, devolver um jornal republicano, que assinava. O nosso católico não podia assinar o jornal, cuja superioridade reconhecia, porque, por uma certa condescendência, tinha de continuar a ler e a pagar, é claro, o jornal republicano, ímpio e ateu!

Eu nada quero acrescentar... Perdão! se me dão licença ainda friso o seguinte: o republicano não quis receber *gratuitamente* uma publicação católica; o católico e fiel monárquico *paga* e ajuda, com o *seu dinheiro*, o jornal que lhe ataca a crença, e vai apressando a queda da Monarquia, a quem serve!...

Se não por dever, por vergonha ao menos, não comprem o mau jornal! Nisto não fazem ainda o que fazem os nossos inimigos: estes nem *gratuitamente* querem as publicações que defendem ideias contrárias...

Soa.

12.4.1908

Jesus

Amou-nos! Eis uma palavra em que se resume a vida!

E assim como só no amor se resume, também só pelo amor se explica! Os seus benefícios, as suas obras, os seus sofrimentos nasceram da fonte inesgotável do infinito amor que dedicava aos homens.

Sendo homem, é um prodígio; não se lhe explicam os milagres. Sendo Deus, é um mistério; não se lhe compreendem as humilhações.

Mas custa menos admitir-lhe as fraquezas, crendo-o Deus,

que admitir os milagres, julgando-os actos de homem! Porque essas mesmas fraquezas e toda essa vida de sacrifícios, que o homem ainda não apreciou devidamente, mas de que já sentiu os admiráveis efeitos, são a realização dum plano divino, que assombra de grandioso, são o preço da nossa Redenção.

Essas humilhações, essas fraquezas, esses tormentos provam ainda a grandeza dum amor que, na ânsia de salvar o ente querido, não temeu antes procurou o sofrimento. Esse sofrimento — tão atroz e tamanho não o narra a história! — bendi-lo a humanidade com a razão que compreende, e o coração que sente que ele lhe conquistara o céu!

Foi mártir! Mártir sublime, que por sublime doutrina dera a sua vida no cimo do Calvário!

Foi mártir! E o maior dos mártires, porque, pela maior das causas, derramara o precioso sangue!

E o martírio granjear-lhe-ia as simpatias, a veneração, o amor de todo o género humano, ainda que por ele não morrera. É sempre simpático o que sofre; tem encantos sublimes o que chora, ao peso ingente duma dor imensa; merecem-nos amor as lágrimas ainda que não sejam causadas por nós!...

E aquelas do Mártir foram-no...

•

Deixou os esplendores da glória, e desceu ao ventre puríssimo da Virgem Imaculada.

Aproximou o céu da terra, e quis que a terra se elevasse até abraçar o céu.

Nasceu.

Pobre, num humilde presépio, foi adorado por almas simples de pastores, a quem havia sido anunciado por anjos que cantavam: «Glória a Deus nas alturas e na terra paz aos homens», por uma noite de Dezembro, em que as estrelas se aconchegavam nas profundidades do céu frio, espreitando através de um véu dum azul-claro, o surpreendente prodígio!...

E o homem que dormia em fofos leitos de macias sedas, talvez não sonhasse que, nas duras palhas duma gruta humilde, nascia, feito homem, o Verbo divino, o Filho de Deus!

Modestamente, singelamente, vivia na sossegada aldeia de Nazaré... E crescia, em idade e sabedoria, diante de Deus e dos homens...

Louro e belo, mais belo e louro que os anjos de Deus, talvez não corresse a brincar pelos campos em que vicejava a oliveira, e as aves ajeitavam ninhos nas ramadas dos sicômoros... Meditava a grandeza eterna de Deus, que criara tanta maravilha, e chorava a ingratidão dos homens, que se esqueceram do céu.

Não era do mundo. O mundo não o conheceu.

As suas delícias eram estar com os filhos dos homens. O amor que lhes tinha, é que o ligava à terra.

Um dia, talvez que do mês em que o lírio se mira nas águas sussurrantes do arroio, e as rosas silvestres desabrocham ao longo dos valados, começou a sua pregação.

Doutrina sublime era a sua! As palavras que dizia, eram espírito e vida...

E homens, de pele tisnada pelos raios do Sol, abandonavam as redes nas doces margens do mar de Tiberíade, e corriam a ouvir-lhe a doutrina e a presenciar-lhe os prodígios, como as donzelas que largavam os cântaros, à beira das fontes!

Na verdade a sua palavra era mais grata aos corações, que o sol ardente da impiedade transformara em áridos desertos, que às flores o orvalho que a fresca madrugada manda a reanimar os lírios pendidos, e a restituir o viço e a louçania às rosas desbotadas...

Na terra nunca se ouvira linguagem assim!

Mas quem não quisesse crer em suas palavras, devia crer em suas obras...

Abençoava as criancinhas, e dos que lhes fossem semelhantes em pureza e inocência, dizia ser o reino dos céus. Chamava a apreciar os esplendores da luz os sepultados em trevas. Concedia que apreciassem as harmonias da terra, os que haviam nascido surdos. Perdoou à Madalena uma vida de crimes, por um momento de dor; e maior foi a corrente das graças que ela obteve, que o rio das lágrimas que chorou.

Restituiu à vida o filho único da desolada viúva de Naim. Chorou sobre o sepulcro de Lázaro, e, à sua palavra bendita e omnipotente, Lázaro surgiu do túmulo. Dava o melhor lugar no Seio de Abraão ao pobre a quem, em vida, não foi permitido co-

mer sequer as migalhas que caíam da mesa do rico avarento. Saciava as multidões no deserto com o pão que miraculosamente multiplicava, e escondia-se, quando o queriam aclamar rei. Imperava nos ventos, e andava por sobre as águas.

Respirava serenidade e paz; não como a dá o mundo, Ele a dava aos homens. Curava as feridas da alma, com o bálsamo celeste da verdade. Perdoava pecados, e a Ele ninguém o podia acusar de pecado.

Mais tarde, numa noite em que a luz da Lua meiga e triste se coava pelas pálidas folhas das oliveiras de Getsemani, os seus inimigos — o justo, o santo da caridade tinha-os! — prenderam-no.

Não se lhe extinguira no peito a chama do amor; perdoou. Encarando docemente o discípulo que o traíra, com um beijo, com mais compaixão do seu pecado que receio das consequências dele, deu-lhe o nome de «amigo»: «Amigo, a que vieste?»

Julgaram-no, e não lhe acharam nenhum crime. Mas a multidão que lhe esquecera os benefícios, pedia a sua condenação... A fraqueza da terra permitiu os insultos à Majestade do céu. O Mártir foi condenado.

Volveu os olhos repassados de angústia para Pedro, que o negara, e este foge a chorar o seu pecado.

Depois, no cimo do Calvário, a cruz banhada em sangue, em que agonizava o Justo, erguia-se entre as de dois ladrões.

Os seus lábios não soltaram uma queixa; murmuraram antes uma oração pelos homens, que não sabiam o que faziam...

O perdão desceu, magnânimo, compassivo, sobre os escárnios e o ódio da populaça! Queria obrigar a amar, amando até morrer!

Sentiu-se abandonado, e volveu para o céu um olhar cheio de angústia. Expirou: Estava redimido o género humano.

A sua vida foi assombrosa, para se atribuir a um homem, e por demais humilde, para ser dum Deus. Mas quando um Deus ama, quem lhe medirá a profundeza e extensão do amor?

16.4.1908

Resurrexit

Ressuscitou!

Vista a natureza suas galas; entoe a ave seus trinos; exale a flor seus perfumes; siga radiante o Sol o seu curso! Jesus ressuscitou!

Cante o arroio no prado, e não gema o vento nas selvas; sopre meiga a brisa das tardes, e abram as flores dos jardins; amem-se os homens; perdoem-se as ofensas; haja alegria e paz! Ressuscitou Jesus!

Cessem as lágrimas de dor; exultem os corações de jubilo! *Hæc dies quam fecit Dominus: exsultemus et lætemur in ea!*

Alvo como a neve, risonho como a esperança, mais esplendoroso que os astros que brilham na imensidade do espaço, surgiu do túmulo o meigo Jesus, o Filho de Deus! Aleluia!

*

O amor o fez morrer; fê-lo ressuscitar o amor; não vacilasse ainda o homem!... Devia este crer, para que crendo, alcançasse a vida eterna...

Ressuscitou. Não é vã a nossa fé.

Esse milagre estupendo da ressurreição é ainda o complemento glorioso, a comprovação iniludível da obra divina!

Jesus sofrera imenso; como ele ninguém ainda sofreu, mas não era ainda, após tantas dores, completa a sua obra.

As cenas comoventes, os actos admiráveis do seu amor arrastariam os corações, mas talvez não convencessem as inteligências. Faria o seu sofrimento despertar todos os afectos, chorar todas as lágrimas, partir todos os corações; mas talvez não fizesse nascer a fé, radicá-la no espírito, superior às volubilidades do coração. Em tanta dor, em tanta angústia, suma bondade se revelava; mas o poder infinito de Deus ficava escondido sob tantas humilhações.

Ao romper da aurora, alegre e feliz, após longas noites de grandes sofrimentos, Jesus levantava-se glorioso do túmulo, como radiante se levanta o Sol, por detrás das serras longínquas, alegrando, iluminando, vivificando...

Depois de tanta dor, que fez sentir a morte; depois de tanta lágrima, que regou o túmulo; depois de tanto sofrimento, que despedaçou tanta alma, a ressurreição foi um bálsamo, foi uma consolação, foi um alívio...

Rasgou os negros véus que velavam os corações, imersos nas trevas do sofrimento: foi luz...

Foi calor, que animou, que aviventou para a luta os espíritos enfraquecidos pelas humilhações que suportava resignado o Filho de Deus, as almas que começavam duvidando da divindade do Mestre...

Tinha feito milagres; criam-no o Cristo, Filho de Deus vivo; mas a fé que nele depositavam desfaleceu, extinguiu-se talvez, quando o viram morrer no madeiro infamante da cruz. Toda a sua vida, todos os seus milagres precisavam ser confirmados.

Se não ressuscitara, talvez as gerações que passam, e herdam e transmitem as memórias dos grandes heróis, recordassem a figura serena e majestosa, meiga e humilde, benfazeja e superior, de Jesus de Nazaré; talvez que os povos reverenciassem o Mártir; não adorariam o Deus!

A ressurreição é o grande milagre pregado ao mundo, e em que o mundo crê.

Prega-o S. Pedro às turbas dos judeus; atestam-no os soldados que guardavam o túmulo, e fugiram aterrados por tal maravilha; confirma-o a crença de dois mil anos, que sem Ele não poderia sustentar-se: é monumento que precisa forte alicerce, para não cair; árvore, que necessita abundante seiva, para não secar; rio, que requer grande fonte, para não desaparecer!

Coroa fulgurante da vida dum Deus, a ressurreição foi ainda um acto de amor. Creia-o homem, e, crendo, tenha a vida eterna!

Ressuscitou! Aleluia!

Soa.

19.4.1908

O mês de Maria

Tivesse o avozinho paciência!...

Bem via... A mamã não podia acompanhá-la... Ela havia de ir sozinha? E passando as mãozitas delicadas pelas faces do avô, e cobrindo-lhas de beijos, para o forçar a render-se, mostrava-lhe o seu lindo ramo de flores, frescas, orvalhadas ainda, que desejava oferecer à Virgem, naquela tarde do mês de Maio.

Se ele soubesse que cedo se levantara para as colher! Mal rompia o Sol por detrás dos pinhais, e, no jardim, as gotas do orvalho, límpidas e brilhantes, retratavam o verde do prado, umas, o azul do céu, outras... Que pena, se por culpa do avozinho, elas não fossem enfeitar o altar da Mãe de Deus!

Mas o velho escusava-se... Afinal, também assim fora no começo da vida... Influências de sua mãe que o educara cristãmente... Mas depois estudou, viu mundo, e hoje... ah! hoje estava mudado!...

Descobrira por fim a verdade... A ignorância criara um Deus, e, pelo andar dos séculos, homens ousados, embora inteligentes, aproveitando essa crença, fundaram religiões, das quais a mais séria e completa não resistia a um exame sério.

Bendito o progresso! Bendita a civilização, que abriu novos horizontes ao espírito humano, emancipando-o da tutela deprimente dos velhos dogmas, em que hoje seria pueril e ridículo acreditar!

Não pudera, porém, convencer disto a filha, e muito menos a neta, em cuja cabecita loura não cabia que fosse possível a vida sem o Deus que manda dar esmola aos pobrezinhos, sem a Virgem a quem se oferecem flores, e os lindos anjos que o Senhor envia a abençoar os inocentes da terra!...

No entanto, teimava... No dia seguinte, os ímpios seus amigos escarnecê-lo-iam, se, obedecendo ao capricho de alguém, ainda mesmo duma criança encantadora, houvesse visitado o templo. E então oferecer também uma flor!... Que ideia! Um espírito superior devia opor-se a tão ridículas crenças!

Mas dedicava grande amor à ingénua criança (e talvez que esse fosse o único afecto sagrado do seu coração mundano), e

nesse momento os seus belos olhos, rasos de água, erguiam-se queixosos e suplicantes para ele. Não houve resistir-lhe...

Iria então com ela!

— Mas a flor, avozinho?

— Outro dia, meu anjo! — e beijou-a. Já não era pequeno sacrifício acompanhá-la à igreja!...

*

É Maio, o mês dos encantos, o mês das flores, que de mais vistosas galas veste a natureza inteira, e de mais santas alegrias inunda o coração do homem! É Maio, o mês dos encantos! É Maio, o mês da Virgem!

Cantam as águas nas fontes, e brincam com os alvos seixos os pequenos fios de água que rumorejam contentes à sombra dos salgueiros. Viceja o lírio ao longo dos valados que cercam as herdades, e nos ramos verdes, do verde-claro das tenras folhas, há casitas de paz, ninhos de amor, com avezinhas que chilreiam, à espera do biscato.

O sol tudo alegra, desde a mariposa de asas de ouro, que beija de leve as flores, ao lavrador que pela estrada clara, cheia de sol, ou pelo atalho que conduz à herdade, em mangas de camisa, canta despreocupado, ou fala em alta voz, como a bons amigos que o entendem, aos pacíficos bois!

Há vida! Há paz! Há amor!

A terra é então um éden, donde se elevam até ao céu hinos de louvor e agradecimento! Porque do céu é que veio a riqueza e a saúde, o bem e a alegria, a vida e o amor!

Bendito seja Deus! É frase que todos os lábios pronunciam, afecto que todos os corações sentem, canto que de todos os lados se eleva, a todas as horas se entoa, ou a Lua beije com pálidos clarões a face da terra, ou o Sol despeça raios de intenso calor, à hora do meio-dia!

Bendito seja Deus! A toda a hora, a todo o momento: quando se lança à terra a semente, para que germine; quando o planta nasce, para que cresça; quando produz, para que amadureça e funda!

Bendito seja Deus! Olhai que é o que dizem ao longe as vozes frescas e suaves das raparigas da aldeia, em grupos anima-

dos, em que também há velhos que se curvam ao peso dos anos, e mancebos que gozam o viço da vida!

Voltam as mansas ovelhitas ao aprisco; pela encosta que vão subindo, perde-se o tinir das campainhas. É ao cair da tarde...

Que satisfeita a pequenita pela mão do avô!

Chegam à igreja; um céu! O altar é um campo coberto de flores; o trono, um céu recamado de estrelas! No cimo, sorridente e bela, a imagem da Virgem!

A princípio, religioso silêncio! Piedoso recolhimento! O velho ajoelhou também.

Um não sei quê misterioso lhe penetrara até ao fundo da alma, como a saudade do passado que se erguia longínquo com os fulgores da mocidade... Naquele tempo também era crente, e que feliz!

Era como a jovem netita — lembrava-se bem! — o primeiro a correr pelos campos, colhendo as flores mais mimosas, para o altar da Virgem!

Depois perdeu a fé... Mas quando, quando? No lar doméstico, não! Naquela atmosfera de virtude, também ele era bom. Era tão amigo dos pobres, tão puro, tão inocente! Que dia alegre, que dia feliz o da sua primeira comunhão!

Depois... ah! perdeu a fé, quando se lhe corrompeu o coração!...

E o mundo, que lha roubara com as fascinações do teatro licencioso, do romance imoral e das companhias viciosas, nada lhe dera que a substituísse. O prazer mundano deixava-lhe o coração mais sedento de gozos!...

E aqueles que ali estavam — felizes! — crentes no Deus de seus pais, a quem confessavam suas dores, e cantavam hinos de louvor em horas de alegria, tinham o coração a transbordar de afectos! Pelo templo ressoavam cânticos duma unção toda divina...

Voltou pensativo para casa...

Tinha necessidade de meditar, de gostar a sós consigo aquela impressão deliciosa, aquela poesia da natureza em festa, do coração nadando em amor do céu e da terra, de Deus e dos homens, que tanto o comovera na humilde igreja da aldeia...

Não lhe esquecia aquela tarde tépida de Maio, a ver desaparecer um Sol no horizonte, e a sentir nascer uma esperança no coração!

Desde aquela tarde amava mais a neta, a ingénua criança, mais feliz na sua simplicidade que cria em Deus e na Virgem, que o livre-pensador, que julgou, no gozo febril da sua vida dissoluta, que a filosofia justificava a incredulidade. Enganara-se, porém... Houve muitos sábios que foram santos e houve grandes santos que foram sábios!

A Virgem era bem digna de todas as flores, só pelos momentos de indizível consolação que lhe proporcionara a devoção da netita; e ele talvez lhe viesse a oferecer uma flor, murcha já, mas que revivesceria ainda para o amor, regada com as orações do seu anjo e as lágrimas de sua filha...

Quem sabe? Aquela tarde de Maio talvez fosse o princípio da sua conversão! A verdade do dogma católico brilharia sem nuvens a seus olhos, e a sua conversão havia de dar-se... tivesse o avozinho paciência!...

Soa.

3.5.1908

A uma rosa

Rosa tão linda, pálida e trista,
Rosa de encantos, cheiras tão bem!
Vejo que sofres; dize, que sentes?
Tens saudades de tua mãe?

Pois ainda ontem tu vicejavas,
Ao pé das rosas, tuas irmãs,
Com quem vivias, embalsamando
A branda aragem destas manhãs!...

Mas eu cortei-te; rosa, perdoa!
Gostei de ti, mas ah! fui cruel!
Tens saudades, não tens? da abelha
Que ia, zumbindo, buscar o mel?

Tu lá choravas lágrimas santas,
Que a aurora punha no cálix teu,
E eras alegre! Vê: quando eu choro,
Sou triste e é sem fim o sofrer meu!

Fechas as folhas na dor imensa
Que te assoberba; causas-me dó!
Pois, coitadita! lá na roseira,
Tinhas amigas, não 'stavas só!

Rias com elas à luz do Sol;
Brincáveis todas c'a brisa pura
Que a madrugada manda a acordar-vos,
Depois do sono da noite escura...

Tu namoravas uma avezita
Que p'ra o teu ramo vinha cantar;
Tinhas um 'espelho nas claras águas,
Em que te estavas sempre a mirar!

Agora, pobre! vais definhando.
O lindo vaso não te seduz?
Rosa tão branca, rosa de encantos,
O que te falta? Tens ar e luz...

Ah! mas o prado tão verde e o canto,
O canto triste do rouxinol?
E a brisa fresca que se levanta,
E vai beijar-vos, ao pôr do Sol?

Tudo isso falta; mas que era isso,
Ao pé da falta do maior bem?...
Rosa, confessa, 'estás triste e morres,
Com saudades de tua mãe!

Maio de 1908.

S.

14.5.1908

Conversando...

... Ora, meu estudantinho, eu dou-te um puxão de orelhas, e levo-te diante de mim à presença de tua mãe que decerto te mimoseará com uma boa tareia!... Porque eu, não sei se sabes, conheço tua mãe, uma bondosíssima senhora, que tanto se esmerou em te dar uma boa educação, e a quem tu não honras com o teu proceder e as tuas modernas ideias ou... falta delas.

Ora, anda cá... Que figura julgas tu fazer à porta das farmácias, entre o fumo dos cigarros e conversas pouco limpas, comodamente recostado, ao passar das procissões? Para que tomas uma atitude pedantesca de filósofo ou livre-pensador, espírito forte ou cousa assim, esboçando um sorriso de troça senão dirigindo uma chufa, quando vês passar no cumprimento do seu dever ou na sua missão sublime de ministro de Cristo e benfeitor da humanidade, o padre, que até só pela sua vida exemplar te deveria merecer todo o respeito?

És ridículo, meu amigo, és ridículo... Tanto mais que não tens a mínima autoridade para tal.

Olha: eu não quero fazer-te corar; se quisesse, começaria por dizer-te que olhasses antes para as calças, que andam dizendo adeus às botas, enquanto estas se riem a bandeiras despregadas para as pedras da calçada... E és tu que talvez nem leias as lições que te marcam os professores (certamente porque não precisas...) quem vem, com ares de sábio, dizer mal da religião e dos padres, e de tudo quanto é sagrado e está por isso mesmo muito acima de ti!

Valha-te Deus! Mas dize lá: Tu também és republicano... Portanto lês os jornaisinhos lá da grei..., está claro; nem podia deixar de ser assim! E depois o que eles dizem é tudo infalível, pois não é?

Daí vem talvez usares a tua gravatinha encarnada, durante o tempo do luto nacional... Não creio que isso dê grande ideia de ti! Nada querendo com o rei, certamente que usais de encarnado, pela morte dos assassinos da família real. Eles que vos agradeçam um dia... Porque talvez um dia vos encontreis...

Bem, mas eu nada tenho com as tuas opiniões políticas, tan-

to mais que a religião não é incompatível com forma alguma de governo. A religião está muito superior à política, paira noutras regiões mais altas. Mas repara: eu não quero com isto dizer que a religião não haja de informar e dirigir os actos da política, nem que alguém possa ser católico na igreja e ateu junto à urna. Eu não compreendo que se ensine que os sacramentos são sete, e se dê o voto ao Sr. Dr. Roboredo para defender o divórcio.

Mas quanto à religião, o jornal diz-te que não deves crer, e tu não crês. Porém eu tenho razões para acreditar que tua mãe te ama bem mais que os que escrevem no teu jornal predilecto, e se ela visse que essas doutrinas que agora professas te davam a felicidade, recomendar-tas-ia, e até se teria esforçado por tas incutir no espírito. Porque essas doutrinas, meu homem, já existiam, quando nasceste; nem o mérito da novidade têm...

No entanto tua mãe, que bem as conhecia, mal balbuciavas as primeiras palavras, sentava-te nos joelhos, e, apontando-te o céu, ensinava-te a dizer um nome que tu agora odeias: Deus!

Depois foste crescendo e ela ensinou-te (talvez te lembres ainda!) a orar! De manhã e à noite, quando te acordava com beijos e te adormecia com carícias e afagos, de teus lábios e de teu coração puro subiam ao céu as harmonias suaves duma oração divina!

«Padre-nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome!...» olha a oração sublime que em pequenino dizias, e que o próprio Jesus ensinou, talvez também às criancinhas, nas ridentes margens do mar de Tiberíade!

Tua mãe ainda a diz hoje por ti, por ti que a não dizes por ela! Crê: tua mãe não te enganava, quando te falava em Deus! São infalíveis as mães!

Não sou eu quem to diz, é Lacordaire:

«Enquanto que toda a criatura é induzida pelo egoísmo que lhe oculta a verdade para ela e para outros, o coração de uma mãe caminha com todo o seu peso sobre o pendor do sacrifício, e nele assume certa espécie de infalibilidade moral, que não lhe permite enganar-se sobre o alimento espiritual que convém à felicidade de seu filho.»

Numa obra muito recente encontrei também o seguinte bocadinho, que quero oferecer à tua consideração: «Eu creio na in-

fabilidade das mães quando põem os seus filhos sobre os joelhos, e lhes ensinam pela primeira vez a pronunciar o nome de Deus. A mãe também é uma espécie de papa; a sua cátedra é o seu seio; os seus fiéis são os seus filhos; a sua infalibilidade é o seu amor.»

Mas tu não crês em Deus. E que razões tens para não acreditar n'Ele?

Toda a humanidade crê... No mundo antigo, conheces os cantos sublimes dos Hebreus? Não creram em Deus os Assírios, Babilónios, Egípcios, embora formassem da Divindade um concerto errado? Queres ver na Grécia confirmando a crença do povo, os génios de Platão e Aristóteles? Consulta Cícero em Roma, e ele, traduzindo o sentir de todos, te dirá que duvida da saúde intelectual de quem negar a existência de Deus.

Mas não é só a imensa maioria que crê em Deus, é também a maioria dos mais sábios e melhores: S. Tomás, Alberto Magno, Leibnitz; Miguel Ângelo, Rafael, Leonardo da Vinci, Murillo; Massillon, Fénélon, Bossuet, Vieira; Galileu, Copérnico, Kepler, Lavoisier, Descartes, Pascal, Mallebranche, Pasteur, Lapparent. Aí tens representantes da filosofia, da esculptura e da pintura, da oratória, da astronomia, da química, da física e da geologia. Milhares de outros te pudera citar, mas creio bastarem esses.

Com estes tem crido a humanidade, e nos princípios essenciais da vida moral e social (é um sábio quem to diz) pode errar um indivíduo, mas nunca a humanidade inteira; se isso fora possível, anular-se-ia a condição indispensável da sua existência.

Confessa: tu não negas a Deus com a razão, nega-lo com o coração. *Dixit insipiens in corde suo: Nou est Deus!*

Sim, nega-lo, porque o temes, porque junto dele te não recomendam as tuas acções. Não mentia Santo Agostinho, quando dizia que só negava Deus quem tinha vontade que Ele não existisse.

Ora não te iludas! Consulta os homens prudentes, estuda muito, conserva sempre o teu coração em estado de desejar que Deus exista (recomendação dum filósofo francês), e não duvidarás nunca da sua existência. Quando, já homem, fundares a tua descrença num estudo sério, ponderado e reflectido (mas isso é impossível dar!), então respeitarei as tuas opiniões, se me respei-

tares as minhas... Agora com vernizes de ilustração e pomposas frases do jornalzinho imundo, rindo de tudo, troçando da fé e ficando sentado ao passar das procissões, tem paciência mas... puxo-te as orelhas!...

Soa.

4.6.1908

A Mãe de Jesus

«Quem sabe os nomes vossos,
ó mães de Tasso e Dante?»

Lembrou-me a propósito da festa hoje celebrada em honra da Virgem, este verso de Guilherme Braga, queixa amarga do esquecimento a que são votadas as mães, mesmo quando os filhos sobem aos mais altos píncaros da glória humana.

Entre tantas mães, só uma lembra, só duma se sabe o nome: Maria, mãe de Jesus! E pensei no que há de grande nessa mulher sublime, de nobre e elevado nessa filha da Judeia, de extraordinário nessa mãe, para só ela ser recordada, louvada, bendita e glorificada por toda a humanidade.

Enorme, enormíssima diferença deve ela de ser, a que existe entre a Mãe de Jesus e as mães dos grandes homens, que o mundo não lembra nem vai arrancar à sua modéstia e ao doce retiro da sua casa, donde ignoradas espreitam os triunfos e as glórias dos filhos, para as assentar com o rosto orvalhado das lágrimas da alegria e o coração alvoroçado, ao pé daqueles a quem coroam de louros nas grandes apoteoses!

Enorme diferença é essa, porque a que vai de Jesus aos grandes homens, é a que vai de Maria às mães de todos eles! E Jesus era mais que um homem; mais que o «filho do carpinteiro» que despertava ódios e causava admiração; mais que o doce Rabi da Galileia, que sorria aos homens adormecidos à sombra dos sicômoros, e passava os dedos mimosos pelos louros cabe-

los das crianças de olhos azuis, que as mães lhe pediam para abençoar, nas margens ridentes do Jordão; mais que o louro Nazareno que passava, repassados os olhos de ternura infinda e solta e túnica fina às virações da tarde, perdoando crimes e amando os homens: mais que essa figura saudosa, tão terna e tão poética, que aparecia sorridente em sonhos às almas cândidas dos pobres que o amavam, e espalhava sobre as misérias da terra bálsamos que eram do céu! Mais que tudo isso, ele era, com menos poesia mas talvez com mais verdade, o Filho de Deus, o Verbo divino encarnado!

Não o sendo, não marcaria uma época na história da humanidade a sua vida tão curta, que ao mesmo tempo foi marco luminoso que dividiu e separou dois mundos. Sol brilhantíssimo, não teve poente: eternamente brilha a nossos olhos, explicando o mistério da nossa existência e suavizando os espinhos do nosso sofrimento. Jesus era Deus, e Maria, mãe de Deus!

Neste facto extraordinário assentam os louvores que lhe dirigem, e está o motivo por que não a esquecem.

Seguia sempre seu Filho, quando o via sofrer; assistia-lhe aos transes dolorosos da sua vida; aparecia a minorar-lhe as amarguras infinitas da sua alma; corria a não deixar partir de dor o seu coração abrasado em afectos! Que sempre foi de consolação aos filhos, só a presença das mães... Sozinho deixava-o apenas, quando lhe cantavam hossanas e atapetavam de rosas o caminho que andava. Festas assistiu a uma: às bodas de Cana. E aí foi para acudir com a sua protecção num momento angustioso. Mas como a vida de Jesus foi uma vida de sofrimentos, raro vemos o Filho que não vejamos a Mãe!

Além da glória que lhe vem do Filho, a Virgem tem ainda a que lhe vem das perfeições e graças que recebeu, do papel que desempenhou e ainda desempenha na economia da religião cristã: corresponde a uma necessidade do cristianismo, da própria natureza humana. Jesus não teria existido sem Maria, e a Redenção operada sem o mistério sublime da Encarnação, seria talvez mais grandiosa mas, sendo divina, não era tão humana!

Parece que as outras mães desaparecem, quando os filhos entram na cena do mundo. Não assim esta!

Passa os tormentos de Jesus, é mártir com o Mártir, e mais simpática é onde mais sofre por mais ver sofrer.

Vemo-la em Belém numa noite fria de Dezembro; vemo-la atravessando os extensos desertos em fuga para terra estranha, e mais tarde esconder-se no sossego do seu lar, na humildade da sua casinha pobre, na modéstia do seu viver, até que a chamam as iras da plebe para partir-lhe o coração de dor, no cimo do Calvário. E vê morrer seu filho, e recebe-o morto nos braços, e coloca-o frio no túmulo!

A sua missão, continuou ainda: é guia, é alento, é esperança! Sendo mãe de Jesus, é nossa mãe também.

Sobe gloriosa aos céus, lá reina e de lá protege seus filhos. E a humanidade não se admira de que só esta mãe seja lembrada entre todas as mães do mundo. Se filho como o dela não houve, mãe como ela não há.

É única: nas perfeições que não podiam ser maiores; na grandeza, porque é Mãe de Deus; no sofrimento, porque o filho foi o mártir dos mártires; no amor, porque, amada por Deus, amou como ninguém esse mesmo Deus!

Sem Tasso e sem Dante existiria o mundo; sem Jesus não viveria, pelo menos para a graça e para a glória, o homem caído. Além de ser mãe de Deus, é mãe dos homens; não esquece nem se lhe esquece o nome!

Pergunta embora desalentado o poeta:

Quem sabe o nome vosso, ó mães de Tasso e Dante?

a humanidade continuará sempre dizendo, num leve murmúrio de amor:

«E quem pode esquecer-te, ó Mãe do nosso Deus?»

Soa.

20.8.1908

Guerra à má imprensa

Há imprensa que edifica e há imprensa que destrói; há imprensa que educa e há imprensa que perverte. Há imprensa que moraliza e há imprensa que bestiliza; há imprensa que discute e há imprensa que, em vez de discutir, insulta; em vez de formar caracteres, forma assassinos; em vez de incutir no cérebro dessa massa anónima — que é o povo — princípios de sã doutrina e de sã moral, incute-lhe ideias revolucionárias; nega-lhe a existência de Deus e, para cúmulo da desgraça, manda-a desrespeitar os chefes de família!

Há imprensa que pede luz, muita luz, sobre o *mysterioso* atentado de 28 de Janeiro e há imprensa que glorifica assassinos e aplaude o crime.

Há imprensa que corrompe, há imprensa que nada a satisfaz, que nada a contenta, que nada lhe enche o vácuo, porque, quanto mais o enche, mais vazio aparece. Há imprensa que tudo avilta, tudo amesquinha, tudo nega, até o próprio Deus; há imprensa que tudo pretende avassalar, tudo pretende subjugar, tudo pretende destruir, tudo pretende aniquilar, tudo pretende assassinar.

E que imprensa é essa que destrói, que perverte, que bestializa, que insulta, que forma assassinos, que nega a existência de Deus, que glorifica os regicidas, e que aplaude o crime?

Ah! todos o sabem, ou, pelo menos, todos o deviam saber.

É a imprensa republicana, é a imprensa ateia, é a imprensa jacobina, é a imprensa ímpia. É a imprensa que promete liberdade para, sobre o pó ainda quente dos que deram a vida pela revolução, levantar a guilhotina, é a imprensa que promete igualdade para alargar o abdómen!

Guerra sem tréguas a essa imprensa, guerra sem tréguas a esse elemento mórbido que tudo pretende aniquilar. Guerra sem tréguas a essa imprensa perversa, obscena e vil, que tão cinicamente ousa arrancar da alma do povo os sentimentos mais nobres e mais santos — os sentimentos cristãos para fazer dele um elemento do seu domínio.

A imprensa republicana é o nosso maior inimigo, porque é o inimigo da Pátria, é o inimigo da Religião, é o inimigo de tudo o que há bom, de tudo o que há mais santo e mais sagrado.

Se a imprensa ímpia nada respeita, porque tudo amesquinha; se nada a satisfaz, porque tudo acha pouco, se em toda a parte prega o ódio, a perfídia, a traição, porque alimentam esse parasita devastador, porque compram esse jornal obsceno e perverso.

Convença-se o povo de que vive enganado, de que vive ludibriado, de que vive numa ilusão completa.

Debaixo daquelas palavras que só iludem papalvos, debaixo daquela retórica que só seduz os ingénuos, debaixo daquelas promessas que já não iludem nem os papalvos, nem os ingénuos — o que aparece? Aparece a ambição do mando, o desejo de governar.

O povo que compra esse jornal ateu, o povo que auxilia na sua conduta os inimigos da Religião e da Pátria, o povo que socorre a imprensa que desmoraliza, que desvia os espíritos rectos do caminho verdadeiro, não sabe, ainda, compenetrar-se dos seus deveres cívicos e religiosos. Não sabe que, auxiliando essa imprensa, fazendo propaganda das suas doutrinas, leva para o lar doméstico a ruína da família, senão a ruína duma nacionalidade.

O povo é cego, o povo não vê. Ou pelo contrário, o povo vê mas faz-se cego, o povo ouve, mas faz-se surdo.

Há-de custar-lhe caro a cegueira; há-de custar-lhe caro a surdez.

Não siga o povo os conselhos que lhe dá a imprensa que tem por lema a doutrina de Jesus Cristo e por fundamento o Evangelho, despreze o povo a verdadeira liberdade e a verdadeira igualdade, que foi a pregada com a palavra e a confirmada com o exemplo por o Divino Mestre, despreze tudo isto para se deixar ir na corrente do livre-pensamento e verá como as contas lhe sairão furadas, verá como a vida lhe correrá risco e verá como a independência deste pedaço de terra à beira-mar plantado — como diz o poeta — correrá perigo... de perda.

Viseu, 30 de Março de 1909.

S.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Conferência sobre a Restauração[1]

Ex.mos Professores[2]
Minhas Meninas e
meus Meninos

Felizmente que me não pediram para vir aqui fazer um discurso! Encomendar-nos nesta idade discursos é decididamente querer perder o tempo com as pálidas luas que nós vemos chorar na amplidão azul, e as lindas canções que as aves entoam à beira das correntes cristalinas.

Coisa mais prática porém se exige no presente momento histórico! Vive-se a correr, e cada momento que se gasta, é um peso de ouro que se ganha ou perde. O tempo é ouro, o tempo é dinheiro, dizem-no os Ingleses milhares de vezes, não é muito que eu vo-lo diga uma só.

Estai descansados, pois, não vos farei um discurso, que mesmo para discursos não me fadou muito a natureza.

Mas antes de transmitir-vos muito chãmente, muito familiarmente as notas que tomei nos momentos tirados às minhas ocupações, permiti meus senhores, que eu preste a minha mais sincera homenagem ao alto pensamento que instituiu estas reuniões, e à vontade enérgica que as sustenta e continua. Eu quereria dizer-vos que de satisfação me não vai na alma, porque num liceu português se desse um passo tão importante, como este me parece ser, para a aproximação do professor do aluno, condição indispensável, para que a acção daquele sobre este seja verdadeiramente eficaz.

---

[1] Tive, confesso, uma certa relutância em aceder ao pedido que me foi feito, de publicar a minha conferência do Liceu.
Se bem que convidado para ela, aquela festa foi para mim uma surpresa, embora agradável: não a supunha tão imponente. Por isso e porque me não abundava tempo para fazê-lo, não escrevi um trabalho digno pela forma de ser publicado. Limitei-me a tomar umas notas sobre um assunto histórico indicado, que, por falta de tempo, não cheguei a versar, precedendo-as porém dalgumas considerações sobre educação e ensino. Não dizia nada de novo; tinha apenas a vantagem de apontar factos da observação de todos.
Publicando isto, eu esforço-me por apresentar tão fielmente como é possível em casos tais, o que pronunciei.

[2] Exmos. Srs. Dr. Barata, Dr. Corte Real e Dr. Rocha.

Sentindo em mim esta satisfação e prestando esta homenagem, eu não advogo, meu senhores, ideias novas por uma necessidade de ocasião; muito antes de supor que um dia me seria possível vir dizê-lo aqui, eu pensava já que os métodos seguidos deviam de andar por força muito afastados dos necessários, para que o ensino tivesse os resultados que a sociedade e cada um de nós tem o direito a exigir dele: a formação de indivíduos verdadeiramente instruídos, úteis a si e ao seu país.

Isto é uma inovação; será! Digam até, se quiserem, que é o início duma revolução, mas o início duma revolução útil como nenhuma, ao abrir caminho por onde, forçosamente hão-de enveredar aqueles que tiverem nalguma conta a prosperidade deste país, que é a nossa pátria!

Grande obra, na verdade! E eu apenas sinto não ser nesta ocasião estranho a tudo, para muito livremente e sem reparos elogiar com ela os seus iniciadores, e os professores deste Liceu que, despidos das velhas fórmulas, estão seguindo uns métodos de ensino tão de harmonia com as modernas exigências sociais.

Desculpai, meus senhores, o tom em que vos faço algumas das minhas afirmações; mas, levado pela necessidade e pelas especiais condições em que vivo, a prestar alguma atenção a todas as questões que se prendem com a educação da juventude, eu julgo-me com mais obrigação do que vós, de considerar quão de útil e de importante, de moralizador e instrutivo, vai nestas reuniões.

E assim é que com o mesmo desassombro que digo aos alunos: «deveis estudar, deveis instruir-vos», eu diria aos professores, se disso necessitassem, que eles devem ensinar, que eles devem trabalhar pela educação da mocidade.

Mas o professor vai deixando de ser — e bem que assim é — a figura impassível, coração de gelo, que marca lições e aponta notas, para ser o fino educador, para vir até ao aluno, e o guiar, e lhe infiltrar na alma a par do amor à ciência, o amor à virtude e o amor ao seu desenvolvimento físico. Ele entusiasma e incita o mais hábil, ajuda e ampara o mais fraco, ama a todos com um amor de pai, o mestre de todos os mestres.

Não sei, meus senhores, se é preciso apresentar-vos nomes a corroborarem esta opinião, de que o professor deve amar os

seus alunos e se deve fazer amar por eles. Mas num livro que não há muito li, um educador francês falava nisso como em coisa que ninguém de juízo se lembrou ainda de contestar.

Não tivessem estas reuniões outra utilidade e seriam já utilíssimas, demolindo o espesso muro de desconfiança e ódio que se ergueu entre o professor e o aluno, a inutilizar toda a acção que o primeiro deve exercer sobre o segundo. — O professor na verdade tem-nos olhado, como o garoto desqualificado a que não pode estender-se a mão, como o cábula eterno, o incorrigível preguiçoso. E nós por nosso lado temos encarado o professor como o tirano inflexível, capaz ele só de substituir as dez pragas do Egipto, o representante da ciência, a coisa mais triste que Deus no mundo deixou inventar aos homens!...

Ambos temos errado: não haverá uma única voz que o ponha em dúvida. Mas temos permanecido num círculo vicioso de que é mister sair, comece quem começar, sendo no entanto preferível que comecemos todos. O professor afastando-se do aluno, subindo a pináculos inacessíveis, deixou-o descer a revolver-se na lama ignóbil de todas as baixezas; e o aluno, tendo-o feito, tendo-se esquecido do que deve à sua honra e à sua dignidade, a si, a seus mestres e a seus pais, tornou-se na verdade indigno de que o professor com ele conviva, de que o professor o receba com agrado.

Discípulos e professores, mister é que cada um de nós ceda alguma coisa: que nós subamos, descendo eles, e que eles desçam, subindo nós.

Que eles desçam, não é bem; eles não descem nunca, sobem sempre, na judiciosa observação de Lietz. Na verdade, nada no mundo há mais nobre que o apostolado do ensino; nada mais belo, mais cheio de inefáveis consolações que o abrir uma inteligência à luz, guiá-la pelas íngremes mas atractivas veredas da ciência, ir-lhe desenrolando ante os olhos os vastos horizontes, ir-lhe ajudando a subir o gigantesco monte cujo cume jamais se atingirá!

Grande obra é moldar uma alma! Extraordinária obra é formar um carácter, um indivíduo — um corpo, uma inteligência e uma vontade —, como os precisa para ser grande este pobre país de Portugal!

Pobre e bem pobre! Ouve-se aí dizer a cada passo, nas ruas, nas associações, nas praças públicas, nos artigos dos jornais oposicionistas, porque para os outros isto vai sempre em mar de rosas, que Portugal está decadente, que nós caminhamos para o aniquilamento da nossa nacionalidade.

Tudo fala em desgraças. Vêem-se Jeremias de mais por esse país chorando com saudades do antigo templo; mas notai, meus senhores, que esses Jeremias choram sentados: chora-se de mais e trabalha-se de menos...

Uns atribuem a nossa decadência às crises políticas, outros ao avanço da ideia republicana, outros aos deputados, outros aos ministros, outros às influências árabes, para não irem mais longe buscar as influências célticas...

Eu também não sei qual é a causa; mas são as ideias que governam e dirigem os povos, e são os grandes homens quem tem as grandes ideias. E nós não temos homens; e não temos homens, porque os não formamos, porque não nos importaram nunca métodos de educação.

Porque nós mesmos, nós, o país de amanhã, porque forçosamente os filhos do século XIX é que hão-de constituir o Portugal do século XX, nós os deputados, nós os ministros, nós os funcionários públicos, os advogados, os médicos, os professores, nós que talvez já tenhamos escrito o nosso artigo nos semanários das vilas ou nos pregoeiros políticos das cidades, contra o mal-estar das finanças e a desvergonha da política, que ideias temos, que levamos para fazer a prosperidade desta pátria portuguesa?

Nós que frequentamos escolas e que havemos de constituir a parte dirigente, a parte central deste país, haveremos nós de saber tanto ao menos como aqueles que criticamos? Teremos ao menos mais qualidade de trabalho do que têm os que presidem aos nossos destinos?

Que sonho! Cada um de nós procura a vida mais cómoda e que ao mesmo tempo se nos afigura mais rendosa. Ser padre, monologamos às vezes, é uma boa vida; o militar tem o ordenado certo; o funcionário público não tem cuidados; médico não deixa de ser rendoso, e assim por diante. Certamente, meus senhores, que são precisos padres, médicos, militares, funcionários públicos. Mas para a prosperidade dum país, são também neces-

sários os honrados comerciantes, os grandes agricultores e os poderosos industriais.

Eu sei que grande país industrial, não podemos nós ser nunca. Falta-nos o carvão que é o pão da indústria, e o ferro que é a sua matéria-prima. Esses elementos estão hoje fazendo o predomínio industrial dos Ingleses, Belgas, Alemães e Norte-Americanos.

Mas nós somos um país essencialmente agrícola, e parte do país está inculta, e da parte cultivada nós não tiramos metade do proveito que podíamos tirar, se substituíssemos por outros os velhíssimos processos agrícolas que usamos.

Quem se importa porém com isso? Trabalhar o menos possível sob a tutela do Estado que lhe garanta o suficiente à vida —, eis o sonho, o belíssimo sonho do preguiçoso português!

Do preguiçoso português, não digo bem, do preguiçoso latino; porque em todos os países desta família se estão notando, em flagrante oposição aos anglo-saxónios, as mesmas tendências as quais, no que particularmente respeita à França, não há muito vi afirmadas num livro dum escritor daquela nacionalidade que vós talvez conheçais — Gustave Le Bon.

Eu quero admitir, meus senhores, que sobre nós influi o clima, a raça, as tradições, o passado, em tanto quanto a geografia e a história podem influir no carácter dum povo. Não podemos então transformar-nos completamente, e utópico mesmo me parece o desejo dum dos homens a quem o ensino secundário em França mais deve, Demolins, expresso na sua obra sobre as causas da superioridade anglo-saxónica: — inglesa, se assim me posso exprimir, as sociedades latinas.

Mas sem essa conversão completa, sem mudarmos mesmo grande parte das nossas ideias, sem irmos de encontro a algumas das nossas tendências, e pormos de lado alguns dos nossos sentimentos, nós podíamos, parece-me a mim, melhorar extraordinariamente a nossa condição.

Para isto porém, grande reforma deve ser feita em tudo. Mas nós somos o país das reformas e estamos cada vez pior! É certo, e não admiramos isso, se considerarmos que a reforma de hoje é essencialmente pior que a que vigorava ontem.

Tudo se tem reformado, menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro — os homens.

Início de todas as reformas, era a ele que devia pensar-se em reformar primeiro, por meio duma sólida e completa educação, abrangendo o seu desenvolvimento físico, a sua formação moral e a sua cultura intelectual.

Pelo que particularmente respeita a esta, é escusado, creio, advogar a necessidade duma reforma de instrução, se bem que muitas tenhamos tido, que se tornaram inúteis, porque, visando sempre os programas, desprezaram quase em absoluto os métodos.

É coisa, meus senhores, que não precisa de demonstração: a grande maioria, a quase totalidade dos alunos que frequentam os nossos liceus, estão, no fim de sete anos ou mais de estudo, gastas as economias de seus pais, e alguns até o que legitimamente pertencia a seus irmãos, absolutamente incapazes de por si ganharem a vida, se vierem a faltar-lhes os meios de continuar a que levam.

Qualquer de nós, lançado agora de chofre no meio do mundo, está fisicamente inutilizado para lutar e vencer, sem força moral para impor-se, sem conhecimentos úteis para governar-se.

Sem querer com isto censurar-vos, sem mesmo pôr em dúvida as vossas qualidades de inteligência e de aplicação, eu pergunto quem de nós os que frequentamos a quinta, a sexta ou a sétima classe, é capaz de ir fazer exame da primeira ou da segunda com certeza de meter boa figura!

Se muitos em consciência se declarassem sem medo de o tentar, somente lhes diria — felizes!

Isto continua porém nos cursos superiores, e quando, gasta grande parte da vida nos bancos das escolas, nós saímos para o meio do mundo com dezenas de exames tendo exigido prodígios de memória (e quantas vezes só isso!), não temos outro remédio senão agarrarmo-nos aos homens da política para obtermos as famosas colocações!

Eis assim aberta a crise do funcionalismo, funcionalismo que, como um exército numeroso e funesto, guerreia, em paz, o depauperado tesouro da nação!

Voam pois de nós, meus senhores, os conhecimentos que adquirimos nos livros, e não voam para nós outros estranhos aos mesmos livros.

Somos por vezes duma ignorância pasmosa no que respeita a questões e assuntos os mais interessantes não tratados nos livros das nossas aulas.

Um autor francês que ainda há pouco tive ocasião de ler, atestava a existência dos mesmíssimos casos na sua nação. Narrava, por exemplo, que vários alunos terminado o seu curso liceal e a entrarem na Universidade não tinham ideia absolutamente nenhuma do que houvesse sido a guerra de 1870, simplesmente porque este acontecimento tão funesto para a França não fazia ainda parte do seu programa de História.

Outros desconheciam o gramofone, por que o gramofone se não estudava nas suas aulas de física.

E, passando ao nosso país, ainda há dias um distinto professor deste Liceu relembrava um facto sucedido na nossa Universidade: sendo interrogado creio que um curso inteiro sobre a significação da palavra — metrópole —, ninguém soubera responder, apesar de andarmos a falar em metrópole desde os bancos de instrução primária até que definitivamente abandonamos as nossas escolas.

Ora eis aí, meus senhores, onde eu vou encontrar outro motivo para querer muito a estas reuniões.

Sabido é demais e aceite por todos, para que seja necesário prová-lo, que o aluno não aprende na escola tudo aquilo de que precisa na vida e até o que mais precisa na vida, é o que menos se lhe ensina na escola.[3]

É-lhe absolutamente precisa a convivência de pessoas ilustradas. Seja qual for a boa vontade e a competência do professor, pouca influência pode exercer sobre o aluno durante meia dúzia de horas por semana, se a tanto chegam as que com ele convive.

Seria preciso uma acção constante de cada dia, de cada

[3] Parece na verdade que é necessário não tanto mudar os programas mas os métodos de ensino. É absolutamente necessário que o ensino se torne mais prático do que é e que o professor ensine de modo diferente do que aprendeu; doutro modo é verdadeiramente inútil o trabalho empregado. Muitos dos alunos, por exemplo, responderão belamente a todas as perguntas que por ventura se lhe façam sobre câmbios; a maior parte porém irá pedir a estranhos que lhe enviem, por sua conta, qualquer quantia para o estrangeiro. Desorienta-os o que um simples empregado do correio faz com uma ligeireza extraordinária. Como este caso, que é absolutamente verdadeiro, muitíssimos poderiam citar-se.

hora, de cada instante, para se fornecer ao aluno um grau de ilustração superior ao que possui, bem como uma ilustração mais variada, o que na vida faz o triunfo de alguns e a reputação de não poucos.

Lá fora, especialmente em França, onde pôde estabelecer-se uma certa corrente a favor da educação inglesa, têm-se criado, não há muitos anos ainda, colégios com uma organização muito nova e muito especial. Em que consiste?

Não tenho tempo para dizer-vo-lo, nem é meu fim tratar aqui desse assunto. Simplesmente vos direi que o seu regímen é o regímen familar, os sentimentos e as ideias que aí vigoram, são os sentimentos e as ideias duma família modelo.[4]

Para ser o maior possível a acção educativa, os professores vivem com os alunos, como um pai com os filhos que estima e a quem deseja fazer homens.

O facto é que a maior parte dos alunos não tem lá fora a convivência ilustrada que seria para desejar; assuntos os mais interessantes estranhos aos programas não podem ser tratados nas aulas insuficientes às vezes pela extensão daqueles; é de necessidade pois que não só se aproveitem estas ocasiões concedidas ao aluno para sua instrução mas ainda se provoquem outras.

E, quando se têm professores que tanto estão trabalhando por introduzir entre nós os métodos mais aperfeiçoados, os melhores processos de ensino, é obrigação nossa, sagrada entre as sagradas, o dar-lhes o nosso apoio tão caloroso quanto pode produzi-lo a convicção da grandeza e da importância da sua obra!

---

[4] É o regresso à família, onde há tanto que aprender em matéria de educação. Ser pai, mas não só pai, bom pai, eis a grande aspiração do educador.

Quando bem tiver compreendido essa missão e bem compenetrado estiver dela, o coração lhe inspirará os meios, variando indefinidamente com o carácter de cada educando, de conseguir o seu fim.

Não tem isto apenas a vantagem de adoçar o regímen colegial; a enormíssima vantagem está no que em absoluto se tem desprezado nos nossos colégios — fazer viver ao aluno a vida real que há-de viver cá fora, não o isolando do mundo, poupando-lhe o desapontamento que sofre, quando de novo se vê nele. É fora de dúvida que nos colégios se vive uma vida pouco menos que artificial: aquela vida não é a que se vive em circunstâncias normais. Daí vem que, os hábitos adquiridos, há necessidade de os pôr de parte, quando se entra no mundo: quando o grande bem da educação está exactamente em criar no indivíduo bons hábitos que, por arreigados, não mais perca, nem, por descabidos, se veja obrigado a perder.

Eu que não posso vir aqui nestes dias, acreditai-o, meus senhores, porque vo-lo digo com a maior franqueza de que sou capaz, só tenho pena nisso. Qualquer que seja o nosso grau de ilustração, temos sempre a aprender no que ouvimos e sempre a ensinar do que sabemos.

•

A falar-vos da Idade Média, começarei por dizer-vos que, primeiro que tudo, ela é uma grande época da história.

E o que é a História? — A História definiu-a Cícero a mestra da vida; orador e filósofo, razões deverá ter para isso.

Será porque a História nos ensina no presente os acontecimentos do passado, os heróis que foram a admiração do seu tempo, os costumes duma época, as tendências dum povo e as influências duma ideia?

É por isto, mas é por muito mais que isto. A História é a mestra da vida, porque com o passado nos vai descortinando o futuro.

Por ela se prevêem as grandes catástrofes; por ela se vaticina a queda dos povos; por ela se emendam os actos dos governantes; por ela se orientam as ideias dos governados, por ela se dirige a vida.

Razão teve-a Cícero; mas porque a teve, necessariamente que não há factos isolados na vida dos povos.

Hoje recebe-se a influência de ontem; amanhã receber-se-á a influência de hoje. O presente é filho do passado, como o futuro é filho do presente. Os acontecimentos são sempre filhos da época que os produziu; tirá-los dessa época é tirar-lhes a sua razão de ser, examiná-los em face das ideias de outra época é primeiro que tudo desorientar a vista com uma luz que não é a deles.

Até aqui a História.

Mas porque será, pergunto, que nós estudamos a história tão de mistura com outra ciência diferente — a Geografia?

Grandes e estreitos laços devem por força uni-las. Unem, e o primeiro que à nossa vista ressalta é que, fazendo a História a localização dum facto no tempo, a Geografia faz a localização desse facto no espaço.

Laço é, mas apresso-me a dizer que não é o único e que erro tem sido e grave o considerá-lo tal. Tem-se julgado, na verdade, que a Geografia é apenas uma humilde auxiliar da História, apontando os lugares onde se desenrolaram os factos históricos. Hoje, porém, depois da constituição científica da Geografia com Humboldt e Ritter, tornou-se de tal modo importante e vasta que não só é chamada a explicar a História, mais ainda parece que a História é absorvida nela.

Vejamos.

O clima, por exemplo, que varia com as altitudes, a proximidade dos mares e a existência de correntes marítimas, a existência de rios e a passagem de correntes atmosféricas, tem uma acção extraordinária sobre o carácter dos indivíduos, a sua robustez física, as suas aptidões para o trabalho, além da que exerce sobre as produções de determinada região.

Examinando-lhes o subsolo, a Geografia indica-nos quais os povos agrícolas e quais os destinados a serem poderosos industriais. A agricultura, o comércio e a indústria têm nas suas mãos a situação económica dum país, a situação económica influi na situação política, e a política dum povo com os costumes, ideias e tendências que alimenta ou cria, é exactamente o que constitui a sua história.

Nós já cá tínhamos um princípio bastante verdadeiro e que repetíamos por aí todos os dias: *o homem é um produto do seu meio*. Hoje os sábios que se dedicam a esta especialidade, dão-no-lo sob uma outra forma, numa frase tão concisa como precisa: a Geografia domina a História.

Agora, me parece, tem ressaltado à nossa vista a estreita ligação existente entre estas duas ciências. No entanto, eu não resisto à tentação de vos ler uma página da *Education Nouvelle* de Demolins, livro tão cheio de interesse no que respeita a questões de educação e ensino, que eu só tenho pena de não poder ler-vo-lo todo.

«Importa que a Geografia e a História se ensinem doutra forma.

A Geografia tal como a aprenderam os homens do meu tempo, não passava duma árida nomenclatura de montanhas e de cursos de água, de cidades e divisões administrativas, numa

palavra, de termos mais ou menos difíceis de reter, que não faziam mais que atravessar penosamente a memória sem grande resultado para a instrução.

Louváveis progressos se fizeram, desde essa época; desgraçadamente têm consistido, na sua maior parte, em sobrecarregar esta ciência com noções novas, sobretudo económicas, antes que em esclarecê-la, vivificá-la, mostrando as relações estreitas que existem entre os fenómenos puramente geográficos e os diversos elementos da sociedade humana.

A Geografia é essencialmente o estudo do lugar físico; mas cada lugar influi directa e necessariamente sobre as formas do trabalho, da propriedade, da organização familiar, da organização administrativa, sobre a própria raça cujas aptidões são modificadas em tal ou tal sentido...

Mas a influência exercida pelo lugar actual não é única; ela é mais ou menos modificada pela formação anterior da raça, isto é, pela sua história. A formação anterior duma raça pode torná-la mais ou menos apta para lutar contra as dificuldades dum lugar determinado e para transformá-lo.

O mesmo é dizer que o homem é influenciado pelas condições actuais do lugar: e eis a *Geografia.*

É além disso influenciado pelas condições anteriores do lugar ou lugares que os seus antepassados atravessaram: e eis a *História.*

A diversidade das raças humanas não tem outra origem essencial além da diversidade dos meios em que cada raça evolucionou, quer no passado, quer no presente.

A Geografia e a História, assim estreitamente combinadas, têm por objecto explicar esta diversidade; têm, por consequência, por objecto explicar o homem e as sociedades, ou, por outras palavras, os diversos agrupamentos que existem entre os homens sob todos os pontos de vista.

Na Antiguidade, os diversos conhecimentos estavam estreitamente ligados entre si; estavam agrupados em volta da Filosofia que compreendia até as Matemáticas.

Na Idade Média os conhecimentos humanos estavam ainda estreitamente ligados uns aos outros; estavam agrupados em volta da Teologia que englobava ao mesmo tempo a Filosofia e as Matemáticas...

No futuro será o homem estudado à luz da observação metódica e comparada, tendo por base as condições do lugar e do trabalho, tanto no presente, pela Geografia, como no passado, pela História.

Mas para isso é preciso que o ensino da Geografia e da História seja renovado, de maneira a abraçar, nos seus diversos meios e nas suas diversas épocas, o homem real e vivo.»

Como vedes, meus senhores, Demolins a par da importância que mostra terem a História e a Geografia, atesta que, como entre nós, esta última ciência tem estado reduzida à enumeração de nomes mais ou menos difíceis de fixar, ciência que, no dizer doutro autor, será muito útil e mesmo muito necessária aos empregados dos correios para a rápida e fácil distribuição da correspondência, mas que é de pouco menos que nenhuma utilidade para os outros que a estudam.

Tudo parece estar de acordo em que também o estudo da História não tem sido bem feito.

Se ela, na verdade — e volto às ideias anteriormente estabelecidas — é a mestra da vida, cada qual de nós pode perguntar em que circunstâncias desta lhe têm servido de guia os ensinamentos daquela.

Sim, cada um de nós pode interrogar-se sobre a utilidade prática mediata ou imediata do conhecimento de meia dúzia de factos históricos aprendidos isoladamente, e de outra meia dúzia de datas que lhe fugiram da memória mais depressa ainda que os acontecimentos que representam.

Parece que nenhuma lhes acharíamos. É que a utilidade da História não está no conhecimento de grande número de factos; está antes na lição que se pode tirar deles. E nós nenhuma lição podemos tirar dum facto, se não conhecemos a organização da sociedade em que se produziu, os costumes do povo, as tradições, as tendências, as ideias predominantes sem deixar de lado as ideias religiosas, o progresso industrial e artístico.

«Nós temos necessidade de todos os factos que nos auxiliam

a compreender como se engrandeceu e desenvolveu uma nação. Temos necessidade de saber muito mais que os homens que exerceram o governo, a organização deste, princípios, métodos, prejuízos e corrupções. É-nos necessária também uma descrição paralela do governo eclesiástico, da sua organização, seu poder e relações com o Estado, e além disso o seu ceremonial, crença e ideias religiosas influindo na conduta das pessoas que as perfilhavam. É necessário que saibamos o predomínio de certas classes, os costumes que regravam a vida popular na família e fora da família, não esquecendo as relações entre os pais e os filhos.

Em seguida alguma coisa deveríamos saber acerca do sistema industrial, mostrando até que ponto se tinha levado a divisão do trabalho, quais eram as relações entre os patrões e os empregados, por que meios eram distribuídas as mercadorias, quais eram os meios de comunicação e qual a natureza da moeda. Com tudo isso seria necessária ainda dar conta das artes industriais sob o ponto de vista técnico, indicar os processos em uso e a qualidade dos produtos.

Seria preciso, além disso, pintar a condição intelectual da nação nas suas diferentes fases, não só quanto à quantidade e qualidade da educação mas também relativamente aos progressos feitos na ciência e na maneira de pensar predominante. Seria necessário fazer ver o grau de cultura estética, tal como se mostra na arquitectura, escultura, pintura, vestuário, música, poesia e romance.

Não esquecendo a alimentação e os divertimentos do povo, deveria finalmente expor-se, como laço de união, a moral teórica e prática de todas as classes, como a mostram as leis, os usos, os provérbios e as acções.»

Enumerando-vos, meus senhores, todos estes pontos interessantes que fazem parte dum consciente estudo da História, eu não fiz mais que resumir-vos, tanto quanto pude, uma interessante página de Herbert Spencer, num livro que a maior parte de vós podia ler com bastante proveito.

E agora se vê quão interessante não seria fazer-se o estudo de qualquer época histórica sob o ponto de vista de cada um dos elementos que referi, compará-la em seguida com outra e tirar daí as conclusões que legitimamente deviam tirar-se.

Era assim, meus senhores, que eu gostava de fazer o estudo da Idade Média, dessa longa época histórica, que não é positivamente o que alguns chamam — uma longa noite de dez séculos.

A Idade Média, a Idade Média das invasões dos bárbaros e da constituição das nacionalidades modernas sobre os vestígios da nacionalidade antiga; a Idade Média das cruzadas correspondendo não só a uma necessidade religiosa mas a uma necessidade social e política; a Idade Média do feudalismo, fraccionando os grandes Estados e abatendo o orgulho dos reis; a Idade Média das comunas, as precursoras dos nossos municípios, focos de liberdade ganha com o trabalho e o valor, realizando o grande pensamento da descentralização administrativa dum povo; a Idade Média da cavalaria, com os seus generosos feitos de armas, a sua cuidada educação física e os seus dois ideais, ambos grandes e elevados — a sua pátria e a sua dama; a Idade Média das formosas catedrais românicas e góticas como Speira e Poitiers, Paris, Chartres, Amiens e Batalha; essa Idade Média tão movimentada e tão guerreira, mas tão generosa e poética, não é só trevas, tem ao menos, a luz que lhe vem da sua fé, da sua poesia e da sua arte!

Eram os costumes, as tendências, as ideias, as leis, as instituições dessa época, a que é preciso fazer-se alguma justiça, aquilo de que eu tencionava falar-vos agora, se não estivesse já falando há bastante tempo e não tivesse receio de maçar-vos.

Dou pois por terminada a minha palestra; mas permiti que antes de abandonar este lugar, eu relembre um facto célebre que deve estar gravado bem fundo na alma de todos os Portugueses.

Nós temos uma pátria, e assim como as nossas mães são as melhores de todas as mães, a nossa pátria deve ser para nós a melhor de todas as pátrias.

A sua vida já longa tem sido um rosário, brilhante de glórias, um rosário brilhantíssimo de grandezas. Mas já houve tempo em que as lágrimas de prisioneiro lhe caíram dos olhos, pesadas e amargas; fomos já escravos em terra portuguesa! Hoje não o somos, e não o somos porque, num dia igual a este dia portugueses houve que nos libertaram. Somos pois livres; mas, se esses portugueses nos fizeram livres, não foi para que nos rendêssemos à escravidão da morte!

Não! Portugal não deve morrer!

Ele deve viver para os mundos que descobriu, para as nações que assombrou com as cintilações da sua grandeza e do seu heroísmo!

Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram do século XVII.

Há necessidade dos portugueses de ontem fazerem da mocidade o glorioso Portugal de amanhã — um Portugal forte, um Portugal instruído, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo!

Será preciso para isso amar-se muito a pátria? Oh! é preciso amar sempre a pátria, e, como nós amamos muito as nossas mães, amemos também a nossa pátria que é a grande mãe de todos nós!

Viseu.

Via-Sacra, Dezembro de 1909.

António d'Oliveira Salazar.

3

COLABORAÇÃO NOS *ECOS DA VIA-SACRA* DE VISEU

(1909)

À Bandeira

Salve, bandeira sagrada,
Bandeira de Portugal!
No cimo do monte agreste,
No fundo do ameno val'
Ergue-te, bandeira, santa,
Bandeira de Portugal!

Salve, símbolo sagrado
Da pátria que é nossa mãe,
A quem eu respeito e amo,
Como não amo ninguém!
Salve, bandeira que lembras
A pátria que é minha mãe!

Feita do sol da glória,
Bandeira do meu país,
Tens sulcado os mares longínquos
Em tanto dia feliz,
E ganho tanta batalha,
Bandeira do meu país!

Oh! Bandeira azul e branca!
Azul, como o belo céu,
Branca, cor dos brancos anjos...
Que grande encanto é o teu!
As cores da nossa bandeira
Vieram ambas do céu!

Grava-te bem na minha alma,
Bandeira minha querida!
Que eu nunca em vida me esqueça
De que à pátria devo a vida,
O sangue, a glória, tudo,
Bandeira minha querida!

Salve, bandeira formosa,
Bandeira do meu país,
Que por ele é minha vida
E que eu morria feliz,
Se na morte me abraçasses,
Bandeira no meu país!

Porque eu te amo no mundo,
Como não amo ninguém,
Salve, bandeira que lembras
A pátria que é minha mãe!

Hino do Colégio

Deus dê sempre à nossa alma a virtude,
Deus nos dê sempre a Fé e o Amor,
Santa fonte em que vamos beber
Para a Pátria grandeza e valor.

Nós queremos ser filhos
Da Pátria sem rival,
Queremos a grandeza
Do nosso Portugal!

Prólogo para um Auto de Entrudo

«Senhoras e Senhor's!
Eu venho anunciar
Uma peça que certo muito há-de agradar
A Vossas Excelências! Peça sem rival,
Em quadros vários mil, num acto por sinal.
É formada de cantos lindos, populares,
Que brincam nos sorrisos, riem nos olhares
Da mocidade alegre dessas aldeolas!
Como aves que fugiram, livres, das gaiolas,
Voando a vez primeira pelo azul sem fim,
Ela solta canções e tem notas assim
Como lamentos tristes de quem sofre ou chora,
Ou cantos de quem ri, ao levantar da aurora!
A música — eu sei lá! — criou-a assim o povo,
Em noites de luar, c'um sentimento novo,
Ouvindo o rouxinol cantando nas balseiras,
A ver um ramo lento ardendo nas fogueiras;
Assim triste também, a semelhar as mágoas
Que a gente julga ver no murmurar das águas,
Ou, sim, alegre, franca, saltitante, viva,
De sinos que repicam em tarde festiva!

Vossências hão-de ver, oh! a sublime dor
Dos cantos populares, ao lado do amor,
Dessa alegria franca, imensa, sem igual,
Que lembra à nossa alma o canto matinal
Das belas cotovias; ou, em noite linda,
Cantos de rouxinol!
Oh! a saudade infinda
Dos cantos populares!
Vossências verão
Que a música do povo vem do coração!

Perdi-me com certeza!
Mas o que dizia?...

Ah! tendo a nossa peça partes de alegria,
Tem partes de tristeza!
A gente ri e chora
Ao pé do cravo alegre as lágrimas da aurora!

Pois a cena é na aldeia: após um canto triste,
A graça esfuziante a que ninguém resiste
Dum rancho de rapazes e mais raparigas
(Quem sim, digo a Vossências a quem julgo amigos.
São rapazes também: oh! mas isto em segredo,
Porque afinal a gente também tem seu medo
De virem a saber-se umas coisas assim);
Esses ranchos, digo eu, cantando, vêm pôr fim
À tristeza dos dois com a intervenção
Dum rei, mas rei alegre, forte, valentão,
Que chamamos Entrudo!
... E acabou-se a festa!
É pouco!
Mas, Senhores, a primeira é esta!

Chamamos a atenção de Vossas Excelências
E a sua caridade p'ra as deficiências
Da nossa execução.
Podemos pois cantar!
Senhoras e Senhor's!
Vamos principiar!»

A vós

«Meus queridos Amigos: Tende paciência, que não haveis por esta vez de ler, junto dos vossos artigos e à frente do jornal, as atraentes palavras de incitamento do nosso Director. Ele acompanha-vos em espírito, como eu vos tenho acompanhado, sempre que lançais para o mundo da publicidade o resultado do vosso estudo. E que sempre o façais com a mesma sinceridade e verda-

de com que fazeis hoje, mesmo quando no futuro emoldurardes em primores de estilo vossos altos pensamentos.

Sabeis, meus amigos, o que é dizer uma falsidade num jornal?

É envenenar as almas singelas que o crêem, é ludibriar os que em nós confiam, é desorientar os que por si não podem averiguar da veracidade de todas as afirmações.

Quando pelas ruas, tiritando de frio, as pálidas crianças vos pedem uma esmola, não costuma negar-lha o vosso coração; ou quando pelas vossas aldeias o mendigo roto e exausto vos pede abrigo, no fundo da vossa alma achais ainda compaixão pelas misérias da terra...

E haveis, meus amiguinhos, de dar o veneno da mentira a quem vos pede o pão da verdade? E haveis de deixar de abrir inteligências à luz que nos ilumina a nós?

Se a vida colegial é, deve ser, a aprendizagem da vida na sociedade, é preciso que o nosso jornal seja o ensaio duma grande missão — a missão de instruir e educar — e seja para nós sempre uma tribuna sagrada como a do templo donde o sacerdote ensina a palavra do Senhor!

Que respeito, meus amigos, nos não deve merecer a imprensa tão útil ou tão prejudicial, e com que cuidado não devemos pensar nossos artigos e pesar as afirmações que neles fazemos! Que nunca a nossa pena se desonre com uma falsidade, nem a nossa boca se manche com uma mentira!

É a sociedade que no-lo exige, é Deus que no-la manda, Deus que morreu para mostrar

«Que a gente pela verdade
Se deve deixar matar!»

Mais tarde, talvez que no mês em que as rosas silvestres desabrocham ao longo dos valados e os lírios se espelham no cristal dos regatos, começara a sua pregação. Nunca se tinha ouvido no mundo uma linguagem assim! — E Jesus passava por sobre a terra como uma bênção de Deus a dulcificar as misérias do mundo! Passava por sobre a terra, como uma música que embalava em sonhos as almas cândidas, mais doce e suave que as águas cantando nas fontes, em noites de luar!...

E todas as grandes dores — as dores das mães e as dores dos pais — achavam bálsamo na alma de Jesus. A viúva de Naim, o Centurião, a Cananeia, a Samaritana, a adúltera, a Madalena... Eram-lhes curados e ressuscitados os filhos, eram-lhes perdoados os pecados, porque muito sofriam, porque muito criam, porque muito amavam...

Não faltavam inimigos ao Justo! Tinha-os. E uma noite... — Não se Lhe extinguira no coração a chama do amor... Fixou os olhos repassados de amargura em Judas que O entregara com um beijo, e deu-lhe o nome de amigo: «Amigo, a que vieste?» Mas porque era santo e porque era Deus, sofreu, sofreu... E no Calvário, enquanto pedia perdão para os algozes, junto à Cruz, lá estava muito pálida e muito triste, como as nossas mães se nós lhe morrêssemos, Maria, Mãe de Jesus!...

Um centurião romano exclamara: «Na verdade, Ele era o Filho de Deus!»

E, após este, vinte séculos têm repetido também: «Na verdade, Ele era o Filho de Deus!» E vinte gerações se têm ajoelhado aos pés da Cruz, bendizendo a civilização que dela nascera, orvalhada com o sangue do Mártir... Porque o Mártir aconselhara o amor e o perdão, a oração, a abnegação e o sacrifício, o trabalho, a verdade... E é para a verdade que pregara, pela liberdade que estabelecera, que os homens caminham na estrada bendita do progresso!

Filhinhos: Bendigamos Jesus em nossos corações!»

Artigo sem título

«Não é caso para dizer-ser que fecho com chave de ouro. Mas fecho com duas palavras singelas o quinto número desta modesta revista.

Os que viessem em busca dos primores do estilo ou da sublimidade do pensamento, teriam de a pôr de lado; mas também a esses não a mandamos nós. Para os que nela reconhecerem um direito sustentado, defendido ainda por um dever; uma alta in-

fluência no espírito de jovens que devem ser educados no supremo amor da verdade, algum interesse irá tendo...

Diz-se para aí que um dos piores males da nossa sociedade é o jornalismo. Ele mente, ele desorienta, ele corrompe com descrições minuciosas, imorais de baixas cenas da vida.

É preciso então formar quem julgue mais elevada a imprensa, quem respeite mais a sagrada tribuna, onde deve ouvir-se sempre a palavra que ensina e ilustra, o conselho que guia e moraliza.

Que mal há então em que o colégio, onde deve fazer-se sempre a aprendizagem da vida na sociedade, tenha também essa arma poderosa, perigosa tantas vezes, que deve orientar-se sempre pelo sol bendito da verdade?

E depois no jornal retratam-se as nossas ideias, as nossas tendências, os nossos sentimentos. Nele mostramos que temos bem gravadas na alma, bem impressas no nosso coração, as belezas da nossa terra, a admiração pelos progressos da ciência, o culto pela arte, a grandiosidade histórica da nossa pátria, o amor acrisolado pelo nosso Deus.

Ajoelhemos aos pés da Cruz, da Cruz triste do Calvário, à sombra da qual se acolheram os povos, e donde brotou a civilização moderna; contemplamos a Virgem Mãe de Jesus, onde aprendemos a ver a imagem santa das nossas mães, e depois levantamo-nos fortes, vigorosos para a luta, para o trabalho, para o estudo!

Não é muito complicado; é até simples e belo.

Lutamos com Deus pela nossa Pátria.»

4

EGAS MONIZ

Egas Moniz [1]

Personagens:

Egas Moniz (um velho)
Portugal (uma criança)

(Egas Moniz, sentado, triste, pensativo, com a face apoiada na mão.)

Portugal (entrando satisfeito) — Adeus, bom velho!

Egas — Adeus!

Portugal — Tu, tão só e triste! Que tens? (*demora-se um pouco olhando-o*) Não respondes? Em que pensas?

Egas — No futuro da Pátria! Pensava em ti, meu Portugal!

Portugal — Ora, e estás triste! Não tens fé na mocidade? Estás velho...

Egas — Exactamente por isso! Porque os anos vão cavando em mim sulcos profundos, porque me inclino já para o túmulo, vejo quanto é bela a mocidade!

Portugal — Tu também já fostes jovem...

Egas — Fui, e que saudades não tenho desse tempo, que não voltará mais!

Portugal (*sorrindo maliciosamente*) — Eras melhor soldado?...

---

[1] (Diálogo por António de Oliveira Salazar, quando prefeito e professor no Colégio da Via-Sacra, para uma sessão comemorativa do 1.° de Dezembro. Representado pela primeira vez em 1 de Dezembro de 1936, no Colégio da Via-Sacra, em comemoração à festa da Independência Nacional.)

Egas — Sou-o porventura mau hoje?

Portugal — Não, meu velho! Desculpa! Eu ria... Queria ouvir-te... Bem sei eu que és um bom soldado e, acima disso, o mais leal dos servidores.

Egas — Faço o que a consciência me manda!

Portugal — Pois, sim, mas estás velho; dizes que amas a juventude, que ela é sempre de esperanças, e temes pelo teu futuro!

Egas — Temo.

Portugal — Não te parece feliz a rosa que nasce abençoada do céu? Não estejas triste! Não cai o trono que assenta em vitórias.

Egas — Que valem vitórias, se...

Portugal — Que dizes, bom velho?

Egas — Nada... Nem quero que saibas o que desde tempos tanto me aflige... Esquece...

Portugal — Respeito-te. Mas pareces-me tão apreensivo hoje!... (*com alegria*) Oh! são independentes os portugueses! Quem pode roubar-lhes a autonomia?

Egas — Quem?!

Portugal — Sim, Quem?

Egas (*sorri tristemente*).

Portugal — Sorris?

Egas — Sorrio. Quem tens para te defender? Em que te apoias?

Portugal — Na espada de Afonso Henriques!

Egas (*irado e majestoso*) — E na sua traição!... (*levanta-se*).

Portugal — Que dizes, meu velho?

Egas — Na sua traição...

Portugal (*fica um pouco pensativo*) — Então o príncipe...

Egas — O príncipe... Deves sabê-lo, jovem...

Portugal — Oh! não fales!...

Egas — Então, nem ao menos merecem onças as minhas palavras? Um velho que te viu nascer, que sofre...

Portugal — Fala.

Egas — Tu deves sabê-lo, moço... Nem só de frescas rosas se formou teu berço; algumas vezes têm sido orvalhadas de lágrimas amargas...

Portugal — Mais brilham! Não achas tu mais belas as flores que a madrugada banha com as lágrimas santas de seu orvalho?...

Egas — Sim, porque o orvalho as reanima e reverdece.

Portugal — E então? As lágrimas de nossas batalhas mais fazem realçar o brilho de nossas vitórias!

Egas — Se não fossem inúteis...

Portugal — Que queres dizer?

Egas — Que nem sempre elas são das lágrimas que purificam e redimem, mas algumas vezes são notas tristes...

Portugal — Mas porque me falas nisso?

Egas — Porque precisas sabê-lo... Deves habituar-te às lágrimas, teu peito ao sofrimento, porque muito hás-de sofrer!

Portugal — Que tens hoje?... (*pergunta angustiada*). Vontade de morrer?

Egas — Não! Peço até a Deus me prolongue a vida, para poder cumprir a minha palavra...

Portugal — Que prometeste?

Egas — O que o príncipe não cumpre!

Portugal — O príncipe?!...

Egas — Esquece-lo? Não to disse já? Ouve!

Portugal — Escuto-te!

Egas — Um dia batia Afonso VII às portas de Guimarães, depois de tomar vários castelos e praças. Lá dentro, estava o príncipe e sua mãe...

Portugal — Má mãe!

Egas — Mas mãe!... Haviam de resistir-lhe.

Portugal — Sim!

Egas — Resistiram enquanto puderam. Haviam de deixar-se matar?

Portugal — Assim o entendo! O bom guerreiro ...

Egas — Criança! Nenhum duvidaria fazê-lo! Não trai nunca um português, pelo desejo da vida, a santidade da causa!

Portugal — Creio-o.

Egas — Mas nem sempre é heroísmo morrer! Quantas vezes se opõe ao desejo da morte, a necessidade da vida!

Portugal — E então?

Egas — É que era preciso viver! Se mortos, não serias tu hoje a florida esperança de nossas almas!...

Portugal — Continua...

Egas — O castelhano exigia a submissão do príncipe à sua autoridade...

Portugal — E o príncipe... (*com curiosidade*).

Egas — O príncipe e sua mãe prometeram e eu...

Portugal — Tu...

Egas — Fiquei como fiador da promessa!

Portugal — Pois bem!

Egas — Mas o príncipe não cumpre!

Portugal — Se o fizesse, a minha independência...

Egas — Sim, também a quero! Mas a minha palavra...

Portugal — Ora! Que importa?

Egas — Muito!

Portugal — Afonso VII não se lembrará da obrigação...

Egas — Mas lembro-me eu da promessa!...

Portugal — Esquece!

Egas — Não mo digas! Ofendes-me!

Portugal — Ninguém se atreveria a pedir-te contas...Ah! desgraçado do que ...

Egas — Não! É sagrada a minha palavra!

Portugal — E que queres?

Egas — Entregar-me ao rei de Castela para resgate...

Portugal — Não consinto!

Egas — Queres então a minha desonra? Queres que uma deslealdade me macule a vida, e sirva de base à tua autonomia?

Portugal — Velho!

Egas — Que queres?

Portugal — Desejas a sujeição do príncipe, e a minha morte!...

Egas — Não! Desejo fazer tudo pela tua vida!

Portugal — Ele... matar-te-á...

Egas — Que importa? Viverás tu!

Portugal — Teimas?

Egas — Teimo. Manda-o a minha consciência, manda-o Deus!

Portugal — Deus?!...

Egas — Sim! Porque o perguntas? Queres talvez viver sem Ele?

Portugal — Não. É por ele que estão de pé os impérios, e os reis governam os povos!

Egas — Não o esqueças nunca! Estou velho, posso dar-te conselhos; e a ti que és tão jovem, mal te não fica olhares para os que te dou...

Portugal — Não, não mos darás maus...

Egas — Praza a Deus que de minha boca não saia nunca a semente dum crime!

Portugal — Como em teu coração não germina nunca ponta de maldade, mas floresce sempre o jardim das virtudes.

Egas — Poucas tenho e não te servem para modelo...

Portugal — Mas que eu queria fossem sempre cultivadas aqui!

Egas — E feliz de ti, se Deus e a virtude andarem sempre pairando por sobre a tua cabeça! A força e a espada nada valem...

Portugal — Mas vale muito a virtude!

Egas — Não te enganas!

Portugal — E em nome dela, hei-de deixar-te sofrer?

Egas — Sim. Pouco é o que sofro em vista do que hás-de sofrer tu!

Portugal (*angustiado*) — Bom velho! Bom velho! Que vês tu hoje no meu futuro? (*aflito*).

Egas — Não sei! Não posso ler o livro do futuro, que Deus guarda fechado em suas mãos, mas...

Portugal — Mas...

Egas — Mas adivinha-me o coração...

Portugal — O quê, dize!

Egas — Não queiras desde já uma traição. Bastantes hás-de ter...

Portugal — De portugueses? (*estranhando*).

Egas — Sim.

Portugal — Não são de tal capazes! Portugueses desnaturados talvez...

Egas — Mas chamar-se-ão tais!

Portugal — Mas vês só coisas tão tristes no meu futuro?

Egas — Não! Vejo também glórias e grandezas!

Portugal — Vês? Que te dizia? Os portugueses...

Egas — Sim, de muito são capazes, quando os encaminha a fé!

Portugal — Queres dizer que alguma vez ela os abandonará?

Egas — Não, mas que muitas vezes eles a abandonarão a ela!

Portugal — E então...

Egas — Então, começam a soprar os furacões, de levantar-se os vendavais e o interesse de erguer punhais que te trespassam o coração!

Portugal — Velho!

Egas — Ouve: Eu digo-te a verdade.

Portugal — Bem o creio.

Egas — Não desesperes! Mas parece-me ver e não distante, lutas fratricidas a afligir-te e a envelhecer-te!

Portugal — Meu Deus!

Egas — Mas lá se levanta... Espera... Eu vejo... Oh!... Eu vejo... Uma mulher, um anjo medianeiro... Uma rainha...

Portugal — Rainha?

Egas (*não dando pela interrupção*) — Rainha Santa! Sentada num trono de flores sobem para ela as bênçãos dos pobres... acabam-se as lutas... Bendita!

Portugal (*sorridente e comovido*) — Bendita!

Egas (fica silencioso e pensativo).

Portugal — Diz! Diz! Depois?...

Egas — Depois, Ah! Depois!... Parece-me outra época já... Querem roubar-te...

Portugal — A mim?

Egas — Sim, prender-te...

Portugal — Meus filhos?

Egas — Não deixam! Combatem por ti! No trono vê-se... Ah! parece um príncipe esforçado e virtuoso! Junto a ele, brilha... brilha... Não sei que mágica estrela!... Olha: é um cavaleiro! Eu vejo-o combater... Ora ao Deus dos exércitos, pede-lhe a vitória para ti, para teus filhos...

Portugal — Quem é? Quem?

Egas — Não sei! Parece-me ter despido o arnês... Vive quase só, longe do tumulto... dá esmolas... ora... pratica o bem...

Portugal — Que santo!

Egas — Que santo guerreiro, dize! Mas vem ver... (*levanta-se*). Olha que lindas flores pendem da roseira ainda!...Não vês? Eu vejo...Ouve! Ouve! Infeliz!

Portugal — Quem?

Egas — Uma! Pende quase murcha, queimada por um sol abrasador, sem uma consolação, sem uma esperança!... Parece ter sofrido tanto!...

Portugal — As outras? As outras?

Egas — Das outras... das outras... pouco sei... Parece-me que um regato corre tinto de sangue, que desliza duma...

Portugal — Meu Deus!

Egas (continuando) — E que junto paira a sombra escura de pessoa de família.

Portugal — Sim? Não te enganas?

Egas — Prouvera a Deus! Mas que brilho! Que brilho têm outras! Alargam-se os horizontes, e por largas e longínquas regiões começa a espalhar-se uma luz!... Vejo terras desconhecidas e variados povos erguendo as mãos ao céu, como bendizendo essa brilhante luz!

Portugal — Oh!...

Egas — Sobre um monte escarpado, eu vejo, sentado alguém, espraiando a vista perscrutadora para além dum mar, que se estende povoado de fantasmas e horrores!...

Portugal — Depois?

Egas — Depois, coitado!

Portugal — De mim?

Egas — Sim! vejo-te preso...

Portugal — Meus filhos?

Egas — Traem-te...

Portugal — Meu Deus!

Egas — Grossas cadeias te arroxeiam os pulsos durante 60 séculos...

Portugal — Que dizes? 60 séculos? eu morro! ...

Egas — Espera! Não, não! Enganei-me! Que queres? O sofrimento multiplica os instantes, cria eternidades... Demais vejo-os tão negros...

Portugal — Velho! Acaba! Que tempo?...

Egas — Não são 60 séculos, mas são 60 anos... Fazem-te velho e...

Portugal — Não resisto!

Egas — Não, não é isso!

Portugal — Então?

Egas — Há uma alvorada de luz e de redenção! Surgirá uma manhã linda e radiosa de 1 de Dezembro. Mas estás tão acabado! tão alquebrado com os sofrimentos!...

Portugal — Sim?

Egas — Oh! mais tarde... mais tarde... que horror!

Portugal — Que vês?

Egas — Umas manchas de sangue, vivas, enormes... muito luto, muita dor!... Prostrado um príncipe destemido... e ao lado, também, ao lado uma flor desbotada... Traidores!...

Portugal — Quem? Filhos meus?!...

Egas — Chamam-se tais!

Portugal — Vergonha!

Egas — Maldição!

Portugal — Filhos meus!

Egas — Mas sem fé!

Portugal — Dize, bom velho, se a tiveram...

Egas — Terias mais amor e menos ódio!

Portugal — Como tu, que vais sofrer!

Egas — Não cumpro senão o que devo!

Portugal — E deixas-me só?

Egas — Não! Deixo-te o meu sofrimento!

Portugal — E a tua lealdade!...

Egas — Vou! (*levanta-se*).

Portugal — Não amaldiçoas o príncipe?

Egas — Não! Bendigo o amor que te tem!

Portugal — Como eu bendigo a tua virtude e o teu exemplo!

Egas — Adeus! (*depois de um pouco de silêncio*) — Bom velho! Bom velho!

Egas — Que queres?

Portugal — Eu não morrerei!...

Egas — Só Deus sabe!

Portugal — Não, não morrerei!

Egas — Porque o dizes?

Portugal — Não morrem povos que têm tais homens!!!.

FIM

5

COLABORAÇÃO NO *IMPARCIAL* DE COIMBRA

(1912-1914)

Tristezas que pagam dívidas

Guarda vigilante do direito que lhe assiste, cheia de respeito pelos direitos alheios, a Igreja julga dever ficar indiferente quanto às formas de governo e às instituições civis dos Estados cristãos, e, entre os diversos sistemas de governo, ela aprova todos aqueles que respeitem a religião e a disciplina cristã dos costumes.

Eis a declaração que há vinte e dois anos saiu dos lábios de Leão XIII, eis o roteiro seguro e nobilíssimo que nós, fiéis cumpridores da palavra dos pontífices, decalcaremos indefectivelmente, neste proceloso mar da política nacional.

Como ela irradia prefulgente luz no cerraceiro fundo da tormenta! Como nos instila a confiança inquebrantável dos fortes! Como ela mais realça a valorosa rebeldia das consciências laceradas e opressas pela clava férrea que nas mãos crispadas dos déspotas é um símbolo de exterminador desvario e irrefragável testemunho daquela grande verdade enunciada por Lamenais: só começa a perseguir quem desespera de convencer!

Contemplada ao clarão desta elevação de princípios, a situação presente do nosso país não dá alentos a voadouros de esperanças nem reacende na alma patriótica os frémitos impetuosos que na trajectória olímpica da nossa raça traçaram quadros eloquentes de epopeia.

A perseguição, a intolerância e o ódio estilhaçaram as tábuas soberanas da Lei; sentiu-se a demagogia desalgemada pela apatia benevolente dos ministeriais padrinhos e não hesitou em cuspinhar as faces honradas dos sinceros combatentes que lhe

ferreteavam os flancos: liberdade de pensamento e liberdade de associação, ambas pereceram sob o peso das suas injustificáveis violências, acorçoadas pelas casquinadas satisfeitas dos modernos sátrapas.

Veio depois, sobre os detroços das tradições banidas, o desmoronar financeiro, que documentos recentes denunciaram apavoradamente, e como coroa, ou barrete frígio, da sacrílega faina, os escândalos públicos regambolearam donaires impudicos de dançarina macrobia, no tablado da política.

Era tudo? Não, infelizmente para a Pátria! O povo, acordando estrovinhado da modorra em que hibernava, estava condenado ainda a ouvir, sobre os aromados campos da sua terra, o cínico crocitar dos corvos estranhos, anunciando voracidades mortais, aguçadas em conchavos longínquos sobre o tabuleiro das diplomacias europeias!

Infortunado país o nosso, em cujas fronteiras aparecem vincados os fatídicos anátemas do festim de Baltasar!...

A todas as bocas assoma a exclamação do desalento: é tarde! E enquanto durante dezasseis meses os enfaroados Cagliostros assopram à fornalha da retorta onde refervem mirabolantes e extemporâneas reformas, corre pelos corações uma onda de amargurado pranto e lamentoso travor, animada pela magnética e geral convicção do final da tragédia. Desde a penumbra fétida das enxovias até às mais humildes aldeias, alastra um crepitar de vociferações de oprimidos, mas são gritos que não ecoam nas escarpas da História porque os grandes homens morreram!

Como disse um primoroso prosador, Portugal é actualmente um cataclismo em marcha.

Acordaremos? Salvar-nos-emos?

Eis a grande, a tremenda incógnita do futuro, cujas responsabilidades impendem — todas! — sobre os desnorteados mandões, que arremangados querem decepar os mais vigorosos bracejos da alma portuguesa, e empurrá-la depois para a histórica vala onde se decompõem as nações combalidas e moribundas!

14.3.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi de certo, nada novo aprenderá daqui.»

I

Les yeux d'une mère sage, tendre et chrètienne découvrent sans doute ce que d'autres ne peuvent dêcouvrir. — FÉNELON.

... ces cloîtres scolastiques (les collèges) où la corruption se dévelop-pe encore davantage que la stupidité. — A. COMTE.

Não desdenhará por certo V. Ex.ª, minha Senhora, como mãe solicita que é da educação de seu filho, saber que ideias me animam a respeito desta obra a mais melindrosa e difícil de todas quantas sobre o homem pesam.

Eu sinto, e muito, que imperiosas circunstâncias lhe não permitam tê-lo junto a si, e educá-lo na escola da família, quanto a mim verdadeiramente insubstituível, sob a influência extraordinária do maior afecto que Deus deixa vicejar no mundo. Nenhum ambiente mais propício ao desenvolvimento da tenra planta, nenhum cuidado como aquele cuidado, nenhum saber ou experiência como aquele finíssimo instinto que inspira todos os actos de quem vê numa criança — que será dela, meu Deus! — os seus mais lindos sonhos de ouro, a puríssima cristalização do seu imenso amor!

Vá que os que não podem, confiem a outrem a educação de seus filhos! Mas desconhecerem os pais este dever sagrado sem ponderosos motivos, é para certas idades quase um crime, para outras várias um erro.

O que no entanto ninguém poderia perdoar, nem sequer compreender — porque há aí contradição flagrante — é a falta de cuidado que em muitos se nota, na escolha dos que hajam de educar os que mais caros lhes são. Conhecem-nos porventura? Sabem-lhes da competência, das ideias, dos sentimentos, do carácter? Meditaram um instante, no remanso de seus lares desertos

do amor, da vida, da graça infinda das crianças, na arma que abandonam, no poder de que abdicam, nesta formação dum ser que ficará seu pelo sangue e alheio talvez pelo espírito?

Trata-se dum colégio, e considerações de carácter completamente estranho ao fim prevalecem sobre todas as demais. Ora o colégio, minha Senhora, é sempre inferior à família; mesmo o bom, o óptimo tem defeitos de organização, imperfeições inevitáveis que o tornam recomendável apenas na falta doutro mais seguro meio de educação. Quanto aos outros, têm sido tais os seus erros e tão perniciosa a sua acção, que pela maior parte são justos os ataques que lhes vemos dirigidos. Conhecemos bem o «colegial», para que vamos procurar algum bem, onde quase tudo é péssimo.

Um dos maiores erros que me parece terem feito a inferioridade do colégio como escola educadora, é a barreira erguida entre a criança e a vida, para que aliás deverá ser preparada. Tudo ali é estranho, vida doutro mundo, ignorância da realidade, convertidas em desapontamento horrível e inaptidão desesperadora, quando a idade ou os acasos da sorte lançam o indivíduo em plena sociedade. Esta *disconvenance de l'éducation et de la vie* em que fala Taine, parece-me ser um facto inegável.

A falta de afectos e carinhos, onde em geral se é um número e não uma alma; o conhecimento imperfeitíssimo de cada educando, consequência inevitável da multidão, severas regulamentações nem sempre razoáveis, impedindo a convivência ilustrada com professores que podiam exercer uma acção mais vasta e mais profícua fora do que dentro da escola, não são de tão diminuta importância, que não haja de debicar-se-lhes uma especialíssima atenção. Vejo agora com nitidez e com tristeza os gravíssimos erros e grandes deficiências da minha educação; sinto em mim influências nefastas e nefastas demais, para me ficar silencioso ante esta obra, em tantos casos, de verdadeira perversão social.

É justo porém reconhecer, minha Senhora, a forte corrente estabelecida a favor duma educação nova, vazada em novos moldes.

Altos espíritos, grandes dedicações estão por este país mesmo lançando, cheios de fé, os alicerces duma obra educativa, tão

diferente da antiga e tão boa, que não hão-de sequer reconhecê--la, como tal, os velhos e rotineiros educadores. Em várias cidades, existem já colégios novos. Não os conheço, não os vi ainda sequer; são no entanto, ao que me parece, uma imitação dos bons colégios ingleses.

Sabe-se geralmente qual a ideia fundamental em que assenta todo o mecanismo destes: a excelência da família como meio educador, aproximando-se-lhe o colégio o mais que é possível. E o professor então — chefe exemplaríssimo — leva ao seio gasalhado e franco da sua, a criança que vai a educar.

V. Ex.ª compreende como se possam ter tirado assim óptimos resultados. Temo porém que os nossos não consigam manter-se na sua pureza, pela necessidade que têm de se harmonizar com o presente estado de cousas. Estamos, em meu entender, num regímen de transição, sem se verem adoptadas ao menos da maior parte ideias definidas, claras sobre este importantíssimo assunto. Do que advirá talvez o não se seguirem integralmente os bons métodos, para se poderem obter bons resultados nos liceus, resultados que certamente os pais continuarão exigindo, por outro lado se reconhecem necessários, na actual organização da nossa sociedade.

Não me refiro já ao perigo que haveria, e à inutilidade a que se condenariam estes colégios, executando sem distinção todas as ideias em que se inspira a educação inglesa. «Eu tenho que nenhuma educação pode ser boa, se não for eminentemente nacional.» Mas há certamente da parte dos dirigentes o dificílimo trabalho de conveniente adaptação, para se formarem acima de tudo portugueses e portugueses do século XX. Assim realizam, minha Senhora, uma obra que é não só útil mas altamente necessária e indispensável, em face do absoluto desprezo a que os estabelecimentos oficiais, por variadas circunstâncias, votam a educação da juventude.

Alves da Silva

21.3.1912

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada novo aprenderá daqui.»

II

Avec l'éducation on peut transformer um peuple en cent ans. — LEIBNIZ.

L'éducation est la formation de l'esprit et du corps dans leur intégralité et leur harmonie. — P. GUALTIER.

E no entanto, minha Senhora, que há aí mais importante e de mais graves consequências, que há aí que mais atenções mereça e mais cuidados requeira que esta obra de educação sem a qual não podem avançar os povos fortes, e hão-de pouco a pouco morrer os povos decadentes? Necessidade primária dos indivíduos e das sociedades, condição essencial de vida e progresso, a favor dela não são em demasia nenhuns esforços, nem cooperações se oferecem que possam dispensar-se.

Têm-se feito todas as reformas que era possível fazerem-se: a sua ineficácia mostra bem que é o homem que deve reformar-se primeiro.

Passa de vez em quando pelos espíritos conscientes deste abatimento e fraqueza, a aspiração suprema da regeneração de Portugal. E ao calor dos grandes entusiasmos, respeitáveis sem dúvida — V. Ex.ª tem visto — substituem-se os regímenes, destroem-se as instituições antigas, revogam-se leis e decretam-se outras leis: por detrás o homem velho, o produto de um passado de vícios que teve grandes virtudes, mina-lhes a influência, deturpa-as, inutiliza-as, breve as faz cair!

Na base das transformações sociais está o homem que se não modifica com decretos, o altivo rochedo que desafia as tempestades do céu, e se deixa apesar disso polir pelas águas mansas da terra...

Mas ainda quando as atenções se voltam para o problema capital e, por assim dizer, único, de novo aparece a solução errada, a eterna magia da lei: reformam-se os programas. E sob a aparência consoladora duma nova ordem, o pai não se incomoda, o mestre não quer maçadas, o aluno quer passar.

Não, assim não se faz nada! Torna-se mister uma grande transformação de almas, e nesta o Estado não pode fazer tudo; com a nossa indiferença, com a nossa oposição não pode fazer nada. A obra educativa pertence aos pais, pertence à sociedade nos seus educadores, pertence a todos os homens de boa vontade que, reconhecendo os erros da sua educação, querem legar às gerações futuras uma mais completa e mais perfeita do que a que receberam.

V. Ex.ª sabe bem que não se extirpam todos os vícios nem se operam transformações destas em rápidos anos. Mas obra que jamais se começa, quando se acabará? E em verdade, minha Senhora, nós podemos afirmar que esta obra mal se acha ao presente esboçada, oficialmente parece que nem mesmo compreendida.

Educar não é simplesmente instruir; é cultivar todo um ser, desenvolver-lhe todas as faculdades integralmente, harmonicamente.

Educar é tomar um corpo vigoroso e são, um cérebro inteligente e instruído, um coração virtuoso e bom.

Educar é semear a boa semente da verdade e do bem nos corações tenros e nas consciências limpas; desbravar terrenos incultos, mondar ervas daninhas, regar, como a madrugada com lágrimas de afectos, as flores mimosas, protegê-las da geada, para que as não queime, dos raios quentes, para que as não crestem. É ser jardineiro do mais lindo jardim que Deus criou, jardim de almas, jardim de corações; e desabrochar à luz da manhã, e vê-los florir, e vê-los frutificar!

Educar é dar a Deus bons cristãos, à sociedade cidadãos úteis, à família filhos ternos e pais exemplares.

Missão divina, sagrado sacerdócio!

E pensarmos nós, Senhora, e pensardes vós que sois mãe e sabeis o quanto valem os filhos, quantas lágrimas, quantas aflições não custam, que eles são preparados para a vida com aulas

de ginástica que não têm nunca; com incidentais lições de moral chamada independente, sem a base firmíssima, única possível da religião de nossos pais; sem beleza, sem verdade e sem amor; com algumas noções inassimiladas pela maior parte, retidas na memória para o efeito do acto. E lá vão as pobres aves sem asas para voar!

Ah! que os educadores não têm fé na sua missão, quase se esquecem das suas responsabilidades. Pois são tantas, pois são tão grandes! Ter diante de si a pátria de amanhã, nos corações virgens da pátria de hoje, podendo dar-lhes a vida ou a morte; formar homens na mais completa acepção do termo, é a missão que de tão grave a si mesma se basta e por outras não deverá ser preterida.

Ah! pais, ah! educadores,

«Gravai na vossa memória
E meditai com horror
Que o homem sai da criança
Como o fruto sai da flor!»

Alves da Silva

4.4.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada novo aprenderá daqui».

III

Que voulez-vous que je lui apprenne? Ie ne m'aime pas. — DIDEROT.

Aujourd'hui nous recevons trois éducations différentes ou contraires: celle de nos pères, celle de nos maîtres, celle du monde. — MONTESQUIEU.

... E quando enfim, bem compreendida a sua importância, quiséssemos averiguar qual a primária e essencial condição da sua eficácia, seríamos levados a admitir, sem dúvidas ou reservas de qualquer espécie, que a educação é fundamentalmente uma obra de amor.

Não sei se ainda alguém pensa em conduzir almas pelo medo, sob a pressão terrorista de uma autoridade rígida. Mas profundas considerações cabalmente comprovadas pelos resultados práticos, devem, de há muito, ter feito cair, perante a consciência de todos os educadores, o mais falso e mais perigoso sistema educativo.

A elementar necessidade de conhecer a fundo a natureza do terreno que há-de receber a cultura, aconselharia a empregar com cuidado e empenho todos os meios de desvendar o mais secreto e íntimo das almas juvenis, apenas expansivas, quando há para elas afabilidade e alegria, fechadas a todos os olhares, desorientadoras de todo o estudo, quando sob a acção do terror e da desconfiança. Perante um coração de gelo, as almas são impenetráveis; evitam-no, não se lhe mostram tais quais são; e a obra educativa ameaça malograr-se logo no seu começo.

A boa disposição da criança, a confiança, a familiaridade com que tratar o educador, e por ele for tratada, é o único meio em que pode ser estudado com verdade e precisão o mais oculto da sua alma.

Em verdade «o rigorismo constitui uma lição de hipocrisia e mentira»; o seu resultado não pode deixar de ser criar revoltados ou fracos.

É um perigo: para os conflitos entre os educandos e os seus educadores, há um remédio apenas — evitá-los. Produzidos, seja qual for a sua solução, ou se torna ineficaz a obra educativa, ou sofre, cedendo, o princípio de autoridade que ninguém pensa em dispensar, e muito menos em permitir desprezar impunemente.

A filosofia popular profundamente verdadeira, como voz da experiência de séculos, revela em vários dos seus axiomas que nada se quer de quem se detesta, nada se aprende de quem se odeia. É grave — e por isso digno de atenção — que a criança confunda na mesma aversão a ciência e o professor, a doutrina e o apóstolo.

Tem pois o educador absoluta necessidade de manter com os que lhe são confiados, as mais estreitas relações de amizade, de os cativar pela sua afabilidade, de os prender pela sua dedicação, de os vencer pela sua paciência e caridade. É ainda amar o grande, o maior segredo de ser-se amado. E só assim ele pode cumprir a mais difícil das missões.

O que notamos porém é que pelas escolas do país, desde as primárias às superiores, e na maioria doutras casas de educação, se ergue um alto muro de desconfiança, existe uma falta de cordialidade assustadora e prejudicialíssima à acção que devia exercer, proveniente em parte de preconceitos estabelecidos, e mais ainda da quotidiana experiência em face daqueles para quem a manutência da ordem e da autoridade importa uma opressão e rigor verdadeiramente inadmissíveis, ou a consciência do seu valor e saber o colocarem-se em alturas inacessíveis.

E a tal ponto chegámos, que, quando por aí reconhecendo errados trilhos até hoje seguidos, o professor ou o aluno dão os primeiros passos para uma reconciliação que tem forçosamente de fazer-se, o acto é logo deturpado na sua altíssima significação e alcance.

As dificuldades complicam-se singularmente, considerando a verdadeira situação, em face do problema educativo, doutras entidades mui de perto interessadas — os pais.

Eu supus sempre que lhes competia primariamente o sagrado dever da educação, e que não podia deixar de pertencer-lhes a suprema direcção da obra que tem por fim fazer de seus filhos os homens de amanhã. Julguei sempre que a grande superioridade dos pais como educadores estava exactamente no grande amor que dedicam a seus filhos, e no mais perfeito conhecimento que deles têm.

Tenho entendido até agora que, sendo assim, ninguém melhor do que eles, podia orientar o professor sobre as virtudes ou tendências viciosas do filho, se constante ou não, atento ou distraído, activo ou indolente, tímido ou ousado, enérgico ou propenso ao desânimo. E vejo-os profundamente separados!

Temos legitimamente a temer que todos os esforços serão perdidos, não havendo a precisa uniformidade de vistas, visto não existir a mesma orientação na consecução do alto fim que se visa.

Nós recebemos efectivamente três educações diferentes ou contrárias: a de nossos pais, a de nossos mestres e a do mundo. Pois que nem aqueles se entendem entre si, nem nenhum deles faz obra em harmonia com as condições do meio e as necessidades da época.

Não sei bem quem tem a culpa; suponho que somos todos. Se os pais tivessem em geral uma melhor compreensão das coisas, talvez que os professores os não evitassem, como vemos por aí que os evitam.

O princípio da igualdade do tratamento escolar que passa sem o auxílio dos pais, é suficientemente prejudicial para que lhe demos apoio. Na escola nem todos devem ser tratados igualmente. E não temamos assim ofender a justiça. Não, respeita-se ainda mais e cumpre-se a caridade...

Alves da Silva

2.5.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada novo aprenderá daqui.»

IV

L'autorité ne laissera pas de trouver sa place. — FÉNELON.

La peine en tout genre est un des grands secrets de la nature: l'esprit de l'enfant doit s'accoutumer aux efforts de l'étude comme notre ame à la souffrance. — M.me DE STAËL.

Sans deprimer l'enfant, il ne faut pas l'admirer, quelque admirable que votre amour propre que vous prenez pour de l'amour, vous persuade qu'il soit. — E. FAGUET.

... Não, mas não foi isso o que eu quis afirmar. E tenho pois de reconhecer, minha Senhora, que a minha última carta teve, além de muitos outros, o defeito de não ser clara.

Falei contra o rigorismo: condenei a autoridade? Enalteci o amor; coloquei-o como primária condição da obra educativa: nada espero do trabalho, do esforço ordenado. Mostrei muita fé na educação amorável: basta a persuasão a conduzir todas as almas?

Mas não foi isto o que eu quis afirmar...

Sabe bem que me não importei de sistemas nem de escolas; mal me lembrei de que o problema da educação atraente da educação pelo amor surgiu no século XVI nas obras de Erasmo e Montaigne, reacção tremenda contra o bárbaro regime das escolas da Idade Média, e regresso lógico ao espírito da Antiguidade. Como acontece sempre às teorias extremas, erróneas ao cabo pelo seu exclusivismo, em face daquela, reconhecidos alfim os péssimos resultados duma obra sem o tónico do trabalho, erguia-se a nova corrente propugnada por Kant e M.me Necker de Saussure. Representa uma o prazer; a outra o esforço e quiçá a pena.

Tudo esqueci, menos a lição de que, reacções apaixonadas, elas traziam consigo grandes exageros. E quis apenas dizer-lhe muito singela e despreocupadamente o que a natureza dita, a razão assevera e a experiência ensinando está todos os dias.

E condenei o rigorismo; mas não o confundi com o legítimo exercício da autoridade. Bem sei que naturezas há — eu não tenho ilusões a esse respeito — que se não levam pela persuasão e pela confiança; precisam de um pouco de severidade, de serem dominadas pelo temor. A correcção é muitas vezes necessária; o castigo impõe-se como uma necessidade. Mas o razoável é que se empregue só depois de esgotados todos os outros meios.

O que continuo dizendo não pode admitir-se, é o rigor, a autoridade severa e dura, como sistema, como meio habitual de educação, pois que atemoriza, enche as almas de desconfiança, gera o ódio, faz vencidos e fracos. «Ter autoridade sobre a criança, inspirar-lhe respeito é sem dúvida necessário; mas necessário não é existir entre o professor e o aluno uma distância tal que a comunicação entre eles se torne impossível.»

Afirma-o Dugas, afirma-o o próprio Fénélon, naquele admi-

rável capítulo V da *Education des filles*, todo ele a mais brilhante defesa da educação atraente.

Já V. Ex.ª vê que uma coisa não exclui a outra; atacar o rigorismo, tal qual o defini, não é julgar inútil ou supérflua a autoridade; enaltecer o amor, quere-lo como condição e meio nesta tão importante obra, não é supô-lo remédio eficaz aplicável em todos os estados e porventura a todos os doentes.

Repare V. Ex.ª que eu não cheguei ao extremo de, levado pela falsa miragem da felicidade das crianças, colocar o prazer acima de tudo, juncar-lhes o caminho da vida de rosas que não sequem mais. Não! Vi que Rousseau, fiel sempre aos seus princípios da educação negativa, pretendia apenas que *nada* se fizesse que fosse *impedir* a felicidade das almas tenras; e outros ainda, avançando mais, se davam ao trabalho de inventar processos que instruíssem brincando, que educassem a rir.

Sem me importarem nomes ou teorias, eu tinha a íntima convicção que tudo era baldado, que havia um exagero de sentimentalismo, uma falsa consideração pelos direitos da criança, que melhor se deviam combinar com seus deveres. Sem esforço, sem trabalho proporcionado, sim, às suas forças, mas sério, ordenado, não é possível adquirir ciência, cultivar a inteligência, nem sequer criar uma vontade forte sabendo o que pode, e querendo eficazmente. É utilíssimo o esforço, é necessário, é indispensável.

Lembra-me W. James: «Tem-se falado muito da doçura na educação. O interesse, diz-se, deveria ser despertado cuidadosamente em tudo e sempre arredadas as dificuldades. Sistemas pedagógicos colocaram estas ideias no primeiro plano, e opuseram-nas aos velhos métodos mais severos e reclamando muito esforço. Mas o oxigénio vivificador desapareceu desta atmosfera de moleza.»

Sim, tenho toda a fé numa educação sã onde predomine o esforço individual. Mas, por Deus, para trabalhar com amor, é preciso não odiar quem a trabalhar nos ensina!

Nada porém de excessos.

Pretender criar aos filhos um ambiente de comodidade e prazer, julgando torná-los assim mais felizes, poupar-lhes todos os desgostos, é aumentar-lhos no futuro, é criar plantas em estufa para as expor ao rigor de gélidos invernos. Porque é vulgar fa-

zer dum filho no lar um pequenino rei caprichoso, um comodista feroz, e as consequências funestas passarem despercebidas a olhos cegos de amor.

E pois que tenho hoje querido deixar falar com própria voz o saber e a experiência, cito-lhe Fialho:

«Aniversários de família, procissões, doenças fingidas, uma vez porque faz sol, outra porque faz chuva, tudo é pretexto para não ir à aula o pimpolho que, sabendo-se o *ai Jesus* da casa, se acostuma à simulação e ao mimo, e acaba por um retraso de faculdades, origem do verdadeiro horror que o trabalho mental em muitos causa.»

Lembre V. Ex.ª que os filhos das classes pobres estão nas escolas conquistando os primeiros lugares, e veja se não há razão para pensar um pouco a sério nestas coisas...

Alves da Silva

23.5.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada novo aprenderá daqui.»

V

Mens sana in corpore sano.

Le succès dans le monde dépend plus de l'énergie que des connaissances acquises... Puisque dans notre vie le physique sert de base au mental, celui-ci ne doit pas être développé aux dépens du physique. — Trad. de SPENCER.

É difícil encontrar, minha Senhora, coisa mais importante e ao mesmo tempo mais desprezada que a educação física da ju-

ventude. Dir-se-ia que vivemos em absoluto esquecidos das condições do meio em que há-de desenvolver-se a sua actividade, e que a não preparamos para este mesquinho mundo de encarniçadas lutas, em que uma boa organização física é ainda assim a essencial condição da vitória.

Certamente não desconheço que o máximo desenvolvimento dado à educação mental é a característica do nosso tempo, em que o valor da ideia substitui em muito o poder da força. Mas o homem não é só espírito nem só corpo, e a perfeição do todo provém da boa organização e equilíbrio das partes.

Ele é fundamentalmente um *animal*, de que depende o futuro da raça e a prosperidade dos povos.

Não é fácil triunfar na vida sem uma organização robusta, porque a própria superioridade intelectual e moral necessitam dela como uma condição de existência e valorização. Pela acção e reacção que entre si exercem de contínuo o espírito e o corpo, como dois elementos perfeitamente unidos e integrados, vê-se que mesmo sob este último aspecto não é indiferente ou sequer de somenos importância a educação física.

«Para robustecer a alma é necessário robustecer os músculos» (*Montaigne*). «Quanto mais fraco o corpo for, mais impera; quanto mais forte, mais obedece» (*Rousseau*).

E pois que isto assim é, pois que há a necessidade e o dever de dar à sociedade homens sãos, vigorosos e ágeis, sendo certo que em face dos filhos há uma enorme responsabilidade para os pais, cada qual pode perguntar a si próprio com que interesse e cuidado tem olhado o grave problema, atenta demais a evidente degenerescência da raça, arrastando consigo a superioridade e vida das nações.

Nem pais nem mães nem professores parecem ver bem em toda sua magnitude a questão, preocupando-se quase exclusivamente com a formação intelectual que, dado fosse óptima, não bastaria.

Desde o lar em que aparece o filho, como a risonha aurora cheia de esperança; desde o dia em que desponta, como o sol de amor alumiando as almas, e antes ainda talvez, começa para os pais a dívida sagrada de cuidar-lhe da primeira condição para o gozo dos bens da vida — a saúde. Certo é porém que em ge-

ral nenhum deles foi preparado neste sentido, e, sem conhecimentos seguros e certos, nós os vemos legislando sobre a alimentação, o vestuário, o exercício físico, soberanamente.

E assim muitos actos dos que Spencer tão justamente denominou *pecados físicos*, se cometem, desde a criação do inocente a peitos mercenários, desde a sua entrega e abandono a preceptoras tantas vezes inferiores à sua missão, até ao prurido de civilizados da alimentação deficiente e à obediência às cegas prescrições da moda torturante.

De mui tenra idade conviria fazer adquirir à criança hábitos de higiene que não mais se perdessem, o amor à luz, à água, ao ar puríssimo e livre. O sono, o passeio, o quarto de dormir, tudo isso deve de contínuo exigir sérios cuidados.

Ao abandono a que os pais votam a educação física dos filhos, apenas corresponde o desprezo que por ela sentem os professores e educadores oficiais. O colégio de pouco ar e pouca luz, de longos e tristíssimos corredores, de dormitórios pouco espaçosos e mal arejados, de refeições em silêncio, de curtíssimos recreios nem sempre ao ar livre, de passeios silenciosos em forma sob severa vigilância, enterrados nas cidades ou cercados no campo por mata ou quinta para deleite dos superiores e saudosa contemplação dos alunos, esse colégio, verdadeiro atentado à robustez e saúde de muita geração, tem existido e existe porventura ainda.

As escolas são o que, por falta de dinheiro e boa vontade, toda a gente sabe. Escusado é insistir em como aí são desprezados sem escrúpulo os mais simples e gerais preceitos higiénicos.

Nos liceus há *oficialmente* ginástica. Longe de mim negar a importância destes exercícios, embora me pareçam inferiores aos jogos livres, interessantes, animados, a que a criança se entrega toda de alma, e a que a alegria que os acompanha, e a boa disposição que produzem, dão um duplo valor. Mas, quando a ginástica reveste todo o carácter grave, pesado duma lição, aumentando o cansaço produzido por muitas horas de trabalho seguido, nós temos todo o direito a desconfiar da sua eficácia, como elemento de educação física.

Pelo que respeita ainda a esta mocidade das escolas já no geral bastante fraca, há um entrave gravíssimo ao seu desenvolvimento normal no excesso de trabalho a que as sujeitam. Os

vastos programas que os professores procuram cumprir pontualmente, os maus métodos de trabalho geralmente adoptados, o desejo de brilhar ou a obrigação de satisfazer, acarretam consigo um esforço demasiado, que se há-de revelar num atraso e quase atrofia das faculdades físicas.

Por uma má orientação e um descuido criminoso, nós arruinamos as novas gerações com esta verdadeira sobrecarga intelectual, sem aliás outra utilidade compensadora de qualquer espécie.

... Pelo que se justifica o que *Guyan* escreveu: «É bom que haja preguiçosos; salvam a raça duma degenerescência mais rápida. Nós temos a superstição da educação intelectual; é necessário curarmo-nos deste mal, persuadirmo-nos de que um homem robusto e fecundo é mais importante para a raça do que um homem que mobilou a memória com uma grande porção de conhecimentos, inúteis na maior parte dos casos.»

Alves da Silva

20.6.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada novo aprenderá daqui.»

VI

Une insuffisance de sensation, voilà l'essence de toute vulgarité. — Trad. de RUSKIN.

Rien de grand ne se fait sans la sensibilté, rien de bas qui ne vienne d'elle. — GAULTIER.

Creio que, de todas as faculdades, a mais inteiramente desconhecida e mais sistematicamente desprezada na educação há sido a sensibilidade. Bem ou mal se vai cuidando da inteligência

e da vontade: ninguém julga do seu dever importar-se com o coração que, nas suas aspirações supremas para a verdade, o belo e o bem, é como se não existira e não fora ele afinal o centro da vida psíquica do indivíduo. Ou não nos importamos de que não sinta, ou não vigiamos por que sinta bem.

Não é de modo algum indiferente abandonar aos seus próprios movimentos este nosso caprichoso coração, e marcar-lhe ou não direcção segura às suas tendências naturais. Almas sem ideal são almas vulgares que não conhecem a vida digna de viver-se, que não se elevam e de contínuo rastejam pela lama das baixas sensações.

Vão canalizar, como brando fio cristalino ou impetuosa corrente rugidora, estas aspirações do coração humano; pior do que isso, abafá-las, é correr perigo de inutilizar a vida, de amesquinhar a própria inteligência e vontade que nelas haurem sua força. Há corações que parecem não sentir, consciências duras como pedra, almas de gelo que não estremecem nem se comovem com soberbos espectáculos, ao contacto de nobres ideias com a prática de grandes feitos, que não movem a piedade, a honra, o brio. Viver é sentir: são almas mortas, apagados corações.

Se não se compreende bem e se não se quer fortemente senão o que se é capaz de sentir com violência ou amar com paixão, à inteligência falta-lhe o calor que a anime na descoberta da verdade, e à vontade a força precisa para a prática do bem.

O que por aí vai de almas insensíveis! de almas nulas, sem elevação nem grandeza, à falta de cuidados na sua educação predominantemente intelectual, sem se ver que não há ciência nem arte nem virtude sem a paixão da verdade, do belo e do bem! O que por aí vai de almas grosseiras, sem a finura de sentimento ou a delicadeza do afecto, sempre a traduzirem-se em linguagem que fere, almas que não poliu uma afeição terna e elevada, num meio de carinhos e bondade!

Quem conhece de perto a nossa juventude, caracterizada em dois traços de carvão sujos e obscenos nas paredes das escolas, pode saber também pela conversação e pelo trato que falta a todos muito amor e muita beleza, a fazer da vida alguma coisa de nobre, a misturar no amargo positivismo da existência um pouco ideal que a amenize. Talvez que nesta falta nós possamos

ver uma das causas que desoladoramente nos impelem para o pessimismo.

É pois urgente tratar a sério da sensibilidade das crianças.

E a primeira necessidade é fazê-la delicada, dar-lhe no mais alto grau «a faculdade de se sentir tocada», como diz *Ruskin.*

Não poderíamos duvidar de que, para se tornar delicada a sensibilidade infantil, se deve desenvolver e expandir no meio familiar. O ambiente amorável, terno da família, a comunhão e reciprocidade de puríssimos afectos, é, contrariamente à rigidez e frieza colegial, o meio adequado para a sua formação. O espírito da mulher suaviza, amacia as asperezas da alma, e, quando sobre ser mulher, é irmã ou mãe, ao calor do seu sentir, sob a influência benéfica do seu coração de ouro, derrete-se o gelo das consequências, purifica-se e idealiza-se a vida.

«Esta pureza, esta delicadeza de consciência, base de toda a moralidade sólida, esta flor de sentimento que será um dia o encanto do homem, esta figura de espírito, aprendem-se na atmosfera e no meio social em que se vive; aprendem-se pela vida em família e não de nenhum outro modo.» (*Renan.*)

Temamos porém o defeito oposto, e não façamos a sensibilidade fraca, à força de a tornarmos delicada. É preciso tornar a criança capaz de resistir às dificuldades e sofrimentos de toda a ordem que necessariamente hão-de surgir-lhe na vida. Os golpes da adversidade havemos de senti-los todos, sem que o amor dos pais, por imenso e em extremo dedicado, possa poupar-no-los. Quando defendemos a educação em família, temos em vista não sujeitar a tenra planta cedo de mais a desapiedados rigores que podem aniquilá-la em vez de fortalecê-la; de modo algum queremos almas efeminadas, desconhecendo e temendo a vida no que ela tem de custoso mas ao mesmo tempo de nobre e alevantado — a luta e a dor.

Sendo a sensibilidade delicada e forte, urge introduzir nela a ordem, e eis-nos tocando na alta missão da arte — a educação do indivíduo, a civilização das raças e dos povos. Ninguém pensa em contestar a influência moralizadora da arte, e já simplesmente sob este ponto de vista, ela merece bem ser ensinada e cultivada.

«O belo é essencialmente *ordem* e *harmonia.* Da imagina-

ção e do espírito, esta ordem e esta harmonia passam ao coração e em breve se manifestam no exterior pela elegância e pela graça; uma justa proporção se observa nos movimentos e acaba por se encontrar nos actos. Há faltas e fealdades morais de que um espírito no convívio da arte e da beleza não poderia conceber nem suportar a ideia.» (*Marion.*)

Porém as escolas, os liceus, o material de ensino são tudo o que há mais desprovido de elegância e beleza. Fala-se nos poucos recursos de que se dispõe, tão habituados andamos todos a confundir a beleza com o luxo. É claro que lhes corresponde muito naturalmente uma falta de asseio, de ordem e um espírito de destruição, sempre pronto a revelar-se no nosso estudante.

Infelizmente também quase só à mulher vemos receber uma educação artística que, junta a uma natural predisposição, formam a grande superioridade do espírito feminino, tantas vezes de nós incompreendido, não obstante o nosso maior desenvolvimento intelectual.

Convençam-se os pais e os educadores: sentimento e arte hão-de ser sempre os grandes auxiliares da educação, os grandes faróis da vida, os grandes factores da moralidade e do progresso social.

Alves da Silva

19.9.1912

Bacharéis e homens úteis

No penúltimo domingo, publicou o jornal *O Século* umas impressões do Dr. Alfredo Pimenta acerca da organização do ensino em Portugal, e respectiva responsabilidade neste decair constante, que tem sido a nossa vida, de há muitos anos para cá.

Muitos ataques têm sido com razão dirigidos à escola, mesmo por pessoas que não têm a competência do ilustre professor. Mas quando se trata de investigar a razão última da sua acção na decadência nacional, parece que a questão não é vista em toda a sua

complexidade. No artigo citado ela se apresenta tão simples, que o remédio para tão grande mal não pode deixar de fazer sorrir.

Dizendo com verdade que o bacharelato se tornou uma aspiração nacional, e acusando com justiça a Universidade de lançar sobre o país uma onda de diplomados, com os quais raramente se pode contar para uma tarefa profícua, o Dr. Alfredo Pimenta, julga no entanto que, sendo o mal haver bacharéis a mais, o remédio seria haver... bacharéis a menos.

Sendo assim, e estando por aí o comércio, a agricultura, a indústria em lamentável abandono e desprezo, toda a reforma séria, tendente a fazer-nos caminhar para uma época de segurança, de prosperidade e de riqueza, teria de começar por dificultar a formatura, criando depois escolas profissionais, «verdadeiras fontes de água para onde este povo fosse beber energia, acção, iniciativa, fé inquebrantável».

Mas nós podemos desde já afirmar que, por uma legítima inversão, o que em primeiro lugar se impunha, era a fundação dessas escolas modelares que, formando para a exploração agrícola ou industrial, preparando para a vida sã e para o trabalho fecundo e progressivo, roubassem pela própria superioridade e benéficos resultados, a frequência donde ela hoje se apinha, numa inacção e esterilidade quase absolutas. Depois, a restrição do ensino secundário e superior só pode ser tentada por dois modos — redução do número de liceus e elevação de propinas. A consequência é única: tornar mais cara a formatura, economicamente mais difícil o diploma. Ao fim o resultado há sido apenas o excluir dos labores científicos alguns pobres com talento, sem que por isso haja um sensível desvio de capacidades para trabalhos de natureza diversa.

Ora gravíssimas acusações podem ser feitas à escola portuguesa, grandes deficiências e inúmeros vícios poderão notar-se-lhe. Mas devemos observar que ela se desenvolve e se mantém num meio que é o nosso pensar, o nosso sentir, o nosso viver, num meio de pretensões vãs e tolos prejuízos que a explicam e constituem a sua razão de ser.

Que é o que os pais e o alunos pedem à escola? E que é que a escola dá ao seu aluno? O diploma comprovativo, não de que sabe mas de que passou.

Olhai bem agora o país dos diplomados e dos funcionários, sugando numa dependência humilhante e numa improdutividade escandalosa os magros recursos do tesouro. Atentai bem nesta filosofia que adora o emprego público pela segurança, a farda pelo brilho, e olha desdenhosamente para o raro que empreende, e administra, e enriquece com o seu trabalho, como se, «havendo posições mais ou menos brilhantes, houvesse posições deprimentes na sociedade!». Surpreendei as ideias dominantes sobre o trabalho, nas classes abastadas; o que pensam os pais acerca da transmissão da riqueza aos filhos, e a esperança que os filhos depositam na fortuna dos pais. Por último notai como é feita a educação do carácter na escola e na família; vede se a acção pessoal, a iniciativa, o génio empreendedor aí são cultivados; se se preparam homens para a vida ou eternas crianças, passando dos braços da ama para os braços do professor, e dos deste para os do senhor Ministro que não procurará homens para bem se desempenharem os lugares, mas criará lugares para bem se servirem os homens.

Dizei agora se isto não tem de ser forçosamente «um país de doutores com ou sem diplomas» ou se com facilidade poderá vir a ser um país de homens úteis!

Tenho apontado ideias erróneas mas na realidade existentes e que devem influenciar-se mutuamente, únicas que, explicando a nossa decadência, podem lançar luz sobre o grave e difícil problema de um desejado ressurgimento nacional. Temos diante uma questão complicada de temperamento e de raça, uma questão de educação que não se resolve com decretos e boas intenções, mas com uma acção constante que mude este nosso modo de pensar, este nosso modo de proceder, e dê à obra educativa nacional as boas vontades e competências de que precisa, um plano de acção grandioso a empreender e a realizar.

Enquanto a aspiração de todo o bom português for, na frase de um escritor, um casamento rico e um emprego público; enquanto o diploma for o caminho mais seguro e cómodo para uma colocação certa embora pouco rendosa, e nos não disserem como um inglês ilustre a um professor da França que lhe mostrava os numerosos certificados das suas habilitações: «Nós não precisamos de diplomas, Senhor, precisamos de homens»; enquanto

for uma inferioridade a vida de trabalho e um sinal de distinção a ociosidade, uma população numerosa e fútil há-de cursar as escolas secundárias e superiores, e tudo o que exige trabalho e rasgada iniciativa será abandonado; a agricultura, o comércio, a indústria, todas as fontes de riqueza nacional ficarão desaproveitadas, desprezadas, a meterem dó, quando podiam ser a honrosa ocupação de tantos e a salvação e a prosperidade de todos nós.

A obra deste verdadeiro apostolado é difícil, certamente muito morosa. Mas há boas vontades que queiram ajudar?

A. da Silva

3.10.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada de novo aprenderá daqui.»

VII

On confond volontiers l'éducation avec l'instruction et l'instruction elle-même avec un entassement de connaissances, dans la majorité des cas purentant verbales. — F. GAULTIER.

Glût à Dieu qu'on fit servir le examens moins à constater les connaissances acquises qu'à déterminer la valeur et à donner la mesure des intelligences! — DUGAS.

Pode crer que quase me envergonho de, há tanto tempo, lhe não ter escrito.

Mas confesso-lhe muito sinceramente que temia a dificuldade de ter de dizer-lhe em poucas palavras o que pensava e sentia do importantíssimo problema, cuja verdadeira solução me parece distanciar-se cada vez mais do que por aí pomposamente se chama — a educação intelectual da mocidade portuguesa.

E também — para que ocultar-lho? — tenho estado exactamente neste princípio de ano vendo voltar, do suave repouso dumas longas férias, ao seio das escolas, para junto dos mestres, todos os que, estudando, se preparam para ser alguém na sociedade do meu país. A verdade é que eu estava com curiosidade de ver-lhes as novas disposições.

Infelizmente não as traziam; pareceu-me ao menos.

As antigas, sim, essas vinham bem arraigadas. O espírito de engano, a fria desconfiança, o horror a *isto*, ao trabalho intelectual, contradizendo estranhamente a natural curiosidade de todo o espírito humano, continuam a reflectir-se nos rostos vagamente tristes dos condenados ao estudo.

O professor, o mesmo. Sem fé e sem amor pela sua missão, vai cumprindo pesadamente o encargo de carrasco que aniquila as almas tímidas pelo terror e arruína as compleições fracas pelo trabalho excessivo, ou de bonacheirão que deixa brincar nas aulas e não aponta más notas. Em geral nunca soube ser outra coisa, e o pior é que está já velho para mudar.

E os mesmos sistemas, e os mesmos métodos... Quase absolutamente teórico, o ensino sobrecarrega a memória, deixando definhar em paz a inteligência. A sua utilidade prática ninguém ainda deu por ela; mas prepara para o exame, e o exame é a revista solene das munições da memória. Após ele vem o prazer, o dulcíssimo prazer de quem esquece visões trágicas, ficando-se com a ideia na verdade simples de que já outrora se soubera aquilo...

No entanto a questão erradamente encarada leva a pedir com insistência a reforma dos programas, e com novos programas se repetem indefinidamente novos erros. Eu não penso que aqueles sejam coisa indiferente; mas tantas experiências feitas deviam já ser suficientes para levar a todos os espíritos a convicção de que na realidade há apenas uma reforma urgente — a dos métodos.

Não sei se há alguém medianamente satisfeito sequer com os resultados obtidos nas escolas portuguesas. Creio que não. Mas isto é mais o efeito do contágio duma má opinião geral, do que o resultado duma convicção pessoal da disparidade flagrante entre os efeitos do nosso ensino e o verdadeiro fim a que visa.

Sendo certo que é quase exclusivamente às escolas que incumbe a educação intelectual, a generalidade dos espíritos confundem-na com a instrução, e a esta mesmo com um amontoado de conhecimentos na maior parte dos casos puramente verbais.

Este erro capital não pode deixar de ter produzido desastrosas consequências; explica suficientemente o caminho seguido e o fracasso geral de que se queixam.

Mesmo os professores que trabalham, demasiado se esfalfam em acumular noções geralmente incompreendidas, que a memória fixa, mas que ficam mais estranhas à inteligência, do que poderia supor-se.

A errónea concepção de que a escola tem por missão formar sábios, só pode produzir praticamente ignorantes pretensiosos e inaptos para a vida.

Mas o que deve entender-se por educação intelectual?

O quê? Pois não se lembram de *Montaigne*, pedindo *cabeças bem feitas em vez de cabeças cheias?*

Educar a inteligência é fazer ver com os próprios olhos, discutir com a própria razão; é ensinar a observar, ensinar a reflectir, a raciocinar, a distinguir o verdadeiro do falso, o essencial do acidental, dar ao espírito fortes asas para voar, fazer intelectualmente *alguém*. A instrução, tendo por fim fornecer ao espírito conhecimentos úteis, é apenas uma parte, embora importantíssima, de todo o complicado processo que se destina a tornar o aluno mais inteligente.

Que os espíritos que se interessam por esta questão fundamental, queiram pensar um instante se o ensino entre nós se inspira nestas ideias.

Sairão das escolas rapazes sabedores: poderíamos contestá-lo, mas admitamo-lo. Dentre eles vejamos quem leva a inteligência emancipada, o cérebro bem formado, capaz de pensar por si, capaz de sentir as razões da sua razão. A falta de senso prático.

(Un sot savant est sot plus qu'un sot ignorant);

a dificuldade para os espíritos mais cultivados de, numa dificuldade aliás vulgar, adoptar uma solução razoável; a falta de

originalidade dos nossos livros, e de tudo o que aprendemos, e de tudo o que sabemos e de tudo o que ensinamos, hão-de ter forçosamente uma causa.

E têm-na.

Alves da Silva

5.12.1912

Cartas a uma Mãe

«Nada estranho lhe direi decerto, nada de novo aprenderá daqui.»

VIII

Savoir c'est faire. — H. MANN.

Il fallait s'enquérir qui est mieux savant, non qui est plus savant. — MONTAIGNE.

Temos pois de seguir um novo rumo, mas reformemos em primeiro lugar a escola e demos ao aluno uma convivência ilustrada.

É a escola o meio especialmente destinado ao desenvolvimento da actividade intelectual mormente nas primeiras idades; e nós não fizemos dela ainda o que devera ser sempre — uma verdadeira oficina de trabalho. Não pode educar-se à distância, e é limando um cérebro contra outro cérebro, o cérebro do aluno contra o cérebro do professor, que se consegue formar uma inteligência.

Tem-se ouvido um clamor geral contra a falta às aulas, avultada nas escolas superiores com o regímen do curso livre. Muitos motivos poderão apresentar-se, que a expliquem, e eu não quero agora entrar na análise fácil, da questão. Seja qual for porém a verdadeira causa, avanço apenas isto: a honra, a dignidade profissional do mestre está exactamente em que se não possa dizer

que se falta, por que não vai lá fazer-se nada. Se a aula é útil; se, mais do que útil, vós tivestes a habilidade de a tornar necessária, indispensável; se pudestes tornar-vos como professor verdadeiramente insubstituível pelo livro ou pela sebenta, tendes resolvido um grave problema que a muitos apavora e a outros muitos faz sorrir, e uma população naturalmente curiosa, amando o estudo metódico e profícuo, crede-me invadirá as escolas, sobrecarregar-vos-á de perguntas (dai-lhe essa liberdade), informar-vos-á dos resultados obtidos, pedir-vos-á trabalho. Ah! que encantos não tem uma classe a trabalhar, sob a direcção dum professor consciencioso e honesto, ele mesmo amando a sua profissão e a sua ciência, tornando-a atraente por um estudo e dedicação especiais, interessante pela sua visível utilidade prática, bela e agradável pela luz que derrama! Que de entusiasmos não aquecem as almas, deliciosamente presas por uma atenção que não custa, e guiadas, por mão hábil em suster o facho ardente da verdade, iluminando, devassando as regiões até inacessíveis, das construções admiráveis do espírito humano!

É um deslumbramento, se não se quebra o fio admirável que liga cada verdade de que o espírito se assenhoreou já, a outra verdade que entra a enriquecer o seu património intelectual. É mais que prazer, é entusiasmo — explorai-o, mestres! — quando através da selva escura é o aluno que abre o caminho, derrubando com as poucas forças próprias as árvores enramadas das suas dificuldades.

Na verdade eu não gosto muito do professor que explica até a mínima dificuldade, e torna tudo claro como água, e só exige o esforço de fixar.

Não! Ele deve levantar apenas a ponta do véu que esconde o sol a olhos ávidos de luz, e depois guiar e ensinar a descobrir a verdade, para que todos sintam a satisfação indizível de quem encontra, após um longo trabalho, a solução desejada. O espírito não se perderá em falsas vias; não desfalecerá com dificuldades superiores às suas forças: lá está o mestre, ajudando ao fim a deduzir a lei, a síntese de todo o estudo numa fórmula breve, luminosa e precisa. A ciência não pode horrorizar o espírito humano. Os esforços demasiados exigidos à memória para reter fórmulas várias de sentido, ou representando apenas o fruto dum esforço

externo, horrorizam, porque cansam e cansam inutilmente. Só se fixa perduravelmente nas inteligências o produto dum trabalho bem pessoal, bem nosso, mas este tem necessariamente de ser muito demorado e não se compadece, adentro do tempo marcado nos regulamentos, com a vastidão das matérias a percorrer.

Embora a principal reforma a efectivar seja a dos métodos, mal avisado seria esquecer a importância que sob este ponto de vista revestem os programas. É forçoso simplificá-los: são em geral superiores à inteligência dos alunos a que se destinam, e pela sua extensão passam além, por vezes muito além das suas forças físicas. Seria elementar distinguir nos conhecimentos várias categorias, em atenção à sua utilidade prática; e contando pelos que de nada servem e pelos de simples erudição, deveríamos contentar-nos com os de reconhecida vantagem, e em último caso com os absolutamente necessários à vida.

Não se ficaria a saber muito mas creio que se ficaria a saber bem o pouco, o que é de manifesta superioridade.

Quantas vezes às inúmeras teorias que ao espírito nos acodem, sem que saibamos dizer qual a melhor, ante um caso fácil e vulgaríssimo, não responde triunfantemente um simples adágio de infinita sabedoria, que o povo fixou, e por que norteia os seus actos de determinada ordem! Toda a ciência do universo é porventura redutível a meia dúzia de princípios e de leis; mas, mesmo adentro de cada ciência particular, não chegamos ao conhecimento do mais essencial, porque de contínuo andamos perdidos pela infinita variedade das minudências, que amanhã esquecerão, deixando vazio o cérebro. E vá então de esconder a pobreza envergonhada da ideia sob a floração luxuriante de uma linguagem opulenta: reina o verbatismo nas escolas, o charlatanismo na vida.

É por tudo isto que paradoxalmente o cábula exímio das escolas não tem mostrado, após o tê-las abandonado, inferioridade aos outros. Ele fugiu dos livros; fixou bem duas ou três ideias que lhe pareceram fundamentais; viu-as aplicadas na sua vida livre e variada de todos os dias; conversou-as, discutiu-as, e em volta arquitectou o pequeno mas sólido edifício dos seus conhecimentos; estudou menos, viveu mais; e, enquanto os outros todos viam, passados os actos, esvaziar-se-lhes externamente o cérebro, o cábula riu muito, cheio de alegria e saúde: ao menos ele

sabia alguma coisa. O cábula é geralmente a afirmação clara de que a máxima parte dos conhecimentos adquiridos na escola são perfeitamente inúteis, e de que a superioridade pertence aos que, estudando pouco nos livros das aulas, aprenderam a ler muito no livro da vida.

Eu sinto uma simpatia imensa pelo cábula inteligente das escolas portuguesas.

Alves da Silva

23.1.1913

A justiça das reclamações universitárias

Coimbra tem-se animado nestes dias de chuva impertinente com a discussão acalorada das reclamações académicas. Os rapazes que foram a Lisboa formular junto do governo e dos políticos as suas pretensões, voltaram com menos desânimo que nojo — tais foram as respostas trocistas e a indiferença com que uma ignorância pavorosa das coisas de instrução e das próprias leis de ensino os acolheu. A lamentável confusão dos dois pedidos — um dos alunos do período transitório e de interesse restrito; outro de magna importância e urgência para os sujeitos à chamada nova reforma (Decreto de 18 de Abril de 1911) — mostrou a todos que nem se sabe o regime em que se vive, nem se querem saber as leis que nos governam.

Num país onde alguém cuidasse a sério das coisas de instrução, ou ao menos soubesse pesar a sua altíssima importância e inigualável valor, as reclamações apresentadas seriam ou não satisfeitas — pouco importa isso ao caso — mas seriam estudadas com amor e prontidão, sendo, como é, necessário saber-se em que situação ficam os estudantes sujeitos por enquanto a leis ditatoriais certamente imperfeitas e reclamando acurada revisão, ou a uma legislação de retalhos, portarias e decretos sucessivos, que se contradizem e têm sofrido interpretações diversíssimas.

Não vem para aqui historiar — isto é triste — como foi obti-

da cada uma dessas medidas, desde que os alunos de Direito se convenceram de que não cumprindo voluntariamente promessas feitas, era preciso que o governo cedesse perante a força da desordem. Esses múltiplos diplomas que regeram e em parte regem ainda o curso dos alunos do período transitório, são vergonhosos pela sua origem e quiçá pelo seu espírito: eles não obedeceram a nenhum critério pedagógico; obedeceram ao medo. E tais e tantos foram os erros cometidos, que nós tivemos, com funda repugnância embora, de afazer-nos a esta ideia de pertencer a uma geração académica que não digo se inutilizou, mas está absolutamente desacreditada!

*

Enfim, são alguns destes alunos que pedem ao governo, com o intuito de concluírem a formatura este ano, lhes conceda matrícula em número ilimitado de cadeiras.

Actualmente esse número está por uma Portaria de Sr. João Chagas, restrito ou elevado — não sei bem em que situação nos encontrávamos antes — a seis cadeiras e um curso. Quanto a mim, nada tenho a lucrar pessoalmente com a concessão ou denegação dessa faculdade. Nem as minhas forças físicas são grandes, nem possuo inteligência assaz robusta para se abalançar a tão vastos e tão pesados trabalhos. Um estudo violento e apressado causa-me este mal-estar de quem engole sem ter mastigado bem, e sente o estômago de tal modo cheio que o único remédio é... aliviá-lo. Toda a gente sabe que é pouco mais ou menos isso o que em geral se faz após os exames: esquece-se. Rebentava-se, se tal não fosse, creiam.

Eu porém satisfazia o pedido dos rapazes. Nada me custava, mas o natural é que tivesse começado... pelo princípio. Organizados conscienciosamente os programas das matérias que, sem possível redução pelas faltas colectivas, o professor ensinasse durante o ano lectivo; regulamentados os exames de modo a não apurar-se só quem tem memória mais pronta e mais feliz, mas quem possui as ideias claras, firmes, bem assentes, efeito de trabalho bem pessoal e metódico, e quem mostra ter educado o seu espírito na observação rigorosa dos factos, na consequente

dedução das leis, na recta aplicação dos princípios; organizados assim esses programas e regulamentados assim esses exames, repito, não se corre o perigo nem tem a admirar-se o prodígio duma formatura em três anos.

Uma ampla liberdade de matrícula tornava-se *de facto* bastante limitada. É que em estudar para saber-se alguma coisa, gasta-se muito tempo e despende-se muito esforço. A inteligência só vagarosamente assimila, só a pequenas doses fixa os conhecimentos.

Mas se assim não tem sido nem é ainda, o país nada lucrará em que aqueles que querem e *podem* formar-se este ano, só para o ano concluam a sua formatura. Nem por isso ficarão sabendo mais. O argumento com que o relatório do Decreto de 18 de Abril de 1911 defende se estabeleça a duração mínima do curso jurídico (e será porventura com o mesmo espírito que o governo se negará a anuir ao pedido) é duma infelicidade pavorosa. Exactamente porque «a educação do espírito exige, em qualquer ramo de conhecimentos, um mínimo de tempo necessário em que, sem precipitação e sem sofreguidão, as ideias se formem e coordenem regularmente»; e se tratou de regulamentar o exame de forma a verificar se a educação jurídica do aluno se há feito ou não em harmonia com as ideias e critérios apresentados é que a determinação legal de duração dos cursos não tem razão de ser. Quanto à vantagem para as inteligências superiores de «se habilitarem exercer o primado mental que a natureza lhes destina», obrigando-as a cursar a Universidade o mesmo espaço de tempo, é uma das tais coisas que têm graça mas não têm peso.

Porque afinal se o legislador decretou o curso livre, esperando que de facto ele se torne obrigatório, pois o professor vai tornar-se mais que útil, necessário, indispensável — e é realmente este o caminho: disse-o aqui há dias e vejo agora com prazer que no relatório o mesmo se afirma, estabelecendo a boa doutrina e tirando as naturais conclusões, eu não acho motivos para que igualmente apenas de facto se não torne o curso jurídico de duração de cinco ou mais anos. Parece que confiando-se à proficiência do mestre o encargo de tornar a assistência à aula obrigatória, poderia ter-se confiado à rectidão da comissão de exames tornar o curso decentemente duradouro.

Mas isto é para os da nova reforma e sobre as reclamações destes havemos de falar.

Alves da Silva

30.1.1913

«Gerações perdidas»

O Sr. Dr. António Granjo publicou sobre a Academia de Coimbra, há uma semana, na *República*, um artigo pomposo a que, sinceramente ofendido, respondeu no *Mundo* passados dias, com toda a cândida ingenuidade de uma alma jovem, um distinto aluno do período transitório. É que o ilustre deputado, soltando um grito de alarme em prol dos académicos que, há dois anos só, cursam a velha Universidade e a quem destina o glorioso papel de consolidar a República, chama-nos uma «geração perdida», oscilando entre a demagogia e o reaccionarismo, apta apenas a ocupar os lugares vagos de oficiais do registo civil.

Começara a leitura daquele artigo com grande curiosidade: terminei-a com desgosto maior ainda. Tinha interesse — confesso — em saber o que pensariam os políticos diariamente entretidos em perseguições odientas e frivolidades pueris, sobre a questão importantíssima das reformas de ensino. O articulista não pensou nada, e os outros pensaram todos tanto como ele. Não mereciam resposta. Quando uma questão gravíssima, complexa como poucas, se tenta resolver com algumas frases bombásticas a gente ri-se, com tristeza às vezes, mas ri-se...

•

Pertenço também à «geração perdida», e em números sucessivos me referi aqui às reclamações universitárias, vendo-as à luz dos bons princípios pedagógicos que são alguma coisa de mais elevado e mais sério que uma mera questão de interesse partidário ou exploração política.

Pertenço também à «geração perdida», e não trepidei em denunciar claramente os vícios de que me parecia enformar a obra educativa nacional, a organização dos estudos entre nós. Sujeito a eles embora, apelidei de vergonhosos, pela origem e pelo espírito, os diplomas que têm regido e regem ainda o curso dos alunos do período transitório, alguns dos quais vieram do Parlamento onde têm o seu lugar aqueles que, de há muito, podiam ter pensado na gravíssima responsabilidade em que incorrem os que por falta de estudo e preparação gastam o tempo na negra tarefa de... perder gerações.

Longe de mim a afirmação ligeira de que pode fazer-se a golpes de decretos a regeneração dum povo que a cada momento revela pavorosos sintomas mórbidos, como o povo português; mas a lei pode apressar a ruína e a queda, quando desmoraliza, fazendo soçobrar o princípio da autoridade, legitimando a desordem, cedendo à anarquia de certos movimentos, onde se encontra a paixão que pode perder, mas raro ou nunca a razão serena que deve legitimamente dirigir e mandar.

De resto as novas medidas de ensino — o curso livre, a matrícula livre, a substituição forçada dum livro de texto, conscienciosamente feito, pela sebenta de quem não pode ter ainda educação científica nem rigor de linguagem para fazer coisas que o supra —, tudo isso teve, quanto a mim, a altíssima vantagem de revelar iniludivelmente os vícios ocultos, mas há muito existentes já, em toda a engrenagem do ensino público. Ver nesta questão mais do que isso, é lançar em rosto a professores honestos uma acusação que, feita a sério, é ignóbil de mais para ter resposta. Mas considerar perdida uma geração, porque estudou algumas páginas de sebentas a menos, tem apenas a sua justificação em considerar como salvas as que estudaram algumas páginas de sebentas a mais. E não serei eu quem perca tempo respondendo a dislates assim. Não há uma «geração perdida», há muitas.

Gerações perdidas, para a família e para a humanidade, são todas as que saíram para a grande luta raquíticas e enfermas de vícios e incúria, sem uma constituição física vigorosa, condição essencial do triunfo e de valorização da inteligência e da vontade.

Gerações perdidas, para a ciência, são todas as que saírem das escolas inaptas para pensarem com a sua cabeça, desabitua-

das de ver e observar rigorosamente as coisas e os factos, de reflectir e deduzir, por meio de raciocínios justos, os ensinamentos que neles se contêm.

Gerações perdidas, para a vida fecunda e útil, são todas as que partirem sem força de vontade, sem espírito de iniciativa, sem amor ao trabalho independente e livre, contando simplesmente com o seu esforço pessoal, sem acolher-se ao Estado que estende as asas protectoras sobre os que não sabem nem podem bastar-se a si próprios.

Gerações perdidas, para a civilização, são as que vemos por aí educadas com diários exemplos de intolerância e injustiça, de perseguição à ideia e à liberdade, de ataques ao direito e ao senso comum da humanidade.

Gerações perdidas, para a dignidade e o brio nacional, são todas as que aí se educam na admiração da falta de carácter, da traição, do servilismo; na adulação, no medo, na covardia, na guerra aos sentimentos nobres e aos caracteres impolutos, concedendo-nos apenas a liberdade de pensar... como elas pensam.

Gerações perdidas, para a virtude e para a honra, são todas as que despontam sem fé nem moralidade, sem uma crença segura a alicerçar-lhes uma conduta digna, cépticas e dissolutas, ferindo o que de mais sagrado existe no coração do homem e levantando alto, como bandeira de vitória, o lema: *Sem Deus nem religião.*

Estas são na verdade as gerações perdidas, e, se a Universidade e as demais escolas portuguesas podem ser acusadas de haver contribuído para esta *perdição*, pelos péssimos métodos adoptados que não têm tido apenas influência na formação intelectual mas — o que é mais e pior — na formação do carácter, não é decerto só a elas que nós temos de confiar a difícil tarefa de dar-nos homens como aqueles que necessitamos, para sermos alguém que se afirma, como vivendo e pensando no concerto mundial das nações.

É toda a mentalidade dum povo, é toda a sua viciosíssima psicologia que é preciso mudar, e isso não é obra somente das escolas nem tão-pouco dos legisladores. A grave empresa pertence a todos, tenho-o dito aqui: aos pais, à sociedade nos seus educadores, aos homens de boa vontade que, reconhecendo os

vícios da sua educação, querem legar às gerações futuras uma mais completa e perfeita que a que receberam.

Sem isso, reformas, sejam quais forem, há-de achar a mândria nacional meio de iludi-las, estejam certos disso os conspícuos governantes; e *gerações perdidas* continuarão saindo das escolas para a vida, onde apenas poderão mostrar o seu parasitismo, a sua inutilidade acobertada com o diploma que no mundo moderno se desvalorizou, pela consagração do trabalho empreendedor e honesto, da força de vontade que triunfa do carácter que se impõe, como a grande superioridade do homem de futuro.

Alves da Silva

13.2.1913

Questões universitárias: Os Lentes de Direito e as novas teorias jurídicas

I

AO SR. MINISTRO DO INTERIOR

QUEIXA

É a V. Ex.ª, Sr. Ministro, que em especial me dirijo, como aluno da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, julgando que assim cumpra um dever sagrado e presto um óptimo serviço. É que, com grave prejuízo de nós todos, os que aqui viemos preparar-nos para a vida, e pertencemos às gerações perdidas ou às gerações salvas do Dr. António Granjo, as novas teorias que V. Ex.ª e outros colegas têm com tanto brilho exposto das cadeiras do poder, e incontestavelmente estão traduzidas em diplomas legais em vigor, não são ainda ensinadas, sendo pelo contrário irreverentemente combatidas.

Se não fosse o termos conhecimento da autonomia universitária que permite a estas escolas uma vida mais desafogada — nós temos carteiras novas, quadros esplêndidos, facil consulta de livros; respira-se um ar de decência, quase diria de luxo; se não fosse isso, poderia afirmar-se, como aliás se tem feito de várias repartições do Estado, que a República ainda não penetrou na velha Universidade. Apenas o Dr. Marnoco havia defendido, antes de 1910, a superioridade do regímen republicano. Mas mesmo esse exemplar professor tem culpas; e por mais simpático que ele e todos os outros me sejam, eu não hesito um momento em chamar a atenção de V. Ex.ª para factos na verdade desprestigiosos para o regímen que tão dignamente representa.

*

O *Dr. Gilberme Moreira*, Sr. Ministro, ensina Direito Civil, a cujo estudo tem dedicado bastantes anos da sua vida. Temos por cá muito medo dele, mas reconhecemos-lhe todos uma honestidade científica tal, que o julgamos incapaz de fazer uma afirmação que não represente uma convicção íntima, o produto dum trabalho ponderado e meticuloso.

Já fui seu discípulo, e posso garantir que nem rectificou os seus livros, nem nas aulas apresentou uma divisão onde pudesse caber o *direito biológico* que V. Ex.ª, há dias, definiu com tanta propriedade — o direito que todos têm de cometer crimes. V. Ex.ª sabe muito bem que esta noção dum direito que começa onde todos os direitos acabam, nos era sumamente valiosa para explicar factos de todos os dias, que, à luz de tais princípios, deixam de ser sintomas claros dum estado que reputávamos anormal.

Gravemente, pausadamente, sem ter nem admitir divagações inúteis, aquele professor ensinou-nos um dia, acerca da interpretação das leis, princípios em absoluto inaplicáveis a recentes diplomas legais. Mormente a interpretação gramatical em que nos falou, deve pôr-se completamente de lado, quando cada um escreve o português que entende e dá às palavras o sentido que lhe apraz.

Ainda o mesmo professor ensina que a necessidade de evitar graves perturbações resultantes de não se tornarem jurídicas, prolongadas situações de facto, levou os legisladores, em todos os povos duma civilização relativamente adiantada, a reconhecerem à acção do tempo o efeito de extinguir relações jurídicas e até o de, mediante certos factos, as constituir. Certamente esqueceu que V. Ex.as votaram serem imprescritíveis os bens do Estado, e ignora que alguns dos legisladores, avançando mais, queriam essa imprescritibilidade com efeito retroactivo. Foi pena não ser assim votada a lei, porque toda a gente preferia perder o que tem, a provar que as terras conquistadas por D. Afonso Henriques aos mouros... têm pertencido sempre e legitimamente aos seus antepassados.

E agora me recordo de que, sobre a não retroactividade das leis, Sua Ex.a está ensinando o que de mais velho há em doutrina jurídica — tão velho e tão perigoso que até se achava estabelecida na Carta Constitucional. Imagine V. Ex.a que ele pretende que se respeitam direitos adquiridos!

Obriga o Estado, como se fosse um simples particular, ao cumprimento rigoroso dos seus contratos, e num golpe de audácia — é verdade que o livro é de 1907 — chega a afirmar que devem respeitar-se as disposições de última vontade, para que não suceda estancarem-se os sentimentos de filantropia e de caridade, sendo certo que o Estado é imponente para satisfazer todas as necessidades sociais.

Mas quando o distinto civilista é dum atraso que revolta — porque nisso mais directamente se opõe às últimas teorias de V. Ex.a — é ao defender calorosamente, em face da moderna concepção social do direito, a doutrina dos códigos alemão e suíço, segundo os quais não é protegido pela lei o abuso manifesto do direito.

Decididamente tem tanta verdade como delicadeza a frase do Sr. Presidente de Ministros: «O Dr. Guilherme Moreira cristalizou na idade da pedra.» Avançados, V. Ex.a e ele.

O *Dr. Alberto dos Reis* — a clareza e o método em tudo o que diz, o que escreve, e o que ensina — rege duas cadeiras de Processo e trata da organização judicial. Posso jurar que ainda não lhe ouvi nem vi a mínima referência à justiça popular, exer-

cida no tribunal da rua, por magistrados sem curso nem concurso. Tem, é certo, falado num processo sumário cuja importância encarece, mas esse consta dum decreto de João Franco, Sr. Ministro. Sobre a independência do poder judicial, o Dr. Reis é impertinente, parece-me provocante. Quero crer que não seja essa a sua intenção. Mas quando afirma e repete que na independência daquele poder está exactamente uma das maiores garantias de boa administração da justiça, a gente recorda logo a figura simpática do nosso regedor — é um pobre homem, o regedor! — risonho e importante no exercício da sua nova missão de vigiar se os juízes cumprem bem o seu dever.

Não devo esquecer também o *Dr. Caeiro da Matta*, espírito cintilante, professor infatigável, estudioso apaixonado da sua especialidade — Criminologia e Direito Penal. Pois bem: o Dr. Caeiro está perdendo um tempo precioso com teorias que neste cantinho ocidental têm apenas um valor histórico. Pretende ele demonstrar — veja V. Ex.ª — que só é crime o facto que a lei declara punível; que a ninguém pode ser aplicada pena que não esteja estabelecida ao tempo da infracção; que pessoa alguma pode ser punida duas vezes pelo mesmo delito: repudia os delitos de pensamento e é sumamente interessante, quando, através duma dissertação erudita sobre o conceito da pena em épocas passadas, exprime verdadeiro prazer pela suavização progressiva delas, dizendo horrores dos suplícios da Idade Média e dos empregados pela Inquisição. As penas corporais desapareceram do Código; não são aplicadas pelos tribunais. E Sua Ex.ª esquece a execução sumária, proveniente do julgamento em que o Dr. José Alberto também não ousa falar.

Mas, Sr. Ministro, o que eu me atrevia a desejar, era uma atenção especial da parte dos poderes públicos para as doutrinas que o Dr. Lobo d'Ávila, o mais novo professor da Faculdade, o orador fluente e elegantíssimo, está ensinando na sua cadeira de Direito Político. É decididamente má sorte de Sua Ex.ª, e demasiada teimosia também, passar um ano inteiro defendendo doutrinas em absoluta oposição com as professadas pelos homens do poder; não lhe acontecer uma vez ao menos poder exclamar: «Isto está aqui na Constituição, e, está ali na prática e nos outros documentos legais!» No capítulo das liberdades públicas então,

V. Ex.ª verá que o Dr. Lobo d'Ávila deixa de ser infeliz para ser impertinente.

Eu espero no entretanto que V. Ex.ª irá pensando em remédio para tamanho mal, na certeza de que isto não pode nem deve continuar assim...

Alves da Silva.

17.4.1913

Questões universitárias: Os Lentes de Direito e as novas teorias jurídicas

II

AO SR. MINISTRO DO INTERIOR

QUEIXA

Eu já apresentei a V. Ex.ª o professor de Direito Político, e pedi até, se bem me lembra, uma atenção especial da parte dos poderes públicos para a acção que ele está exercendo entre a mocidade estudiosa, acção que reputo prejudicial à corrente de simpatias que todos desejariam protegesse o regímen vigente. Posso jurar a V. Ex.ª que o Dr. Lobo d'Ávila não faz comícios em Coimbra; não mais eles se fizeram nas aulas da velha Universidade, desde os bons tempos de catedrático do Sr. Afonso Costa. Não mais!

E arredada desde já esta ideia que podia despontar no espírito de quem quer que lesse as minhas considerações, devo até declarar, Sr. Ministro, que o jovem professor defende com grande entusiasmo as doutrinas que correntemente se chamam democráticas. Não é culpa sua decerto, se os princípios dos democráticos (que, valha a verdade, são alguma coisa diferentes) são maltratados por aquela eloquência florida, levíssima, fazendo passar

diante de espíritos educados no espectáculo desolante de ataques rudes e perseguições sem conto, a exposição contraditória, flagrantemente contraditória das teorias de Direito Público, que V. Ex.ª manda ensinar no país e... vê cumprir no estrangeiro.

É por isso, Sr. Ministro, que se me antolha particularmente nocivo este professor. Os outros deformam-nos porventura a inteligência com erros ou inutilidades; este está operando brandamente, como um regato apenas murmurante que cava de mansinho as rochas mais duras, à desnacionalização da juventude portuguesa. Porque é de ver em todos os rostos a tristeza, uma expressão de desgosto profundo, quando, após a viagem ideal por quanto há de belo, de justo, de progressivo no campo das ideias que informam as constituições, se procura — e debalde se procura, Sr. Ministro! — que a vida nacional em toda a sua complexa variedade proclame o respeito pelas legítimas liberdades que os séculos conquistaram, e de que se orgulha a moderna civilização.

Podia a gente ignorar — como é feliz a ignorância! — que os tratadistas de Direito Público temem que a cada passo o Estado aniquile o indivíduo, e lhe sirva de estorvo em vez de meio para a máxima valorização das suas faculdades e aptidões, e procuram em ano de trabalho, de penoso estudo, qual o princípio superior ao próprio Estado, que este haja de respeitar sempre, sob pena de trair a sua missão. Tem-se justificado horror à violência, e em face do despotismo dos parlamentos — já nem no despotismo dos governos se fala em países que admitem residir a soberania na nação que a exerce pelos seus representantes —, e em face do despotismo dos parlamentos, Sr. Ministro, é preciso mais que nunca afirmar o direito intangível do indivíduo. Dentre a variedade infinita dos sistemas e das teorias, é fácil descobrir uma aspiração constante, um desígnio único — opor aos poderes do Estado uma limitação pelo direito. É com tanto mais interesse e afinco quanto é certo ter a história dos governos populares evidenciado que, se é preciso tomar garantias contra algum, é exactamente preciso tomá-las contra aquele que mais inclinado se mostra ao despotismo.

Isto é corrente em tratadistas de Direito Público que são um *a.b.c.* para a rapaziada; e não só nesses, como em vulgarizadíssimas obras de psicólogos políticos — ao do irreverente *Faguel*, as

do caturra *Le Bon* que cem vezes no mesmo livro chama à expropriação dos bens congreganistas em França — refere-se à França, Sr. Ministro, não vá V. Ex.ª precipitadamente ordenar a sua prisão — *um acto de iniquidade selvagem.*

É com mestres destes que V. Ex.ª permite se esteja formando a nossa mentalidade!

Mas nós podíamos, repito, ficar na ignorância, e em vez de cogitarmos horas e horas onde está em teoria e onde pode estar na prática um dique eficaz ao abuso dos poderes do Estado, aderíamos a esse novíssimo princípio justificativo de todas as violências do mesmo Estado — a salvação da República. Era mais fácil e menos útil. Porque contra tudo ele vale: contra a liberdade, a justiça, o direito, o bom senso, a própria Constituição — uma incoerência com resultados funestos — que parece apenas uma satisfação dada à civilização da Europa. Oh! a Constituição! Mas compreende V. Ex.ª ironia mais fina e pungente que, a sorrir, sem uma palavra, mais que outra, alta ou incisiva, citar a propósito do exercício das liberdades públicas em Portugal artigos da Constituição?

Pois fá-la constantemente o jovem professor.

E é a liberdade de consciência e de crença, e a liberdade de cultos, e a liberdade de ensino, e a liberdade de reunião, e a liberdade de associação, e a liberdade de imprensa, e o sigilo da correspondência, e a inviolabilidade do domicílio, etc., etc....

Ora isto aborrece; é provocante.

Será porém simplesmente efeito da ignorância?

Ao tratar de governos representativos, o Dr. Lobo d'Ávila desenvolve várias teorias para concluir que a verdadeira é a do italiano Orlando, segundo a qual a representação política não é uma delegação de poderes, mas uma designação de capacidades. De modo que as eleições que nos deram as câmaras actuais, foram, segundo ele, uma selecção de competências, uma selecção de competências!

Não! Isto não é ignorância, Sr. Ministro; é má-fé!

•

Tenho maçado bastante a preciosa atenção de V. Ex.ª, e por isso não continuarei talvez o meu depoimento acerca dos restan-

tes professores, podendo no entanto afirmar com segurança que, sob o ponto de vista científico, não se entendem com as teorias de V. Ex.ª e dos seus ex.mos colegas. O que eu disse porém é o suficiente para se ver a gravidade do caso. Julgo inútil insistir, mas aguardo com sumo interesse a solução que V. Ex.ª adoptará e que espero, seja o mais radical possível.

Seja-me lícito invocar a favor do último professor visado uma circunstância atenuante: o Dr. Lobo d'Ávila não se referiu ao n.º 37 do art. 3.º da Constituição, onde se permite a todos os cidadãos resistir a qualquer ordem que infrinja as garantias individuais. Homem de ordem, amigo da paz, Sua Ex.ª viu que defender uma doutrina destas no actual momento era sumamente grave para as instituições republicanas.

Mande-nos V. Ex.ª gente nova, ou gente velha, mas com ciência da nova, de forma que os princípios expliquem os factos, visto que os factos não são capazes de confirmar os princípios.

Mais nada.

Alves da Silva

17.5.1913

Questões universitárias: Os princípios e as leis

III

Há mais de um mês que a Universidade abriu, e, quanto aos alunos de Direito, abriu com novas leis. Tenho um íntimo desejo: é que se obtenham com elas os benéficos resultados que o legislador tem em vista alcançar. Apraz-me crer nas boas intenções de toda a gente. E nenhum motivo tenho para não acreditar piamente nas de quem fez o regulamento aplicável aos alunos da nova reforma, e o Decreto de 8 de Setembro aplicável aos da antiga.

Ora não duvidando das boas intenções do legislador, eu desejara ter tanta fé, como ele, na consecução do fim que se propõe. Não tenho.

*

A recente legislação universitária, como em geral a legislação destes últimos anos, revela, logo a uma primeira e superficial vista, um gravíssimo defeito: é uma legislação *ad hoc*. Não assenta em princípios nem tem ideias directrizes. Não se sabe muito bem o que se quer, ou seguem-se então caminhos de tal maneira longos e tortuosos, que, por minha parte, humildemente confesso não atinar com o destino que levam.

Nos considerandos do Decreto de 8 de Setembro, francamente se reconhece a sem-razão de disposições anteriores. Na verdade, um regímen de cursos livres sem programas, tendo os alunos de ser interrogados apenas na matéria preleccionada, levava infalivelmente à tentação da *falta*. Dum só feito poupava-se um esforço, alongavam-se as férias e simplificavam-se os exames.

Não se preveniu, tentou remediar-se; e a sabedoria legislativa entreviu dois meios eficazes: a modificação do regímen de faltas e a restrição da liberdade de matrícula.

Devagar.

Nós não temos actualmente em Direito cursos livres nem cursos obrigatórios. Temos... uma coisa, a qual coisa consiste em serem obrigados a assistir às aulas um número de alunos tal que elas pareçam regularmente frequentadas, podendo todos perder o ano pela simpes falta de alguns.

A genial medida não se mantém, creio-o, para honra mesmo dos que a ordenaram. Porque enfim falta-lhe a lógica, e sem lógica nem as tiranias se aguentam.

A gente parte do princípio de que a instrução secundária é deficientíssima, de que os alunos vêm tão mal preparados e tão mal formada a sua vontade que sem obrigações restritas, sanções próximas, não trabalharão; a gente admite que a missão da escola é ensinar, e que, mesmo num curso superior, é preciso obrigar a aprender quem se supõe que voluntariamente se apresenta aí para aprender; reconhece que as escolas têm de ter uma organi-

zação tal que mereçam dos pais a confiança que eles não têm nos filhos; reconhece-se, admite-se, aceita-se isto — decretam-se muito simplesmente cursos obrigatórios.

Pretende-se que o nível moral, o carácter, a formação da vontade acompanhem o desenvolvimento intelectual; quer-se que os diplomados sejam na vida pessoas que *sabem* e pessoas que *querem*; atende-se a que a idade em que se entra para o curso superior, é suficiente, para que o aluno saiba o que quer e o que lhe convém, não havendo vantagem nenhuma em empurrar os fracos, havendo-a pelo contrário toda em proceder naturalmente à grande selecção, que na vida, por variadas circunstâncias de riqueza e predomínio pessoal e político, não é tão fácil fazer; reconhece-se, admite-se, aceita-se isto —, decretam-se muito simplesmente cursos livres.

A princípios diversos correspondem leis diversas. Assim deve ser; e é por isso que, tendo lido o relatório do Decreto de 18 de Abril de 1911, nós nos queixamos em primeiro lugar de uma falta de lógica.

Depois... depois...

Os cursos livres vigoraram três anos, fazendo a felicidade dos filhos de Minerva, até que o governo nos vem dizer que não deram, tal como estavam, bons resultados. Os quais resultados devem certamente de referir-se ao interesse geral do ensino.

Ora eu não vejo bem em que é que a medida dos cursos livres pudesse prejudicar o ensino, fazendo prejudicar o nível intelectual da Academia, se esse nível que se traduz por uma mais intensiva e extensiva cultura da inteligência, depende dos métodos, dos programas e do sistema de provas finais adoptado, mais que da obrigatoriedade ou liberdade de assistência às aulas.

Se forçoso era reformar alguma coisa, vê-se claramente o que deveria tê-lo sido... e não foi.

Não! Nós sabemos muito bem qual é o mau resultado que se atribui aos cursos livres. Nós sabemos bem qual tenha sido na prática a premissa menor dum célebre silogismo apresentado no relatório, silogismo cuja conclusão lógica veio a ser, não digo um vexame para os Professores que todos respeitam, mas a condenação formal dum ensino que todos detestam.

Experimentou-se no primeiro ano se poderia passar-se sem ir às aulas. Experimentou-se e passou-se bem. A deserção das aulas

tornou-se vergonhosa, e, esquecida a possibilidade — o dever — de as povoar por outra forma, um meio fácil lembrou: obrigar.

Obrigar um curso inteiro a ir à aula, compreende-se. Obrigar uma parte determinada do curso, a constituída pelos alunos cujos pais declaram querer lhes seja mantida a assistência obrigatória, também se compreende. Obrigar os que tenham obtido em pretéritas provas classificações inferiores, ainda se compreende. E compreende, porque em qualquer dos casos o professor tem na sua frente os mesmos alunos, a quem tem dirigido, com quem tem trabalhado, e que, pela sua assiduidade, não têm perdido a sequência lógica das matérias tratadas.

Mas obrigar um terço abstracto dum curso, para tratar com um curso flutuante, constantemente mudável, porque pode obter-se por infinitas combinações particulares; e obrigar sob combinação injustíssima e bárbara de perderem o ano os que tenham ido sempre, e os que não foram nunca — essa invenção genial estava reservada aos nossos... perdão, senhores legisladores!... estava reservada a este ano da graça de 1913.

Não se querem nas aulas alunos que *estudem*; querem-se alunos que *estejam*. Maneiras de ver as coisas, afinal...

Alves da Silva

30.11.1913

Questões universitárias: Ainda os princípios e as leis. O decreto dos «terços»

IV

Pois que a questão é grave e urge resolvê-la sem violências que levariam a extremos desagradáveis, nem infantilidades ridículas incompatíveis com a categoria social de quem manda, e a dignidade de quem tem de obedecer, ataquemo-la agora no remanso

das férias, longe das sugestões da multidão e dos entusiasmos de momento. Ela tem de ser tratada com serenidade, prudência e bom senso tais que não venham comprometê-la soluções odiosas.

Ora eu disse aqui em passado artigo que a recente legislação universitária era uma legislação *ad hoc*; podia com verdade ter acrescentado que é também uma legislação *ad odium*.

De cada desvario legal os rapazes tiravam com formidável lógica conclusões reconhecidas inadmissíveis, e punham à clara luz da evidência os vícios e erros de toda uma pretensa organização escolar. Houve quem julgasse que lhe estavam caindo sobre a cabeça as condenações formais de uma geração que tinha de erguer-se, por honra própria, contra a desorganização e a mentira, de que eram responsáveis mais a época e o meio que os indivíduos. Fomos vistos com desprezo, odiados. É mau conselheiro o ódio.

Por ele, a vida universitária foi, tem sido um *dize tu, direi eu* de reclamações nem sempre justas e de imposições muitas vezes insensatas.

Castigar? — não é esta a função da lei. A lei coordena as actividades individuais, para um fim útil à colectividade; e ao lado do interesse geral que realiza, tem na sociedade uma missão altamente educativa a desempenhar.

Legislar é difícil, muito difícil: é sob certo ponto de vista, educar um povo, o que não sofre comparação alguma com a já dificílima obra de educar o indivíduo.

Não se educa mandando *muito;* é mandando *bem.* O bom educador não sufoca a liberdade em numerosos preceitos sem importância; exige o cumprimento rigoroso dos poucos que são necessários.

Uma ordem que não possa ou não deva por injusta cumprir-se, não é só uma ordem nula; é uma ordem prejudicial. Não há neste sentido leis indiferentes. A lei ou é um bem, ou redunda sempre num mal — a desmoralização da sociedade.

A sociedade, como o indivíduo, educa-se, quando obedece; desmoraliza-se, quando se habitua ao desrespeito sem incorrer em responsabilidades, ou a fazer cair pela força umas após outras as leis mais justas. Nesta altura a autoridade tem-se anulado, e sem autoridade não há a ordem nem a paz precisas, para um trabalho fecundo ou qualquer obra de progresso.

Uma lei, pois, que não tenha em si a sua razão de ser; uma lei que não possa fazer-se cumprir integralmente, por incompatível à justiça e o bom senso, falta à sua missão: não pode chamar-se uma lei.

Quando a autoridade não tem por si a razão, ou não se impõe e perde-se, ou faz-se obedecer e surgem inevitáveis conflitos. Destes, como das doenças, pode dizer-se em rigor que não se remedeiam nunca. Um motivo a mais para se prevenirem sempre cuidadosamente.

Quando a autoridade manda o que deve, é de sua própria essência fazer-se obedecer e não recuar nunca, ainda mesmo que a ameace a força do número ou a violência de actos que não são a voz da justiça, e, numa sociedade civilizada, não podem constituir direito.

Acima de tudo, a *autoridade* que não é a tirania; a *ordem* e a *paz* que não são a supressão das liberdades individuais!

«*Main douce et ferme!*» É também o nosso grito dentre a anarquia em que nos vamos arrastando esterilmente, perdendo assim o mais belo do nosso tempo e os melhores dos nossos esforços!

«*Main douce et ferme!*» Penetrem no profundo significado dessas palavras, convençam-se intimamente da altíssima importância, da absoluta necessidade da sua efectivação, os que têm o direito de mandar, direito bem mais pesado que todos os deveres!

Embora lhes compreendamos as responsabilidades, nem por isso podemos perdoar-lhes os desvarios. Queremos paz, não a mortífera dos pântanos: preferimos a tranquilidade das águas que livremente correm, fertilizando as terras...

*

Contrariamente a tudo o que deverá esperar-se, a imprevidência legislativa não há muito que pôs de novo a autoridade em cheque, e desta vez com uma boa dose de ridículo. O já célebre *documento dos terços*, a expressão pura duma justiça bárbara actualizada na sua sua aplicação académica, não pode manter-se; vai a caminho do reino da glória a receber aquela parte que Deus não recusa nunca nem aos maus. Bater-lhe mais, não! Reeditar contra ele todos os argumentos que suporta, é quase faltar à caridade.

Aquilo não se discute: troça-se ou lamenta-se. É um aborto legal, apresentando todas as deformidades dos abortos monstruosos.

Não sei como terminará; não sei. Mas oxalá que mais desgostos não cause, e não queira vingar-se dos maus tratos que levou, em maus tratos que nos dê. Uma reforma que assenta no curso livre, definido bem ou mal — não curamos disso agora — na liberdade de assistência às aulas, não tolera faltas individuais, quer as aponte um bedel quer as marque um estudante, assinando um livro de ponto. Nós não chegamos a compreender o que importa ao ensino a presença de certo número de alunos, quando o curso se não interrompa pela ausência total deles, não contestando, como não contestamos, aos professores que examinam, a máxima liberdade de apreciação. Ninguém lhes negou ainda o direito de exigirem o que ensinam.

E são dignos de gozar a liberdade os que não fogem à responsabilidade dos actos que no seu exercício praticam.

Não! deixem ficar isso em silêncio, sem mais referências, sem mais inquietações! Ao menos

«Saiba morrer o que viver não soube!»

Alves da Silva

4.1.1914

ELA

Chamava-se... Nunca lhe soube o nome.

Demasiado pálida talvez, era duma magreza delicada e fina. Condescendia em sorrir, mas tinha nos olhos negros, macios de veludo, a expressão indefinível duma tristeza profunda.

Todos os dias à tardinha, quando eu passava, a via no amplo terraço que dava para o poente, naquela casa branca que era os meus encantos, erguendo-se sossegada, linda, afogada em roseiras, na exuberância aprazível do pomar. Para além era a extensão das terras cultivadas, os pinheirais sombrios, casais dispersos de gente humilde...

Era dali que costumava ver fugir o sol, incendiando o céu e a palidez das nuvens, e esconder-se atrás dos altos cabeços que se atropelavam, estrangulando numa volta o rio do apertado vale. Ali se ficava a cismar, olhando os montes longínquos, envoltos na névoa baça do entardecer, no azulado fumo dos lares que àquela hora revivem no calor dum fogo, na frugalidade duma ceia pobre.

Não vi nunca que chorasse; mas notava-se-lhes sempre o mesmo olhar longo, aveludado, triste...

Era isto por Agosto, em terras de província, cortadas de ribeiros claros, cobertas de verdura. Explodia do seio da terra vestida e linda, a vida, em festões de flores, em relvados viçosos, em frutos esplêndidos pendentes dos ramos avergados. As regas refrescavam o solo, enegreciam-no, enquanto sóis estonteantes de luz e calor estoiravam pelo céu imenso, desmaiado. Havia canções pelo ar, musgos macios revestindo as rochas, e sombras frescas, e águas murmurantes, e ranchos de moças a mourejar, cantando e rindo os seus amores. Respirava-se um ar são e sentia-se no fundo da alma a ânsia infinda de viver. As próprias noites tinham o vago encanto das noites em que a terra dorme um sono leve, embalada pelo som confuso de mil sons dispersos, que se erguem para o céu diáfano, em nuvens de aromas esquisitos.

Era bem comunicativa a alegria inocente das coisas, mas impotente, afinal, contra o mistério daquela tristeza constante.

Não lia, não falava. Havia ali um pensamento único, absorvente, necessariamente trágico — chama fatídica a atrair e a queimar as asas da borboleta celeste.

E ninguém a interrompia na meditação dolorosa — fina e branca entre os cachos enormes das glicínias roxas, vicejando no terraço triste, voltado ao poente. Estrelava-se o céu, e lá ficava cismando, o olhar perdido no horizonte imenso, aquele olhar longo, meigo, dorido, expressão adorável, de ternura e saudade...

....

Disseram-me ao depois que, em vésperas de noivado, repentinamente, a ferira, sem dó, uma grande desgraça...

S.

18.1.1914

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Questões universitárias: Sebentas, compêndios e expositores

V

«Não poderão ser adoptados oficialmente livros de texto para as lições.»
Decreto de 18 de Abril de 1911

«Tendo-nos, porém, a experiência confirmado o muito que o ensino perde por falta de um compêndio escrito em português, que possa servir de guia quer ao professor quer aos alunos.»

DR. GUIMARÃES PEDROSA

A muitos que por aqui passaram e por aqui viveram vida inesquecível, o só nome da sebenta desperta recordações saudosas ligadas à sua capa desbotada e rota, à sua guitarra velha, à sua colher partida: — a sebenta é talvez merecedora da gratidão das idades. Pois bem: a todos peço desculpa de, nestes embora mudados tempos, não ser para com ela tão gentil, como porventura devera sê-lo um estudante de Coimbra.

Quero também arredar do campo duma crítica possivelmente injusta a disposição legal que citei. Não lhes compreendi ainda o verdadeiro significado.

E apresentadas estas desculpas e dadas estas explicações, vamos, para ver bem a questão, partir do facto; na maioria das cadeiras de Direito, não existe compêndio por onde se estudem as respectivas matérias.

Tenho uma preocupação constante — a preocupação das pequenas coisas. É que para mim os desertos imensos são afinal constituídos por finíssimas areias, e, vastos que sejam os mares, não passam da reunião de pequenas gotas de água. Desprezo as coisas aparatosas e vazias; detesto por temperamento as fórmulas, que é como quem diz escrotados, não só em política mas na vida diária. Sei de antemão que não valem nada.

Quando li a reforma dos estudos jurídicos, tão cheia de coisas novas e desmedidas aspirações, reforma em que se pôs o empenho, o caminho — porque não? — de criaturas que desejavam fazer alguma coisa de bom, sorri-me descrente. Não se fará nada, pensei; e não se *verá nada*.

É tudo uma mentira, mentira criminosa em que todos colaboramos — alunos e mestres — sem que alguém se erga, e a olhe de frente, e confesse o engano, e mude de rumo.

Entendamo-nos. Querer que os estudantes de Direito saiam da Universidade perfeitos juristas, com amplos conhecimentos sobre todos os assuntos que hoje fazem parte do ensino desta faculdade, é aspiração que, sendo irrealizável, se tornou altamente prejudicial. Seja o ensino mais modesto e será mais útil. Mas por vício de educação ou de raça nós somos assim: pintamos a frontaria mas não lavamos a casa.

Eu confesso que seria belo, mesmo consolador, que os alunos ouvissem a sábia, a erudita prelecção dum Lente sobre qualquer questão intrincada, linda na sua dificuldade, e fossem depois para a Biblioteca tão imponente e tão abarrotada, desfolhar os livros, consultar as obras, beber nas verdadeiras fontes a doutrina, ver, comparar as variadas opiniões dos escritores, pesá-las, criticá-las e formar ao fim uma opinião própria. Seria... mas não é. E ouso mais dizer que, se o Director da Biblioteca soubesse o espírito, a orientação, os resultados práticos daquelas leituras, tinha um grande meio de ser útil ao ensino do país: fechá-la.

Vão com certeza achar-me exagerado todos os que em 1912, ouvindo discursar o Dr. Mendes dos Remédios, se convenceram do mau rumo que isto levava, porque os leitores da Biblioteca tinham diminuído muito. Que pena, direi, que não diminuíssem mais!

A literatura científica, a literatura jurídica é hoje simplesmente assombrosa. Mas quem consulta uma obra, tratando *ex professo* de determinado assunto, precisa para a entender — e não me acusarão de demasiado exigente — uma preparação geral. Ora nós temos partido dum erro, não querendo convencer-nos de que quem cursa Direito, é tão ignorante das coisas do Direito, como da língua francesa quem se matricula no primeiro ano do Liceu. Assim, a leitura é inassimilável; é indigesta, se me

permitem a expressão. Começa por ser inútil... e acaba por ser prejudicial.

A multiplicidade das teorias desgosta e confunde; as razões têm todas a mesma força; as coisas acidentais sobem ao plano das essenciais; as minuciosidades prejudicam os princípios; as pequenas *nuances* de opinião não se distinguem: é a anarquia intelectual, é a Babilónia do espírito, incapacitando-o para qualquer trabalho proficuo. Não se formam o que poderíamos chamar os grandes quadros intelectuais, em que mais tarde se ordenassem os conhecimentos adquiridos. Apreendem-se coisas dispersas, vagas, sem ligação, sem ordem, sem lógica. Debalde se procurarão sistemas de noções; ninguém lhes vê as íntimas afinidades.

Nada se sabe ao certo. Ideias claras, nenhumas; convicções só a da *grande dúvida*. Ora nós podemos afirmar que, na vida prática, é mais fecundo um erro em que se crê, do que mil verdades de que se duvida. Porque, quando se trata de agir tudo se reduz a saber *como*. Então pouco importa o que têm pensado todos os sábios do mundo; o que é preciso é saber o que pensamos nós próprios.

— Nós próprios? — Ai! Nós próprios não pensamos nada; não tivemos tempo de habituar-nos a isso, tanto gastámos a ver o que pensavam os outros.

Não esqueço neste momento que utilíssima pode ser, como guia, a lição do Mestre. Afinal o Mestre é... o mestre, o que quer dizer que tendo o seu espírito formado, as suas convicções assentes, sabe como formar o espírito alheio. Transmitirá o que se tem chamado a *ciência feita*, isto é, os princípios que já se não discutem e que se aceitam, como condição necessária de progressos ulteriores.

Ora há quem julgue que se resolve a dificuldade, assistindo o aluno à lição e tirando os seus apontamentos. Bem, ele vai, e tira os seus apontamentos o melhor que pode, é no fim de contas uma coisa péssima.

Vejamos bem as coisas. Um teorema de matemática fica rigorosamente representado na expressão última da sua demonstração. Todos os raciocínios em que esta se fundar, por mais complicados, exprimem-se facilmente sem uma palavra

sequer. Vai assim uma teoria jurídica; vai asim a interpretação duma lei.

As teorias são numerosas e variadas sobre cada assunto, e de muitas não direi que sejam inúteis ou sequer indiferentes a quem pede à Universidade uma cultura jurídica, que lhe distinga a acção na vida prática duma material, rotineira aplicação de textos. Os que as ensinam, e os que as estudam, conhecem a delicadeza, o melindre de algumas. A troca dum termo pode em certos casos traduzir um erro crasso, que só não passará despercebido a quem muito bem as saiba. Para interpretar um texto, que trabalho às vezes se acumula! Que raciocínios a propósito de cada palavra!

E ninguém dirá por certo que, importando-nos saber o *como*, não nos seja preciso o *porquê*.

Sendo pois impossível tirar das lições magistrais apontamentos que valham — eu não falarei no tempo desperdiçado a desenvolvê-los ou completá-los —, e, não havendo compêndios por onde possa fazer-se uma ideia clara e rigorosa do conjunto, e onde os princípios fundamentais se encontrassem, desnudados de factos e as ideias de insignificâncias embaraçosas, o estudante lançará mão de sebenta.

Ó senhores, a sebenta! Mas já pensaram bem no que seja a sebenta?

A sebenta apresenta-se como sendo a prelecção do professor escrita; é a matéria tratada, a matéria explicada, a matéria exigida; a sebenta é a nossa alma, a alma do nosso saber! Os lentes opõem-se a que faça fé nos exames; mas em verdade ela pode fazer fé em juízo: é a valiosa testemunha do nosso labor intelectual. *Ó spes unica!*

— E que tem de mau a sebenta?

— Pouca coisa; só isto: é que, tenha ou não a firmar-lhe os créditos o nome de estudantes distintos, a sebenta é feita por quem não sabe... os assuntos sobre que tem de escrever. Como a precisão, a fidelidade, a concisão? São vulgares grandes heresias doutrinárias, de tal modo que às vezes se gasta mais tempo a emendar os erros da sebenta, que a estudar a matéria que contém. A terminologia jurídica é detestável; e, se há coisa que custe, é ver leis traduzidas em calão.

Assim se ficam sabendo umas coisas que no acto se dizem, como se podem. Mas afinal umas coisas também o oficial de diligências as sabe, por as ter ouvido ao sr. juiz...

Alves da Silva

15.2.1914

Questões universitárias: A lição do aluno

VI

Suponde esta coisa terrível: um dia, um destes dias encantadores de sol que tão bem se casam com a despreocupação feliz da mocidade em cursos livres, um Lente convidava um de seus alunos a falar sobre qualquer problema tratado na aula!

Afianço-vos que eram de verdadeiro pânico os primeiros momentos. Mas pouco e pouco a colectividade, mais senhora de si, tomava consciência do sério perigo que a ameaçava, e dar-se-ia então a reacção certa das grandes crises.

A academia responderia àquela tentativa de espoliação duma das suas mais caras prerrogativas, com a desconsideração, o apupo, o insulto à Porta Férrea, e o governo, supremo fiscal da execução das leis, vigilante e atento, devia de, nessa conjuntura, estar perfeitamente a seu lado.

E no entanto esse professor, quem quer que ele fosse, que assim se colocava fora da lei, estava perfeitamente dentro do exercício da sua missão. Pasmai da estranha incoerência!

*

O professor não pode hoje chamar um aluno à lição. Porquê?

Muito tenho pensado nos motivos que levariam os legisla-

dores a adoptar semelhante doutrina, e nenhum encontro racional e justo, senão que talvez quisessem fazer ali pitoresca aplicação dum célebre princípio de direito: *Nemo ten tenetur turpidinem num detegere.* Ninguém pode ser obrigado a confessar a própria torpeza, que é como que diz, ninguém deve ser chamado, para não ter de mostrar a sua crassa ignorância.

Eu não afirmo que fosse por isto. Quanto a mim, respeito até muito as desconhecidas razões, mas ponderosas sem dúvida, que levam os alunos a tão ciosamente guardarem este silêncio de ouro...

Não correndo assim o perigo de ser indiscreto, revelando segredos que não possuo, tenho certamente a liberdade de reparar na exquisitice pela qual o aluno prefere ficar uma incógnita diante de quem pouco pode fazer, se não sabe com quem trata. Mas enfim bem pode ser até virtude de extraordinária modéstia, ante a qual me inclino e... passo adiante.

O professor tem a missão de julgar; e, não permitindo o aluno que sobre ele se vá fazendo juízo de ser feito no exame.

Eu quereria que todos fossem suficientemente francos. Nós declararíamos *una voce* que o exame é uma mentira, e que é simplesmente monstruoso que uma apreciação que tanta importância pode ter para a nossa vida, fique exclusivamente dependente duma hora de boa ou má disposição do professor e do aluno. Todos sabem o que é um acto — um momento de boa sorte a cobrir douradamente uma miséria, uma noite mal dormida a atirar à vala comum uma inteligência formada, o trabalho consciente de muitos dias.

Tanto isto é assim, que os Lentes tremem ante a responsabilidade duma apreciação mal feita, e são geralmente benévolos. E aqui tendes a razão por que, condenando todos em sua consciência o exame, como meio único de julgamento, ninguém se revoltou ajuda contra este estado de coisas. É que são todos bem julgados? Não! É que são todos julgados bem. Faz diferença. Mas nós que conversamos, e rimos, e folgamos, e uns aos outros contamos francamente os dias do nosso estudo e a figura do nosso acto, sabemos os errados conceitos que se têm formado de nós. Que longe anda às vezes o que somos, daquilo que lá parecemos!

A lição foi pois desterrada, porque era inadmissível aquela espécie de *juízo prévio*; e, desterrada a lição para juízo, desterrada foi também; e sem remédio, a lição como meio educativo.

Agora a questão reveste uma modalidade nova, um aspecto diferente, uma gravidade desconhecida. Para reconhecê-lo basta que os que pensam um pouco nestas coisas, tentem responder a esta pergunta: Que meios tem hoje um aluno para fazer a sua educação intelectual?

Ele vem do Liceu... Oh! mas não falemos nesse horror que é a instrução secundária em Portugal, apenas sequência digna da nossa instrução primária. Nós vamos pôr de lado a desorientação pedagógica das nossas escolas, e, para facilitar a resolução do problema, sigamos um rapazinho distinto, inteligente porventura, que tenha decorado muito bem todos os seus compêndios, e seja aquilo que vulgarmente se chama um rapaz lido. Ora o rapaz lido é... um monstrozinho intelectual, que purificou a sua alma na água lustral dos romances de Zola, e formou o seu carácter pelos íntegros modelos que lhe forneceu o nosso Eça.

Seja o que for e como for, ele é ainda assim a nata dos nossos Liceus. Repito a pergunta: Que meios tem aqui ao seu alcance para fazer a sua educação intelectual?

— A lição do Mestre? — A lição magistral é hoje considerada coisa perfeitamente acessória, de importância secundária, nesta operação complexa e difícil que é formar a inteligência de alguém. Ensinar a ver, a ver bem, a reflectir e raciocinar, falando, só falando... Temo bem que ao fim mais se não tenha feito... que falar. Vede que longe assim andamos do — *savoir c'est faire* — de Montaigne.

— O estudo do aluno? — Mas quem lho guia, quem lho metodiza, quem lho facilita? Sabe ele acaso se aprendeu bem o que leu; se aplica bem o que sabe; se exprime bem o que entende; se achou o que procurava; se firma com boas razões o que opina; se deduziu com justeza o que pensa?

Oh! que isolados vivemos nós os que estudamos, nesta terra de tantas escolas e tantos mestres, com as nossas dificuldades e os nossos desânimos, sem uma luz que de quando em quando nos guie, sem mão que nos sustenha! Que sós e longe de nossos mestres vivemos nós os que teríamos de «limar o nosso

cérebro contra o cérebro deles», para ficarmos a saber alguma coisa!

Errado. A gravidade do caso está em que foi retirada ao aluno a única ocasião que tinha para sistematizar as suas ideias, para se habituar a expor os seus conhecimentos, para firmar as suas convicções, para resolver as suas dúvidas, para aguçar na discussão o seu engenho, para solucionar por si uma questão, para assumir a responsabilidade duma opinião pessoal.

Se tudo isto é de pequena importância, se tudo isto pode escusar-se, digo somente que muito enganado ando acerca destas coisas, e que acho ainda de mais a única vez em que aos Lentes damos a honra de nos ouvirem. Por tão pouco mais valia aprovarem-nos sem nada.

Ora...

Alves da Silva

8.3.1914

Notas soltas da viajata a Lisboa

... Pois é verdade: fomos a Lisboa. Mas o que eu receio dizer-vos, por o poderdes tomar por mau agouro, é que a primeira pessoa que vi ao apear-me no Rossio, foi... o Dr. Afonso Costa.

— Passou entre a admiração do público?

— Oh! não! E também não, entre a sua indiferença. A gente sempre olha, sempre para diante das grandes ruínas...

•

À tarde, em S. Bento, o velho Jacinto Nunes falava-nos da sua acção parlamentar. Cansado, cheio de febre... Ataque de gripe pela certa... Mas não podia deixar de ir à Câmara. Defendendo a liberdade e as garantias individuais dos cidadãos, aliás consignadas na Constituição, não cumpria mais que o seu dever. Nem louvores, nem agradecimentos por isso...

Não fazia tenção de falar sobre a generalidade na discussão da Lei de 20 de Abril. Mas pedira a palavra na véspera. Queria só provar à Câmara que aquilo não é lei de separação mas de sujeição da Igreja ao Estado, sujeição por demais vexatória para poder manter-se.

Dizem que começaram pela tradução do art. 1.º da Lei francesa, estatuindo a liberdade de consciência. Isso que vale? No fundo da sua consciência ninguém o atacaria. O que se esqueceram de traduzir, foi a parte em que se diz que a República garante o livre exercício dos cultos...

•

À noite toca a visitar a *Avozinha*... Poucos netos lá estavam. A gente anuncia: estudantes católicos de Coimbra. Pronto! Nunca nos vimos: parecemos velhos amigos... Coisas de Coimbra, coisas de Lisboa... E aqueles rapazes, almas de heróis, almas de mártires, abrem-nos o seu coração tão bom, tão franco numa expansão de sinceridade e alegria, que a gente despede-se com saudade e desgosto de não poder ficar ali no seu convívio, na sua amizade.

•

E ninguém me diria certamente que daí a pouco havia de encontrar-me na redacção da *República* com o deputado Celorico Gil, fulo porque os assistentes ao espectáculo do Ginásio não tivessem dado melhor lição à *formiga branca*, e com aquela alma eternamente sonhadora que é o Dr. António José de Almeida.

Com muita fé na salvação da Pátria pela República, aquele homem que ficou sempre com a sua alma de rapaz, faz-nos o que poderíamos chamar... um convite à valsa.

— Vocês o que devem é vir para cá. Eu estou sempre na defesa dos bons princípios. Por eles tenho gasto a minha fortuna, a minha saúde, e ainda me insultam por cima...

Falámos do comício católico de Coimbra... Fora violentamente impedido pelos *livres-pensadores*...

Nada, não podia ser. Livre-pensador era ele e por isso mes-

mo queria para os outros a liberdade de pensar. Havia de falar brevemente na Câmara. Lá ia atacar o *beneplácito* e as *cultuais*, em nome dos mesmos princípios de liberdade que professa.

— Vocês são católicos. Mas *cá dentro* também há gente religiosa...

A afirmação não tinha uma facilidade de prova por aí além, em todo o caso...

Voltámos às cenas desagradáveis do comício, a falar na qualidade dos manifestantes... Não lhe dávamos novidades... Sabia perfeitamente como isso era, ele que tinha sido apupado e agredido em comícios, na praça pública...

— Mas olhem que nos comícios, quando vejo esses *liberais* a provocar o tumulto, o meu maior receio... é que me roubem o relógio!

Vocês hão-de vir para cá, rapazes!

— Adeus, Sr. Doutor!

*

Estava lá na *República* o Veiga Simões, delicado, amabilíssimo. Não tinha relações connosco. Viu-nos de capa. Conheceu-nos logo: estudantes de Coimbra...

E aquele rapaz de talento, que ainda há três anos passeava por esta terra de encantos, lembrou-se talvez da sua capa velha e sentiu que tinha um parentesco connosco... Coimbra prende as gerações: os estudantes de hoje são os amigos mais novos dos estudantes de ontem. E foi delicado, amabilíssimo...

*

Mas amabilíssimo, antes cordialíssimo foi o Presidente de Ministros. Aquilo é que é paz, amor e... água chilra...

Crianças a brincar umas, a dormir outras: doentes e aposentados; viúvas e órfãos esperavam com certeza senão um bocado de pão, ao menos um sorriso amável... Empenhos, caras aborrecidas e tristes, pretas de Angola a cumprimentar *sió*...

Onze horas da noite. Gente a entrar com esperança; gente a sair sem ela.

Positivamente, o Ministério dos Estrangeiros senão é, parece a entrada dum asilo ou a sala de espera dum hospital. É possível mesmo que se faça ali a visita aos enfermos...

*

O Sr. Presidente de Ministros muito cordial, muito cansado e muito doente. Chega o ministro da Guerra: o mesmo estado sanitário.

Ó demónio! O ministério não cai: morre!

A primeira vez que se for a S. João de Almedina há-de rezar-se-lhe pela alma ou pelas melhoras... no outro mundo.

*

De resto nem foguetes à chegada, nem lágrimas à partida. Antes pelo contrário.

A. S.

22.3.1914

S. João de Almedina

Ao Sr. Ministro da Justiça

Como português e como católico, estudando Direito nesta velha Universidade de Coimbra, eu lamento profundamente, Sr. Ministro, o seu discurso de sexta-feira da passada semana.

Membro dum Estado civilizado, tinha a convicção — erróneas, afinal — de que os altos dirigentes dos negócios do meu país tinha por dever ser menos desprimorosos, e ter mais perfeito conhecimento dos assuntos da sua pasta.

E no entanto, Sr. Ministro, eu estou hoje disposto a passar em silêncio aquela frase tão elegante e tão bela no seio da Representação nacional, definindo a Igreja de S. João de Almedina..., um *pardieiro.*

Uma igreja onde se reza e se vive uma vida intensa do espírito, não é um *pardieiro*, senhor; é uma mansão de paz, de repouso, de enlevamento de alma, acima das paixões mesquinhas, dos interesses rasteiros. A capelita branca que coroa os montes ou se agacha no viridente vale, não tem só o valor de poetizar a paisagem, de quebrar a monotonia da cor, de representar um ninho de pombas pacíficas na aridez hostil da terra. Onde quer que haja uma figura pálida de Cristo ou uma devota imagem da Virgem; onde quer que uma lâmpada arda pela saúde dos nossos doentes, ou uma prece se murmure sentida pela alma de nossos pais; onde uma melodia se dance, uma multidão se apinha, pedindo a paz, o perdão, o amor, para o seu coração atribulado; esse lugar não é um *pardieiro*, Sr. Ministro; é um lugar bendito entre todos os lugares: vivemos aí toda uma vida de afectos, a vida da nossa alma!

Foi em nome, em defesa desta intensa vida espiritual das igrejas, que há pouco apareceu esse livro de beleza tamanha — *La grande pitié des églises de France* — livro de ouro de Maurice Barrès. É no fundo a eterna verdade daquela expressão profunda — *non in sonolo pane vivi home* — que eu citaria a V. Ex.ª, se não temesse irritar os nervos dum ministro da República com uma frase de Jesus.

*

Não falarei também na questão do Museu, porque não quero atentar demoradamente nesta paixão serôdia pela arte em tantos que nunca em sua vida sonharam que tão amantes haviam de ser de objectos artísticos.

E entretanto, pacientemente, devotamente, um Bispo guardava preciosidades que da Igreja eram, pela fé que as inspirou e criou, pela dedicação que em seu seio as colocara para o exercício do divino culto.

Quando no Parlamento se diz que os frades nada fizeram de bom, que a Igreja nenhuns serviços tem prestado, a gente fica a pensar se um artista recolhido em seu silêncio, e profundo pensar, e meticuloso labor, faria um cálix de ouro, quintessência de beleza e arte, para nele ser consagrado o sangue de Jesus, se

para em ceia lauta saciar a sede um senador da República Portuguesa.

Um museu! Ah! mas todos nós estimamos os museus, onde se guardam e salvam para o futuro as preciosidades que o passado nos legou.

Mas eu não sei se V. Ex.ª reparou já: um museu é uma coisa morta; lembra uma casa mortuária.

Está ali sepultado o tempo, e só por intenso esforço do nosso espírito, conseguimos sentir que, por sobre a necrópole da arte, paira a alma sublime do artista. Há muita gente que fala em museus, e berra, e gesticula, e entusiasma-se, e ficaria bem surpresa, se lhe perguntássemos que benefício ao seu espírito adveio da contemplação das coisas de arte, que não têm alma ali, onde as puseram.

Pois bem, Sr. Ministro; isto quer dizer que para um museu basta que vá aquilo que já não pode viver. Mais do que isso, é desprezar a vida para cair em adoração perante a algidez da morte...

Mas coloquem-se, em dias de festa, os sacrários no trono da igreja, e a cruz erguida no topo, e os santos em seus nichos, e os cálices em seus altares, e os tapetes em seus degraus, e os candelabros em seus lugares, e vistam-se com os ricos paramentos os ministros do Senhor, e toque-se o órgão profundo, e entoe-se a melodia divina, e murmure-se uma oração singela. Tudo se ilumina, se anima, indo viver na espiritualidade puríssima, que é a expressão superior do nosso viver. Foi aquilo o que o artista sonhou; foi aquilo o que o artista viu em seus desânimos e entusiasmos, o que lhe ergueu a alma a regiões que não são deste mundo, o que criou a verdadeira arte! Eis a vida profunda das igrejas...

Ah! perdão, Sr. Ministro! Eu esqueci-me de que estava falando com V. Ex.ª. Um ministro da jovem República Portuguesa, atrasada um século nas ideias e muitos séculos nas leis e nos actos, não compreende com certeza isto. Do governo mandaram perguntar, há tempos se o culto na *Sé Velha* poderia continuar sem prejuízo para a arte. Gente que adora as múmias... Pouco longe da civilização egípcia!...

•

Hoje o que me preocupa, Sr. Ministro, é apenas uma parte do seu discurso, aquela em que V. Ex.ª, não atendendo às interrupções do deputado Jacinto Nunes, fala da Igreja de S. João de Almedina tão desprendidamente, que até parece falar de coisa sua.

Os católicos de Coimbra protestam e protestam pelo que é seu; os católicos de Coimbra protestam, porque autoridades sem autoridade mandam entregar, sem mais cerimónias nem formalidades, o que lhes *não pertence.*

A Igreja é do Estado e, como tal, foi arrolada, disse V. Ex.ª; *a igreja não é do Estado e, como tal, não foi arrolada*, dizemos nós. E, porque um Ministro da República Portuguesa não terá tempo de provar as suas afirmações, quando elas são contra os católicos, fora do direito comum, estes provarão as suas, ainda que seja contra um Ministro que finge desconhecer os princípios mais elementares do Direito, e as disposições mais claras das leis.

Mais uma vez, Sr. Ministro, nós repetiremos que a Igreja de S. João de Almedina foi *construída* por o Bispo de Coimbra, D. João de Melo, que dela *doou* uma parte importante, por escritura de 1695, à Irmandade dos Clérigos Pobres. Esta irmandade, até então erecta na Sé Velha, foi instalar-se, em virtude daquela doação, na Igreja de S. João de Almedina, onde se tem conservado sempre, não obstante a opinião em contrário das respeitáveis autoridades civis.

Extinta a respectiva freguesia em 1854, a Irmandade ficou de posse de toda a igreja — posse contínua, pública, pacífica, durante sessenta anos.

Em 20 de Abril de 1911 apareceu, Sr. Ministro, o celebérrimo Decreto de separação do Estado das Igrejas. E esse decreto bem mais irritante e injusto que a lei francesa, apelidada por Gustavo Le Bon, cem vezes na mesma obra, de *confiscação infame*, define nos seus artigos 32.º e 39.º a situação da Igreja de S. João de Almedina e da *Irmandade dos Clérigos Pobres.*

«Todas as... igrejas... são declaradas, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma *cor-*

poração com individualidade jurídica, pertença e propriedade do Estado..., e devem ser, como tais, arroladas e inventariadas...» (art. 62.º).

A igreja de que tratamos, pois, por ser propriedade bem determinada de uma *corporação com individualidade jurídica*, não devia de ser arrolada nem inventariada. O Estado respeitava os direitos do verdadeiro proprietário. E até hoje respeitou. A Igreja de S. João de Almedina, que não passou para propriedade do Estado, *não foi arrolada nem inventariada. Não tinha que sê-lo!*

Por outro lado a *Irmandade dos Clérigos Pobres* é realmente uma *corporação com individualidade jurídica*. Fosse qual fosse o seu carácter à data da publicação do decreto, fosse embora uma corporação exclusivamente destinada ao culto ou somente de piedade, ela tinha um meio de não perder a sua individualidade jurídica, perda com que a ameaçava o art. 169.º do Dec.: era reformar os estatutos até 31 de Dezembro de 1911. E a Irmandade reformou-os; e a Autoridade civil aprovou os novos estatutos.

A *Irmandade dos Clérigos Pobres* está assim ao abrigo do art. 39.º do Decreto: não infringiu as leis gerais, harmonizou com a citada lei os seus estatutos, reformando-os — *não pôde ser declarada extinta*.

E, se o fosse, Sr. Ministro, *nem assim* os bens afectos ao culto seriam incorporados na Fazenda Nacional. O art. 39.º do Dec. de 20 de Abril não manda aplicar àqueles o art. 36.º do Código Civil; manda que a Junta de Paróquia superintenda nesses bens «até que exista entidade que legalmente possa utilizá-los e administrá-los.»

Repito, Sr. Ministro: é profundamente lamentável que um ministro da Justiça em Portugal não manifeste mais respeito, já não digo pela propriedade dos indivíduos, sagrada nos países civilizados, mas pela lei que, sendo má, respeitou aquilo que V. Ex.ª pretendia sem-cerimoniosamente tirar.

Pelo art. 90.º do Decreto, o Estado reserva-se o direito de aplicar a qualquer fim de interesse social os edifícios destinados ao culto público, *que para ele não forem necessários*. Mas se Coimbra frequenta tanto S. João de Almedina, que alguém se sentia incomodado por as suas festas imponentes e as suas *reu-*

niões elegantes, é esta certamente a melhor prova de que a igreja não é necessária ao culto...

Quando o Estado concede gratuitamente as igrejas que declarou *propriedade sua*, entende que elas não são necessárias ao culto, quando este se deixa de realizar aí pelo espaço dum ano (art. 93.º n.º 3). Com este elemento importante de interpretação, eu creio que V. Ex.ª terá uma certa dificuldade em demonstrar que a igreja *pertencente à Irmandade dos Clérigos Pobres*, não é necessária ao culto, celebrando-se aí este ininterrutamente.

Estava para dizer ainda a V. Ex.ª que a igreja está ao abrigo do edital do Ministério da Justiça, de 6 de Fevereiro de 1912, em que se diz que o Estado *não fechará* as igrejas onde estejam, *por direito ou uso antigo*, erectas Irmandades ou Confrarias.

V. Ex.ª poderia dizer-me que não é com editais que se fazem leis; assim como eu poderia responder que não é com telegramas da comissão central de execução da Lei de Separação que se manda a irmandade entregar, embora para um museu de arte, a igreja *que lhe pertence e tão necessária é ao culto.*

E, depois desta exposição, Sr. Ministro, se V. Ex.ª quiser, pode continuar dizendo no Parlamento que a igreja é do Estado e por isso foi arrolada. Nós porém, com maior respeito pela verdade e mesmo por um sentimento de justiça para com o Sr. Dr. Afonso Costa, repetiremos que a *igreja não é do Estado e por isso não foi arrolada.*

... E passe V. Ex.ª muito bem.

Alves da Silva

29.3.1914

A Igreja de S. João de Almedina

Esta questão da anexação da Igreja de S. João de Almedina ao Museu Machado de Castro, está sendo uma ridícula escaramuça coberto de frases feitas.

Os católicos, ou antes, se V. Ex.ªs o preferem, os catoliqueiros...

•

É assim, que começa um longo artigo publicado em *A Província*, de 8 do corrente, escrito pelo Sr. Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.

Quando uma causa começa a ser defendida com grosseria, tem já esgotados todos os argumentos que valem e pesam na consciência das pessoas de bem, e fia então da repulsa anojada o que não pôde obter do combate lealmente travado. A questão de S. João de Almedina é para *eles* uma questão perdida. Eis porque nós não descemos, nós os *catoliqueiros*, a chamar a S. Ex.ª, em vez de livre-pensador, um *libre-pensadeiro*. E seríamos porventura mais justos, ao definir assim o espírito dum homem que tem um curso superior e dizem que escreve bem, de que o articulista ao pretender insultar — e tão ordinariamente — os académicos e as senhoras de Coimbra, que se têm encontrado na defesa acérrima da igreja, onde, à sombra das leis deste país, lhes apraz fazer as suas queridas devoções.

Os académicos são, pois, *catoliqueiros*... E são *catoliqueiros*, e não católicos, certamente porque não pensam, não sentem o seu catolicismo.

Somos senhores, de todas as escolas. Frequentamos o liceu, as escolas normais e industriais, a Universidade em todas as suas faculdades. Somos assim iniciados em todos os problemas do saber, nos vários ramos de diversíssimas ciências, e se mais não aprendemos nem sabemos é porque os professores, não tendo podido assimilar as peregrinas teorias, que não germinaram no cérebro dos sábios, para serem lustre e glória dos dirigentes da sociedade portuguesa, mais não aprendem nem ensinam.

Não damos a nossa adesão ao catolicismo, por uma sentimentalidade doentia de românticos, parados, contemplando em êxtase uma bela instituição cuja origem recua pela noite estrelada dos séculos, buscando sensações esquisitas na penumbra delicada dos templos. Certamente que o catolicismo é uma necessidade do nosso coração, da nossa alma; é no seio dele que descansam satisfeitas as mais altas aspirações do nosso ser, e se dessedenta esta ânsia do imortal e do infinito, que em nós palpita. Mas nunca esquecemos o *rationabile obsequium* do Apóstolo. O catolicismo é

para nós uma verdade histórica, uma verdade filosófica que vinte séculos de génios estudam e defendem; e para aqueles a quem Deus não concedeu a suprema graça de fé, é ainda condição de ordem, base de organização duradoura das sociedades políticas, salvaguarda da civilização que ele fez e, sem ele, não poderá manter-se.

Não pensamos o nosso catolicismo... Mas estudamos tudo o que eles estudam — o Direito, a Matemática, a Filosofia, a História, as Ciências Físicas — e estudamos ainda um pouco mais do que eles estudam.

Temo-los desafiado nas revistas, a que discutam as nossas ideias; temo-los chamado para comícios, e não é a primeira vez que nos respondem, como nos claustros da Sé: «nós não queremos falar, o que não queremos é que falem»; temo-los desabado nos jornais, e nos jornais eles não têm respondido com argumentos que denunciem inteligência ou estudo, mas com insultos e baixas infâmias; porque, em suma, um raciocínio justo lhes é tão loacessível como a boa educação.

*

Nós não sentimos o nosso catolicismo. Logo somos hipócritas.

Fingir de católico é realmente nos tempos que vão correndo de grandes vantagens práticas. Assinar uma representação sobre assuntos religiosos, atraindo a si as atenções, os desdéns, as críticas, os ataques, a perseguição feroz daqueles que em Portugal se encarregaram de acabar com o catolicismo em duas gerações; ir a um comício onde se defende um direito, correndo o perigo de lhe partirem as costelas ou atravessarem a cabeça com democrática bala; pertencer a uma associação que funciona legalmente, e é sem cessar ameaçada de apedrejamentos e assaltos; falar em sessões públicas aonde carbonários provocadores chamam os seus colegas, ditos defensores de regímen, para insultarem a todos; acompanhar a qualquer parte a mãe, as irmãs, as filhas — senhoras respeitáveis, puríssimas donzelas — ouvindo pelas ruas chamar-lhes nomes feios e ofenderem-lhes os ouvidos castos obscenidades de alcouce; ah! tudo isto: o sacrifício do nosso tempo, da nossa paz, do nosso sossego, da nossa vida, de tudo o que nos é mais caro, vê-se claramente que é por hipocrisia.

Não! Nós não sentimos o nosso catolicismo, não estamos compenetrados da verdade da nossa causa!

Não! Nós o que temos é vontade de morrer, dando pasto aos lobos e carne fresca às panteras.

*

Somos, pois, os *catoliqueiros*...

E as senhroas de Coimbra, que têm defendido com tanta firmeza uma causa justa, são as *catoliqueiras*...

Desculpai-me, senhoras minhas, que eu tenha também escrito o nome feio.

Também vós não sois católicas; sois *catoliqueiras*... Porque eles não podiam perdoar-vos, senhoras, a vossa graça, a vossa finura, o vosso coração; nem a firmeza com que defendeis a vossa crença, nem o heroísmo com que afrontais os perigos, nem a virtude do vosso viver, nem o brilho do vosso espírito, nem a doçura do vosso olhar, nem a gentileza do vosso porte, nem a elegância do vosso vestir!

Eles têm da democracia e da república uma noção que exclui a limpeza, a elegância, a educação... Faz-lhes mal a seda, o vestido bem talhado, o chapéu bem guarnecido. Chamam-lhes o «dandismo católico». Tão bonitas, em tardes de sol ardente, as capas dos toureiros, e os touros... etc.

Deixá-lo! Afinal são *catoliqueiras* as irmãs *deles*, as noivas *deles*, as mães *deles*, que tanto têm sofrido e rezado, e ainda hoje choram, porque *eles* não sejam *catoliqueiros* também.

*

Irritou estes senhores que a *reacção catoliqueira*, em vésperas de ficar sem a Igreja de S. João de Almedina, gritasse contra o roubo e a espoliação. Falam *agora* em expropriação por utilidade pública, e argumentam, como se a questão assim se colocasse desde o princípio.

O ofício que foi dirigido à *Irmandade dos Clérigos Pobres*, ordenava-lhe que entregasse a igreja em prazo curto e se insta-

lasse na Sé Velha ou Nova, à sua escolha. Esta ordem que desconhecia os direitos da Irmandade, não foi cumprida, porque uma Comissão, indo a Lisboa, obteve do Presidente de Ministros a sua suspensão, até que o assunto fosse convenientemente estudado. Dias depois, falava na Câmara o deputado João de Menezes, cuja ignorância da questão apenas pôde ser excedida pela do Ministro da Justiça, que lhe respondeu.

Contra a afirmação do ministro — que a igreja era do Estado e, como tal, fora arrolada — aqui se demonstrou que a igreja não é do Estado, não fora arrolada e não tinha que sê-lo.

E quando a propriedade privada da igreja lhes surgiu assim nítida, insofismável, indestrutível em face da Lei de Separação, estabeleceu-se o pânico nas fileiras e a retirada efectuou-se. Não responderam; não tinham que responder.

Falaram vagamente em troca de igrejas, e *agora* na expropriação por utilidade pública. Está deslocada a questão, bem sabemos. Mas, seguindo-os ainda mesmo nesse campo, nós poderíamos demonstrar-lhes que a Igreja de S. João de Almedina não pode ser expropriada por *utilidade pública* — porque a não há —, embora o possa vir a ser pela utilidade privada... de calar um miminho ridículo e impedir que faça *beicinho* um senhor director de museus.

Alves da Silva

17.5.1914

6

CONFERÊNCIA NA REABERTURA DO C.A.D.C.

(1912)

C.A.D.C. de Coimbra, em 8 de Dezembro de 1912

Meus Senhores:

Eu não sou positivamente um soldado modelo entre os democratas-cristãos; mas sou um soldado obediente, e é só por obediência que falo na sessão de reabertura deste Centro, agradecendo o quanto há de penhorante no convite, e tremendo pelo que vai de violento encargo na imposição. É a primeira vez que tenho a honra de falar em Coimbra, a velha cidade das tradições históricas e poéticas, emoldurando numa paisagem deliciosamente bela, o quadro alegre da mocidade portuguesa, que se prepara para as lutas do futuro, capas no ar, canções ao vento. Eu apenas podia trazer para esta reunião a franqueza, a sinceridade da minha alma beirã, formada a ver a leste as neves imaculadas da Estrela e a olhar com indiferença para os lados do poente as tempestades raivando sobre os cumes negros do Caramulo. E o certo é que isto era pouco, que isto era nada, para fazer passar ante os vossos olhos, numa síntese clara, a acção imensamente vasta da democracia cristã.

Eu achava na realidade preciso neste momento em que o

C.A.D.C. se propõe continuar no desempenho da sua missão, afirmando-se perante a consciência católica do país como um elemento de valor, dizer aos que nos ignoram ou nos não conhecem bem, o que somos, o que queremos, o que pensamos. A ideia que em geral se forma dos membros do Centro, considerando-os irmãos de alguma confraria, de igreja em igreja apagando, de olhos piedosos, a cera dos altares, ou rezando, modos contritos, as contas do seu terço, não era desonrosa mas é certamente falsa.

Suficientemente estudiosos para termos sobre a tristíssima decadência em que nos arrastamos, uma convicção pessoal, e cidadãos bastante dignos para termos muito amor a este país que é acima de tudo a nossa pátria, nós reivindicamos o direito de trabalhar dentro da Lei e da Ordem, por uma causa que julgamos verdadeira. Enganamo-nos? — Lembrai, meus Senhores, a frase profundamente sábia de Herculano — «as ideias podem ser erros mas não são crimes!» — Nós merecemos pelo menos o respeito que merecem as convicções sinceras, e tão sinceras quanto é certo exigirem de nós dedicação e não poucas vezes grandes sacrifícios.

A obra democrática cristã, não pretendi hoje vê-la sobre um ponto de vista colectivo. Não tive tempo; não me senti com forças. Sob o ponto de vista individual, mais modesta mas eficacíssima se constante, parece-me que — pelo estado de desorganização em que nos encontramos, pelos vícios de que enferma a nossa vida social e política, pela decadência religiosa que se atravessa e gravíssima desorientação de todos os espíritos — uma necessidade única compreende o meu pensamento predominante:

O democrata-cristão perfeitamente integrado na família, na pátria e na sociedade religiosa, deve ser uma unidade útil, neste momento histórico em que cada indivíduo se esforça por ser uma inutilidade social.

É para o desenvolvimento deste assunto que eu peço a dedicada atenção de V. Exas.

I

Meus Senhores:

No longo debate da gravíssima e complexa questão que atormenta a vida das nações, chegou-se ao menos a um ponto de acordo que vem lançar nova e abundante luz sobre a sua verdadeira solução:

— A questão social é fundamentalmente uma questão moral, e quem a considera uma questão moral, redu-la a uma questão de educação. Desde logo, se a sociedade periga, não é ao Estado que urge recorrer além dos limites em que ela deve intervir como supremo organizador das actividades sociais. É que exactamente os princípios que hão-de prevenir e atenuar os conflitos emergentes dos interesses em realização, não podem por uma própria índole ter assento nas constituições dos povos, não podem promulgá-los nenhuns legisladores.

Quando pelos espíritos conscientes do nosso estado de abatimento passa a aspiração sobre todas respeitável da regeneração do país, ao calor dos entusiasmos que causa sempre uma ideia nobre, substituem-se os regímenes, destroem-se as instituições antigas, revogam-se leis e promulgam-se outras leis. Por detrás, o homem velho com todos os vícios que produziram a inferioridade do presente, mina-lhes a existência, deturpa-as, inutiliza-as, breve as faz cair. Na base das transformações sociais está o homem que não se modifica com decretos, o altivo rochedo que desafia as tempestades do céu, e se deixa apesar disso polir pelas águas mansas da terra. É na verdade o homem que deve reformar-se primeiro.

Eu tenho por verdadeira, meus Senhores, a frase de Leibniz: «Com a educação pode transformar-se um povo em cem anos!» porque — e é o nosso povo quem com verdade explica — a educação é uma segunda natureza. Eu não preciso notar aqui a lamentável confusão que se há feito entre a educação e a instru-

ção. V. Exas. concordam comigo, em que aquela compreende — o desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades, na sua mais perfeita adaptação à época e ao meio, isto é, em ordem à máxima valorização social. Mas aquela ideia falsa por incompleta radicou-se no geral dos espíritos, e tem informado, por assim dizer, todo o velho sistema da educação oficial. Na verdade, quando o Estado intervém facilitando a obra e nomeando agentes, os pais julgaram poder descansar e sobre as ruínas duma educação sólida, se bem que limitada e de orientação nem sempre louvável, ergueu-se a pretensiosa educação das escolas do governo. Os pais continuavam, no entanto, à face da consciência e da razão como os naturais educadores dos filhos. A obrigação de moldar-lhe a alma no convívio da verdade, da beleza e da virtude, era apenas uma consequência lógica de lhes haverem dado o ser.

Meus Senhores: Após haver-se espalhado com indiferença a boa semente, a escassez da colheita vem prevenir a cultura de que a primeira necessidade era tomar conhecimento do terreno... E quem há aí que melhor que um pai conheça a alma duma criança? Notai, meus Senhores, que ela apenas se abre e se deixa surpreender num tépido ambiente de amor, e, como tenra florinha, sobre as pétalas, sobre o segredo inviolável do ser, quando a sacode o vento forte de gélidos invernos, quando a asfixia a atmosfera densa de autoritários. Desde então o pai não é só o primeiro, o natural educador da criança; é porque bem conhece e muito ama — a educação é fundamentalmente uma obra de amor —, o mais autorizado, o mais competente.

Avancemos. Tendente a formar uma individualidade, um homem na mais completa acepção da palavra, a educação em família é ainda um contraste flagrante com a do colégio onde o indivíduo, como tal, se apaga no confuso nevoeiro da multidão anónima. Ali a acção é mais constante, mais regular, mais pessoal, mais prática. Não temos só o conceito teórico, o conselho imposto pela autoridade. Temos a experiência quotidiana, temos a vida ensinada a viver-se, vivendo-a, que é ainda assim o único meio de a conhecermos. Ainda a mesma filosofia popular, profundamente verdadeira como voz de experiência de séculos — eu antes me quero com a filosofia do povo que com a dos filó-

sofos — fixou em vários conceitos uma verdade que a ciência havia de reconhecer: — É que são as primeiras impressões as mais fundamente gravadas nas almas. Cada qual de nós sabe bem que esforços não precisa às vezes empregar para desraizar tolos prejuízos de velhas amas, falsas impressões de antigas histórias, que não subjugam a inteligência e constituem no entanto uma inclinação invencível.

Além de mais competentes são pois os pais os mais eficientes obreiros da educação. Razão tem o poeta pedindo-lhes que velem

«...... pela flor pequenina,
Pois à glória que a pátria ilumina,
Dão a chama no canto do lar!»

(Mendes Leal)

A família surge-nos assim, meus Senhores, como uma necessidade, exactamente porque vimos nela o meio educador por excelência, e começámos por na verdade reconhecer que a educação se encontrava na base de todas as reformas sociais.

Mas será só isso? — Quando um momento me esforço para pensar que a família desapareceu da terra, sinto no meu espírito apavorado um vácuo enorme, e creio ver uma multidão confusa trabalhando desordenadamente numa obra que a cada momento se esboroa, sem ligação, sem consistência: o homem fraco sem apoio, a sociedade sem tradição, destruída a obra do progresso, plena barbárie triunfante. É que, queiram ou não os legisladores, considerem-no ou finjam desconhecê-lo, a família é a célula social cuja estabilidade e firmeza são condição essencial do progresso. Sem ela, tudo o que há de força no sentimento, desaparece; tudo o que há de felicidade no afecto e de estímulo para a vida fecunda e útil nos entes que se adoram, morre. O homem que sem família nem sequer podia existir, sem a família forte e unida dificilmente é um poder, com certeza não é um valor. E a sociedade, para quem não abusa duma abstracção que, sendo muitas vezes verdadeira como método de ciência, é para sempre errónea, como método de vida; a sociedade, dizia, não vale senão como soma dos valores individuais que a constituem.

A família é quem guarda a sagrada herança de nossos maiores, transmitindo-nos, como preciosas relíquias, as conquistas do passado que nós temos o dever de deixar aumentadas às gerações futuras.

Ora, quando, há pouco, o sábio francês Poinsard visitou o país, disse na própria Universidade de Coimbra estranhar que Portugal se mantivesse como mantém, sendo que a família portuguesa se encontrava profundamente desorganizada.

Eis porque nós devemos ver, meus Senhores, um perigo seriíssimo para a própria sociedade na permissão do divórcio e nas exageradas reivindicações feministas. Eu de bom grado teria neste ponto as ideias do meu tempo, se o meu tempo consentisse ter as minhas ideias. Mas a verdade é que não se têm visto a defender o divórcio senão razões de sentimento, muitas vezes falsas, e sempre bastante fracas para lutarem com uma razão de ordem superior. O casamento funda-se, constitui-se pelo amor; mas não persiste só para o amor. Deve mantê-lo uma necessidade inadiável — o interesse da prole com quem se contraiu uma dívida sacratíssima; deve mantê-lo o próprio interesse da humanidade. Não procureis no amor, que é frágil, o laço que una os pais. Procurai-o no filho que é a união misteriosa de suas almas, no filho que é para os pais a imortalidade na terra. Cada qual deles pode, ao sentir gelar-lhe a fronte o vento triste do túmulo, dize-o o verso de Junqueiro:

«Sou o sol que agoniza, e tu, meu anjo loiro
És o sol que se eleva;
Inunda-me de luz, sorri, polvilha de oiro
O meu manto de treva!»

No entanto, meus Senhores, o divórcio é reclamado como uma conquista do progresso, quando se esquecem os seus efeitos na América do Norte e na França, e a oposição que, há pouco ainda, lhe fez o Parlamento brasileiro. O que acho sobremodo curioso é que seja defendido por a criatura que ele mais atinge, colocando-a em situação de aparente liberdade, que é no fundo de verdadeira inferioridade moral. Ah! Pobres cabecinhas loucas! Mas esqueceram o dito do poeta — «A mulher ao pé de quem

envelhecemos, nunca envelhece ao pé de nós» — e lutam por deixar a sua mocidade, a sua formosura, a sua graça simples, esfarrapadas por mãos que mercadejam honras e desprezam satisfeitas os despojos das vitórias! Ah! como se enganam! Se na família a mulher para ser imaculada, tem de ser mãe, e só é verdadeiramente mãe junto do pai de seus filhos!

Fixai, meus Senhores, este princípio: — a família existe para os filhos — e em nome da nobilíssima missão que nela tem a desempenhar a mulher, vós ides negar-lhe o acesso a todos os cargos, o direito a todos os direitos que lha contrariem ou lha dificultem sequer. Queremos a mulher emancipada; sem dúvida. Mas «emancipar a mulher é dar liberdade consciente à sua missão». Não mais! Como vêem, estou nisto de reivindicações feministas tão atrasado, tão retrógrado, tão fóssil, que, para mim, o maior elogia da mulher é ainda o epitáfio romano: «Era honesta; dirigia a casa; fiava lã.»

Meus Senhores: A família, como meio educativo de primeira ordem, como centro da unidade; mantedora da tradição e por isso mesmo condição do progresso social, reclama de nós a sua defesa contra tudo o que possa desorganizá-la ou sequer enfraquecê-la, trabalhando por que ela realize cabalmente a sua missão.

É assim que o democrata-cristão vai ser na família uma unidade útil.

II

Acima da família, meus Senhores, está a pátria, ela própria uma grande família em que a identidade de origem, a comunidade de interesses e aspirações tornaram os membros irmãos. Estes membros têm para com a sociedade que, politicamente organizada, constitui a sua nação, deveres momentosos e sagrados que os democratas-cristãos devem conhecer mais integralmente e cumprir mais conscienciosamente que outro qualquer. Na verdade o princípio universal da divisão do trabalho aplicado à sociedade, trouxe consigo a especialização das funções e respectiva integração em órgãos próprios, fazendo que aos indivíduos coubessem missões diferentes, firmadas no dever geral

imposto a cada um de contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o constante aperfeiçoamento social. Para isso, ele precisa de uma preparação particular em harmonia com o quadro social a que pertence ou se destina. Eis porque eu considero o democrata-cristão em dois momentos diversos: — prepara-se para ser uma utilidade; em seguida actua utilmente na sociedade.

1

Ao Centro Académico de Democracia Cristã pertencem os indivíduos católicos que frequentam qualquer estabelecimento de instrução secundária ou superior de Coimbra, o que quer dizer que nós fazemos aqui a nossa educação intelectual, *a nossa educação intelectiva.* É exactamente para este problema mais grave do que à primeira vista poderia supor-se, que eu chamo a atenção de V. Exas., porque a escola confundiu, com grave prejuízo da sua missão, a educação intelectual com a instrução, e a própria instrução com um conjunto de conhecimentos mais ou menos vasto, mas na sua maior parte dos casos puramente verbais. Eu não digo que só a portuguesa caíra em tais erros, mas as queixas formuladas noutros países, a ela se aplicam talvez com dobrada razão. Quando Gustave Le Bon censurava em livros sucessivos à Universidade a sua persistente falsa ideia de que «o valor dos homens se mede pela quantidade das coisas que pode recitar», Dugas fazia votos por que «os exames servissem menos a constatar os conhecimentos adquiridos, do que a determinar o valor e a medida das inteligências».

Mas se a escola assim vive, assim prospera, é porque o meio lhe é favorável, é porque se julga que ela basta às exigências sociais. Na realidade, o triunfo tem sido nestas sociedades doentes quase [[1]] reservado aos diplomados que conseguiram o exame brilhante, e o exame não tem sido senão a revista solene das munições da memória. Quando se viu os altamente classificados, entrando na vida, acharem-se incapazes de, numa dificuldade aliás vulgar, adoptar um caminho razoável, viu-se também

[1] Duas palavras, posteriormente acrescentadas e imperceptíveis.

a inutilidade da sua erudição livresca, viu-se o falso caminho seguido na educação da sua inteligência. E um publicista notável explicava judiciosamente: «É que os mais instruídos estão longe de ser sempre, já não digo os mais inteligentes, mas os mais sensatos; a memória não é o bom senso e muito menos o entendimento.»

A falta de originalidade dos nossos livros, e de tudo o que aprendemos, e de tudo o que sabemos e de tudo o que ensinamos; a pequena percentagem de verdadeiros sábios que o nosso povo fornece às ciências mormente experimentais; a falta de iniciativa e de independência intelectual que fazem de nós apenas os eternos alfaiates da ideia, hão-de ter, como sintomas graves que são, uma causa proporcionada. Pois bem, por mais numerosos que sejam, e creio que o são muito, os vícios da escola portuguesa — eu não tentei enumerá-los, mas ver apenas a consequência prática da sua orientação desastrada —, eles têm todos a sua origem e natural implicação na falsidade do ponto de partida: — a educação intelectual é a instrução: instrução é acumular num cérebro o maior número de noções compreendidas ou não, no menor espaço de tempo.

Ora nós não pedimos à escola uma erudição vasta, nem a formação de sábios, mas alguma coisa de mais modesto e mais sólido, de menos espalhafatoso e mais útil: — é a formação da inteligência, é o desenvolvimento da razão.

Certamente que o espírito precisa de conhecimento. A educação intelectual não se compreende sem eles, não poderia fazer-se sem eles, como não se vigorizam corpos com lições de ginástica escritas. Mas a instrução só adquire o seu pleno valor, só se revela na sua máxima importância, quando emancipa e desenvolve a inteligência. — O que nós pedimos à escola é que nos habitue a *ver*, que nos ensine a *ver bem* e a tirar do que vemos a *verdadeira conclusão* que aí se encerra. Neste longo processo educativo, em que se gasta mais tempo, em que se despende mais esforço, mas que é o único de que pode tirar-se proveito, neste complicado processo educativo, digo: educa-se a atenção, forma-se a reflexão, desenvolve-se o espírito de observação rigorosa dos factos e das coisas, desperta-se a iniciativa, cultiva-se a própria memória indispensável e utilíssima quando reduzida ao

imposto a cada um de contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o constante aperfeiçoamento social. Para isso, ele precisa de uma preparação particular em harmonia com o quadro social a que pertence ou se destina. Eis porque eu considero o democrata-cristão em dois momentos diversos: — prepara-se para ser uma utilidade; em seguida actua utilmente na sociedade.

1

Ao Centro Académico de Democracia Cristã pertencem os indivíduos católicos que frequentam qualquer estabelecimento de instrução secundária ou superior de Coimbra, o que quer dizer que nós fazemos aqui a nossa educação intelectual, *a nossa educação intelectiva*. É exactamente para este problema mais grave do que à primeira vista poderia supor-se, que eu chamo a atenção de V. Exas., porque a escola confundiu, com grave prejuízo da sua missão, a educação intelectual com a instrução, e a própria instrução com um conjunto de conhecimentos mais ou menos vasto, mas na sua maior parte dos casos puramente verbais. Eu não digo que só a portuguesa caíra em tais erros, mas as queixas formuladas noutros países, a ela se aplicam talvez com dobrada razão. Quando Gustave Le Bon censurava em livros sucessivos à Universidade a sua persistente falsa ideia de que «o valor dos homens se mede pela quantidade das coisas que pode recitar», Dugas fazia votos por que «os exames servissem menos a constatar os conhecimentos adquiridos, do que a determinar o valor e a medida das inteligências».

Mas se a escola assim vive, assim prospera, é porque o meio lhe é favorável, é porque se julga que ela basta às exigências sociais. Na realidade, o triunfo tem sido nestas sociedades doentes quase [[1]] reservado aos diplomados que conseguiram o exame brilhante, e o exame não tem sido senão a revista solene das munições da memória. Quando se viu os altamente classificados, entrando na vida, acharem-se incapazes de, numa dificuldade aliás vulgar, adoptar um caminho razoável, viu-se também

[1] Duas palavras, posteriormente acrescentadas e imperceptíveis.

a inutilidade da sua erudição livresca, viu-se o falso caminho seguido na educação da sua inteligência. E um publicista notável explicava judiciosamente: «É que os mais instruídos estão longe de ser sempre, já não digo os mais inteligentes, mas os mais sensatos; a memória não é o bom senso e muito menos o entendimento.»

A falta de originalidade dos nossos livros, e de tudo o que aprendemos, e de tudo o que sabemos e de tudo o que ensinamos; a pequena percentagem de verdadeiros sábios que o nosso povo fornece às ciências mormente experimentais; a falta de iniciativa e de independência intelectual que fazem de nós apenas os eternos alfaiates da ideia, hão-de ter, como sintomas graves que são, uma causa proporcionada. Pois bem, por mais numerosos que sejam, e creio que o são muito, os vícios da escola portuguesa — eu não tentei enumerá-los, mas ver apenas a consequência prática da sua orientação desastrada —, eles têm todos a sua origem e natural implicação na falsidade do ponto de partida: — a educação intelectual é a instrução: instrução é acumular num cérebro o maior número de noções compreendidas ou não, no menor espaço de tempo.

Ora nós não pedimos à escola uma erudição vasta, nem a formação de sábios, mas alguma coisa de mais modesto e mais sólido, de menos espalhafatoso e mais útil: — é a formação da inteligência, é o desenvolvimento da razão.

Certamente que o espírito precisa de conhecimento. A educação intelectual não se compreende sem eles, não poderia fazer-se sem eles, como não se vigorizam corpos com lições de ginástica escritas. Mas a instrução só adquire o seu pleno valor, só se revela na sua máxima importância, quando emancipa e desenvolve a inteligência. — O que nós pedimos à escola é que nos habitue a *ver*, que nos ensine a *ver bem* e a tirar do que vemos a *verdadeira conclusão* que aí se encerra. Neste longo processo educativo, em que se gasta mais tempo, em que se despende mais esforço, mas que é o único de que pode tirar-se proveito, neste complicado processo educativo, digo: educa-se a atenção, forma-se a reflexão, desenvolve-se o espírito de observação rigorosa dos factos e das coisas, desperta-se a iniciativa, cultiva-se a própria memória indispensável e utilíssima quando reduzida ao

seu verdadeiro papel, firma-se a responsabilidade intelectual, faz-se surgir ao primeiro plano a personalidade do aluno, incitando-o a apresentar os resultados da sua actividade, forma-se intelectualmente alguém. Diante da autoridade do nosso professor nós não temos sido, até hoje, por assim dizer, ninguém. «Cremos muito, não sabemos nada.»

Se assim é, urge que o mal-entendido constante que tem existido entre o aluno e o mestre, desapareça; que acabe a desconfiança mútua em que se vive, que claramente lhe digamos o que queremos e claramente ele nos ensine o que sabe. Pundonoroso e cumpridor como é, fá-lo-á, creio bem. Senão: «*Parvuli petierunt panem et non erat aqui frangeret eis...*»

Do que hei dito se conclui, meus Senhores, que muito justamente se tem acusado a Universidade de «lançar sobre o país uma onda de diplomados com os quais raramente se pode contar para uma tarefa profícua». A acusação faz corar de vergonha, mas nós só temos um meio de responder-lhe: trabalho, acção útil, honestidade científica.

2

E entra na vida o democrata-cristão que quer ser na sociedade um elemento de valor, encontrará, quero crê-lo, algumas boas vontades, e em número maior que estas, entraves à sua acção. Eu quero afirmar que a sociedade não está organizada sobre bases de seriedade e verdade; há-de por isso reagir, mas há-de acabar por ceder, se quiser salvar-se. Ora a nação portuguesa enferma gravemente duma viciosa organização política. Os vícios da sua organização social, variadíssimos que sejam, creio poderem condensar-se nesta fórmula breve: — *o comodismo adora o deus Estado, e, temendo fortemente a responsabilidade, tem horror ao trabalho livre.*

Uma das maiores crises do país, meus Senhores, é na verdade a crise do funcionalismo, a fome do emprego público. Nós enfileiramos em numeroso exército ante as migalhas do tesouro numa degradante posição de dependência de quem no-las der, sujeitando-nos às contingências dos instáveis lugares administrativos ou aos cortes das reformas honestas. Este facto profundamente la-

mentável sob o ponto de vista de tanta despesa inútil, é-o ainda se considerarmos a falta de energias em outros ramos de trabalho pelos quais a nação pudesse enriquecer. O português vê o máximo da felicidade na segurança dos cargos remunerados pelo Estado, e troca de bom grado pelo falso brilho de uma farda o ouro verdadeiro dum industrial activo. O Estado é o pai carinhoso em cujo braço potente se apoia: ele nunca soube andar sozinho.

A pressão exercida neste sentido é tal que parece que já se não procuram homens para bem se desempenharem os empregos; mas criam-se empregos para bem se servirem os homens.

A verdade é, meus Senhores, que este facto nos mostra a falta de iniciativa nos indivíduos, efeito duma educação rotineira que desde o berço recebem, colocando-se todos à sombra protectora do Estado, e a falta de preparação para a vida, aglomerando-se a maior parte nos cargos de mais fácil execução.

Além disto parece que nós temos uma falsa ideia do trabalho, da sua importância e do seu valor, do que seja a elevação e a nobreza, quando só nos curvamos reverentes perante a opulência ou os restos pretensiosos de antigas tradições. Mas diferentemente de nós, pensavam sobre isto os antigos! É Sá de Miranda quem afirma que

«Nossos maiores, se alguém
Louvavam, não de senhor
Não de rico era o louvor,
Chamavam-lhe homem de bem
E ainda bom lavrador!»

Não há nobreza na soberania e no mando; a nobreza está no trabalho honesto seja ele qual for, está nos sentimentos de honra e dignidade, na independência de carácter, nas formosas «flores d'alma» que se amam e se cultivam. Mais nobre do que as do rico ocioso, podem ser as calejadas mãos do operário honesto.

«Não de rico era o louvor
Chamavam-lhe homem de bem.»

Nós estamos porém habituados — vede que péssimo hábito!

— a olhar com mais deferência o político inútil do que o industrial que trabalha, que progride, que sua, que administra, que empreende e enriquece com o seu trabalho. Nós estamos porém habituados — vede que péssimo hábito este nosso! — a considerar como fazendo parte das mais altas classes sociais os que muitas vezes produzem um desequilíbrio na sociedade, consumindo muito, não produzindo nada.

Meus Senhores: a mais alta classe social deve ser a dos que trabalham, deve ser a dos que suam. «Pobreza não é vileza, modéstia não é desonra.»

O democrata-cristão, como bom reaccionário, reage pois contra a tendência geral: considera que o trabalho é que há-de dar as leis ao mundo, constituindo as verdadeiras superioridades, sem atenção às tradições de família ou aos diplomas inexpressivos; sabe que ele independentemente de ser uma fonte de riqueza, é uma fonte de virtude nada para desprezar; deixa de olhá-lo como um pesado fardo e olha-o como um dever sagrado, pois que a vida só significa alguma coisa, pelo esforço útil; não explora, não vive à custa do Estado, mas sob a protecção do Estado, que no entanto fazemos votos seja eficaz...

*
* *

Ao falar-vos dos vícios da nossa organização social, dizia-vos que — *o comodismo adora o deus Estado, manifestando horror pelo trabalho livre*. Falando-vos agora da nossa organização política, cujos erros fundamentais não podia passar em silêncio, direi que — *o fatalismo adora a deusa Política na contemplação estática da fórmula*. Eu desenvolvo em rápidas palavras o meu pensamento.

Para o bom português, meus Senhores, a carreira verdadeiramente ideal é aquela que não exija preparação e em que se não faça nada, sob a aparência de que se faz alguma coisa. (Porque em suma ele envergonha-se de o chamarem preguiçoso.) Ora desde os tempos em que Spencer, um pouco irreverentemente, é verdade, vinha declarar que, «exigindo-se uma longa aprendizagem para se fazerem sapatos, não era precisa nem pe-

quena nem grande para se fazerem leis», o caminho, hão-de concordar, estava naturalmente traçado. Demais, aquele velho Aristóteles, que foi filósofo na antiga Grécia, escreveu ingenuamente um dia que a política era a dificílima arte de os indivíduos governarem os povos. Já lá vão séculos porém. O tempo tudo altera; alterou também a ideia: hoje é a mais fácil arte de os povos *governarem* os indivíduos.

A verdade no entanto permanece esta: é que a política constitui a ocupação exclusiva de muito maior número de indivíduos do que seria mister. Não vá julgar-se que é ideia minha negar a alguém o direito de olhar pelos negócios públicos, e intervir neles, quando o dever de todo o bom cidadão o reclame. Não! Exactamente a demasiada actividade d'alguns corresponde numa massa enorme da população uma diferença assustadora que eu condeno, e que não podendo considerar-se como falta de patriotismo, deve entender-se numa consequência do descrédito em que perante ela caíram os políticos.

O fatalismo adora a deusa Política, na contemplação estática da fórmula, disse eu. Porque, quando porventura uma dor mais funda ou um erro mais grave sacodem violentamente a consciência nacional, ela é rapidamente aquietada — nós o temos visto — por uma mudança mais aparente que real. Este é realmente o país das fórmulas; o país dos diplomas e dos concursos documentais; o país que dorme satisfeito, se tem liberdades traduzidas em constituições sucessivas; um país para quem o nome das coisas é tudo, e uma mudança de fardas um negócio tão grave como uma queda de ministério. Surpreendido pelo movimento democrático moderno, que, como onda avassaladora, tem subjugado as nações, introduzindo profundíssimas reformas na sua organização secular, o bom povo português temeu ficar num anacronismo na história e... mudou. Enfim: ele julga hoje ser uma democracia.

Ora nós apelidamo-nos *Centro Académico Democrático Cristão*. E é por isso que eu tenho necessidade de abordar aqui duas questões estreitamente ligadas: em primeiro lugar dizer se a nossa concepção de democracia — que aliás me parece a única aceitável — corresponderá à ideia geralmente admitida; depois examinar se fora do Cristianismo pode haver verdadeira demo-

cracia. O desenvolvimento do assunto em face da ciência política levar-me-ia longe. Teríamos de definir os termos da questão, distinguindo o que costumamos chamar formas de Estado das formas de governo. Creio no entanto que não seria preciso grande esforço intelectual para concluir em breve espaço que, retirada a hipótese de uma monarquia despótica ou absoluta, as monarquias representativas podem, como as repúblicas, ser mais ou menos democráticas. Era exactamente isto o que forçava um Presidente da Confederação Helvética a dizer que a melhor república do mundo era a Inglaterra. Como V. Exas. vêem, ele julgava que era a república quem melhor encarnava, sob o ponto de vista científico, a democracia; mas reconhecer abertamente que o princípio da soberania nacional, o princípio da igualdade perante a lei, o princípio do governo das maiorias, não tem a constituição da monarquia nada que os contrarie ou lhes dificulte a realização efectiva. A França era sob a constituição de 1791 uma república com um presidente hereditário.

Enfim, os povos mudam de instituições sob o império de violentas necessidades, e a História ensina que eles se mostram como que vacilantes na escolha, durante às vezes muito tempo, até que encontram o que melhor se adapta à sua maneira de ser, e melhor traduz e realiza os seus interesses colectivos. Neste ponto eu sigo a opinião bastante moderada e perfeitamente conciliatória que um moderno escritor francês exprime dizendo: «Não há fórmula política capaz de dar por si só a felicidade a um país; mas as instituições políticas têm uma larga parte de acção sobre a sua prosperidade.»

Em resumo — e eu volto à ideia anteriormente exposta — Portugal tem hoje com certeza a sua república, mas apenas julga ser uma democracia.

A democracia, dizem, é um dos três ou quatro grandes factos do século XIX, exprimindo uma necessidade tão natural e urgente, que a Inglaterra, sem revolução alguma, conseguiu ter um governo avançadamente democrático. É ela uma onda tão impetuosa e forte que esmagará impiedosamente quem ousar resistir-lhe, desconhecê-la ou dominá-la. Mas o advento da democracia — não o esqueçamos, meus Senhores, para o podermos caracterizar bem — é um movimento de reacção contra uma ordem de

coisas fundada no privilégio e na desigualdade, no poderio das classes nobre e eclesiástica que, pela sua ilustração superior, foram em outras épocas históricas as mais competentes para dirigir e para mandar. É uma reacção, e de quando em quando, em vez de insurgir-se contra que as classes preponderantes se servissem do poder em seu proveito exclusivo, foi talvez além do alvo. A democracia, mormente na sua concepção e realização latina — ouso dizê-lo — não se desprendeu do seu vício de origem e caiu no vício oposto! Julgou-se que a democracia era o governo do povo pelo povo, e julgou-se bem. Somente numa sociedade em que o povo era a massa desprezada com quem apenas se contava para pagar impostos, ninguém explicou suficientemente a nova significação do termo. Ela ia perder o significado acanhado que até então tinha, para começar designando a Nação, contendo todos os indivíduos e todas as classes. As camadas mais baixas julgaram assim erroneamente que tinha chegado a sua vez e que eram as únicas a usufruir o novo estado de coisas. Protestando contra os privilégios passados, parece empregarem todos os esforços por vir ressuscitar outros de que só elas agora sejam as favorecidas. Não sei bem como é que numa democracia se distinguem os interesses do povo — entendei bem o termo — dos interesses duma élite.

Se a democracia tivesse, como consequência necessária ou sequer como condição de êxito, a exclusão de indivíduos ou classes por preocupações de tradição ou de crenças, a mudança real era esta — o governo duma élite intelectualmente e moralmente superior substituído pelo da massa que não se recomenda pela cultura e que espalha em volta de si a desconfiança exactamente porque é muito sujeita a movimentos impetuosos e a desabridas paixões.

Eram pouco mais ou menos estes, meus Senhores, os defeitos apontados à França, mentora da população latina, por Wendell, ilustre professor duma Universidade norte-americana, num livro recente cuja tradução foi coroada pela própria Academia Francesa. Nesse livro, ele, o filho do país da liberdade, tinha a hombridade de dizer-lhe a ela e aos que apenas lhe copiam os defeitos, quão longe vão assim da pura, da verdadeira concepção da democracia. — «A democracia, dizia ele, é um governo

fundado sobre o consentimento de todos para o bem de todos... Nós temos em linha de conta a inevitável variedade dos seres humanos, que devem existir cada um no seu lugar, numa sociedade bem organizada... Os resultados práticos da supremacia arbitrária das classes inferiores, tendo por base um ideal igualitário em lugar do velho ideal do mérito, seriam utópicas ou bárbaras, ou ambas as coisas ao mesmo tempo. É fora de dúvida que uma democracia não pode substituir, quando uma única fracção do seu povo — mesmo uma única classe da sociedade — domina com exclusão das outras. Um tal regime não é democrático senão de nome. De facto é, quando muito, uma oligarquia, quer a classe preponderante seja numerosa ou restrita, elevada ou baixa. Uma verdadeira democracia deve conter, com tolerância, todos os homens. Deve dar a cada homem aquilo a que tem direito, e somente exigindo-lhe a sua verdadeira dívida. Deve manter os quadros da sociedade assaz robustos, para que a cada talento seja possível o acesso a todas as carreiras. Deve defender tão intransigentemente a liberdade do indivíduo, que nenhum privilégio de origem seja para ele uma causa de inferioridade; deve velar por que nenhuma condição originária, por mais modesta que seja, impeça a manifestação dum talento. Por outro lado deve inclinar-se perante esta verdade — que a maior parte dos homens têm outros que lhe são superiores. E enfim deve considerar-se modestamente como tão capaz, como os seus adversários, de ceder à insidiosa tentação da tirania.»

Desculpem-me V. Exas. que eu fosse tão longe no transcrever, mas nós que somos democratas temos visto tantos erros e tanta desorientação, que sentimos uma necessidade absoluta de restabelecermos por honra nossa a verdadeira significação dos termos. Porque a verdade é que um povo intolerante não tem ainda a verdadeira noção da liberdade, da igualdade e da fraternidade, e nesta fórmula costuma cifrar-se toda a democracia. Nós não podemos desconhecê-la, já o disse, nem queremos combatê-la. Nós defendemo-la, mas para que possamos defendê-la é preciso que ela tenha defesa possível perante a razão, a ciência política e a história. Perante ela, o nosso dever é, como diz Tocqueville, «instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares».

A democracia pretende renegar hoje da sua origem profundamente cristã. Eu não tenho já tempo para desenvolver este assunto; mas não seria difícil demonstrar que não só a liberdade, a igualdade e a fraternidade têm a sua origem histórica no Cristianismo — elas não existiram no mundo antes dele — mas que é o Cristianismo que lhes serve de base e lhes permite a realização. A ciência, a filosofia, não poderiam bastar a fundá-las, embora admitamos que os três admiráveis princípios lhes não são opostos. Mas os que fazendo gala de certa ciência e levando aos últimos extremos as deduções de Darwin, as mostravm satisfeitas à Igreja como uma pretensa negação dos seus ensinamentos, viram-se forçados a confessar que as três ordens de ideias que a bela divisa evocava «pareciam estar em manifesta contradição com as leis naturais que regem a evolução do homem e das sociedades. Como conciliar a liberdade com o determinismo? a igualdade com a selecção que tem a sua base nas desigualdades naturais ou adquiridas? a fraternidade com a luta pela vida?»

Nós pois, meus Senhores, embora nos apelidemos democratas-cristãos, nem por isso reconhecemos outra democracia verdadeira que não seja a fundada no Cristianismo, porque fora do Cristianismo não compreendemos o que seja ou possa ser a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana.

III

Meus Senhores:

Há quem, não sabendo distinguir uma religião dum sistema filosófico, negue ao Cristianismo uma importância social, e quem, reconhecendo-lha, lhe negue uma influência benéfica. Para estes os membros da Igreja são «os inimigos do espírito moderno, da liberdade e do futuro». E tiram a consequência lógica: «Nada se pode mudar se primeiro se não mudar a religião.» Estas duas frases, de Michelet a primeira, de Edgar Quinet a outra, traduzem um grito de guerra, um estado de espírito geral, mormente nas sociedades latinas, que decadentes por culpa sua, acusam a Igreja de lhes tolher a acção. Ora nós poderíamos demonstrar, com a História antiga e moderna, que o Cristianismo longe de combater a liberdade, encontra nela as suas mais favoráveis con-

fundado sobre o consentimento de todos para o bem de todos... Nós temos em linha de conta a inevitável variedade dos seres humanos, que devem existir cada um no seu lugar, numa sociedade bem organizada... Os resultados práticos da supremacia arbitrária das classes inferiores, tendo por base um ideal igualitário em lugar do velho ideal do mérito, seriam utópicas ou bárbaras, ou ambas as coisas ao mesmo tempo. É fora de dúvida que uma democracia não pode substituir, quando uma única fracção do seu povo — mesmo uma única classe da sociedade — domina com exclusão das outras. Um tal regime não é democrático senão de nome. De facto é, quando muito, uma oligarquia, quer a classe preponderante seja numerosa ou restrita, elevada ou baixa. Uma verdadeira democracia deve conter, com tolerância, todos os homens. Deve dar a cada homem aquilo a que tem direito, e somente exigindo-lhe a sua verdadeira dívida. Deve manter os quadros da sociedade assaz robustos, para que a cada talento seja possível o acesso a todas as carreiras. Deve defender tão intransigentemente a liberdade do indivíduo, que nenhum privilégio de origem seja para ele uma causa de inferioridade; deve velar por que nenhuma condição originária, por mais modesta que seja, impeça a manifestação dum talento. Por outro lado deve inclinar-se perante esta verdade — que a maior parte dos homens têm outros que lhe são superiores. E enfim deve considerar-se modestamente como tão capaz, como os seus adversários, de ceder à insidiosa tentação da tirania.»

Desculpem-me V. Exas. que eu fosse tão longe no transcrever, mas nós que somos democratas temos visto tantos erros e tanta desorientação, que sentimos uma necessidade absoluta de restabelecermos por honra nossa a verdadeira significação dos termos. Porque a verdade é que um povo intolerante não tem ainda a verdadeira noção da liberdade, da igualdade e da fraternidade, e nesta fórmula costuma cifrar-se toda a democracia. Nós não podemos desconhecê-la, já o disse, nem queremos combatê-la. Nós defendemo-la, mas para que possamos defendê-la é preciso que ela tenha defesa possível perante a razão, a ciência política e a história. Perante ela, o nosso dever é, como diz Tocqueville, «instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares».

A democracia pretende renegar hoje da sua origem profundamente cristã. Eu não tenho já tempo para desenvolver este assunto; mas não seria difícil demonstrar que não só a liberdade, a igualdade e a fraternidade têm a sua origem histórica no Cristianismo — elas não existiram no mundo antes dele — mas que é o Cristianismo que lhes serve de base e lhes permite a realização. A ciência, a filosofia, não poderiam bastar a fundá-las, embora admitamos que os três admiráveis princípios lhes não são opostos. Mas os que fazendo gala de certa ciência e levando aos últimos extremos as deduções de Darwin, as mostravm satisfeitas à Igreja como uma pretensa negação dos seus ensinamentos, viram-se forçados a confessar que as três ordens de ideias que a bela divisa evocava «pareciam estar em manifesta contradição com as leis naturais que regem a evolução do homem e das sociedades. Como conciliar a liberdade com o determinismo? a igualdade com a selecção que tem a sua base nas desigualdades naturais ou adquiridas? a fraternidade com a luta pela vida?»

Nós pois, meus Senhores, embora nos apelidemos democratas-cristãos, nem por isso reconhecemos outra democracia verdadeira que não seja a fundada no Cristianismo, porque fora do Cristianismo não compreendemos o que seja ou possa ser a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana.

III

Meus Senhores:

Há quem, não sabendo distinguir uma religião dum sistema filosófico, negue ao Cristianismo uma importância social, e quem, reconhecendo-lha, lhe negue uma influência benéfica. Para estes os membros da Igreja são «os inimigos do espírito moderno, da liberdade e do futuro». E tiram a consequência lógica: «Nada se pode mudar se primeiro se não mudar a religião.» Estas duas frases, de Michelet a primeira, de Edgar Quinet a outra, traduzem um grito de guerra, um estado de espírito geral, mormente nas sociedades latinas, que decadentes por culpa sua, acusam a Igreja de lhes tolher a acção. Ora nós poderíamos demonstrar, com a História antiga e moderna, que o Cristianismo longe de combater a liberdade, encontra nela as suas mais favoráveis con-

fundado sobre o consentimento de todos para o bem de todos... Nós temos em linha de conta a inevitável variedade dos seres humanos, que devem existir cada um no seu lugar, numa sociedade bem organizada... Os resultados práticos da supremacia arbitrária das classes inferiores, tendo por base um ideal igualitário em lugar do velho ideal do mérito, seriam utópicas ou bárbaras, ou ambas as coisas ao mesmo tempo. É fora de dúvida que uma democracia não pode substituir, quando uma única fracção do seu povo — mesmo uma única classe da sociedade — domina com exclusão das outras. Um tal regime não é democrático senão de nome. De facto é, quando muito, uma oligarquia, quer a classe preponderante seja numerosa ou restrita, elevada ou baixa. Uma verdadeira democracia deve conter, com tolerância, todos os homens. Deve dar a cada homem aquilo a que tem direito, e somente exigindo-lhe a sua verdadeira dívida. Deve manter os quadros da sociedade assaz robustos, para que a cada talento seja possível o acesso a todas as carreiras. Deve defender tão intransigentemente a liberdade do indivíduo, que nenhum privilégio de origem seja para ele uma causa de inferioridade; deve velar por que nenhuma condição originária, por mais modesta que seja, impeça a manifestação dum talento. Por outro lado deve inclinar-se perante esta verdade — que a maior parte dos homens têm outros que lhe são superiores. E enfim deve considerar-se modestamente como tão capaz, como os seus adversários, de ceder à insidiosa tentação da tirania.»

Desculpem-me V. Exas. que eu fosse tão longe no transcrever, mas nós que somos democratas temos visto tantos erros e tanta desorientação, que sentimos uma necessidade absoluta de restabelecermos por honra nossa a verdadeira significação dos termos. Porque a verdade é que um povo intolerante não tem ainda a verdadeira noção da liberdade, da igualdade e da fraternidade, e nesta fórmula costuma cifrar-se toda a democracia. Nós não podemos desconhecê-la, já o disse, nem queremos combatê-la. Nós defendemo-la, mas para que possamos defendê-la é preciso que ela tenha defesa possível perante a razão, a ciência política e a história. Perante ela, o nosso dever é, como diz Tocqueville, «instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares».

A democracia pretende renegar hoje da sua origem profundamente cristã. Eu não tenho já tempo para desenvolver este assunto; mas não seria difícil demonstrar que não só a liberdade, a igualdade e a fraternidade têm a sua origem histórica no Cristianismo — elas não existiram no mundo antes dele — mas que é o Cristianismo que lhes serve de base e lhes permite a realização. A ciência, a filosofia, não poderiam bastar a fundá-las, embora admitamos que os três admiráveis princípios lhes não são opostos. Mas os que fazendo gala de certa ciência e levando aos últimos extremos as deduções de Darwin, as mostravm satisfeitas à Igreja como uma pretensa negação dos seus ensinamentos, viram-se forçados a confessar que as três ordens de ideias que a bela divisa evocava «pareciam estar em manifesta contradição com as leis naturais que regem a evolução do homem e das sociedades. Como conciliar a liberdade com o determinismo? a igualdade com a selecção que tem a sua base nas desigualdades naturais ou adquiridas? a fraternidade com a luta pela vida?»

Nós pois, meus Senhores, embora nos apelidemos democratas-cristãos, nem por isso reconhecemos outra democracia verdadeira que não seja a fundada no Cristianismo, porque fora do Cristianismo não compreendemos o que seja ou possa ser a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana.

III

Meus Senhores:

Há quem, não sabendo distinguir uma religião dum sistema filosófico, negue ao Cristianismo uma importância social, e quem, reconhecendo-lha, lhe negue uma influência benéfica. Para estes os membros da Igreja são «os inimigos do espírito moderno, da liberdade e do futuro». E tiram a consequência lógica: «Nada se pode mudar se primeiro se não mudar a religião.» Estas duas frases, de Michelet a primeira, de Edgar Quinet a outra, traduzem um grito de guerra, um estado de espírito geral, mormente nas sociedades latinas, que decadentes por culpa sua, acusam a Igreja de lhes tolher a acção. Ora nós poderíamos demonstrar, com a História antiga e moderna, que o Cristianismo longe de combater a liberdade, encontra nela as suas mais favoráveis con-

dições de progresso. Não há muito que um ilustre professor da Universidade de Dijon defendia com a verdade e brilho a seguinte tese: — «O desenvolvimento religioso dum país é proporcional ao grau de liberalismo das suas instituições.» E as gentes nestas praias ocidentais lembra saudosamente, involuntariamente a Bélgica, a Inglaterra, A Alemanha, o Brasil e a América do Norte.

Mais: além de confessarmos que a religião não se opõe ao progresso, não admitimos a sua acção salutar, sem a qual não pode haver moralidade, nem ordem, nem verdadeira civilização.

Meus Senhores: A ciência, a filosofia deram para a solução dos muitos problemas que interessam a vida do homem e o seu futuro, como bases a definir e assentar para o estabelecimento das leis morais, tudo o que tinham a dar; o seu orgulho vai proclamando ter encontrado a verdade infalível e eterna em cada uma das teorias de hoje que o amanhã se habituou a destruir irreverentemente, e confessando assim a sua impotência. E não se trata aqui duma dificuldade que haja de desaparecer com o tempo; muito mais do que isso, é duma verdadeira impossibilidade.

«Não há fé na alma, não há luz na cara,
A razão é verme, mas a crença é asa»
(Guerra Junqueiro)

disse um poeta, e certo ninguém o pôde contradizer. A religião é pois a sua asa bendita que nos eleva para o céu infinito, para o infinito das perfeições de Deus, a descobrir a verdade da nossa origem e do nosso fim, a satisfazer esta ânsia de eternidade e mistério que o homem sente, alicerçando assim uma conduta de vida.

Tem sido exactamente tudo isto que tem feito com que a Igreja Católica, elemento de ordem e depositária da religião divina que tem soluções para todos os problemas e consolação para todas as amarguras, tenha visto correr no seu grémio os grandes espíritos modernos que constituem a élite intelectual e moral da humanidade.

Nós não devemos ter, como católicos e cidadãos livres, uma situação de tolerados, dentro de quaisquer instituições políticas, mas pleno regime de liberdade. E quando um dia uma melhor compreensão dessa liberdade por parte de todos os indivíduos

fizer que a tolerância assente arraiais, talvez nós não vejamos espicaçar com medidas sem utilidade a consciência religiosa do país que é digna de todo o respeito e da atenção daqueles em quem custa às vezes a distinguir qual é maior: se a maldade ou a ignorância!

Meus Senhores:

Eu peço-vos desculpa ao terminar, do muito que cansei a vossa atenção, tanto mais quanto é certo não ter sido o mérito de dizer-vos coisas novas. A preocupação de ser breve num assunto vasto; a necessidade de apontar às vezes com uma referência ligeira um problema grave e suficiente a merecer na nossa parte — ele só — cuidado estudo, é provável terem feito com que fosse aqui e além obscuro, tendo até — quem sabe? — a palavra atraiçoado a verdade do meu pensamento. Vós vistes no entanto que não maldizemos a luz nem queremos para ninguém as trevas. Queremos luz e muita luz, não será o brilho das estrelas quem haja de apagar o sol. Somos d'agora. Não nos cobre a poeira dos séculos, nem trazemos os prejuízos das civilizações inferiores.

Não nos dando ao trabalho de demonstrarmos — tal é a sua evidência — que existe uma questão social, reduzimo-la de princípio a uma questão de educação e confiámos principalmente à família, como mais autorizada e competente, o exercício dessa missão nobilíssima. Célula social, são a sua união, estabilidade e firmeza, condição essencial de progresso. Por esse dois motivos é dever nosso defender a família contra tudo que possa vir desorganizá-la ou diminuir-lhe a eficácia da acção.

Admitindo que uma pátria é o que as mães a fizerem, nós pretendemos que, sem exageros, sobremodo ridículos, a mulher se coloque à altura da missão que tem a desempenhar.

Perante a *sociedade* afirmámos o nosso dever de cooperação e solidariedade. Falando a pessoas que quase na sua totalidade se preparam para as chamadas carreiras liberais pela frequência das escolas, julguei dever tocar o problema da educação intelectual, dizendo claramente o verdadeiro significado e o quanto dista da solução adoptada. Pedindo, com Montaigne, «cabeças bem feitas em vez de cabeças bem cheias», encarregando a

escola de educar a atenção, formar a reflexão, desenvolver o raciocínio e estimular a acção individual.

Não vai longe o tempo em que Tomás Ribeiro numa carta que para aí corre impressa, dizia: «Menos doutores e mais homens úteis e prestáveis!» A acusação que é feita à Universidade, chamando ao bacharel um inútil, não tem de novo correspondido, mostrando que a nação pode contar connosco para qualquer tarefa profícua.

O país está por sua vez atacado de fundos males na sua organização social. Por falta de iniciativa e preparação para a vida, o funcionalismo cresce, e o comércio e a agricultura e a indústria definham por aí desoladoramente. Destas causas de trabalho têm afastado muitos elementos prestáveis numa falsa concepção do mesmo trabalho, da nobreza ou elevação social.

Além destes eu chamei a vossa atenção para os graves vícios da nossa vida política que o democrata-cristão tem obrigação de revelar e combater. É preciso que não nos contentemos com falsas aparências, e prefiramos gozar as liberdades a tê-las consignadas nas constituições. Examinámos a verdadeira significação da palavra democracia, e daí deduzimos a obrigação de trabalhar, porque ela, que ao fim há-de vencer, vença instruída e competente, tolerante e morigerada, vença haurindo das doutrinas cristãs a sua verdadeira força, a sua razão de ser. O Cristianismo sob a sua forma mais perfeita e completa não se opõe às liberdades públicas ou às instituições modernas. E se entre a democracia e a Igreja existe um mal-entendido gravíssimo, a nós, democratas-cristãos, compete exactamente destruí-lo. Ninguém mais que nós ama a verdadeira liberdade, a verdadeira fraternidade, a verdadeira igualdade, que nós sabemos nascidas do sangue derramado no calvário!

Meus Senhores: Disseram que Afonso Pena expirara ao pronunciar numa visão ideal de verdade e amor, as palavras — *Deus, Pátria, Liberdade, Família*, e desde então as ideias grandiosas que exprimem não mais se me apagaram do espírito. Pois bem: defendamos a família, meus Senhores, relicário de amor, sustentado pelas mãos trémulas de nossos pais. Defendamos a Pátria que consubstancia as nossas glórias de outrora, a Pátria

que é grande, a Pátria que é bela; porque é mãe de todos nós! Defendamos Deus da ignorância e do atrevimento, porque Deus é a suprema aspiração da alma humana, o grande mistério que ilumina as regiões do Além! Defendamos a Família, defendamos a Pátria, defendamos Deus pela Liberdade! — Deus, Pátria, Liberdade, Família!

A nossa acção individual é esta — vasta, grandiosa, mas precisa, urgente. Portugal necessita uma reforma profunda; não duvideis disso. A frase de Garrett é mais verdadeira hoje que no seu tempo: — «a sociedade já não é o que foi, não pode tornar a ser o que era, mas muito menos ainda pode ser o que é.»

Coimbra, 6 de Dezembro de 1912

António de Oliveira Salazar

7

A DEMOCRACIA E A IGREJA

(Conferência no Porto e em Viseu, 1914)

7

A DEMOCRACIA E A IGREJA

(Conferência no Porto e em Viseu, 1914)

Há um mal-entendido entre a democracia e a Igreja.
— é gravíssimo
— compete aos democratas-cristãos destruí-lo

I

As características da sociedade contemporânea que explicam a evolução política presente.

II

O problema democrático — Questões a ventilar.

III

Democracia no *sentido social:*
A democracia cristã

IV

A democracia política, seu significado e suas causas:
— é um facto histórico
— uma corrente insuperável
— uma conquista legítima

V

A expressão máxima da democracia — Os princípios de 89.
A confusão: as acusações à democracia, a guerra à Igreja.
1) *O democratismo da Igreja Católica.*
   a) é em si democrática? — Inutilidade da questão
   b) defende a democracia? — A Igreja e os regimes políticos.
2) *Os princípios de 89 faliram, porque*
   a) são insuficientes: separadamente
   conjuntamente
   b) não são cristãos

VI

O contra-senso político: Países católicos perseguem o catolicismo.
Causas:
— instituições prematuras
— a natureza reaccionária da democracia:
confusão e inversão

A realização latina da democracia — *Demagogia*

VII

A solução de continuidade histórica.
O progresso e a tradição.

«Há entre a democracia e a
Igreja um mal-entendido
gravíssimo; e é exactamente
a nós, democratas-cristãos
que compete destruí-lo.»

Exmos. e Rev. Senhores,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores;

Surpreendido por este facto — que um avanço para a liberdade corresponde nalguns povos modernos a um encarniçamento de luta contra a Igreja —; e tendo por outro lado assente em minha consciência que a doutrina de Cristo de que a Igreja é depositária fiel, realizou no mundo a condição necessária à efectivação de todos os progressos de ordem moral, pela dignificação da natureza humana, eu disse já em 1912, falando do nosso dever ante cada grande problema racial:

«Há entre a democracia e a
Igreja um mal-entendido gravíssimo; e
é exactamente a nós democratas-cristãos
que compete destruí-lo.»

Para afirmá-lo, tinha ante meus olhos a insuperável força

das correntes democráticas com o seu apregoado cortejo de liberdades reais ou fictícias, banindo progressiva ou violentamente as fórmulas políticas que pareceram opor-se-lhes, e lutando contra os princípios religiosos que, por haverem informado as instituições antigas, são julgados incapazes de viver independentemente delas. Para afirmá-lo, tinha bem presente ao meu espírito a história da Igreja na sua trajectória luminosa através dos povos que ela tem instruído, e com a instrução libertado, e com a liberdade igualado, e com a igualdade feito amar como irmãos, revestindo afinal a síntese adorável da doutrina que Jesus pregara um dia em terras da Judeia.

Mas se a Democracia, em nome da liberdade, condena a Igreja que mina a liberdade; se a Igreja combatida em nome de princípios democráticos, defende pela voz autorizada de seus chefes princípios democráticos, é porque há realmente, meus Senhores, entre a Democracia e a Igreja um mal-entendido gravíssimo.

Gravíssimo — disse eu. Se entrincheirado apenas num campo teórico, a ciência na sua ardente aspiração pela verdade, o ensino na sua faina constante pela instrução haviam de, por sua honra, desfazê-lo. Mas não. Ele informou a consciência de governantes e governados, e inspirou leis odiosas, e mostrou processos odiosíssimos de administração, conseguindo impor à mãe da civilização moderna um regime de tolerância, como uma esmola atirada a um velho inútil que se não manda matar... por dó.

E no entanto nós, filhos do catolicismo integrados na Democracia, somos pela nossa própria existência um brado que denuncia o erro. Eis porque afirmei ser exactamente aos democratas-cristãos, que competia destruir o mal-entendido entre a Democracia e a Igreja. Como?

— Pela definição rigorosa dos termos, pela defesa acérrima dos bons princípios, pela condenação formal dos exageros que extraviam os povos da senda do verdadeiro progresso.

É para o desenvolvimento deste assunto tão palpitante mas tão superior às minhas forças, que me atrevo a pedir a delicadeza da vossa atenção. E, obtendo-a, eu desejara depois da vossa parte, minhas Senhoras e meus Senhores, tanta bondade, tanta, tanta em julgar-se que maior que a vossa apenas a tenham... os Lentes que me examinarem no fim do ano.

I

Minhas Senhoras e
Meus Senhores:

Estava-me agora passando pela mente uma frase interessante de Catão: *Rerum vocabula amisimus*; (perdemos o nome às coisas). E não me parecia exacta a afirmação do honestíssimo censor. Não perderam o nome, as coisas, os sentimentos, as ideias; foram as ideias e os sentimentos que se perderam ou transformaram, deixando-nos de si o nome. A ideia evoluciona mais rapidamente que a palavra, e com um termo secular exprimimos uma ideia nova que substituiu no tempo uma noção antiga. «Respublica» é quase república; e no entanto vede se podeis encontrar no Brasil ou na França a organização política de Esparta ou de Atenas. Quem coteja as instituições de duas épocas, corre o perigo de falar duas línguas com o mesmo vocabulário.

No confuso nominalismo que é a característica dos nossos tempos, exigindo de nós a crítica depuradora e a definição clara a cada passo que se avance, está porventura a chave do problema que hoje me ocupa; na vertigem louca da nossa época, encontrarei — quem sabe? — a sua explicação. Em simplicíssimo e claro português: nós não nos entendemos.

Dizem que estamos no século das luzes... Creio que sim... da luz eléctrica, do acetilene, da luz wizard: brilhantes mas incertas, contingentes. Fulgem como o relâmpago; como o relâmpago se apagam. Das luzes do espírito, digo-vos: não! Cada vez se pensa menos e se fala mais. Deslumbrados, entontecidos, desterrámos para o pó do passado a singela candeia de azeite, de luz que não treme, que não afrouxa, serena, imperturbável, como uma velhinha que inspirasse prudente e grave os pensamentos de nossos avós.

Nós estamos refugiados na sinceridade da nossa fé; na integridade infalível do nosso dogma, na indefectível pureza da nossa moral. Mas lá fora a tempestade é tremenda — sabei-o! — a tempestade do incerto pensamento a debater-se, como uma águia desesperada, que quisesse partir as grades fortes duma prisão de bronze e voar, abrindo as asas potentes à grande luz do sol da verdade, no céu infinito da ideia!

A ciência com seus progressos assombrosos transformou, acelerando-a, a existência contemporânea. Ganhou a rapidez; perdeu a firmeza. Progrediu a forma e degradou-se a essência. Intensificou-se a vida mas abreviaram-se os anos.

A civilização moderna é brilhante mas falsa; representa em todos os seus aspectos um equilíbrio instável. Não há soberanias que o tempo radique, que a tradição consagre, argamasse, firme. A riqueza é hoje; amanhã pode ser a miséria. O mando é agora, logo será o ostracismo. A realeza é já; daqui a pouco será talvez o exílio.

As grandezas são efémeras mas atraem a grandeza do dinheiro e a grandeza do poder. Aliaram-se elas na venalidade moderna: manda quem tem, e tem quem manda...

No fundo egoísta do homem, no fundo egoísta da sociedade, a ideia perdeu a independência nativa e legitimou o interesse mesquinho.

Deslocou-se nas sociedades o eixo da política. Não há castelos feudais sobre os altos montes graníticos; substitui-os a tenda ligeira armada na areia movediça dos caprichos populares. O povo ondula como as vagas que não sepultam, embalam as tranquilas gaivotas... O povo eleva-se... como a escada dum trono: os degraus são uns mais altos que os outros, mas são todos calcados por quem sobe...

Impera a sugestão, o sonho, a utopia: a psicologia do povo

é como a psicologia das crianças. E, como criança, ele é levado pela mão da audácia enternecedora no discurso pomposo em que a música da palavra embrenha a alma no confuso nevoeiro da ideia indefinida e vaga. São os grandes termos, os termos sonoros, sem sentido concreto, preciso, que hoje dominam o mundo, porque fascinam e arrastam as multidões que mandam.

Na imprensa e na praça pública, os ambiciosos atiram às consciências crédulas com dogmas que não definem nem compreenderão sequer: *Liberdade, Igualdade, Emancipação, Soberania do povo, Sagrados direitos do povo*. E qual deles meus Senhores, nos saberá dizer o que tudo isso é? Qual deles poderia comprovar-nos a lógica de seus sentimentos intímos, quando grita: «Abaixo a Igreja e viva a Liberdade?»

II

É pois assim, neste meio e nesta época, tal como existem e vo-las defini, que à primeira vista ressalta o mal-entendido gravíssimo entre a Democracia e a Igreja.

Sem entrar na análise minuciosa da organização da Igreja Católica, e sem querer atacar em relação às sociedades civis a sua forma democrática, parto simplesmente do facto — e um facto é a democracia vitoriosa nas nossas sociedades. É um bem? É um mal? Seja o que for; o que me importa é de saber se não terá de postergar os princípios para perseguir o catolicismo.

Não desconheço, meus Senhores, a organização da Igreja, mas basta-me o seu espírito de ordem, de conservantismo, de progresso contrário à revolução não para justificar, mas para compreender o íntimo ódio que sociedades desorganizadas no seu fundo tradicional de crenças e moralidade pelo desvario de paixões dominantes, consagrem aquela cuja obra é admirável, sendo instituição divina, e muito mais admirável seria, se fosse uma instituição humana! Não desconheço também que a Democracia está hoje passando uma hora difícil, mal se aguentando perante a crítica impiedosa e cruel, que lhe é feita por uma plêiade de brilhantíssima de escritores modernos. Todos têm admirado

por certo a análise psicológica de *Gustave Le Bon*, a obra de *Maurice Barrés*, toda a escola da *Action Française: Charles Maurras*, um génio de lógica; *Jules Lemaître*, um académico ilustre; *Georges Valois*, um destruidor terrível; *Paul Bourget*, um profundo analista da vida —, homens para os quais a Democracia cristalizou na dupla forma que *Faguet* irreverentemente denunciara ao mundo: *o culto da incompetência, o horror das responsabilidades.*

Seja porém qual for o meu pensar acerca destas dificílimas questões — posso jurar-vos que o não sabereis hoje —, eu pressinto Senhores, que já em vosso espírito surgiu uma dúvida, quiçá uma objecção a que não devo deixar de responder. Porque na vossa mente eu nem sequer podia duvidar do valor, da legitimidade da Democracia, eu que pertenço a um Centro de Democracia Cristã, eu que falo num Circulo Católico de Operários. E nem o C.A.D.C. de Coimbra nem o Círculo Católico de Operários de Viseu têm significado algum fora do movimento democrático cristão.

Há pois ao menos uma democracia legítima, qual seja a *democracia cristã?*

III

Meus Senhores:

A 18 de Janeiro de 1901 o sábio Pontífice Leão XIII publicou a sua enciclíca — *Graves de communi* — belo documento por onde devem guiar-se todos aqueles que sentem a necessidade de «ir ao povo» para resolver ou pelo menos minorar a crise aguda da questão social. Tinha-se assombrado o mundo ao ver, dez anos antes, na *Rerum Novarum* o modo como o Chefe da Cristandade encarara do seu canto do Vaticano a angústia de nossas sociedades. O conflito chamado entre o capital e o trabalho agravara-se consideravelmente pelos progressos assombrosos da grande indústria, a acumulação de riquezas em poucos, contrabalançando a miséria de muitos, a desmoralização geral com a perda de virtudes cristãs, tornando mais e mais irredutíveis as classes em luta.

E as teorias socialistas mesmo na sua mais científica expressão — o colectivismo — bem como a prática do liberalismo económico, não matavam a fome a milhões de desgraçados, esmagados como máquinas, nem abafavam os gritos de revolta que uma desigualdade atroz provocara. Entre o *laissez faire, laisser passer* que dava aos indivíduos o sedutor direito de morrer de fome e as várias utopias que lhes dariam pão num futuro que pudéssemos chamar de igualdade miserável, a multidão dos oprimidos e dos pobres oscilava, amaldiçoando a vida, a ordem, a sociedade à beira do abismo niilista. Protestou, gritou, revoltou-se. «As revoluções passam e os pobres ficam», disse o nosso Eça. E mais cinicamente, e mais atrozmente que o Eça, di-lo a história contemporânea. Os pobres ficaram.

Então o Papa falou. O Papa tinha o direito de falar. Perdão, meus Senhores: o Papa tinha o dever de falar. É chefe augusto da religião que Cristo pregara pelos lagos, pelos campos, pelos agrestes montes do Oriente, a multidões sequiosas e famintas da verdade e de pão. Seguiam-no esquecidas de tudo e de si próprias, presas da palavra divina que lhe manava dos lábios, tão suave e límpida como da mais pura fonte a água mais cristalina. *Misereor super turbam* (Tenho dó da multidão). E com dó das multidões dava-lhes de comer no deserto...

Para o Pontífice, meus Senhores, a questão social não é só uma questão económica; é fundamentalmente uma questão moral em que e por isso a religião é chamada a desempenhar uma acção preponderante. — Ai! não se trata, desdenhosos adversários meus, de mandar rezar padres-nossos a estômagos vazios: Trata-se de matar a fome e vestir a miséria nua, e erguer-lhes depois as mãos aos céus donde vem a caridade e que ensinam sempiterna justiça. Perante o capitalista em quem é de suspeitar o direito de propriedade, ergue-se o operário, essa outra pessoa humana, em quem é inatacável o direito ao seu justo salário.

E toda esta acção cristã que havia de reflectir-se numa melhoria de situação económica e moral para as classes populares, como deveria apelidar-se? *Socialismo cristão*, quereis vós? Mas, Senhores, nós não temos hoje o direito de ignorar que o socialismo não é apenas uma teoria económica, mas abrange todas as manifestações da vida individual e colectiva, apresentando ao

lado da revolução económica, uma solução religiosa, uma solução moral, uma solução política. Socialismo cristão são palavras que só gramaticalmente concordam.

Cristianismo social, preferis agora? Mas, Senhores, nunca o cristianismo pode deixar de ser social. É de sua essência, informando o indivíduo, exercer acção no meio da sociedade.

Leão XIII fala em *democracia cristã*. O Pontífice porém que já havia declarado que «os preceitos da natureza e do evangelho podem concordar em qualquer forma de governo», ao tratar da aplicação dos preceitos evangélicos a uma questão que não tinha escolhido organizações políticas possa declarar-se gravíssima, não ligou à palavra — democracia — o seu significado político. Ele quis dizer a acção popular cristã, a acção da religião de Jesus na melhoria das condições de vida entre as classes populares. E essa é necessária em todos os regimes e sob todos os governos.

Podem estar tranquilos aqueles que sintam íntimas revoltas contra a democracia triunfante em nossos dias. Esses podem, como os outros, pertencer a um Centro de Democracia Cristã, a um Círculo Católico de Operários. Estamos todos com o Papa. Acreditai que não estamos mal...

E passemos à democracia na sua acepção política.

IV

Minhas Senhoras e
Meus Senhores:

Na profética conclusão política das *Mémoires d'outre Tombe* em que Chateaubriand, fazendo o balanço de meio século de agitada história, vê o mundo colocado entre duas verdadeiras impossibilidades: «a impossibilidade do passado e a impossibilidade do futuro», encontra-se notado o mesmo facto que impressionou o profundo observador que foi Alexis de Tocqueville.

Para este homem que largamente tratara da democracia na América, e escrevera sobre «O Antigo Regime e a Revolução» numa obra tornada clássica, «o progresso da democracia era o

facto mais contínuo, mais permanente e mais antigo que se conhece na história».

Reparai, meus Senhores, que o facto não é a democracia nos antigos povos, em recuadas épocas da humanidade; o facto é o progresso da democracia. E como não progride o que uma vez se define e fixa na máxima latitude, «o governo do povo e pelo povo» não foi o que por democracia entendeu Tocqueville, por inaplicável naquela acepção a toda a evolução histórica. — Eu diria que é um avanço constante para a liberdade, igualdade e fraternidade, se, usando da fórmula revolucionária, não temesse comprometer a minha exposição com termos de sentido impreciso. Direi então: o progresso da democracia é a ascensão constante das classes baixas e a sua participação cada vez mais lata e intensa na administração do Estado.

Sob este aspecto, meus Senhores, a democracia é um facto histórico,

uma corrente insuperável,
uma conquista legítima.

•

Não falarei já, para demonstrá-lo, nas antigas civilizações do Oriente. Não temos a certeza de as conhecermos tais quais foram, nem minuciosamente em seus princípios aliás bem diferentes daqueles em que se baseia todo o pensamento, toda a acção, toda a vida do Ocidente. Somos latinos por família, por índole, por educação. Da Roma grandiosíssima dos Césares herdámos a língua, os costumes, os elementos fundamentais da nossa civilização; da Roma venerável dos Papas, a crença, a luz de Deus, a estrutura moral da nossa alma.

Peço-vos que leiais a história dessa Roma antiga e me digais depois se, desde a nebulosa de seus princípios, acarinhada pelo olhar vigilante dos deuses, ao fastígio de suas deslumbrantes glórias, cruzando o mundo e avassalando a terra, vós encontrais mais que não seja a subida lenta, a participação gradual das classes populares nos altos negócios da Cidade. Eu não quero de modo algum cansar-vos com uma, embora ligeira, indicação de factos, nem julgo esta precisa. Desde a reforma de Pérvio Núlio,

permitindo a reunião do povo nas centúrias, para a votação das leis, o progresso é constante, evidente, inegável. Em 259 de Roma obtinha a plebe defensores natos em seus tribunos; desde 307 elegia os questores militares; em 309 os tribunos militares; em 387 — «o 89 romano», como lhe chama Oliveira Martins — começava de ser sempre plebeu um dos cônsules; e ao patriciado que retirava continuamente na luta, a plebe conquistava em 390 a edilidade curul, em 398 a ditadura, em 405 a censura e em 417 a pretura.

Era isto no direito público; nas instituições do direito privado vai-se desde as incapacidades dos primeiros tempos até à *Lei Canuleia* que permitiu a um plebeu desposar uma patrícia romana.

Temos em toda esta evolução não uma, mas dupla ordem de factos bem dignos de nota: a plebe, a classe inferior da população de Roma, intervindo mais e mais na gerência dos negócios públicos, e as classes sociais existentes, abertas à entrada de novos elementos que variadas circunstâncias sociais elevaram.

Vede ainda a transformação da escravatura, instituição que o cristianismo tornou moralmente impossível, fazendo do escravo um filho de Deus e irmão de seu senhor, pelo colonato e servidão da plebe até ao proletariado moderno, e notáveis ainda o admirável sucesso da história — a ascensão tranquila dos povos, através das épocas, mesmo aquelas de elaboração demorada, fermentando em seu seio o brilho esplêndido da nossa civilização moderna. — Refiro-me à infamada meia-idade, alimentando nas suas comunas, o gérmen de todas as liberdades municipais, conseguindo com mil sacrifícios a unidade moral das nações que fez a sua força e talvez tenha salvo para o mundo a civilização europeia!

Com entraves, com desvios, com pequenos receios de quando em quando, mas a lei histórica dessa ascensão gradual parece-me a própria lei do progresso cumprindo-se, mercê de Deus, ainda quando os homens dele descrêem.

É o que se vê no decorrer dos tempos: é o que vemos mesmo em nossos dias. As condições especiais desta época assombrosa de velocidade, explicam suficientemente que alguns anos façam o que mal conseguiram estirados séculos. Royer-Collard pôde dizer há quase um século já que a democracia «*coulait pleins bords*».

•

Eu creio, meus Senhores, que facto tão constante na história do mundo traduz bem uma necessidade essencial da natureza humana, e, é, no sentido que venho apontando, invencível e inevitável nas suas manifestações. Não é fácil hoje que outro Mensénio Agripa consiga reconduzir à paz da cidade os modernos escravos revoltados com a singela consideração de que, se os membros se recusarem a sustentar o estômago, em breve morrerão com o estômago os próprios membros. A democracia cresce como a onda que se espreguiça pelos areais imensos das nossas praias, ou esboroa, quando em sua frente se erguem e à sua expansão se opõem as penedias soberbas das nossas ribas. A França fez surgir do campo ensanguentado das batalhas, o governo que possui sem revolução alguma a democrática Inglaterra.

Se vós m'o permitis Senhores, nem sequer me admirarei de tão importante acontecimento: é consequência lógica duma lei humana — o progresso, e, se me não engano, influenciada poderosamente pelo deslocamento da força nas nossas sociedades. Permanecendo verdadeiro o axioma político — *deve mandar quem sabe e quem pode* —, com o movimento que vimos notando, apenas teríamos a constatar que há mais quem *saiba* e não são os mesmos que *podem*.

Quando a nobreza era o principal ou mesmo quase o único nervo dos exércitos, podia ela ser também sozinha na direcção dos negócios públicos. O povo não tinha competência nem força. Porém hoje a sociedade a todos pede o sacrifício enorme de seu sangue e o pobre é, como o velho Ambrósio da Mireia de Mistral «filho de pobre, não tendo na sua pátria um palmo de terra onde meter a relha dum arado! Mas arriscando a vida durante quarenta anos por ela».

Na Grécia — e desculpai-me que eu volte à Antiguidade Clássica — a democracia estabelecia-se em Tarento, após sanguinolenta luta com os Japígios. O mesmo facto se dava em Argos, depois da mortífera campanha contra os Espartíacos. E se a aristocrática Esparta sentiu tão profunda repugnância em entrar na guerra do Peloponeso, é que sabia que, fosse qual fosse o resul-

tado externo, a uma depressão da sua força militar recrutada nas classes superiores, se seguiria inevitavelmente o progresso da democracia. Dever de guerra sinónimo de direitos políticos; pode falar-se assim com referência às antigas sociedades.

É tanto mais significativo o progresso democrático quanto é certo que nos tempos modernos um forte impulso devera ter sido dado em sentido contrário. Os sistemas de tributação modificaram-se profundamente: aos privilégios antigos sucedera a igualdade dos homens perante o imposto, de pequena consolação sendo para quem tem de pagar o epíteto de *honroso* com que a Revolução Francesa designou o geral encargo de contribuir para as despesas da nação. Temos o imposto hoje passado de proporcional a progressivo, e os mais afectados em sua riqueza, os mais sobrecarregados na fortuna herdada ou adquirida, não puderam com uma oposição tenaz travar a marcha dos acontecimentos.

Eu julgo que a democracia é na realidade uma corrente insuperável.

*

Mas tinha avançado ainda que era, no sentido que lhe tenho dado, uma conquista legítima.

Eu sei, meus Senhores, que o termo — democracia — se tem tornado antigráfico por nele se entender expresso um movimento descendente. E no entanto vedes bem que designa um movimento ascensional. Não têm as classes mais altas de baixar o nível da sua educação, da sua cultura; mas são as ínfimas classes a subir sem entraves à plena consciência dos seus deveres e à aquisição dos direitos que por essa mesma consciência lhe competem. Se em verdade a competência é que tem, de ser sempre critério de governantes, é a própria justiça que demanda que a intervir nos negócios públicos sejam chamados os que se hão manifestado aptos. Foi a consciência da própria vida, da própria força, do próprio poder e porventura da própria aptidão que criou para as sociedades civis o seu actual modo de ser político.

V

Não esqueçais um momento, Senhores, as características da civilização actual, deste século das velocidades vertiginosas, que não marcha, corre que não corre, voa, e vós compreendereis facilmente como duma aspiração remota se chegou a uma realidade, e dum contínuo progresso a um estado. As sociedades supuseram-se emancipadas, e no dia da sua alforria proclamaram aos quatro ventos que passavam a governar-se a si próprias.

É a democracia moderna — o governo do povo pelo povo, e quanto a mim o proclamá-lo foi toda a obra da Revolução Francesa. Atingiu-se em nossos dias o que poderíamos chamar *a expressão máxima da democracia*. Ela tem como princípios norteadores no governo dos povos, os dogmas fundamentais da sagrada divisa revolucionária, e como aplicações ou tradução na engrenagem política a representação parlamentar e o governo das maiorias.

A haver mal-entendido entre a Democracia e a Igreja há-de ela revelar-se aqui.

Em verdade, meus Senhores, nós declarámos guerra à obra da Revolução; atacámos o seu espírito; muita vez temos dito e ouvido que os imortais princípios faliram. E os imortais princípios — vós o sabeis — são a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. Noutros discursos e noutras ocasiões teremos ouvido também que a Liberdade nascera do sangue derramado no cimo do Calvário, a Igualdade a ensinará Jesus, a Fraternidade a praticará a sociedade cristã. Sendo assim, a Liberdade não é uma quimera; a Igualdade uma mentira; a Fraternidade, um verdadeiro impossível.

Descendo ao campo das investigações sérias, as opiniões dos próprios democratas dividem-se estranhamente. Para um articulista do *Correspondant* em 1905, sendo a democracia estranha à ciência absolutamente, radicalmente, sob o ponto de vista científico pode afirmar-se que as ideias revolucionárias são um nada. Para *Bouglé*, o conhecido professor da Universidade de Tolosa, num livro expressamente dedicado à análise do problema, a democracia e a ciência são duas senhoras que se conhe-

cem mas não se falam... Nada adianta esta em favor daquela, nada insinua, e fica inapta a demonstrar-lhe a bondade de seus fundamentos. Para um dos nossos, se bem o ouvi e interpretei, a democracia e a ciência conhecem-se e... odeiam-se.

Há um ano, nesta festa, o Dr. Pacheco d'Amorim, com todo o brilho do seu talento esplêndido e a formidável lógica do seu espírito matemático, analisava o princípio spenceriano da evolução, e seduzia o vosso espírito à convicção firme de que os imortais princípios tinham aberto uma falência estrondosa. Pode não apoiar-se que S. Exª. trouxesse para uma tese política neste ramo difícil da ciência social, o método, os princípios, as leis das ciências naturais, que podem ter com a política todas as semelhanças de uma analogia, conservando no entanto as correspondentes diferenças duma distinção. Mas não podia duvidar-se da sua crítica nem do valor das suas afirmações: era a própria ciência que contestava a legitimidade dos princípios democráticos.

E no entanto a Igreja, Mãe de verdade, que não podia admitir o que a ciência repele, proclama a liberdade, prega a igualdade dos homens, ensina as palavras de Cristo: «Sois filhos do mesmo Pai Celeste e, como irmãos, amai-vos uns aos outros.»

A confusão é grande e tem sido de resultados perniciosos para o catolicismo.

Democratas e antidemocratas pretendem firmar na ciência seus ataques às opiniões opostas e, não lhes bastando esta, têm lançado mão, irreverentemente, do próprio Evangelho: nós temos visto a figura dulcíssima, sacrossanta de Jesus, feito revolucionário audaz, socialista avançado; democrata convicto quando não ferrenho conservador. Na Carta Apostólica de 23 de Agosto de 1910, queixava-se amargamente o S. Padre Pio X de que, para justificarem sonhos sociais, alguns se socorressem do Evangelho interpretado à sua moda, e tivessem, o que era mais grave ainda, desfigurado e diminuído a pessoa de Cristo.

Peço-vos, Senhores, pelo respeito que nos merece a verdade ou seja a revelada por Deus ou a arrancada à noite dos mistérios pela inteligência do homem, quer se destine à salvação da nossa alma quer à compreensão da vida universal ou ao governo dos povos, que empenheis o vosso esforço e o mais meticuloso

dos vossos cuidados em aclarar, livres das paixões terrenas, as noções do vosso espírito, os termos das vossas afirmações.

Nós vamos então fazer o que eu chamo — *arrumar o nosso cérebro.*

1

Vejamos de princípio em que pode interessar-nos *o democratismo da Igreja Católica.*

Antes de mais devo dizer-vos que esta frase pode comportar dois sentidos diversos: *1.°)* que a Igreja é na sua organização interna moldada nos princípios democráticos; *2.°)* que, como guarda fiel da doutrina de Jesus, ela defende no que toca às sociedades políticas, mais que a sua tendência, a sua estrutura democrática.

Já disse aqui que não examinaria hoje o primeiro problema apontado, e nem julgo para meus fins de capital importância a solução que encontram. As instituições políticas variam de povo para povo, com as tendências inatas ou adquiridas da raça, a sua maneira de ser e de pensar, os seus costumes, a sua cultura e estado de civilização, e até com a sua configuração geográfica, a natureza do seu solo e a sua temperatura. Assim a fórmula política que traduz para um determinado povo a condição da sua prosperidade material e moral, pode bem, por sua própria índole, ser inadaptável a outro. O mal-estar resultante duma imprópria organização forçada é mais grave que o ridículo dum gordo estoirando as costuras dum fato apertado, o cómico dum magro bamboleando-se na imensidade... duma verdadeira camisa de onze varas.

Eu sei que o estudo comparativo das instituições políticas nas suas relações com o *substratum* físico e social dos povos, é sempre de grandes vantagens para quem lhes pretenda ler um pouco no futuro mal esboçado da sua evolução. E se tenho falado apenas nas sociedades civis, é por serem as únicas que podem comparar-se pela identidade dos fins através da infinita variedade dos meios.

Lembro-vos agora a Igreja. Sociedade católica, estende — frondosíssima árvore de vinte séculos — a sua viçosa exuberância por toda a amplidão da terra: é superior às latitudes, às raças,

à temperatura. Sociedade religiosa, não lhe pertence, pode dizer-se o domínio dos corpos, reina soberana nas almas, e, falando duma última pátria, o céu, não é seu fim realizar as condições de prosperidade de material nos diversos países. Vive no mundo, não é para o mundo; vive pelos homens, não é sua função regular as manifestações da actividade no interesse da vida temporal. Imutável nos seus fundamentos, não está sujeita às contingências humanas nem às vicissitudes do século.

Nos mares tempestuosos da vida dos povos, nos períodos amargos das grandes convulsões, em que as almas erram sem norte, porque tudo se perde, se destrói, se arruína, se submete, só ela — a barca de Pedro — voga serena, salvando a verdade, a beleza, a virtude, ela, a infalível, a bela, a eternamente santa! Nos embates tremendos, na hora suprema em que nações agonizam, e outras se erguem para as alvoradas da história, é a Igreja que fica e preside às transformações colossais que a tudo o que é humano, o tempo traz, e em tudo o que é humano, o tempo opera. Às nações — como aos indivíduos — ela baptiza os que nascem e diz o responso às que morrem! Através das idades que se sucedem, e a encontram quando surgem, e a contemplam e a saúdam e a deixam, quando passam, a Igreja é a palavra de ordem, de paz, de perdão, de tão firme confiança que em nossos receios e temor, sentimos bem a censura de Jesus: «Que temeis, homens de pouca fé?» — Não tem na sua missão instituições análogas, similares competidoras.

É única, grandiosa, simplesmente bela — é divina! Nela e por ela não temos antagonismos de raças, ódios de povos, superioridades de civilização, países escravos, nações dominadoras. Temos... cristãos!

Posso estar enganado, meus Senhores, mas da organização democrática ou aristocrática da Igreja Católica, não sei deduzir a organização política que no actual momento histórico convém a Portugal.

•

Mas defenderá a Igreja os regimes democráticos, porque os Evangelhos defendem os princípios em que se baseiam?

Não! A Igreja Católica em face da sociedade civil, organizada politicamente como lhe apraz ou mais convém, não defende nem ataca: impõe muito simplesmente uma condição — é que «a forma de governo não seja contrária à honestidade e à justiça». E esta condição impõe-na a Igreja, porque antes e acima da Igreja a impõe a razão, a exige a própria natureza das coisas. Pode a Igreja viver em paz com as repúblicas e com as monarquias, com os impérios, os reinos ou os principados, os estados unitários ou as poderosas confederações, os governos democráticos ou as fortes autocracias. Não tem teorias políticas para uso dos povos em que estão aprisionados seus membros, teorias que defenda, que aconselhe, que imponha. O que exige, o que nós todos temos direito a exigir, é o respeito daqueles princípios que estão na base de toda a organização —, condição de toda a ordem, garantia do próprio progresso. Esses são o pressuposto da lei divina e humana, a razão de ser do poder de quem manda e da sujeição de quem obedece; são na expressão de Leão XIII, repito-os «a honestidade e a justiça».

Sendo tão pouco, são tudo! — Vemos assim que não nos é permitido em nome do Evangelho aclamar a Monarquia ou detestar a República, mas falando em honestidade e justiça, vós compreendeis que a incompatibilidade dos católicos portugueses com a República portuguesa, tem um fundamento sério.

2

E passemos agora a examinar, meus Senhores, a célebre falência dos princípios de 89, a que há pouco me referi. Essa falência que arrastou consigo a máxima parte da obra revolucionária que da França se estendera aos demais países da Europa e da América, deu-se — não duvidais disso — sob dois pontos de vista: na comprovada insuficiência da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como fontes únicas das medidas necessárias à governança pública; e deu-se ainda pelo seu espírito declaradamente ateu.

Eu não nego a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Quem considerar a sorte do escravo antigo, não pode dizer que a liberdade é uma palavra vã; quem compara à condição de um plebeu a dum patrício romano, não afirmará que entre nós a

igualdade é uma mentira; e até a consideração das prodigiosas obras de assistência e caridade dos serviços prestados pelos congressos da paz e a arbitragem internacional denotam que a fraternidade tem alguma coisa de realizável e prático. Não são perfeitas nem completas, e o grande erro dos revolucionários foi exactamente esquecerem que elas compartilhavam o relativismo de todas as coisas humanas.

O que eu quero dizer, afirmando a sua insuficiência, é que não podem justificar-se com as três ordens de ideias que a bela fórmula representa, todas as medidas de governo, umas porque se lhes opõem, outras porque delas não derivam.

A Liberdade ? — Compreende-se seja fácil que uma lei ou um acto de governo tenham de contradizer a liberdade individual, como podem existir actos que, favoráveis à liberdade, levem à destruição da própria sociedade organizada.

No artigo 3.° da Constituição da República, exactamente destinado aos direitos e garantias individuais aparecem-nos proibidas as ordens religiosas, e essa proibição iníqua não a considerou o legislador uma limitação mas uma garantia da liberdade. Vede, Senhores, que precária seria a condição da liberdade se ela houvesse de defender-se por si própria.

A Igualdade ? — Oh! a igualdade! a igualdade civil e política, meus Senhores, tem por base necessária a igualdade económica, e a igualdade económica além de utópica, seria o poder realizar-se a destruição do próprio progresso. É da desigualdade que nasce a luta, como da luta pelo desenvolvimento da energia e tensão dos espíritos combatentes, todo o avanço na obra da civilização. Demais a verdadeira, a justa, a perfeita igualdade é ainda uma desigualdade, porque a igualdade tem de ser afinal, em face da lei, as desigualdades no tratamento das coisas desiguais.

Quanto à Fraternidade, nem mesmo discuto; reputo-a um sentimento religioso e moral perfeitíssimo: não a julgo — permitam V. Exas. o termo — um sentimento político...

... Perdão! Eu fui acusado já no espírito de alguns de vós duma falta de lealdade por ter dito que os princípios revolucionários eram a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, e ter feito a crítica de cada uma dessas ideias separadamente, sem me lembrar de que umas às outras podem completar-se, e toda à socie-

dade política bastar de guia e fonte inspiradora. Não, meus Senhores! Não as ataquei conjuntamente, porque conjuntamente não existem, destroem-se.

Pondo de lado a fraternidade que, por sua própria natureza, não poderia trazer às relações sociais mais que um sentimento puríssimo de bondade, certamente apreciável mas insuficiente — nós perdoamos as ofensas mas metemos na cadeia os ofensores — e examinai os destinos do povo pelo que toca à liberdade e à igualdade no dia das grandes realizações; as quais realizações, meus Senhores, serão a sociedade colectivista em que para o Estado terão passado todos os meios de produção. É um sistema falso — tenho-o por isso — o colectivismo, mas levando com lógica a todos os extremos as suas conclusões. Como solução, mais radical que se tem apresentado, partindo exactamente da base económica da liberdade e da igualdade, será em face dela que atentaremos na vida... não, na morte dos dois célebres princípios.

Surpreende-nos pois no regime colectivista da propriedade comum: que «assimilará a sociedade a um desses mosteiros a cuja porta ecónomos distribuíam pão». Desaparecida a propriedade individual, passada ao Estado a posse de todos os bens, a exploração agrícola ou industrial far-se-á pela iniciativa e sob a direcção do mesmo Estado. Temos em cada operário um agente, o que quer dizer que temos uma sociedade política toda de funcionários. Para o funcionalismo, meus Senhores, é bem restrita, praticamente nula a liberdade política e sem liberdade política não procuremos porque não a achamos, a liberdade civil.

Tanto quanto me é lícito ler nesse futuro problemático, o regime igualitário é melindrosamente instável. Qualquer manifestação individual mais caracterizada, poderia num momento comprometer o difícil equilíbrio. As restrições, as imposições, as violências haviam de suceder-se, e essas restrições, e essas imposições e essas violências não seriam mais que imolar a liberdade nos altares sagrados da deusa sua irmã. Eis porque alguém escreveu que «a igualdade absoluta pressupondo uma submissão completa a esta igualdade, reproduziria a mais dura escravidão».

Não vos dais ainda por convencidos?

Bem, meus Senhores, vós que acabastes de ver como a

igualdade trata a liberdade, vede agora a sorte da igualdade no regime da liberdade. — A liberdade é naturalmente sua inimiga. O livre desenvolvimento das actividades individuais, a enorme e dificílima complicação da vida moderna, impondo uma especialização cada vez mais restrita, terá, diferenciando mais e mais os homens, já por natureza diferentes, declarado uma guerra de morte à sonhada igualdade dos homens. Quanto mais independentemente de estranhas imposições o homem puder desenvolver as suas aptidões tão diversas na infinita riqueza da natureza-mãe, tanto mais se distanciará dos outros homens, o que equivale a dizer que mais desigualdades poderemos notar-lhes. E assim cada vez mais longe, meus Senhores, da igualdade absoluta da «maravilhosa, da sagrada revolução de 89», como lhe chama em êxtase o Sr. Alpoim.

Podemos então concluir que a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade *faliram pela sua insuficiência.*

*

E faliram também por *não serem cristãos.*

Foi Ferdinand Buisson que numa discussão com um célebre académico, grande crítico da literatura francesa, dissera que a «Declaração dos direitos do homem e do cidadão» era nem mais nem menos que a transposição do Evangelho em linguagem política moderna. Ao que Brumetière respondeu que não se tratava duma transposição, mas duma laicização, e esta laicização, sendo a destruição da sua base e do seu espírito religioso, era consequentemente a sua perda. Secando a fonte, ninguém estranhe que desapareça a corrente.

Nós afirmamos que a ciência, a filosofia não poderiam bastar para fundar a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, e que só no Cristianismo essas palavras têm sentido, como só dele e por ele tem força e realidade.

A filosofia? Oh? A pobre filosofia! Aquela frase — *humanum francis vivit genus* — é que será o fundamento da liberdade, quando senhores são esplendidamente servidos pela multidão dos escravos? — será a destruição das raças em superiores e inferiores, ou mesmo o *super-homem* de Nietzsche e Renan o co-

meço da igualdade? — Compreendeis porventura que — *homo homini lupus* — será a realização sonhada da fraternidade humana?

Não vos canseis, Senhores: fora dos ensinamentos de Jesus não encontrais a base sólida que é precisa para sustentar uma doutrina que na sua justa compreensão — *est modus in rebus* — é uma das condições da prosperidade dos povos modernos.

A liberdade política ou civil pressupõe naturalmente o direito de personalidade que directamente entronca na dignidade da pessoa humana. E dignificador da pessoa humana não encontro senão o Cristianismo com a origem divina da alma imortal, com o fim sobrenatural que lhe aponta além da morte, com a Encarnação do Verbo e a Redenção do homem pelo próprio Deus. É diante dele que todos somos iguais pelo princípio e pelo fim, pela concessão de meios aptos à salvação da nossa alma... Iguais e irmãos. É sob o olhar misericordioso de Deus que das boas obras duns participam os outros. É apenas no Cristianismo que floresce esse lírio branco, puríssimo, aromatizando suavemente a vida através das inevitáveis desigualdades sociais, e que se chama — fraternidade. Todos os dias, a cada momento que a dor mais fundo cave no coração humano, pode o homem elevar-se a Deus, vendo a seu lado, em perfeita solidariedade todos os seus irmãos. Porque em toda a extensão da terra, na Europa, na África e na América, nas ilhas remotas dos largos mares, sobre as planícies imensas e as altíssimas montanhas, na capelinha humilde e na formosa igreja, nos palácios sumptuosos e nas choupanas misérrimas, à luz do sol e na penumbra delicada das catedrais artísticas, à beira dos infernos que agonizam e ao sorrir das esperanças que renascem, à chama doirada da vitória e na angústia das grandes provações, olhos no alto, coração em Deus, uma só oração nos liga, todos os homens começam rezando: Padre-nosso!...

... E desfeito assim o equívoco em que nos temos debatido, definidos os termos da nossa defesa e o limite máximo do nosso ataque, eu tinha por isso mesmo de dar por acabada a minha missão.

Tenho porém uma dúvida cruel que me atormenta e que vos exporia se não fosse o receio de cansar a vossa delicadíssima atenção. Mas... duas palavras apenas.

VI

Sendo hoje a democracia o governo do povo pelo povo, o que é lógico é que a orientação do governo traduza fielmente as correntes de opinião mais fortes no seio da sociedade, democraticamente dirigida. Uma bela compreensão da liberdade, impondo a tolerância de opiniões aos indivíduos e aos governos, faz que num país protestante na sua maioria, como é a Inglaterra, o Catolicismo receba constantemente dos governantes as mais inequívocas provas de grande simpatia e alta consideração. O mesmo facto poderia apontar-vos na Alemanha: o mesmo ainda nos Estados Unidos da América do Norte. E no entanto o mal-entendido que temos notado entre a Democracia e a Igreja, poderia produzir nesses países funestas consequências.

Mas o que não se compreende — porque em face dos verdadeiros princípios é mesmo incompreensível — é a situação da Igreja Católica em Portugal, país na sua quase totalidade católico e organizado, ao que por aí se diz, segundo os princípios democráticos. O povo soberano não tem decerto exercido a sua soberania. Rei, tendo por ceptro uma cana e por manto um farrapo de púrpura, esbofeteado pela incredulidade garota de modernos judeus, nem sequer ganha o céu, — porque, faltando-lhe a coragem dos heróis, também não tem a paciência dos mártires.

Não é d'agora apenas o facto. Se hoje somos, como católicos, atravessados por traiçoeira navalha, ontem recebíamos um abraço tão apertado que positivamente nos amolgava as costelas. Hoje temos república democrática; ontem tínhamos monarquia constitucional.

Nada receeis, Senhores; eu não farei agora passar ante vossos olhos em palavras de sentida indignação todos os ataques que sob protestos amigos, a monarquia transacta fizera à Igreja Católica; nem esta série imensa de verdadeiros crimes cometidos pela maior inconsciência que algum dia se viu unida à mais pasmosa ignorância e à mais rematada maldade. Não quero, não quero deslustrar esta festa, avivando recordações dolorosíssimas, se acaso é preciso avivá-las, se acaso os nossos inimigos não têm feito tudo, para que nos não esquecêssemos nunca. É um bispo,

é um padre, é um simples fiel; é uma cruz, é uma igreja, um pedestal, uma caserna — é tudo um atentado vivo, um atentado monstro de iniquidades sem nome. De toda a parte nos vêm — corrente impetuosa! — desde as altas esferas legislativas donde a justiça fugisse até ao ilustre regedor de aldeia onde certamente a competência se não anichou.

Esta é realmente a situação actual; mas será isto a democracia?

Diz-se por aí muitas vezes que somos um país avançado. Plenamente de acordo. Nem somos um país avançado; somos um país avançadíssimo, adiantadíssimo. Não julgueis, Senhores, que este avanço e este adiantamento são ditos com o sorriso malicioso de quem tivesse em mente administrações pouco honestas. Não. O que eu afirmo é que as instituições que há perto de um século nos regem estão em desarmonia com o estado social a que se aplicam, e que é exactamente da imposição prematura das instituições políticas, que me parece advir este corte de relações com a civilização mundial.

Em 1834, ano para nós histórico pelo estabelecimento definitivo do regime constitucional, publicava em França a *Revista dos dois mundos* um artigo célebre intitulado *L'Avenir du monde* em que se encontra uma observação profundíssima a respeito de Portugal. Assinava esse artigo profético e ousado, um nome de autoridade na literatura francesa. Não só na literatura francesa, na política desse país: vós conheceis Chateaubriand. Chateaubriand é o dulcíssimo poeta, o maior escritor do *Génio do Cristianismo* que lhe deu glória imortal, fazendo reverter à religião de Jesus o reconhecimento da sua acção civilizadora, da sua influência inigualável na literatura e nas artes. Para muitos, melhor prosador e poeta que ministro, ele foi ainda assim para todos, um dos homens públicos que mais perfeito conhecimento havia de ter dessa arte — a política.

De si próprio escreveu:

«Foi de mim conhecida a vida pública e privada. Quatro vezes atravessei os mares; demandei o sol no Oriente; toquei as ruínas de Mênfis, de Cartago, de Esparta e de Atenas; rezei no túmulo de S. Pedro, e ajoelhei em adoração sobre o Gólgota. Pobre e rico, poderoso e fraco, feliz e miserável, homem de acção, ho-

mem de pensamento, intrometi-me no século e meditei no deserto... Sentei-me à mesa dos reis para logo recair na indigência. Tratei da paz e da guerra; assinei tratados e protocolos; assisti a sítios, a congressos e a conclaves; à reedificação e à demolição dos tronos; fiz história e podia escrevê-la; e a minha vida solitária e silenciosa seguia através do ruído com as filhas da minha imaginação...

Dos autores franceses do meu tempo sou quase o único que se parece com as suas obras: viajante, soldado, publicista, ministro, foi nos bosques que cantei os bosques, sobre os navios que pintei o Oceano, nos campos de batalha que falei das armas, no exílio que aprendi o que fosse o exílio; nas cortes, nos negócios públicos, nas assembleias que estudei os princípios, a política e as leis.»

Pois foi Chateaubriand, Senhores, tão perfeito conhecedor dos homens e das ideias do seu tempo quem, falando das convulsões políticas, que agitavam a Espanha e Portugal, e notando que os países mais mal preparados eram impelidos a movimentos constitucionais, afirmou: *«Dans ses pays les idées dépassent les hommes.»* Nestes países as ideias passam além, passam por cima dos homens.

Que bem! que admirável! que claríssima visão da história contemporânea!

As ideias passam além, passam por cima dos homens. O que quer dizer que elas vão além do que os homens desejavam que fossem, do que aos homens era conveniente que fossem, e que se as ideias não entraram no espírito dos homens, os homens também não penetraram o espírito das ideias.

As ideias passam além, passam por cima dos homens. O que quer dizer que os homens não estavam preparados para receber determinadas instituições, e que elas se impuseram pela força irresistível das ideias. *Les idées dépassent les hommes.*

E não quereis, Senhores, que eu diga que somos um país avançado? Somos! temos instituições avançadas, o que significa instituições prematuras. Noutro sentido não há instituições progressivas, instituições avançadas. Ou há instituições adaptadas às condições dos povos que dirigem, ou há muito simplesmente um contra-senso político. Nós estamos em face dum contra-senso político: povo católico, povo soberano de católicos persegue o catolicismo. Que uso faz este povo da sua soberania e do seu catolicismo?

Muita, a maior parte da gente trabalhadora e honesta ri-se e despreza sistematicamente a soberania que lhe oferecem. A outra parte oscila, varia, mas... não muda... os governos é que mudam...

> *«Há entre el-rei e o povo*
> *Por certo um acordo eterno*
> *Forma el-rei governo novo*
> *Logo o povo é do governo.»*

A quadra não é subversiva, Senhores; ao menos que última a desaparecer seja a liberdade poética...

> *«Regalei-me de ver soberbo o povo*
> *(Mais que o de Roma soberano e livre)*
> *Com férreo jugo, com servis cadeias,*
> *Puchar de Bonaparte o carro e...»*

... uma grosseria, concluindo uma verdade dos «Burros» de José Agostinho.

Isto, democracia? oh! não me façais rir...

A democracia é um movimento de reacção contra uma ordem de coisas fundada no privilégio e na desigualdade, no poderio das classes nobre e eclesiástica que, pela sua ilustração superior, foram em outras épocas históricas as mais competentes para dirigir e para mandar. É uma reacção, e, de quando em quando, em vez de insurgir-se contra que as classes preponderantes se servissem do poder em seu proveito exclusivo, já foi um pouco além do alvo. A democracia na sua concepção e realização latina — ouso dizê-lo — não se desprendeu do seu vício de origem e cair no vício oposto. Julgou-se que a democracia era o governo do povo pelo povo, e julgou-se bem. Somente numa sociedade em que o povo era a massa desprezada com quem apenas se contava para pagar impostos, ninguém explicou suficientemente a nova significação do termo. O que era o povo? Ia perder a palavra o seu significado restrito, para começar designando a nação, contendo todos os indivíduos e todas as classes. Mas as camadas mais baixas julgaram erroneamente que tinha chegado a sua vez, e que eram as únicas a usufruir o novo esta-

do de coisas. Protestando contra os privilégios passados, parece empregarem todos os esforços por vir ressuscitar outros novos, que a elas apenas favoreçam. Não sei bem como é que numa democracia se distinguem os interesses do povo — entendei bem o termo — dos interesses duma classe.

Não! se a democracia tivesse como consequência necessária ou sequer como condição de êxito, a exclusão de indivíduos ou classes por preocupações de tradições ou de crenças, a mudança real era esta: o governo duma élite intelectualmente é moralmente superior substituído pelo da *massa* que não se recomenda pela cultura, e que espalha em volta de si a desconfiança, exactamente porque é mais sujeita a movimentos impetuosos e a desabridas paixões.

Não há muito que num livro cuja tradução mereceu ser coroada pela própria Academia Francesa, Wendell, professor duma Universidade norte-americana, tinha a hombridade de dizer à França e aos que apenas lhe copiam os defeitos, quão longe vão assim da pura, da verdadeira concepção da democracia.

«A democracia, diz ele, é um governo fundado no consentimento de todos para o bem de todos... Nós temos em linha de conta a inevitável variedade dos seres humanos que devem existir, cada um no seu lugar, numa sociedade bem organizada... Os resultados práticos da soberania arbitrária das classes inferiores, tendo por base um ideal igualitário em vez do velho ideal do mérito seriam utópicos ou bárbaros, ou ambas as coisas ao mesmo tempo. É fora de dúvida que uma democracia não pode subsistir, quando uma única fracção do seu povo — mesmo uma única classe da sociedade — domina com exclusão das outras. Um tal regime não é democrático senão de nome.»

Foi ainda gentil, meus Senhores, este filho do país da liberdade. Um tal regime não tem sequer o nome de democrático — desde Aristóteles que a democracia viciada tem o nome que lhe compete: *demagogia.*

Agora já nenhum de vós estranha a perseguição ao catolicismo, porque nunca ninguém pensou de que as trevas odiassem a luz; a desordem a ordem; a revolução a evolução progressiva; a iniquidade, o direito. Há entre a Democracia e a Igreja — afirmei eu — um mal-entendido gravíssimo; e afirmo também: entre a

demagogia e a Igreja há uma verdadeira incompatibilidade. Mas esta incompatibilidade da demagogia não é só com a Igreja de Cristo: é com a história, com a ciência política, com a razão humana. Estamos vingados!

VII

É odiosa a sua obra, e o ódio é essencialmente negativo: só destrói. Despreza a lei imperiosa da sucessão histórica, e loucamente imagina que, para avançar, precise destruir o passado, para que não possa servir nem de exemplo nem de inspiração. Aos que julgam porém que o progresso da liberdade não é compatível com os elementos da civilização passada, dizei que toda a construção feita no ar, não tardará a cair ao chão. O que *é*, vive quase só do que *foi*. Reatar o fio partido da tradição, é assim sempre para uma nacionalidade um caso de vida ou de morte.

E toda a tradição nacional pudera figurar-se no marinheiro audaz queimado dos sóis orientais, levando ante os altares sagrados a noiva da sua aldeia. Toda a história portuguesa é Deus, Pátria, Família! É religião, glória, amor!

Esta é a nossa alma, porque, é a alma de nossos pais vivendo em nós. Tão certo é que no mundo mais mandam os mortos que os vivos! Esta é a nossa alma, e quem quiser dirigir-nos para um futuro que não sei se Deus nos concederá, há-de partir dos mesmos princípios que nos inspiram para assegurar a duração das instituições que nos governem. Os regimes políticos ou descem a absorver o que há de bom, de tradicional, de firme, de constitutivo na alma dos povos, ou ficam-lhes tão estranhos e superficiais que não há manterem-se.

O país da grande Revolução, se quer que viva a sua terceira república, vai a caminho do passado, e com uma aparência radical, suscita a alma, a beleza de França em todas as tradições da velha França.

A nós, meus Senhores, que nos importaria monarquia ou república, contanto que tivéssemos Portugal? Ai! mas é esse Portugal que desaparece em toda a pureza de seus sentimentos cris-

tãos, todo o afecto de seu coração delicado, toda a heroicidade de seu patriotismo! Pois quê? Supondes acaso, senhores, que as cenas revoltantes de nossos dias são filhas do espírito nacional, fazem parte da história portuguesa?

Não! A história portuguesa é D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique, vendo surgir dentre a confusão do combate a imagem sagrada de Cristo.

É uma surtida de Gonçalo Mendes da Maia; uma serranilha de D. Dinis; uma oração puríssima da rainha Santa Isabel.

A alma portuguesa é Nuno Álvares, o terror dos Castelhanos — em Aljubarrota e Valverde; é a capelinha de Belém; é D. Filipa de Lencastre — a maior mãe da história — abençoando no seu leito de morte, antes da partida de Ceuta, os filhos queridos que sobre os muros da cidade haviam de ser armados cavaleiros!

A alma portuguesa é o Infante Santo rezando ininterruptamente, de joelhos nas lajes do seu cárcere em Fez; é D. Henrique, nos rochedos de Sagres, interrogando a mudez temerosa do oceano indecifrável — estátua colossal da confiança que ficasse guardando a frota que se ia pela escuridão do desconhecido; é a «ala dos namorados», coroando de louros a fronte sobre que haviam de pousar beijos de amor as jovens mães dos portugueses!

A alma portuguesa é ainda D. Filipa de Vilhena, entregando aos filhos as espadas que o Pai honrara, dizendo — trespassado com elas o próprio coração — ou vencedores com a Pátria livre ou mortos com a escrava Pátria; é a restauração de sessenta anos de escravos numa manhã radiosa de Dezembro; é D. João IV mandando defender a Imaculada Conceição de Maria.

A história portuguesa é esta! A alma portuguesa é isto: Deus, Pátria, Família! — Religião, Glória, Amor!

E tudo o que seja invadir o lar e destruir na família a pureza de seus afectos, o recato, a confiança, o amor abençoado do céu; e tudo o que seja perseguir a religião, odiar Deus, desarraigar a crença, é atentar contra a pátria, porque é secar as fontes donde mana a sua individualidade característica, sem a qual a autonomia política não tem razão de ser.

Mas li eu mal por não saber, meus Senhores, este retalho da história do mundo, recamado a pedras cintilantes? Talvez... Sim, talvez que eu não saiba ler...

Mas tenho meus ouvidos que o som embala em ondas de harmonia, e ouço as avezitas alegres cantando de seus ninhos canções adoráveis, como ouço o mugir dos pacíficos bois lavrando a terra nos vales floridos, regados pelo sangue de nossos avós, e as ovelhas balindo nas quebradas das serras acordando em minha alma os ecos dos séculos... — Corro de norte a sul o meu país de encantos, e ouço — música de sonho! — Bom Jesus do Monte, Cidade da Virgem, Casa do Viriato, Serra do Buçaco, Nossa Senhora da Vitória, Cabo de Santa Maria... — Rugem tempestades que cortam os céus de fogo ardente, sibilam os ventos furiosos pelas casas esburacadas onde a miséria se alberga, e com o ruído da tormenta que aterra, ouço a prece que aflita implora:

«Deus nos valha! Nossa Senhora nos acuda! Jesus seja connosco!» Mal rompe no Oriente a madrugada clara, na sertaneja aldeia, na laboriosa cidade, vem a meus ouvidos a toada dum sino que chama ao serviço de Deus: sobem súplicas ao céu, quando a noite doce e tranquila vem caindo sobre a terra cansada de labores; ouço-as murmurar; ouço quando passo: Boas-tardes lhe dê Deus! O senhor seja connosco!

Mas ouço eu mal, Senhores, estas vozes impregnadas de religião e catolicismo, neste cantito do mundo que é a minha Pátria? Talvez... Talvez que eu não oiça bem... Mas falo, oh! Mas falo esta língua portuguesa, posso pronunciar estas palavras portuguesas, dulcíssimas que são os cristais do nosso sentimento, as pérolas em que gelou a nossa civilização: Jesus, Mãe, Amor, Pátria, Maria, Saudade... Falo, falamos todos a língua adorável em que Bernardino Ribeiro cantou a saudade; João de Deus, o amor; António Nobre, tristezas suavíssimas, crepusculares; Antero de Quental, agonias profundas de pensamento: a língua em que Vieira pregara a Deus, Garrett escreveu o *Frei Luís de Sousa* e Camões deixou esculpida, como em bronze — estrofes imortais! — a imperecível glória de Portugal!

Mas não falo, Senhores, emudeceu-me Deus, calando em meu peito a palavra que me dera? Tenho meus olhos que embriaga a luz esplêndida deste sol, o verde tranquilo destes prados, o variegado matiz destes jardins, o luxuriante vegetar destes arvoredo! Vejo abraçada às madressilvas uma flor, uma cruz em cada caminho, e no alto monte uma ermida branca, branca pomba

que do céu viera e entre nós ficou! Vejo tanta igreja, tanto altar, tanta miragem, diante de quem rezaram e sofreram as mães dos navegadores da Índia, e no regresso de sangrentas batalhas ajoelharam cansados os conquistadores portugueses! — Não leio não ouço, não falo, mas quedo e mudo contemplo o mar imenso, o indomável mar. E esse mar negro, mar tenebroso, cavou a sepultura dos heróis, quando em noites angustiadas no céu não tremeluzia uma estrela, e para eles no mundo havia apenas o exíguo barco em que se foram, olhando de frente a morte, a engrandecer a pátria! — O mar brame, espumando de encontro aos rochedos, e mourejando a vida, lutando com as ondas, os pobres pescadores se afastam da Terra...

> «*Oh! as lanchas dos poveiros*
> *A saírem a barra, entre ondas e gaivotas!*
> *Que estranho é!*
> *Fincam o remo n'água, até que o remo torça*
> *À espera da maré!*
> ....
> *E a pouco e pouco as lanchas vão saindo*
> *(Às vezes, sabe Deus, para não mais voltar...)*
> *Que vista admirável! que lindo! que lindo!*»

Vejo-as em fila, pintadas de novo, em procissão. E no costado seus nomes são preces que as noivas rezam, são lágrimas que as pobres mães choram: *Vamos com Deus, Senhora d'Ajuda, Estrela do Mar, Mãe de Jesus, Senhor dos Navegantes, Ora por nobis, cá vamos...* E lá vão...

Mas tocou-me a justiça divina e fechou às maravilhas, aos esplendores da luz meus olhos que viam toda uma história de grandeza e de fé no mar, nos montes, nos vales, nas árvores das florestas, nos símbolos dos cruzeiros? Cegou-me? Ah! Senhores, mas a mim então, mudo e cego, guiai-me por favor a Santa Cruz de Coimbra, que eu quero tocar com minhas mãos as pedras carcumidas desse Templo, sob cujas abóbadas descansa um homem que se chamou Afonso Henriques. Conduzi-me aos Jerónimos; eu quero tocar com minhas mãos os capitéis daquelas colunas elegantes, finíssimas, que se erguem da terra numa aspiração ar-

dentíssima de fé; quero encontrar lá os galeões que levaram o Gama a descobrir o caminho marítimo da Índia; as palmeiras daquelas regiões longínquas saudosas da valentia de Afonso de Albuquerque; a cruz que Pedro Álvares Cabral erguera, sob o sol ardente dos trópicos, em Terras de Santa Cruz! Levai-me por favor, senhores, à Batalha, que naquela abóbada da sala do capítulo admirável d'arte e ousadia humana, eu quero tocar as pedras que Afonso Domingues, também cego, erguendo na escuridade de seus olhos e no clarão deslumbrante de sua alma de artista um monumento eterno a Portugal, tocara e tão firmemente unira que não mais o tempo lhes tocou!

Coimbra, 22 de Abril de 1914

«Depois que tiverdes feito tudo aquilo que vos for mandado, dizei: somos servos inúteis.»

Luc. XVII

«Há entre a Democracia e a Igreja uma mal-entendido gravíssimo; e é exactamente a nós democratas-cristãos que compete destruí-lo».

«Senhor! que eu veja.»
Evang.

«Infundi-me do alto a vossa luz e a vossa verdade».

Ps. XIII, 3

8

A MINHA RESPOSTA

(No processo de sindicância à

Universidade de Coimbra, 1919)

Só por convenção é que as páginas que seguem, se poderiam intitular — a minha defesa. *Efectivamente, desde o Sr. Ministro da Instrução ao Sr. Governador Civil de Coimbra e chefes políticos, seus conselheiros — estas coisas passam agora pelas repartições... privadas da política —, ninguém sabe ainda ao certo a razão por que fui suspenso do exercício das minhas funções. E quero crer que com conhecimento de causa... inconfessável, só podem dizer alguma coisa os que me queriam afastar como uma sombra, vingar-se de justíssimas reprovações, aplanar o caminho para futuras passagens imerecidas.*

O inquérito, os depoimentos das testemunhas ressentem-se disso, afinal. Contra os meus ilustres colegas houve ainda sombras de acusação — coisas idiotas e coisas falsas. Contra mim, bem analisada a minha vida particular e pública, e bem esquadrinhados todos os meus actos, apurou-se esta coisa tremenda — fui aqui há vinte anos colega num seminário duma testemunha de acusação!

Suponho bem não haver um juiz em Portugal que pusesse isto em libelo acusatório a que houvesse de dar-se resposta. Não o faria o M.mo Juiz Sindicante. Donde deduzo que eu devo o ser ouvido simplesmente ao facto de ter sido suspenso, e ao facto de estar suspenso devo também as curtas horas em que escrevi o que adiante se publica.

... Com dificuldade, e com desgosto, confesso. Porque dado o carácter político do motivo invocado para a suspensão, e dada a minha maneira especial de pensar e de ser, o que escrevesse podia

facilmente redundar num excesso de defesa que se julgaria uma depressão de carácter. E tive então pena de não ser individualidade marcante em qualquer *política.*

*

O M.[mo] *Juiz deu toda a latitude ao inquérito, concedeu a máxima liberdade aos acusadores. Fez bem. Ficou com um conjunto de depoimentos que são um índice precioso duma época e duma mentalidade. Que aqueles que pensam e que estudam, lhe dêem todo o valor. Homens que fizeram a campanha nos jornais, e discursaram nos comícios, e conspiraram nas* lojas, *e assistiram a reuniões, e falaram em nome da moralidade pública por não poderem falar em nome da sua individual, que acusaram, que insultaram, que injuriaram, viram-se obrigados a declarar que, acerca dos professores suspensos, não conheciam nenhum acto, cometido quer no exercício quer fora do exercício das suas funções, que pudesse considerar-se de hostilidade à República. E depois disto — oh! não tenhamos dúvidas! — eles irão continuar a sua campanha nos jornais, discursar nos comícios, conspirar nas* lojas, *assistir a reuniões, falar em nome da moralidade pública já desesperados de que acreditem na sua particular, acusar, insultar, injuriar de novo, enquanto aqueles que, sem preocupações políticas — ia a dizer mesmo, sem preocupações de interesse pessoal — trabalham porfiadamente por sustentar bem alto o nome e a glória de* Coimbra, *terão regularmente todos os anos, senão todos os meses, este cartão de agradecimento público, desgostando, cansando, fazendo perder tempo que melhor desejáramos empregar.*

E tudo isto perante o íntimo regozijo duns, o receio cobarde de outros, a gélida indiferença do grande número. Porque a verdade é que em Coimbra, diante da Universidade ameaçada, atingida na perfeita integridade do seu ser moral e na plena independência da sua cátedra, só houve duas opiniões: os comerciantes viram 500 contos de prejuízo; os políticos viram o saneamento *do professorado e a* republicanização *do ensino!*

Coimbra, nobre *cidade!...*

Pela cuidada leitura dos depoimentos que constituem este inquérito, verifiquei que fazem alusões especiais ao meu nome e à minha pessoa as seguintes testemunhas:

a) Doutor J. Martins Teixeira de Carvalho: «Nada sabe também do Sr. Doutor Salazar, e parece-lhe pelo procedimento dos três (F. Vital, M. Colaço e O. Salazar) que não tomariam parte activa nos últimos acontecimentos, porque sabe que, durante eles, continuaram a sua vida habitual, como pessoas que nada tinham a temer.»

b) Dr. Sílvio Pélico: «Deve dizer que um dos professores suspensos — o Oliveira Salazar — que foi seu amigo pessoal e condiscípulo, sempre foi um espírito muito católico e conservador, mas nunca notou que ele fosse um monárquico que tivesse o fogo sagrado. Várias vezes conversando com ele sobre as democracias, ele lhe dizia que as democracias constituíam uma força invencível e, como esse professor era muito católico, considerava que era conveniente dar às multidões todos os direitos, gradualmente, mas sob a disciplina católica. Deve afirmar que esse professor é acima de tudo católico e que politicamente não tem compromisso algum.»

c) Dr. J. Marques dos Santos: «Que não conhece o professor Salazar...»

d) Doutor Almeida Ribeiro: «Que não conhece um deles — o Doutor Oliveira Salazar — ou, pelo menos, não liga o nome à pessoa...»

e) Aluno de Direito José Rodrigues da Costa: «Que um deles, o Sr. Doutor Oliveira Salazar, é conhecido por toda a cidade como monárquico, e ele depoente, que foi colega desse professor no Liceu e Seminário de Viseu, sabe perfeitamente quais são as suas ideias políticas, ouvindo-lhe algumas conferências de propaganda católica e monárquica naquela mesma cidade. *Todavia* deve acrescentar que *o referido professor não tem feito propaganda política na regência das suas cadeiras.*»

f) Aluno de Direito Rui Gomes: Que, com relação ao Doutor Oliveira Salazar, não o ouviu fazer política nas aulas, apesar de ter sido e ser ainda seu discípulo, e que fora do exercício das suas funções não lhe consta que lhe seja imputado qualquer acto de hostilidade à República, conhecendo-o apenas como um dos vultos mais salientes do movimento católico, nem sequer sabendo se ele é monárquico ou não.»

*

Não há nestes depoimentos nada que possa prejudicar-me, o que me dispensa naturalmente da resposta... e da defesa. Mas o respeito que me merece o dig.^mo^ Juiz Sindicante, e o bom nome da Faculdade a que pertenço, obrigam-me, sem quaisquer preocupações pelo resultado deste inquérito, a acrescentar às duas últimas referências [*e)* e *f)*] alguns elementos que melhor as precisem e permitam dar-lhes o seu justo valor.

Comecemos pelo fim.

*

O Sr. Rui Gomes é um estudante distinto da Faculdade de Direito, meu aluno e aluno duma assiduidade exemplar. É, segundo confessa, republicano e perseguido. Informaram-me que era honesto. Como a um homem honrado, peço licença para fazer algumas anotações ao seu depoimento, rectificando-o num ponto absolutamente acidental.

O Sr. Rui Gomes não sabe se eu sou monárquico ou não, e tem razão para o dizer. Eu sei muito bem o que sou, mas também lho não digo.

Não há efectivamente manifestação alguma pública de carácter político que leve os outros a ajuizar das minhas convicções. Nunca fui condenado, nem julgado, nem pronunciado, nem inquirido, nem preso — *nem preso,* o que é realmente uma prova de valor, dado que, dentro de poucos anos, 50 por cento da população portugesa — monárquicos, católicos, democráticos, evolucionistas, camachistas, sindicalistas, socialistas, sidonistas e indiferentes — tem passado sucessiva, alterna-

da e às vezes conjuntamente pelos fortes e penitenciárias da República.

Nunca assisti a qualquer manifestação de ordem política, senão às republicanas... para apreciar os oradores e fazer como homem de estudo o meu juízo.

A minha intervenção na política limita-se a ter votado uma vez... em deputados e senadores *republicanos* que se apresentaram conjuntamente com candidatos monárquicos.

Não sou realmente «um dos vultos mais salientes do movimento católico». Não tenho competência, feitio nem vagar para tanto. Sou apenas o que se chama um *soldado raso*.

Professor, tenho vivido para os meus alunos, e, homem de estudo, para os meus livros. Coimbra absorve-nos e esgota-nos. Uma grande obra de educação nacional, de levantamento do ensino universitário, de cultura das ciências, de revolução nos processos de ensino, de reorganização dos cursos absorve suficientemente todas as atenções. Não há efectivamente vagar nem forças para as lutas políticas: donde só poderem ser políticos os raros professores que já não estudam ou já não precisam de estudar. Na minha qualidade de professor não desejaria que algum dia me pudesse ser, por causa da política, aplicada a frase do Evangelho: *Parvuli petierunt panem et non erat qui frangeret eis...*

Não me desinteresso da política do meu país: ao contrário. Mas tenho a convicção de que a política por si nos não pode resolver os grandes problemas que nos assoberbam, e que é um erro grave tudo esperar da sua evolução ou alteração arbitrária da sua marcha normal. Convencido de que a solução está mais em cada um de nós que na cor política dos ministros, trabalho, no que posso, em fazer dos meus discípulos *homens*, na mais alta acepção do termo, e bons portugueses como se precisam para engrandecer Portugal.

Fui uma vez, por engano, proposto deputado católico por Viana. Não obtive nenhum voto. Acho que em influência política bati absolutamente o *record*. Os meus votos foram com aquiescência e aprazimento meu dados ao P.e Casimiro Rodrigues de Sá, muito republicano e ao tempo filiado no Partido Evolucionista, mas homem que, sob o ponto de vista das reivindicações religiosas, nos merecia a nós, os católicos, absoluta confiança.

Com estes esclarecimentos as palavras do depoimento do Sr. Rui Gomes têm agora precisada a sua significação.

*

Há ainda um outro depoimento em que se fazem alusões à minha pessoa, como tendo realizado, nos recuados tempos da minha... meninice, conferências religiosas e monárquicas. É esta a única acusação constante do processo, acompanhada ainda assim da declaração formal de que «*não tenho feito propaganda política na regência das cadeiras*».

Há coisas e pessoas a quem se não responde por um sentimento de dignidade própria: eu não responderei. Mas ao Ex.^mo^ Juiz Sindicante darei algumas explicações, não para que ajuíze de mim, mas para que bem se possa inteirar da mesquinhez desta campanha contra a Universidade de Coimbra, em que as *graves* acusações são desta ordem: actos contra a República num tempo em que a república... não existia.

O depoente diz ter-me conhecido no Seminário e no Liceu de Viseu. Eu cursei efectivamente aquele Seminário de 1900 a 1908, e fiz os meus exames no Liceu em 1909 e 1910.

Do Seminário nada digo. Há pessoas que desconhecem que pode haver na alma dos outros coisas inolvidáveis e sagradas que a gente esconde cuidadosamente das vistas dos tolos e dos maus, porque não podem compreendê-las nem são capazes de senti-las. Pobre, filho de pobres, devo àquela casa grande parte da minha educação que de outra forma não faria; e ainda que houvesse perdido a fé em que me lá educaram, não esqueceria nunca aqueles bons padres que me sustentaram quase gratuitamente durante tantos anos, e a quem devo, além do mais, a minha formação e disciplina intelectual.

Pouco falava então. Não era preciso. Acorriam a Viseu oradores de fora de que corria grande fama, como o então lente de Teologia, Doutor Alves dos Santos, e no próprio Seminário, com mais dotes oratórios que eu, floresciam esperanças, entre as quais não era das menos bem fundadas o meu velho amigo, Doutor Vieira da Rocha, distinto professor da Faculdade de Direito de Lisboa, ex-subsecretário de Estado das

Finanças, e pessoa de tão alta representação no Partido Democrático.

Depois de sair do Seminário, falei duas vezes em Viseu. Reinava então em Portugal o Senhor D. Manuel. Havia monarquia: éramos todos monárquicos, inclusivamente os republicanos. Mas não era de monarquia que eu tratava, era de educação.

Eu trabalhava ao tempo num colégio que era uma tentativa de adaptação a Portugal dos métodos e fins da educação inglesa, já introduzidos e começados a praticar em França na *École des Roches* de E. Demolins, copiada de modelares escolas inglesas. Lia alguma coisa dos trabalhos de *La Science Sociale,* da superioridade social dos *particularistas* sobre os *comunitários,* em cujo tipo, já abalado, nós devíamos ser compreendidos, e estava convencido de que a superioridade do anglo-saxão, tão retumbantemente comprovada no decorrer da guerra europeia, era devida a certos princípios fundamentais da sua formação. Esses princípios podiam ser transplantados, por meio do processo educativo, nas tenras almas das crianças, e, ainda que devia contar-se com a influência contrária do meio em que haviam desenvolver-se e viver, era talvez possível estabelecer uma corrente de boas ideias a este respeito, criar ambiente favorável, de modo que nem tudo desaparecesse do nosso esforço, e os pequenos *homens* que formávamos para a vida, fossem depois outros tantos educadores das novas gerações. Numa palavra: eu estava convencido de que o problema nacional — como na França, como na Itália, como na Espanha — era um problema de educação, ou que, pelo menos, na base de todas as questões, nós íamos reencontrar uma deficiente formação do *português,* e que portanto de pouco valeria mudar governos ou regímenes, se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens. Eram precisos *homens:* tornava-se mister educá-los.

Li então pedagogias, li muitos livros de educação — críticas de velhos processos, rasgados elogios de novos, novas vistas, novos fins a realizar na educação dos rapazes, e de tudo isso resultou-me pelo menos uma convicção bem sólida: oficialmente, no nosso país, não havia uma obra de *educação* no sentido dum desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades individuais; o Estado quase exclusivamente se tem encarregado da

educação intelectual. E quem examinasse de perto e com olhos de ver quase todo o ensino público em Portugal, não podia ter dúvidas de que nem educação intelectual se estava fazendo, mas tudo se resumia num pouco de *instrução:* conhecimentos muitos ou poucos, às vezes descosidos e dispersos, assimilados umas vezes, outras vezes apenas exteriormente aderentes ao cérebro, para o efeito de um exame em que se obtinha com a passagem o direito de esquecer. Despejado o balde, de novo se ia encher com outras noções, com outros conhecimentos, e, recomeçava a infindável série. No fim de tudo, ao cabo do curso, o balde estava... vazio.

Naquele tempo tinha eu estas ideias, e felizmente não era só eu que pensava assim. Um professor do Liceu, bem-intencionado, muito trabalhador e muito republicano — o Dr. Côrte-Real tem sido quase ininterruptamente com a República reitor daquele estabelecimento — pediu-me que fizesse uma palestra aos alunos do Liceu — meus colegas. As ideias expendidas eram pouco mais ou menos aquelas. Foram aplaudidas. O depoente decerto não compreendeu: se compreendeu, mostra-se agora que... não aproveitou.

Essa palestra foi publicada num jornal de Viseu, denominado *A Folha,* e teve de ser enviada para o Ministério por causa de uma campanha qualquer levantada então contra o Liceu. O director-geral de Instrução Pública — não sei quem era ao tempo — escreveu ao reitor do Liceu e mandou-me dar um abraço. Aquele abraço foi a minha portaria de louvor, digna resposta a acusações imbecis.

Vivia absorvido na minha ideia e na minha obra. Quem não tem um grande pensamento ou um grande afecto a encher-lhe a vida, não sabe decerto o que isso é. Eu era afinal um rapaz com uma ideia séria.

Falei uma segunda vez e no próprio Colégio. O depoente não assistiu de certo. A festa fazia-se por convites, e ninguém lhe dava a honra de o convidar a ele. Já não eram muitos os lugares para os pais e para as mães a quem preocupava seriamente a educação de seus filhos.

Não se tratou de política. Tratou-se do espírito de iniciativa, da empregomania, da honra do trabalho independente, e verbe-

raram-se estes pessimistas decadentes que enegrecem com profecias de morte as esperanças da regeneração e do engrandecimento da Pátria. Nada de grande se pode fazer sem fé. E ainda que de modo algum se deve turvar a nítida visão das coisas, a gravidade dos problemas e a grandeza das dificuldades a vencer, um pouco de optimismo é necessário para o próprio êxito de uma grande obra. Eu era então optimista.

Vim para Coimbra em Outubro de 1910, recém-proclamada a República portuguesa, e nunca mais voltei a falar a Viseu até ao meu 5.º ano de Direito. Neste ano fui lá fazer uma conferência sobre *A Democracia e a Igreja*. Céus! aqui está talvez o grande crime...

Estava no Governo o ministério Bernardino Machado, e era governador civil do distrito, o Dr. Sá Marques, genro daquele senhor, republicano democrático ou sem filiação partidária. O sr. governador civil deu-nos o prazer de assistir à festa. Estava em frente de mim, numa galeria de honra, um pouco retirado, tendo gentilmente cedido o seu lugar a algumas senhoras. Ouviu toda a conferência — um trabalho muito longo — e não ouviu uma palavra que o fizesse arrepender de ter ido. Não estivemos certamente de acordo em todas as questões; as minhas ideias não eram porventura as suas sobre vários problemas versados; mas S. Ex.ª reconheceu-me o direito, que se reconhece a todo o homem que trabalha e que é sincero, de apresentar lealmente a uma assembleia inteligente os resultados do seu estudo ou as dúvidas do seu espírito.

Não sei se o depoente assistiu. Se assistiu foi em vão: vejo agora que a conferência não era realmente para todos os ouvintes.

O assunto da conferência tinha o seu interesse. Ao tempo impressionava-me muito a forma anti-religiosa — propriamente, anticatólica — da realização democrática no mundo latino, contra aquela liberdade tão larga, tão magnânima, tão elevada, da Inglaterra, da Bélgica, dos Estados Unidos da América. Não posso dar aqui sequer um resumo desse trabalho, nem vale a pena dissertar sobre os livros que mais ou menos o inspiraram. Basta dizer que se apoiava em três ideias fundamentais: *a importância secundária das formas de governo; a democracia como um facto*

histórico, uma corrente insuperável, uma conquista legítima, perfeitamente conciliável com o catolocismo, a necessidade de influir sobre a democracia nos termos em que o programa foi apresentado pelo próprio Tocqueville: *«instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares.»*

Foi em 1914, como disse. Era ainda estudante. Desde então, pode dizer-se que nunca mais falei em público, a não ser para dizer duas palavras singelas acerca dum filho ilustre da minha terra — o grande orador que foi Alves Mateus.

*

Mais uma vez: podia ter-me abstido absolutamente de fazer quaisquer considerações — fui abertamente *defendido* por todas as testemunhas de *acusação*. Nem sequer preciso de dizer que, segundo o decreto de separação dos funcionários, a história dos actos incriminados começa apenas em 8 de Maio de 1918, e nesse caso as minhas pobres palestras pedagógicas são ridiculamente... *pré-históricas*. Mas eu preferia arcar com o odioso de ter falado um pouco de mim, a deixar na sombra qualquer elemento de apreciação — ainda que contra mim pudesse ser tomado — sobre a *verdade* da minha pessoa.

*

Aos palavrões com que, à falta de factos, se acusa a Faculdade de Direito e em geral a Universidade, não vale a pena responder. *Reaccionarismo, germanofilismo, espíritos retrógrados, doutrinas velhas!* O que é que isso quer dizer? *Words, Words...* E lembra-me irresistivelmente aquele trecho do grande orador que foi professor da nossa Faculdade — António Cândido: «O mundo está cheio de palavras. O som confuso, o enorme ruído que elas fazem, perturba, desgosta e cansa. No nominalismo tumultuoso que é o característico do nosso tempo, a lógica não se percebe, a ordem não se distingue, perde-se o prestígio das palavras, menospreza-se e malbarata-se o decoro das pessoas.» E é este o resultado... para aqueles que as empregam.

Para saber se a Faculdade de Direito está ou não à altura da

sua missão, perfeitamente integrada no espírito e na ciência do seu tempo, só há um caminho a seguir, e só há uma coisa a fazer: procurar conhecê-la. Alguém que quisesse, com conhecimento de causa, falar da mentalidade dos professores de Direito, teria que frequentar as suas aulas, assistir aos seus interrogatórios de exames, ler as suas obras, examinar a sua biblioteca privativa, conhecê-los pela conversação em todos os pontos de orientação geral, sobre que não tivesse podido por outra forma esclarecer-se. E afinal quem é que acusa? Pessoas que não vão às aulas, que não lêem os livros, que nos não conhecem — *que nos não conhecem,* dizem elas nos seus depoimentos. Tenham paciência, mas a formação intelectual dum professor de Direito é complexa demais para ser tratada em artigos de jornal por alunos reprovados e candidatos *manqués.*

Visitem, por exemplo, se quiserem, um dia, a aula de Economia Política e a secção especial da Biblioteca destinada aos estudos económicos. Pouco está feito por mim, porque quase tudo estava feito por esse trabalhador incansável, o meu saudoso professor, Doutor Marnoco e Sousa. Estou por isso mais à vontade para falar.

As melhores revistas de todo o mundo — espanholas, francesas, italianas, inglesas, americanas, alemãs — sobre esta especialidade, estão ali para professores e alunos. As melhores colecções gerais, os maiores e mais completos tratados, as obras avulsas mais recentes, não faltam para satisfazer a legítima curiosidade dos estudiosos. Veja-se a colecção de estatísticas portuguesas *que os alunos compulsam e sobre que estudam problemas nacionais,* e mesmo as estatísticas estrangeiras, que tem sido possível obter.

Comparem-se os programas das lições com os professados nas Faculdades de Montpellier, Toulouse, Paris, ou ainda nas Faculdades italianas. Encontrarão nos nossos um defeito, eu sei, mas é um defeito que propositadamente não emendo. Em todos os capítulos em que se vão versando as grandes questões de ordem geral, um parágrafo, um número há sempre pondo a correspondente questão portuguesa. É criticável este processo sob um ponto de vista teórico. Mas não havendo, como há nalgumas Faculdades estrangeiras, ao lado do curso geral de Economia, cur-

sos de Economia agrícola e Economia industrial, onde as questões locais são por certo tratadas, e sentindo-se a neessidade de descobrir Portugal aos portugueses, eu creio fazer um serviço aos meus alunos, ensinando-os a conhecer Portugal.

Que liberdade de opinião — não é anarquia — reina nas aulas, Santo Deus! Termino em geral as minhas prelecções por uma frase que está quase a ser sacramental: «É esta a minha opinião. Os senhores, porém, consultados os elementos de estudo que indico, bem pesados no seu espírito os argumentos a favor e contra, seguirão a opinião que melhor entenderem.» Ou: «Esta questão não me parece que esteja ainda suficientemente estudada e esclarecida, não sendo possível, no estado actual da ciência, formar acerca dela uma opinião que possa considerar-se definitiva.»

«Nada seria para mim, como professor, mais lamentável que o deixar de empregar todos os esforços ao meu alcance para dentro das matérias que ensino, tornar familiares ao espírito dos alunos todos os grandes factos, todas as grandes ideias, todas as grandes correntes de opinião que cruzam o mundo e bem ou mal o dirigem. Sejam quais forem as nossas opiniões pessoais sobre uma ou outra questão, convém ter sempre o nosso espírito aberto aos novos factos e às novas ideias, num louvável desejo de progresso, de rectificação contínua dos nossos conhecimentos, de revisão da nossa mentalidade. Não é de estudiosos nem de homens sérios fechar-se num determinado sistema de ideias, desconhecendo ou desprezando os progressos do espírito humano, recusando ver, para determinar-lhes a significação e o alcance, os factos dos nossos dias, ainda que em oposição ao nosso sentimento e íntimas convicções.»

Extractei estas palavras da lição de abertura, este ano, ao curso de Economia política. Creio que traduzem uma orientação. E os meus alunos deste curso e os de anos anteriores sabem como, sem me desviar do programa em que intentei sistematizar as matérias, lhes fui dando conhecimento dos factos mais salientes que nesta guerra — foi tão abundante neles a guerra! — interessavam o ponto de vista económico, e fornecendo, nos termos em que o podia fazer, uma ideia sucinta da *economia de guerra* dos diferentes países.

Não faço comícios nas aulas. Não os fazia, mesmo que o ministro o mandasse. Mas não há aí questão nenhuma na ordem do dia, que se prenda aos estudos económicos, que se não trate nas aulas com um critério científico e de que os alunos não conheçam os termos em que deve ser posta, e a solução que comporta. Quem sabe distinguir um *programa de ensino* dum *programa de partido*, um critério *científico* dum critério *político*, não estranha que muitas vezes sejamos na escola mais avançados que os políticos mais avançados, e noutras fiquemos muito aquém das realizações que já tiveram lugar.

O contrário não é fazer ciência nem ministrar ensino: é sustentar cursos de partidarismo político.

*

Tendo dado à Faculdade de Direito de Coimbra toda a minha inteligência, todo o meu trabalho, todo o meu entusiasmo pela educação de uma tão bela parte da mocidade portuguesa.

Fui suspenso. Fez-se este inquérito agora. Ninguém atacou

— *a minha honra pessoal,*

— *a minha competência profissional,*

— *a imparcialidade e rectidão dos meus julgamentos,*

— *a correcção do meu procedimento como funcionário.*

Hei-de orgulhar-me sempre destes meus curtos anos de professor: estou satisfeito.

Não sei o que virá depois do inquérito. Eu cá... não quero outra portaria de louvor.

Coimbra, 7 de Abril de 1919.

António de Oliveira Salazar

Opinião do Sindicante, Dr. Vieira Lisboa, M.^{mo} Juiz do Supremo Tribunal de Justiça:

....

«*Dr. Oliveira Salazar:*

Se não fora eu saber que este professor estava suspenso por motivo de carácter político que se prende com esta sindicância, não o teria sequer intimado para se defender neste processo.

Realmente das vinte e duas testemunhas ouvidas (não compreendendo nesse número as de defesa oferecidas pelos arguidos) só uma o acusa, a vigésima — as demais ou a ele se não referem ou fazem referências lisonjeiras ao seu procedimento, quer na regência da sua cadeira, quer fora do exercíco das suas funções. A testemunha que o acusa, diz que ele é na cidade de Coimbra conhecido como monárquico e que sendo seu colega no liceu e no seminário de Viseu, sabe perfeitamente quais as suas ideias políticas, ouvindo-lhe algumas conferências de propaganda católica e monárquica naquela mesma cidade; que todavia entende dever acrescentar que esse professor não tem feito propaganda política na regência da sua cadeira. Ora na época a que esse depoimento se refere, o arguido era estudante e não estava ainda proclamada a República.

Entendo que nada mais é preciso dizer.»

....

(Do relatório da sindicância à
Universidade de Coimbra.)

9

CENTRO CATÓLICO PORTUGUÊS
PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO

(Tese apresentada ao II Congresso do Centro Católico Português, 1922)

O estudo que segue, foi lido na 2.ª sessão do Congresso do Centro Católico Português, realizado em Lisboa nos dia 29 e 30 de Abril. Teve a honra de merecer o aplauso unânime dos congressistas, que votararam a sua publicação, tendo o ilustre deputado, Dr. Juvenal de Araújo, declarado, em nome da Comissão diocesana do Funchal, que esta com muito prazer tomava sobre si o encargo de o fazer imprimir e divulgar. Apesar disso, o trabalho continua da minha exclusiva responsabilidade pessoal, ficando apenas o Centro Católico ligado pela doutrina das conclusões que o Congresso votou na sua última sessão.

Não oculto que este estudo foi longamente pensado, mas por circunstâncias várias teve de ser redigido muito a correr. Daqui provêm alguns dos seus defeitos que poderiam ser corrigidos, se o tempo de que não disponho agora, me permitisse retomar com paciência e descanso a mesma tese e dar-lhe a redacção definitiva.

O pouco e incompleto que dele veio a público pelos jornais, irritou muitas pessoas que começaram a discutir com calor doutrinas que não perfilhei e afirmações que realmente não fiz. Não me admiro se, depois de conhecido o texto, passar a ser criticado também pelas que deixei de fazer.

Uma unanimidade de vistas e opiniões não é sobre política humanamente possível. Mesmo sem falar na diversidade de temperamentos, nos nossos egoísmos e paixões que sempre nos hão-de dividir, temos que o ponto de vista em que nos colocamos, faz variar para cada observador os resultados da sua observação. Parece-me que é geralmente inútil discutir estes resultados; o mais

conveniente e proveitoso é discutir a legitimidade da primeira posição ocupada pelo nosso espírito e que determina os princípios à luz dos quais passamos a analisar os factos e a assentar as nossas conclusões.

Isto quer dizer que algumas afirmações deste trabalho podiam ser facilmente batidas, tiradas da sua lógica. Mas exactamente o que pretendo afirmar é o nosso direito — já não falo em dever — de partirmos dos princípios de que parto, e de nos colocarmos no ponto de vista em que me coloquei. A política religiosa do país é vista sob aspectos diferentes e aconselha atitudes diversas, segundo quem a examina é monárquico ou republicano, pratica ou não a religião católica, está ou não disposto a seguir, além dos preceitos da moral cristã, as instruções da Santa Sé. Isto mesmo explica que pessoas do mesmo credo estejam neste ponto tão divididas.

Há muita gente que supõe pretendermos nós o monopólio do catolicismo em Portugal. Estulta suposição! Reconhecemos lealmente que não se encontram connosco muitos e grandes católicos, tão bons e melhores que nós próprios, os quais, no pleno uso dum direito que ninguém ainda lhes contestou, continuam fazendo a sua política partidária ou a sua política de regímen. É erro porém pensar-se que lhes vem de não estarem connosco, a sua grandeza de católicos: essa vem-lhes da pureza da sua fé e do brilho das suas virtudes. De mais nada.

Não nos apresentando como melhores que os outros, reivindicamos no entanto este direito incontestável: o de seguirmos na política religiosa do país as instruções e conselhos de Roma, sem atraiçoarmos os bem entendidos interesses da nossa pátria.

Pode ser que interpretemos mal aquelas instruções. Pode ser. Mas não tenhamos receio; que, quando corrermos esse perigo, Roma falará outra vez.

De resto não há aqui intolerância nem ódios. São quarenta páginas sobre política portuguesa... e não se diz nelas mal de ninguém!

Coimbra, 3-5-1922

O.S.

SUMÁRIO

Razão de ser deste estudo

I. Há um direito político cristão. Seus pontos fundamentais. Consequências que derivam da solução cristã desses problemas.

II. Além de ter um direito político próprio, a Igreja segue nas suas relações com os Estados uma determinada política. Bases e finalidades desta política. Como colaboram nela os católicos, súbditos dos respectivos Estados.

Esta política da Igreja não se confunde com a política nacional, havendo também necessidade de distinguir a política dos católicos enquanto fazem a política da Igreja, e a política dos católicos enquanto fazem a política da nação.

Estão os homens divididos quanto ao modo de fazer a sua política nacional, e como as reivindicações da Igreja fazem parte dos problemas nacionais a resolver por meio da política, é evidente que o que divide os homens quanto ao modo de fazer a política da nação, também os divide quanto ao modo de fazer a política da Igreja. Acontecimentos que tornam inevitáveis estas desinteligências.

Havendo necessidade da união dos católicos no terreno político para fazerem a política da Igreja, o grande problema a resolver é — *como fazer no campo político a união dos católicos, se exactamente a política os divide?*

Princípios que sob o ponto de vista católico têm de ser respeitados na solução deste problema: o preceito da obediência que exclui em princípio a revolução, e a hierarquia dos fins do homem, que dá à questão religiosa a primazia sobre qualquer outra.

III. São estas as bases teóricas da política da Igreja. A carta de S. S. Bento XV a S. E. o Cardeal-Patriarca de Lisboa e as principais encíclicas de Leão XIII sobre a política religiosa, em que se faz aplicação daqueles princípios.

Encontram-se na carta de S. S. Bento XV recordados os dois preceitos que se impõem aos católicos portugueses — o dever da obediência e o dever da colaboração; e um conselho — o da união dos fiéis, como filhos da Igreja, para a defesa dos seus direitos.

A obediência aos poderes, constituídos que deve ser de boa fé e sem pensamento reservado, distingue-se da adesão ao regímen que não é imposta, nem mesmo aconselhada por S. S.

O princípio da colaboração, pela aceitação e desempenho de cargos públicos, não pode ser razoavelmente contestado.

A união dos católicos, acima das lutas partidárias e de regímen, é objecto dum conselho da Santa Sé, que, pelo ser, pode ou não ser seguido, mas não pode ser atacado. Mesmo os que não desejam obedecer neste ponto às instruções de Roma, estão ligados pelos deveres de consciência que se impõem a todos os católicos no exercício do voto.

IV. A dificuldade de bem cumprir esses deveres dentro das organizações partidárias; a inutilização dos votos católicos dispersos, ainda no caso de aqueles serem cumpridos, bem como outras considerações tiradas da importância primacial da questão religiosa e da autoridade da Santa Sé, convencem um numeroso grupo de católicos a porem provisoriamente de lado as suas reivindicações propriamente políticas, e sobretudo no que diz respeito à questão de regímen, para poderem realizar uma união de forças que garanta à Igreja em Portugal a conquista imediata das suas condições de vida.

V. A união dos católicos, relativamente fácil em todos os campos estranhos à política, não pode fazer-se no terreno político, senão com o sacrifício duma determinada actividade política, julgada prejudicial de momento à defesa dos interesses religiosos. Consequências que daqui derivam para a organização do Centro Católico.

VI. Demonstra-se por absurdo que a organização do Centro Católico não pode ser no actual momento senão a que é.

Precisando o Centro de candidatos próprios, necessita duma massa homogénea e disciplinada que os eleja. Como a filiação partidária complica e pode inutilizar a política eleitoral do Centro.

As considerações anteriores não são mais que a interpretação do art.º 2.º do programa do Centro Católico.

VII. A acção dos parlamentares do Centro Católico no que se prende com as reivindicações e liberdades da Igreja, e com a cristianização das instituições e das leis. Podem também e devem os parlamentares do Centro influir na melhor solução dos problemas nacionais.

Desnecessidade para já dum programa de soluções concretas, deduzida da clareza e fixidez dos nossos princípios, e da perfeita inutilidade dos programas partidários.

Possibilidade da evolução do Centro Católico, e da sua constituição em bases diversas, dependentes da forma como venha a resolver-se a questão política. O Centro é nas suas actuais bases uma organiza-

ção transitória e provisória, aconselhada pela Santa Sé no momento histórico em que uma questão política que não tem havido possibilidade de resolver, se complica com uma questão religiosa, para que é urgente alcançar uma solução satisfatória.

Em que sentido se diz que o Centro não tem fins políticos nem se interessa ou envolve em lutas políticas. O Centro é um organismo político para actuar por meios políticos. Necessidades impostas pela organização política em que vivemos. Relações do Centro com os governos e os partidos políticos. Em que se distingue de todas as outras forças políticas com representação parlamentar.

VIII. Não seguindo todos os católicos as instruções de Roma, isto é, não sacrificando todos a sua actividade política partidária, há nas Câmaras partidos ou representantes da nação que tomaram o compromisso de defender as reivindicações da Igreja. É de necessidade para a eficácia da sua acção um estreito entendimento e conjugação de esforços com os parlamentares do Centro, como é necessário que as medidas a defender e que interessam a vida ou a doutrina da Igreja, sejam estudadas de acordo com as autoridades eclesiásticas. Deve-se além disso evitar cuidadosamente que as reclamações da Igreja se transformem em arma política, e pôr de lado toda a discussão de que apenas resultem efeitos políticos.

IX. Obrigados a actuar e a mover-nos numa engrenagem política que não é certamente a mais perfeita, reconhecemos entretanto que um partido político, assente exclusivamente na entidade — o cidadão ou o eleitor, não tem suficiente razão de ser, e que toda a força política que pretenda desenvolver-se pela representação efectiva de verdadeiros interesses, tem de assentar numa organização não exclusivamente política mas social, de profissões e de classes. Por essa forma se justifica a acção do Centro no terreno social.

*

Os ataques apaixonados e violentos de que têm sido objecto o Centro Católico e a sua orientação no Parlamento, nos actos eleitorais e ainda em outros momentos da vida nacional; as críticas que se lhe têm dirigido do campo adverso e do próprio campo católico, sob o ponto de vista dos princípios em que se baseia, da interpretação que dá a esses princípios e dos resultados obtidos na

cristianização progressiva das instituições e das leis, e na melhoria de condição legal da Igreja e dos católicos no nosso país —, tornam absolutamente necessária e inadiável a revisão cuidada das bases do seu programa, o exame crítico dos seus processos de acção, o estudo das causas que podem explicar a modéstia dos resultados ou mesmo a sua falência, se porventura a há.

Serenamente, cristãmente, pode e deve fazer-se esta crítica, e creio que a própria Direcção do Centro é a primeira a desejá-la, porque movida apenas pelo bem da Igreja e da nação, não tem apego a qualquer erro que tenha cometido, e de bom grado aceitará as indicações e as luzes que desta discussão possam nascer.

Se a um católico é permitido deplorar o desedificante espectáculo que neste ponto temos dado, eu o deploro do fundo de alma. À união que Roma aconselha vivamente, e não só Roma como os mais altos interesses nacionais, nós temos contraposto a desunião, a desordem, a indisciplina, as maiores e mais profundas desinteligências sob a forma por vezes a mais irredutível e a menos cristã.

Porque não empregar um esforço máximo de inteligência e de boa vontade em descobrir as causas de tanto mal-entendido e de tão grande desunião?

•

Há que distinguir cuidadosamente as questões de facto e as questões de princípio. Este estudo é exclusivamente um estudo de princípios. Com uma intervenção muito restrita nos trabalhos de organização católica no país, e um conhecimento bastante superficial das nossas condições políticas, eu estou na verdade impossibilitado de me pronunciar com segurança sobre os problemas em que as condições de facto sociais e políticas são realmente dominantes, exigindo por vezes modalidades novas na aplicação dos mesmos princípios gerais. Os que têm a grande experiência da vida e uma larga folha de serviços à causa católica, completarão sob esse aspecto o estudo que empreendi.

I

Examinemos antes que tudo esta questão fundamental: a Igreja tem uma doutrina política? Melhor: *há um direito político cristão?*

Não podemos deixar de responder — que a Igreja apresenta uma solução para os problemas fundamentais do direito político. Esses problemas são os seguintes:

a) O fundamento do poder público ou origem da soberania que se encontra em Deus *(non est potestas nisi a Deo)*, e que na noção cristã exige uma sociedade não igualitária mas hierarquizada, meio necessário ao homem para a realização dos seus fins.

— Esta doutrina exclui pois a origem contratual da sociedade e a origem democrática do poder, no sentido de que a origem do poder está no povo e não em Deus;

b) O problema do fundamento do direito tem uma solução cristã. A noção cristã de lei que exige a legitimidade em quem manda, e na finalidade da ordem o bem comum, opõe-se directamente à noção que encontra a razão e a força da lei na vontade da maioria;

c) A Igreja aceita a variabilidade histórica das formas de governo, a sua bondade relativa condicionada pelas circunstâncias, e *reconhece aos povos o pleno direito de escolherem o modo da sua organização política*, salvo o respeito pelo dois princípios anteriores.

— Donde as seguintes consequências:

1) Plena liberdade reconhecida aos católicos de preferirem no campo especulativo uma a outra forma de governo;

2) Plena liberdade de aderirem a um regímen de novo constituído;

3) O preceito expresso da obediência, em nome da paz e do bem comum, aos governos constituídos, e *a fortiori* aos governos legítimos.

— A sedição, a rebelião, salvo em casos excepcionais, é proibida.

São estes os princípios, creio que indiscutíveis e irrevogáveis, do direito político cristão.

II

Passemos agora a um segundo problema: A Igreja que tem um direito político, terá também uma política?

Observando-a nas suas relações com os Estados — que é isso o que particularmente nos interessa — vemos que a Igreja segue para bem da comunidade dos fiéis uma determinada política, que, informada por princípios imutáveis, se vai entretanto adequando às circunstâncias especiais de vida dos povos.

É por meio desta política que a Igreja propriamente cria ou garante as condições humanas de vida da religião. Como os seus súbditos estão civilmente sujeitos a autoridades estranhas, e o exercício da religião se não pode fazer senão mediante o reconhecimento de direitos por parte do Estado, quer dizer, mediante fórmulas jurídicas que o poder civil se arroga o direito de definir e determinar, a Igreja pretende com a sua política obter dos mesmos Estados as melhores e mais favoráveis condições para realizar a sua missão divina, quer dizer — o apostolado e a prática da religião. A Igreja quer salvar todas as almas e pretende que o Estado a não embarace na sua salvação.

Esta política move-se nas seguintes bases:

a) Exige no Estado um mínimo de civilização, compatível com o reconhecimento de direitos e deveres;

b) Exige do Estado um mínimo de liberdades, necessárias na ordem religiosa;

c) Reconhece ao Estado a liberdade de modificar a sua organização política, e de legislar livremente na ordem puramente civil, desde que não contrarie os princípios de direito natural e as leis divinas.

*

As relações entre duas potências estabelecem-se para bem dos súbditos duma e doutra e assentam portanto sobre *concessões mútuas*. É semelhante o que se dá nas negociações entre a Igreja, potência espiritual, e os Estados, potências temporais, com a diferença apenas de as negociações serem neste caso sin-

gularmente difíceis, visto umas nações não terem maiorias católicas, e outras vezes as nações católicas terem à sua frente governos não católicos, com quem é mister negociar. Desconhecidos num e noutro caso os direitos da verdade, a Igreja tenta obter *por meio da sua política* as condições mínimas indispensáveis de vida religiosa.

Por outro lado o Estado tem vantagem, não falando no benefício da paz interna, em aproveitar na realização dos seus fins próprios e na sua expansão, a enorme força espiritual de que a Igreja dispõe.

As concessões por parte da Igreja traduzem-se em concessões propriamente *da Santa Sé, e em certas atitudes da Igreja para com o Estado.*

a) As primeiras executam-se integralmente, sem dependência da vontade e do poder dos fiéis, por simples vontade do Papa, Chefe da Igreja. São graças, honras, direitos de apresentação, padroados, etc.;

b) A atitude da Igreja perante o Estado (que pode ir da hostilidade e da indiferença às mais amistosas relações) implica um determinado procedimento da Santa Sé, *e ao mesmo tempo da comunidade dos fiéis, súbditos do respectivo Estado.* A Santa Sé leva os fiéis a tomar essa atitude para com o Estado por meio de preceitos que obrigam em consciência, e por meio de conselhos naquilo em que não pode ou não deve recorrer à estrita obrigação.

Duma maneira normal nós não compreenderíamos a Igreja em paz com um Estado e os seus fiéis em luta com o mesmo Estado.

*

São desta forma *chamados os católicos a colaborar com a Igreja* na sua política; mas, sendo aqueles súbditos dum Estado, é necessário distinguir:

— a política dos católicos enquanto fazem a política da Igreja, e

— a política dos católicos enquanto fazem a política da nação, quer dizer, enquanto se ocupam dos problemas nacionais.

Em primeiro lugar a política da Igreja não é a política da nação.

Embora a Igreja não seja estranha à nação, mas a representante de princípios morais que devem informá-la, a sua finalidade é diferente da do Estado, e por isso a sua política não se confunde com a da nação. Mesmo na hipótese de todos os cidadãos serem católicos, a política da Igreja se podia reduzir aos dois pontos já referidos — a liberdade da pregação e a liberdade do culto; apostolado e prática religiosa. Quer isto dizer que a política da Igreja interessa os cidadãos, mas na sua qualidade de católicos; reconhecidos os direitos dos católicos, está satisfeita a Igreja.

Nós podemos dizer que isto é uma parte da política da nação. Numa nação católica não há possibilidade de paz nem de ordem, se não houver o reconhecimento dos direitos da Igreja, e se ela não gozar de plena liberdade de acção. Faz por isso política nacional o que satisfizer os desejos da Igreja e as reclamações da consciência católica.

Mas mesmo neste caso em que o catolicismo é um elemento nacional, chamemos-lhe assim, a política da nação é mais alguma coisa. Há muitos problemas que não se prendem senão muito de longe e indirectamente, ou mesmo não oferecem dependência alguma dos princípios religiosos, e que é preciso resolver. A religião não foi revelada para enriquecer materialmente os indivíduos e as nações. Nós compreendemos uma nação adoravelmente católica e no entanto pobre e de pequeno peso político no concerto das nações.

Assim se distinguem a política da Igreja e a política da nação, ainda quando entra na política nacional satisfazer as reclamações da Igreja.

Distingamos agora a política dos católicos enquanto fazem a política da Igreja, e a política dos católicos enquanto fazem a política da nação.

A primeira fazem-na os católicos em colaboração com a Igreja; a segunda fazem-na indepedentemente dela (embora subordinada aos princípios da moral), em todo o caso como membros da sociedade política a que pertencem.

A finalidade duma já se viu que não contradiz a finalidade da outra. Mas os processos?

Os processos por que os indivíduos fazem a sua política nacional, quero dizer os meios de que se servem para conquistar o poder e por meio dele resolver os problemas que interessam a nação, são muito diversos. Uns são condicionados pelo regímen político, outros pelas circunstâncias especiais do tempo e do lugar. Não estão de acordo os homens sobre a eficácia dos processos empregados. E por isso eles se dividem quanto aos meios, mesmo quando estão unidos quanto ao *fim*.

Ora como as reivindicações da Igreja fazem parte dos problemas nacionais, cuja resolução se espera da política, é evidente que o que divide os homens quanto ao modo de fazer a política da nação, também os divide quanto ao modo de fazer a política da Igreja, fazendo cada qual depender esta política do regímen ou do partido de que só confia a resolução perfeita das questões que interessam a nação.

Estas desinteligências e divisões tornam-se inevitáveis com uma política anti-religiosa do Estado que divide os homens quanto à crença, e com uma revolução política que divide os homens quanto ao poder. A simultaneidade destes dois factores é ainda agravada com a falta de coincidência entre os elementos constitutivos dos dois partidos em presença — os quais, quando se trata da religião, são constituídos por uns, e quando se trata do regímen, são constituídos por outros.

A união dos católicos, politicamente divididos, para a defesa da religião, faz-se com facilidade em virtude da força própria e da uniformidade da doutrina em todos os campos estranhos à actividade política, como por exemplo na imprensa, nas obras sociais, no apostolado, nas manifestações públicas, etc. Mas como fazer-se na política, se exactamente a política os desune? Ou pode exactamente dispensar-se esta actividade política?

A esta segunda questão, nós respondemos — não pode. Além da colaboração na política da Santa Sé que se impõe aos católicos, temos que o poder, mesmo que não acrescente prestígio à religião, garante-lhe as condições de vida e facilita-lhe a máxima expansão, ou prejudica por medidas coercivas o seu desenvolvimento.

A posse do poder não é indispensável para que a religião se propague; mas as condições em que se pratica e propaga, são-lhe

indispensáveis. Ter a *posse do poder* e não ter a *posse das consciências* é ter um poder precário que a primeira convulsão fará ruir; mas ter a posse das consciências e não ter a posse do poder, é ficar sujeito a violências, injustiças e mesmo por vezes à negação das próprias condições de vida. E se precisamente estas condições de vida revestem formas jurídicas, definidas por meios políticos, os católicos não podem deixar de actuar no terreno político, que é o meio mais expedito de as conquistar ou garantir.

Regressamos assim à grande dificuldade apontada: como fazer no campo político a união dos católicos, se exactamente a política os desune?

Não tentemos enganar-nos: esta dificuldade não tem qualquer solução possível, em que ao mesmo tempo se possam conciliar perfeitamente os interesses da religião, os interesses do país, e as opiniões e actividade política dos cidadãos católicos. Para se resolver é necessário prescindir de direitos e sacrificar preferências aliás legítimas; é precisa dedicação, abnegação e sacrifício.

A razão é que se excluem, em certos momentos históricos críticos, a defesa imediata da religião agravada e a realização de determinado ideal político. Sacrifica-se portanto o ideal político ou sacrifica-se a religião? (Discutimos o problema, assentando em que o sacrifício num e noutro caso é meramente transitório.)

Vejamos:

a) Quando a questão política é uma questão de regímen, a política eficaz é a política da revolução. Mas a revolução briga com o dever de obediência aos poderes constituídos (*Oportet obedire etiam discolis*);

b) Resolver a questão política para depois resolver a questão religiosa, é subalternizar a religião ao regímen político. E o Evangelho manda que nos ocupemos primeiro do que importa à religião (*Quærite primum regnum Dei*).

O preceito da obediência e a hierarquia dos fins do homem explica o sacrifício de preferências e actividades políticas, em tanto e enquanto isso é necessário à defesa da religião gravemente ameaçada nas suas condições de vida.

Assim se compreende que a união dos católicos, politicamente divididos, no campo político, para por meios políticos de-

fenderem a Igreja, só pode fazer-se com o sacrifício de opiniões políticas — ou melhor, com o sacrifício transitório duma acção política determinada, julgada prejudicial de momento à defesa dos interesses religiosos.

III

Parece ser esta a teoria da política da Igreja em relação aos regímenes que lhe ameaçam ou negam a sua liberdade de acção, e especialmente nos casos típicos da República Francesa e da República Portuguesa.

Vejamos, porque melhor a podemos agora compreender, qual é essa política.

Na carta dirigida a S. E. o Patriarca de Lisboa em 18 de Dezembro de 1919, fazia S. S. Bento XV uma aplicação ao nosso país da doutrina seguida relativamente à França por Leão XIII. Citam-se expressamente a encíclica *Au milieu des solicitudes* de 16 de Fevereiro de 1892, e a carta dirigida pelo mesmo Pontífice aos Cardeais franceses em 3 de Maio do mesmo ano. Para perfeitamente se compreender o pensamento de Leão XIII, convém ainda lançar mão — visto que manifestamente inspiraram a carta de S. S. — da encíclica *Diuturnum illud* de 29 de Junho de 1881, sobre o respeito e obediência aos dois poderes — civil e religioso; da encíclica *Immortale Dei* de 1 de Novembro de 1885, sobre a constituição cristã dos Estados; da encíclica *Sapientiæ christianæ* de 10 de Janeiro de 1890, sobre a restauração dos princípios cristãos na sociedade.

Para o nosso estudo porém, as passagens mais concludentes da citada carta de S. S. Bento XV são as seguintes:

«Em primeiro lugar alimentamos a esperança de que todos, clérigos e leigos, hão-de trabalhar mais que ninguém para restabelecer a paz e harmonia entre os seus concidadãos.

«A Igreja não está dependente de agrupamentos nem deve estar ao serviço de partidos políticos; e por isso encontra-se em óptimas condições, compete-lhe mesmo exortar os fiéis a obedecer àqueles que exercem o poder, seja qual for a forma de governo e a constituição civil do país.

«Só assim se pode conseguir o bem comum, que é, por disposição divina, a suprema lei dos Estados, como bem claramente o ensinou Leão XIII na sua encíclica de 16 de Fevereiro de 1892, *Au milieu des solicitudes.*

«O mesmo Pontífice, escrevendo aos Cardeais franceses, no dia 3 de Maio do mesmo ano, proclamou a mesma doutrina, isto é: que o cristão deve, sem pensamento reservado, obedecer aos poderes constituídos.

«Por isso os católicos portugueses, a quem estamos falando, conformando-se com a doutrina e tradições da Igreja, que sempre procurou manter relações de amizade com os diversos Estados, sem se preocupar com as suas formas de governo, e que ainda há pouco reatou relações diplomáticas com a República Portuguesa, obedeçam de boa-fé, como é nosso desejo, ao poder civil, como ele agora se acha constituído, e *aceitem sem repugnância os cargos públicos* a que sejam chamados ou lhes sejam oferecidos, porque assim o exige o bem da religião e da pátria.

....

«Deveis, veneráveis Irmãos, vós e o vosso clero, *aconselhar* os fiéis, uma e muitas vezes, a que, como filhos da Igreja, que é superior a questões e a facções partidárias, *unam* todas as suas forças para a defesa dos seus direitos. É assim que os católicos portugueses podem promover o progresso e a prosperidade da sua pátria.»

Além das afirmações doutrinais que são da tradição da Igreja, o que se encontra nesta carta é a imposição aos católicos de dois deveres — o dever da obediência e o dever da colaboração —, e um conselho — o da união dos fiéis, como filhos da Igreja, para a defesa dos seus direitos.

a) Temos em primeiro lugar o dever de prestar obediência aos poderes constituídos, às autoridades, às leis e às ordens daquelas autoridades emanadas.

Esta obediência há-de ser de boa-fé e sem pensamento reservado, quer dizer, obediência interior, como um dever de consciência e não como simples sujeição à força pelo receio da sanção legal.

A grande consequência que daqui deriva é que a ordem não pode já ser discutida ou atacada na sua origem, mas apenas

no seu conteúdo ou na sua essência, e por motivos que se não prendem com a organização política. Não podemos desobedecer, porque a ordem vem deste ou daquele regímen ou governo; embora possamos desacatá-la, quando ela é contrária à consciência ou à lei divina. Outra consequência é que, salvo em casos muito excepcionais, não é permitida a organização revolucionária.

Este dever de obediência não se confunde com a adesão ao regímen que S. S. não impõe nem sequer aconselha em parte alguma, e que implica necessariamente uma concordância com os princípios em que assenta o mesmo regímen, e a sua defesa em todos os campos. Não manda nem aconselha S. S. os católicos portugueses a deixar de professar as ideias monárquicas, como correspondendo à verdade política ou às condições especiais do país.

O convite dos homens de governo da República aos católicos para que se integrem no regímen, não tem propriamente sentido. Os católicos que adiram à República, não o fazem como católicos, visto que não os levam a isso os princípios da religião: a Santa Sé não está presa a nenhum regímen e não são de fé as opiniões do Chefe da Igreja sobre política. Esses católicos fazem-no pois como cidadãos. Por isso, para captar propriamente adesões, a República tem não só de resolver a contento dos católicos a questão religiosa, mas de provar a sua aptidão para satisfazer os interesses nacionais.

b) Diz em segundo lugar S. S. que os católicos devem aceitar os cargos públicos... «porque assim o exige o bem da religião e da pátria».

E a colaboração, tão discutida durante anos, mas que acabou por triunfar, contra a doutrina do «isolamento» ou do «vácuo». O princípio da colaboração não pode ser razoavelmente contestado, porque:

1) à falta de colaboração voluntária, ao que se não poderia fugir nunca era à colaboração forçada, pelo serviço militar, pelo pagamento de impostos, pelo desempenho obrigatório de cargos públicos de eleição, pelo progresso das artes e indústrias, pela própria criação da riqueza individual e colectiva;

2) são em numerosíssimos casos praticamente inseparáveis os interesses da nação e os interesses do regímen, não havendo

meio de prestar um serviço à nação, sem que a sua utilidade redunde em favor do regímen, nem por vezes meio de prejudicar o regímen, sem que o mal se repercuta na nação;

3) independentemente dos regímenes, e acima da sua duração transitória, está a nação, a pátria, e todos são obrigados a servi-la conforme as suas forças e talentos, embora sob a direcção de governantes adversos.

c) A aceitação de cargos públicos junto à obediência de boa-fé e sem pensamento reservado, leva à seguinte conclusão — que um católico investido num lugar de confiança do regímen, não pode servir-se dele para o hostilizar, e posto na colisão de o trair ou de ter de o defender, deve defendê-lo por preceito de honestidade natural, embora a ele não aderisse.

Dum modo geral os cargos públicos são da nação, e exercidos para bem da nação. Mas por vezes uma determinada organização política depende de serem investidos nalguns cargos públicos (comandos, certas funções policiais) pessoas da sua confiança, o que se faz decerto em benefício do próprio regímen, mas também em proveito da ordem e da paz interna.

Até aqui os dois deveres de *obediência* e *colaboração*.

Fixemos agora a nossa atenção no *conselho* que na mesma carta de S. S. se encontra, e comecemos por esta observação prévia: a defesa dos direitos da Igreja não pode ser matéria de conselho, mas é dever de consciência. O que é de conselho é a *união das forças dos católicos, união e forças que o S. Padre deseja não sejam quebradas ou diminuídas pelas dissensões políticas.*

Aquele preceito da defesa da Igreja em todos os momentos da vida e em todas as situações é que dá origem aos deveres graves de consciência que sobre os católicos impendem no exercício do voto, deveres que nada têm com o conselho, deveres que obrigam sempre, enquanto aquele conselho apenas corresponde a uma determinada política em determinado momento histórico.

Este *conselho* exactamente porque o é, pode ou não ser acatado, mas não deixa de exprimir um desejo e corresponder a uma determinada política da Santa Sé, em que nos convida a colaborar, e que pode frustrar-se pela nossa recusa. Mas por isso

mesmo que a Santa Sé, pelo respeito que lhe merecem os nossos direitos de cidadãos, confiou à nossa consciência seguir ou não o caminho que nos traçou; por isso que todos são livres de sacrificar ou não sacrificar as suas preferências políticas não se compreende que uns aceitem só partes destes princípios, e outros os ataquem ou critiquem, sendo além disso de péssimo efeito que filhos da Igreja discutam um conselho da Santa Sé, pelo qual aliás, em sua consciência, se não consideram ligados.

IV

Verifica-se porém que um numeroso grupo de católicos deseja obedecer às instruções de Roma e seguir os conselhos da Santa Sé e do Episcopado.

Que motivos justificam esta atitude?

a) Num grave momento da vida nacional profundamente minada pelo predomínio doentio de preocupações de ordem política, impõe-se como uma necessidade inadiável contrariar a obra de divisão, e portanto de enfraquecimento, realizada pela política partidária. Ora o pensamento e os desejos da Santa Sé *no momento presente* são aliviar as lutas propriamente políticas, retirando uma grande massa de indivíduos do meio dessas lutas, e pondo acima delas, devido ao seu carácter de urgência, o problema religioso, isto é, a satisfação das reivindicações da Igreja, com o sacrifício momentâneo das reivindicações da Igreja, com o sacrifício momentâneo das reivindicações de ordem política.

b) Para um católico verdadeiramente integrado no espírito da Igreja, o problema religioso prima outro qualquer, e conquistar dentro do regímen actual as liberdades fundamentais da Igreja é mais urgente que substituir o regímen por outro, embora haja fundada esperança de que, sob o ponto de vista religioso, esse outro regímen seria muito mais favorável. Esta razão pressupõe aceites os dois princípios seguintes:

1) que a República não é *em si mesma* inconciliável com o reconhecimento dos direitos fundamentais da Igreja;

2) que a República não é *em si mesma* inconciliável com os mais altos e vitais interesses da nação.

A demonstração da falsidade destes dois princípios teria por efeito alterar a posição do problema da política religiosa no nosso país.

c) Sem uma base religiosa e moral nenhum regímen, seja qual for, pode fazer a felicidade dum povo, sendo a conquista do poder um meio necessário mas não suficiente para a boa solução dos problemas nacionais. A virtude intrínseca dum regímen para servir o interesse nacional pode ser diminuída e até inteiramente anulada pela falta de qualidades morais e cívicas nos governantes e na generalidade dos cidadãos. Donde a inutilidade duma reforma política que não seja a resultante duma reforma moral;

d) A Santa Sé, guarda vigilante dos interesses religiosos, mesmo acima da defesa que a cada um de nós compete dos mesmos, pode decerto dizer qual o meio que reputa melhor para os defendermos, e pedir-nos o sacrifício momentâneo duma determinada acção ou manifestação política; e nós entendemos que a Igreja nos merece esse sacrifício;

e) É um outro motivo a grande dificuldade que os católicos filiados nos partidos políticos têm em cumprir no exercício do voto os deveres de consciência que lhes impendem como católicos, dificuldades que só não existem, quando todo um partido ou os respectivos candidatos em quem haja de votar-se, perfilham as reivindicações da Igreja e tomam o compromisso da sua defesa;

f) E temos por fim a inutilização dos votos católicos dispersos em face dos inimigos da Igreja. Se a generalidade dos católicos se obstinar em pertencer aos diveros partidos políticos, embora cada um cumpra o seu dever de católico no voto, a derrota é certa e geral.

Estas duas últimas observações dão, sob o ponto de vista da consciência individual, ao conselho de união da Santa Sé, um valor e um peso que por si só não teria.

V

Passemos agora a ver as condições em que a união aconselhada pela Santa Sé se pode ou deve fazer.

A união entre todos os católicos faz-se com facilidade e sem

sacrifício de opiniões políticas em todos os campos estranhos à política; mas só pode fazer-se no campo político, com sacrifício de determinada actividade política.

a) A experiência demonstra-nos que efectivamente a união dos católicos no terreno não político se pode fazer, não só pela unidade da doutrina mas ainda por não exigir sacrifício de opiniões pessoais. Assim nos jornais católicos; nas comissões angariadoras de meios para o culto e para a sustentação dos seminários; nas irmandades; nas direcções de obras piedosas; nas comissões promotoras de festividades ou outras manifestações religiosas; na direcção de obras de carácter filantrópico ou social, nós encontramos lado a lado, sem qualquer constrangimento ou necessidade de mútuos sacrifícios, pessoas católicas de vários credos políticos.

Eu creio que exactamente a missão da União Católica é aproximar todos estes indivíduos que professam a mesma crença, levando-os a pôr em comum os seus esforços para a defesa doutrinária e desenvolvimento da religião.

b) Quando se trata porém de levar esta união ao terreno político — *e é* indispensável levá-la ao terreno político — ela é impossível, como já se demonstrou, sem sacrifício de preferências políticas ou duma determinada actividade política. Roma põe este sacrifício sob a forma não de imposição, mas de pedido ou de conselho, donde haver católicos que o fazem, e haver católicos que não estão dispostos a fazê-lo, e continuam a sua actividade política pró ou contra o regímen, embora defendendo nas posições conquistadas os direitos da Igreja.

Ora o Centro Católico deve ser precisamente a organização dos católicos que, em obediência aos desejos da Santa Sé, sacrificam de momento as suas reivindicações políticas mormente no que respeita à questão de regímen, e se unem para realizar constitucionalmente uma actividade política, em ordem a conquistar e a fazer reconhecer as liberdades e os direitos da Igreja. O Centro ou é isto ou não é nada. É o que deduz logicamente dos princípios postos.

Mas nós podemos demonstrar por absurdo que a constituição do Centro não pode deixar de ser esta, e que os católicos nele filiados têm de fazer o sacrifício transitório da sua actividade

política partidária ou de regímen, enquanto a questão política não estiver definitivamente resolvida.

VI

Assentemos primeiro esta base: se o Centro prescinde de candidatos próprios, não existe como tal, mas apenas como uma liga de parlamentares católicos dos diferentes partidos monárquicos e republicanos. É evidente; como é evidente que essa liga não pode desempenhar um papel tão activo nem tão eficaz como o próprio Centro. A razão é que a finalidade política dos seus elementos é principalmente outra; essa finalidade absorve a sua acção, e embora defendendo a Igreja e os direitos desta quando atacados, não se pode contar com que os parlamentares da liga tomem a iniciativa de medidas que satisfaçam a consciência religiosa, empenhando-se verdadeira e incansavelmente na sua aprovação. Algumas experiências históricas parecem comprovar inteiramente este ponto de vista.

Na verdade, *o Centro não pode prescindir de candidatos próprios*, porque:

1) Os candidatos monárquicos ou republicanos podem aceitar as reivindicações católicas mas não serem católicos; pugnarem portanto pelas liberdades da Igreja mas não pela cristianização das leis;

2) os católicos sem filiação partidária e que desejem seguir as instruções da Santa Sé, não tinham representantes próprios;

3) não havia propriamente traço de união entre os parlamentares monárquicos e republicanos que se tivessem comprometido a pugnar pela satisfação das reclamações católicas, não se podendo esperar que por iniciativa própria se estabelecesse o entendimento necessário a uma acção conjugada.

*

Ora para eleger os seus candidatos próprios o Centro precisa de dispor duma massa homogénea e disciplinada. Havendo uma questão de regímen a dividir, e na luta ao regímen vários ideais políticos a realizar, esta homogeneidade só pode obter-se,

como se tem dito, sacrificando o que divide entre si os católicos, para em primeiro lugar conquistarem para a Igreja as suas condições de vida no nosso país.

Assim:

a) É impossível toda a organização em que ao mesmo tempo e sobre o mesmo objecto se tenha de obedecer a dois senhores, porque ou se há-de obedecer a um e desprezar o outro, ou se há-de seguir o segundo, abandonado o primeiro;

b) Os católicos do Centro que não tivessem feito o sacrifício da sua actividade política no que diz respeito ao regímen ou aos partidos, ficavam subordinados à direcção do Centro e à direcção do seu partido;

c) Tendendo cada um destes à máxima representação parlamentar, as ordens do Centro e do partido tinham o mesmo objecto, e tendiam a efectivar-se principalmente no campo eleitoral. Pelo mesmo motivo é natural que tais ordens fossem absolutamente inconciliáveis. E nesse caso:

1) ou o católico obedecia ao partido, desrespeitando a indicação do Centro;

2) ou obedecia ao Centro desprezando o partido; sobrepunha portanto o Centro ao partido e a política do Centro às suas preferências políticas.

É visível que só com estes o Centro pode realmente contar;

d) Podemos assentar o nosso raciocínio sobre outras bases. Nós partimos há pouco do princípio de que as ordens dadas pelo Centro e pelo partido eram inconciliáveis. Para que o não fossem, era necessário que o Centro desse liberdade aos católicos monárquicos e republicanos de votarem os candidatos dos respectivos partidos, e mandasse aos não filiados votar o seu candidato. Ainda neste caso o Centro só contava para a sua representação própria e para possíveis combinações com aquela massa de eleitores que fazia o sacrifício de determinada actividade política.

Esta hipótese põe em relevo o que é a dispersão das forças católicas que Roma desejava evitar, e como esta dispersão inutiliza a votação dos católicos, mesmo que cumpram os preceitos da moral que regulam o exercício do voto.

A hipótese em que essa dispersão é menor, é aquela em que o Centro não propuser candidatos próprios, limitando-se a

sancionar a candidatura monárquica ou republicana que maiores probabilidades ofereça de vitória.

Mas já ficou assente que o Centro não pode dispensar candidatos próprios.

Sendo assim, só não haverá dispersão de forças e prejuízo para a acção católica, desde que os católicos votem nos candidatos do Centro, sacrificando os próprios do seu partido. Quer dizer — e isto parece-nos fundamental —, o Centro só pode realizar este objectivo da máxima força e representação parlamentar própria, com os católicos que de momento lhe sacrificam as suas reivindicações de ordem política ou, o que é praticamente o mesmo, com os católicos que não fazem questão política nem partidária nem de regímen.

Os outros podem, é certo, auxiliar a acção do Centro pela qualidade católica dos seus candidatos e pela colaboração que estes, depois de eleitos, darão, por causa dos compromissos tomados, aos parlamentares do Centro. Mas não ajudam a representação própria do mesmo Centro, salvo o caso de possíveis acordos eleitorais.

*

Tudo isto é apenas afinal a interpretação do programa do Centro de 22 de Novembro de 1919, art. 2.º: «O Centro respeita os poderes constituídos do Estado, e para melhor realizar as suas aspirações de progresso moral e económico, abstém-se de quaisquer manifestações ou acção sobre formas de governo.»

Como o Centro sem os seus membros é uma ficção, o Centro não pode dizer que se abstém de manifestações ou acção sobre formas de governo, se os seus membros se não abstiverem. Mas absterem-se é exactamente sacrificarem às urgentes necessidades da Igreja as suas preferências políticas.

VII

Desta forma, o Centro, constituído por católicos que, em obediência às instruções da Santa Sé, sacrificam de momento os

seus ideais políticos, para poderem unir-se na defesa da religião, envia ao Congresso os seus representantes próprios.

Qual deve ser a acção desses representantes?

a) Em primeiro lugar, a defesa dos interesses da Igreja, e

b) a cristianização das instituições e das leis, fazendo com que sejam informadas pelos princípios da religião.

Razões:

1) a transcendência do problema religioso e moral e a sua importância decisiva na solução dos outros problemas que interessam a vida da nação;

2) a razão de ser do próprio Centro que é a necessidade da defesa religiosa;

3) o sacrifício das opiniões ou, melhor, de certa actividade política que não se compreenderia, senão em virtude dum fim de ordem superior — a defesa da religião ameaçada nos seus direitos e nas suas condições de vida;

c) Esta primeira actividade é a consequência lógica dos princípios postos, mas as necessidades e realidades políticas mostram que a defesa religiosa não pode ser a única acção dos parlamentares do Centro;

1) porque isso seria uma diminuição da capacidade política dos representantes do Centro;

2) porque isso seria uma diminuição da capacidade política dos eleitores católicos inscritos no Centro.

Na verdade:

É certo que muitos problemas de ordem política, económica ou financeira têm uma estreita ligação com princípios de ordem religiosa e moral — o que leva os representantes do Centro a entrarem na sua discussão, esforçando-se por que sejam resolvidos em harmonia com os princípios da moral cristã que devem informá-los.

Mas há outros problemas perfeitamente amorais, para que a Igreja não tem soluções próprias nem a doutrina princípios que nos ajudem a resolvê-los. É a experiência, a ciência especulativa, a técnica, a história que nos leva a adoptar tal ou tal solução.

Mesmo na discussão destes problemas os representantes do Centro podem e devem intervir, porque respeitam ao bem comum, e não se compreenderia que os católicos fossem indiferen-

tes à solução que tais problemas viessem a ter. Mais que um direito — é um dever. Não podemos, como católicos, deixar de ser cidadãos.

Assim temos:

a) questões que interessam directamente a Igreja e as suas condições de vida (relações com a Santa Sé, reconhecimento da hierarquia eclesiástica, liberdades da Igreja, regímen dos bens afectos ao culto e sustentação do clero, etc.);

b) questões que directa ou indirectamente interessam e se prendem com princípios de moral, os quais afectam a sua solução (jogo, espectáculos, especulação, educação e instrução, protecção a menores e delinquentes, assistência, etc.);

c) questões que, interessando ao bem do país, são resolvidas por critérios estranhos à moral cristã (organização militar, fomento, representação diplomática e consular, força pública, organização administrativa, etc.).

*

Não é necessário um programa em relação às questões do 1.º e 2.º grupo. Nenhum partido o tem como nós, visto que os nossos princípios se encontram claramente definidos, são inalteráveis e irrevogáveis, e não comportam interpretações diversas.

Mas em relação ao 3.º grupo de questões (questões que se não prendem com princípios religiosos ou morais)?

Vejamos:

1) os programas dos partidos não são tão extensos ou minuciosos que estas questões lá apareçam com a respectiva solução;

2) os programas partidários estão de tal modo desacreditados, que o país pouco se importa com eles, mas muito com a capacidade e honestidade dos homens de governo. De resto os próprios partidos também se não lembram de que os têm;

3) as condições sociais ou, melhor, as circunstâncias que condicionam as medidas a tomar, modificam-se hoje tão rapidamente que os programas se convertem em generalidades inúteis ou em sistemas de soluções inaplicáveis;

4) pode mesmo dizer-se que, sob este ponto de vista, uma declaração ministerial pode ter mais valor que um programa de

partido, por dizer respeito a medidas de realização imediata e atender à oportunidade, o que para as realizações (não dizemos para as ideias directrizes) é a verdadeira política. Não é natural que no mesmo momento a mesma questão comporte duas ou mais soluções igualmente boas;

5) é por tudo isto que em vários países a consulta à nação se faz sobre plataformas eleitorais, grandes questões postas no momento e sobre cuja solução o governo deseja ser orientado pelo país, e jazem completamente esquecidos os programas partidários, a ponto de medidas chamadas liberais serem realizadas por governos conservadores, e medidas conservadoras por governos liberais.

Praticamente a orientação dum grupo parlamentar sobre determinado assunto não lhe vem do programa do partido, mas da opinião pessoal dos seus representantes, inspirados pelas necessidades e possibilidades do momento.

Confiando os católicos na acção patriótica e na honestidade pessoal dos seus representantes, parece não fazer falta um programa de soluções positivas para todos os problemas, ainda que tal programa se pudesse fazer.

Este programa pode entretanto vir a ser necessário e nada me parece obstar a que se faça.

Deve admitir-se que o Centro evolucione, até mesmo a ponto de vir a constituir-se em partido, integrado neste ou noutro regímen. Mas talvez não valha a pena estar a definir a directriz dessa evolução, que deve ser determinada por circunstâncias hoje impossíveis de prever.

A constituição do Centro numas ou noutras bases depende fundamentalmente de estar ou não definitivamente resolvida em Portugal a questão política de regímen, ou pela nacionalização da república, mostrada apta a resolver os problemas que nos interessam como nação, ou pelo desaparecimento da república, no caso de se verificar a sua incapacidade administrativa, e substituição por outro regímen, que à sua volta congregue a grande maioria dos cidadãos portugueses.

Não podemos esquecer que o Centro é, nas suas actuais bases, uma organização provisória e transitória, aconselhada pela Santa Sé no momento histórico em que uma questão política que

não tem havido possibilidade de resolver, se complica com uma questão religiosa, para que é urgente alcançar uma solução satisfatória. É claro que, modificadas as circunstâncias que lhe explicam a presente organização, o conselho de Roma sobre o que se funda, deixava de ter razão de ser.

Nas actuais condições da política portuguesa, a organização do Centro, segundo as bases atrás esboçadas, parece ser a que mais favorece e facilita a solução da questão religiosa; acrescentamos mesmo — a única possível, querendo-se dar a primazia à satisfação das reclamações da Igreja.

*

Diz-se muitas vezes que o Centro não tem fins políticos nem se envolve ou interessa em lutas políticas. O que quer isto dizer? ou até que ponto é verdadeira aquela afirmação?

Não tenhamos medo das palavras: o Centro é um organismo político para actuar por meios políticos.

A organização política em que vivemos, obriga-nos a usar dos processos por que mais directa e mais eficazmente podemos chegar à modificação das leis opressivas da Igreja e dos nossos direitos como católicos, e portanto a intervir no acto eleitoral, a tomar assento nas Câmaras e a desenvolver nelas e fora delas a acção mais enérgica, no sentido de conseguir da maioria a aprovação de medidas favoráveis, e dos governos a manutenção dos nossos direitos. Como o poder não é um meio suficiente mas é certamente um poderosíssimo elemento para satisfazer com providências justas a consciência católica, e influir na solução dos problemas nacionais segundo os princípios cristãos, o poder não repugna ao Centro, nem ele o evita.

Donde:

a) Seria a nosso ver errada toda a política do Centro que não tendesse a aumentar o mais possível, mas pelo contrário a restringir, por princípio, a sua representação própria;

b) Não repugnam ao Centro por si mesmas as combinações possíveis no sentido de valorizar a sua força eleitoral e a sua representação parlamentar;

c) Ao Centro não são indiferentes os partidos por causa do

seu programa, nem os homens por causa das suas ideias e tendências. A pessoa ou o partido são em si indiferentes, mas não o são pelos seus actos passados ou pelos seus planos de governo; como também não são indiferentes ao Centro a constituição dos governos nem os homens que os formam.

Na verdade os governos podem incluir no seu plano de administração pontos que interessem por bem ou por mal os direitos da Igreja, e que os parlamentares do Centro julguem mesmo nocivos ao interesse nacional.

d) Daqui se deduz que, não tendo em geral o Centro que intervir na votação de moções de confiança ou desconfiança das Câmaras por motivos meramente políticos, pode no entanto votá-las ou rejeitá-las, sempre que assentem num caso de interesse religioso ou patriótico;

e) Como força política com representação parlamentar, com direitos perfeitamente iguais segundo a Constituição a qualquer outro grupo ou corrente política, e podendo ter influência na vida e marcha dos governos, muito razoavelmente os seus *leaders* são ouvidos pelo Chefe de Estado, quando das crises ministeriais.

Quer dizer, no jogo constitucional e regular das forças políticas com representação parlamentar, o Centro não se distingue de qualquer outro grupo, senão no seguinte:

1) aceitando a República como regímen de facto, o Centro não marca por si nem pelos indivíduos que os constituem, uma posição a favor ou contra a República, a favor ou contra a Monarquia;

2) tendo uma finalidade imediata religiosa e uma finalidade mediata política, o Centro não defende sistematicamente nem sistematicamente combate qualquer governo ou partido;

3) o seu espírito de moderação é inconciliável com campanhas de carácter pessoal, e em toda a sua acção política o Centro está indissoluvelmente ligado pelos seus princípios religiosos, não lhe convindo processos nem fins que em si não sejam honestos e cristãos.

VIII

Como muitos católicos não estão dispostos a fazer o sacrifício da sua actividade política propriamente partidária, mas ao mesmo tempo têm de cumprir no voto um grave dever de consciência, acontece que alguns candidatos ou partidos tomam o compromisso de pugnar no Parlamento pelas reivindicações fundamentais da Igreja, apresentando assim uma plataforma religiosa eleitoral para conciliar o voto desses católicos.

É mister examinar por isso as relações entre os parlamentares do Centro Católico e os parlamentares do Centro Católico e os parlamentares que tomaram compromissos perante a massa católica do país.

a) Em primeiro lugar os parlamentares do Centro são sempre católicos; os parlamentares dos partidos, que defendem as reivindicações da Igreja, podem deixar de ser católicos. E ao passo que os primeiros pelas suas convicções defendem a Igreja em qualquer circunstância e ocasião, pretendem cristianizar as instituições e as leis, elaborando estas de harmonia com os princípios da religião e da moral — os segundos apenas são obrigados, no caso de não serem católicos, a apoiar, defender e aprovar as leis que dão satisfação às reclamações da Igreja, em harmonia com o compromisso tomado nas eleições e com o quadro de reclamações que serviu de plataforma eleitoral;

b) É óbvio que esta acção a favor da Igreja não pode ser anárquica, o que comprometeria a sua eficácia. É necessária uma sistematização de esforços, quer dizer um estreito entendimento entre todos os parlamentares;

c) Parece que é à volta dos parlamentares do Centro que devem congregar-se todos os outros, porque:

1) não seria fácil à volta dos parlamentares monárquicos;

2) nem à volta dos parlamentares republicanos, em virtude da irredutibilidade política que os separa e que poderia reflectir-se na sua acção pró-religião;

3) os parlamentares do Centro, visto que arredados das lutas partidárias, constituem naturalmente o elemento de ligação entre os diversos parlamentares;

d) A acção dos parlamentares que apoiam as reclamações dos católicos, além de harmónica, deve ainda ser exercida de acordo com os naturais dirigentes e defensores da vida católica no país — as autoridades eclesiásticas. Ainda por este motivo os parlamentares do Centro que mais em contacto estão com essas autoridades, é que devem constituir o traço de união;

e) Seria lamentável que as reclamações dos católicos se transformassem em arma política contra ou pró qualquer partido ou regímen, tanto mais quanto é certo recomendar a Santa Sé a união dos católicos acima das lutas políticas, para obterem a satisfação que se lhes deve. Uma só preocupação deve dominar os parlamentares que defendem o programa mínimo dos católicos — é a consecução da maior soma de direitos e liberdades para a Igreja, devendo pois ser cuidadosamente evitadas todas as discussões acerca destas, de que apenas resultem efeitos políticos, e toda a acção orientada naquele sentido e com aquele fim.

Em resumo:

1) colaboração dos diferentes parlamentares com os do Centro Católico, e estreito acordo na sua acção. Sendo necessária uma direcção comum, parece que esta deve pertencer aos parlamentares do Centro;

2) harmonia de acção de todos os parlamentares, comprometidos a defender as reivindicações da Igreja, com os seus naturais dirigentes, ou sejam as autoridades eclesiásticas;

3) toda a acção orientada no sentido da conquista imediata ou o mais breve possível dos direitos e liberdades da Igreja;

4) evitar os efeitos meramente políticos e evitar converter as reclamações dos católicos em arma política.

IX

Vamos numa altura da evolução política e social, em que um partido político, assente na individualidade — o cidadão ou o eleitor —, não tem suficiente razão de ser. O homem isolado é uma abstracção — uma ficção criada sobretudo sob a influência dominante de princípios errados mas correntes no último século. A inutilização prática do indivíduo como indivíduo na engrena-

gem política e económica, levou à associação dos mesmos indivíduos, sobre bases que melhor lhes permitissem a defesa dos seus interesses.

Quer dizer isto que toda a força política que pretenda desenvolver-se pela representação efectiva de verdadeiros interesses, tem de apoiar-se sobre uma organização não exclusivamente política mas social de profissões e de classes.

E como a religião católica, informando toda a vida do homem, não pode deixar de informar a sua associação, abençoar o seu trabalho, e orientar superiormente a sua actividade colectiva — nós chegamos à conclusão de que o Centro Católico, para se desenvolver como organismo político, e cumprir integralmente a sua missão, exige uma rede de organizações sociais, onde o princípio associativo, ligado ao elemento religioso, se desentranhe numa copiosa fonte de bens materiais e morais.

Coimbra, 28 de Abril de 1922

10

SOBRE O CENTRO CATÓLICO

(Artigos em *A Época*, 1922-1923)

I

Fazendo apresentações

Teve *Nemo* a amabilidade de criticar uma longa série de artigos a tese por mim apresentada ao 2.º Congresso do Centro Católico, realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril do corrente ano.

Esses artigos, publicados todos n'*A Época* de 10, 15, 22, 24 e 28 de Junho, 7, 11, 13, 18 e 23 de Julho, 17, 23 e 29 de Agosto (e poderíamos ainda acrescentar o artigo de 3 de Setembro), constituem o mais notável e o mais completo estudo que o meu modesto trabalho teve o condão de provocar.

Além dos artigos que a imprensa católica publicou de inteira concordância com as minhas ideias, apareceu também na imprensa monárquica um ou outro artigo a seu respeito pelo menos, que me lembre o editorial do *Correio da Manhã* de 22 de Junho e o d'*O Dia* de 9 de Junho, este da autoria do Sr. Dr. Alfredo Pimenta. Mais importantes que estes últimos, estudando o mesmo problema, embora sem referência ao meu trabalho, são, porém, os artigos do Sr. Dr. Domingos Pinto Coelho, publicados n'*A Época* de 30 de Agosto e 4 de Setembro, e o estudo do Sr. Paiva Couceiro publicado no *Correio da Manhã* de 5 de Julho, já depois da minha tese, mas talvez sem o seu conhecimento. Por traduzir uma atitude de espírito que importa considerar, devo ainda fazer referência à apreciação, aliás muito elogiosa e penhorante, feita na revista *Estudos*, dos rapazes católicos de Coimbra, no número de Junho.

Divergindo no todo ou em parte do que escrevi, creio nada mais ter aparecido digno de menção.

Não desejo responder a cada um dos meus ilustres contraditores.

A ironia e a graça do *Correio da Manhã* dispõe bem o espírito da gente, e já isso é alguma coisa num período tão grave e triste como o que todos vivemos, mas têm o inconveniente de dar uma medíocre solução a questões realmente difíceis. O artigo do Sr. Dr. Alfredo Pimenta é notavelmente inferior ao seu talento. Foi talvez escrito para os mais ingénuos leitores d'*O Dia*, visto que, com um magnífico desdém de enciclopédico lisboeta por um modesto professor de Finanças numa Universidade de província, quase se limita a ensinar a quanto monta o *déficit* do Estado, e o mal que as reformas de instrução fizeram ao ensino superior do país.

O longo artigo do Sr. Paiva Couceiro parece-me traduzir um esforço honesto para pôr em equação este problema da organização dos católicos no terreno político. Católico exemplar e fervoroso, incansável paladino da restauração do antigo regímen, tenta resolver a questão em face dos princípios, de modo que a organização católica não prejudique, não entrave, nem demore, a realização máxima da política monárquica — proclamar a monarquia.

Os artigos do Sr. Dr. Domingos Pinto Coelho e Conselheiro Fernando de Souza são nem mais nem menos, o que havia a esperar dos seus autores. A pessoas da sua envergadura intelectual não se repete um argumento nem se refuta uma razão. Devem ter estudado com a mesma isenção e patriotismo que eu o problema que a todos interessa. Chegaram a conclusões diferentes (embora quanto a *Nemo* concordando com muitos dos pontos de vista apresentados na minha tese) decerto por deficiência minha, que aqui e além não fui suficientemente claro para que se compreendesse o meu pensamento, ou tive deslizes de raciocínio que me levaram a afirmações ilógicas ou até contraditórias.

Dum modo geral *os meus contraditores* têm sobre mim grandes vantagens — a sua inteligência, o seu saber, a larga prática da vida que lhes dá um perfeito conhecimento dos homens e das coisas. Eu tenho também sobre S. Ex.ª uma vantagem incontestável. Por lealdade devo fazer-lhe referência.

Todos os estudos que tenho presentes — creio não errar nesta apreciação — me parecem informados por um pensamento dominante. Esse pensamento dominante *é achar uma fórmula de organização dos católicos, que sirva os interesses da Igreja sem retardar a urgente restauração da monarquia.* A razão do facto é que se trata *não simplesmente de monárquicos mas de políticos monárquicos, trabalhando por uma forma ou por outra* — pela palavra, pela escrita ou pela acção, dentro da legalidade ou fora dela — *na política monárquica.*

Ora eu não sou um político, não fui nunca; não o serei jamais. Conto para isso com o auxílio de Deus e com a firmeza da minha vontade. *Os políticos tendem quase todos no nosso país para pessoas importantes; e eu sei que me havia de aborrecer muito com ser uma pessoa importante.* De política faço aquele mínimo que seria indesculpável não fazer a um cidadão duma república democrática no primeiro quartel do século XX. Sem ser indiferente aos regímenes políticos — mesmo porque o que temos se faz razoavelmente sentir — *sou intelectualmente uma pessoa de gelo.*

Quero dizer que, ao estudar o problema da organização dos católicos no nosso país, não tive qualquer preocupação no que respeita ao destino da república ou ao advento da monarquia. O *objectivo* foi simplesmente encontrar uma fórmula de organização que, nas presentes circunstâncias, elevasse ao máximo, dentro da legalidade, a força defensiva e ofensiva dos católicos portugueses. É certo que a palavra em que se funda veio do alto, não a suponho porém em minha consciência tão clara que não seja possível dar-lhe mais que uma interpretação. É razoável, por se supor mais conforme ao seu fim, dar-lhe aquela que garanta o máximo da eficácia à nossa acção. Tudo está nisto.

O desinteresse ainda que passageiro pelo regímen não traduz desinteresse pela nação. Chegado ao fim do meu estudo, as suas conclusões tiveram de ser confrontadas com o interesse nacional. Se o contrariassem confesso que me teria desagradavelmente impressionado e voltaria ao princípio a rever cuidadosamente a cadeia dos meus raciocínios. Havia de haver erro algures, porque, se a Igreja me deixa indiferente perante a monarquia ou a república, não permite neutralidades no que interessa à nação.

Como não tenho funções dirigentes nem responsabilidad de mando, a minha tese e os artigos que publicarei sobre e: assunto, não pretendem conquistar adeptos e muito menos i por-se a ninguém. Representam o resultado dum certo estuc Num país onde tantos falam e escrevem sobre os problem mais intrincados, e difíceis, pode talvez desculpar-se aos que p dever de ofício estudam alguma coisa, que de vez em quan digam em público o que lhes parece.

Parte do que me parece, já o disse na minha tese e não devo repetir aqui. Alguma coisa do que resta, vou dizê-lo o m: rapidamente possível para completar sobre outros aspectos que então disse. As pessoas que se interessam por este probl ma, têm assim grande facilidade de fazer o seu juízo, tanto m: que os artigos de *Nemo* vão ser publicados em folheto.

*

É um dever não começar sem agradecer a *Nemo* a alta pı va de consideração que quis dar-me, fazendo com tão gran minúcia a análise do meu trabalho. A questão merecia bem seu estudo, mas o folheto estava longe de merecer as elogios referências que por várias vezes lhe fez e que profundamen me penhoraram.

Oliveira Salaz

26.9.1922

II

Limpando da poeira

Sobre o problema fundamental que se discute, tem ven vário depositado pó — o pó das pequenas questões incidenta: dos detalhes sem importância, das aplicações que se afastam u pouco da rigidez dos princípios. Reputo conveniente limpar es

poeira importuna que pode prejudicar a visão das coisas e deformar a nossos olhos a essência da questão.

*

Que o Pontífice Romano tem o direito de, no interesse superior da Igreja em determinado país, dar aos respectivos nacionais o sentido ou orientação geral da política a seguir nas conquistas das liberdades religiosas, nenhum de nós o nega, e se o nega, não é com esse tal a discussão. Se negamos ao Chefe da Igreja a competência para em questões em que se encontram indissoluvelmente ligados o interesse nacional e o interesse religioso, marcar aos católicos uma atitude, é inútil toda a investigação acerca do preciso alcance das suas determinações, porque a disposição do nosso espírito é para reivindicar uma plena liberdade de acção e de só obedecer, quando a indicação emanada da Autoridade suprema é conforme às resoluções da nossa própria vontade.

Reivindicarem os católicos a sua liberdade política perante a política da Santa Sé, é uma atitude que não quero apreciar, mas que se me afigura perigosa. Sustentar «que a Igreja, não pode nem quer impor a nenhum católico português de convicções», parece-me inútil (pois nunca se sustentou o contrário), se o termo convicções está no seu significado próprio, mas é igualmente perigoso, se nele se entende compreendida determinada actividade política.

Roma podia deixar de impor ou de aconselhar-nos atitudes em política em relação aos diferentes Estados, no interesse da sociedade religiosa e no interesse dos nacionais sob o ponto de vista religioso. Mas se a Igreja como sociedade perfeita desenvolvendo-se no tempo não pode deixar de usar de meios humanos para garantir as suas condições de vida e realizar o seu fim próprio, e não pode por isso desinteressar-se nem abandona aos católicos individualmente considerados o encargo da sua defesa, temos de reconhecer-lhe o direito de dirigir e orientar superiormente à nossa acção, no que respeita à conquista das liberdades religiosas.

Sem dúvida, Roma pode enganar-se nesta direcção política,

e por um deficiente conhecimento dos homens ou uma errada previsão dos acontecimentos, conduzir a sua e a nossa acção sem que os seus resultados compensem humanamente, os sacrifícios pedidos. É lamentável quando tal se dá. Mas se cada um de nós em conjunturas tais continua no uso da sua inteira liberdade política por nenhum poder se impor a seu irmão os resultados não são diferentes, sem que possamos lançar sobre outrem o peso das nossas próprias responsabilidades.

*

Compreende-se que esta questão tem importância — e sentido —, porque a orientação aconselhada pela Igreja pode importar sacrifícios de ordem política ou limitações a uma actividade em princípio absolutamente legítima. Na verdade a filiação na Igreja não liberta da colectividade racional, e por isso o católico é um cidadão com os mesmos direitos e os mesmos deveres que qualquer outro, nem nada justificaria em condições normais a sua diminuição política. Mas em condições de excepcional gravidade pode não ser julgado bastante por parte dos católicos o cumprimento dos deveres que a moral impõe nem o livre uso dos direitos que a Constituição política possa garantir.

Todo o cuidado por isso é pouco em bem distinguir os documentos pontifícios onde se expõe a doutrina da Igreja acerca das relações entre os dois poderes civil e eclesiástico, em que se definem os limites para além dos quais a Igreja se não reconhece o direito de intervir na manifestação da actividade política individual, e aqueles documentos em que para casos concretos o Chefe da Igreja resolve dar instruções concretas também que, digamo-lo uma vez mais, nada repugna admitir que importem uma restrição da nossa liberdade e uma derrogação dos princípios gerais.

Há casos em que Roma aconselha ou impõe apenas um acto ou uma abstenção; há casos em que se torna necessário todo um plano de defesa, sem que no entanto se desça ao elaborá-lo a todas as minúcias e a todos os detalhes.

Ora não me parece absurdo admitir a evolução ou modificação do organismo criado para executar o plano cujas linhas ge-

rais foram aconselhadas, quando se reconhece a conveniência de o fazer. Sem ser necessário admitir novas interpretações dum mesmo texto — e que o fosse! a interpretação dum texto há-de sofrer a influência da evolução doutrinal e da sequência dos acontecimentos; sem ser necessário estar a dar novas interpretações a um mesmo texto, compreende-se perfeitamente a necessidade de alterar a constituição do organismo destinado a dar-lhe efectividade.

Visto o problema a esta luz, ninguém deve admirar-se e muito menos escandalizar-se com o facto de se discutir largamente sobre o alcance dum diploma pontifício, com o espírito aliás de inteira submissão ao que superiormente seja ordenado. Porque acima de tudo o que se procura é a fórmula de organização dos católicos que mais eficazmente possa conseguir o objectivo supremo e corresponder à direcção superiormente dada ao movimento dos crentes.

•

Compreende-se assim a legitimidade da minha tese, preconizando uma determinada organização no Congresso do Centro, que aliás se regula por bases aprovadas pelo Episcopado e que o mesmo Congresso não podia modificar. Os aplausos da assembleia podiam ser uma manifestação de simpatia pessoal pelo autor, a homenagem prestada a um trabalho honesto, ou simplesmente traduzir a concordância pessoal com aqueles pontos de vista e a satisfação de o problema ser trazido à discussão pública, a ver se seria possível encontrar uma base em que mais desembaraçadamente e mais resolutamente que até aí, os católicos pudessem trabalhar pelas suas reivindicações.

Foram aprovadas conclusões inspiradas no mesmo trabalho; é certo. Mas nem por isso se modificou, a meu ver, a constituição do Centro, porque a interpretação das conclusões votadas não hão-de fazer-se pelo estudo de que foram extraídos, mas, integradas num novo corpo de doutrina hão-de ter a interpretação que não contrarie os princípios fundamentais, digamos, às bases postas por quem de direito. Não é isto uma habilidade; é uma elementar regra de interpretação.

Parece-me que assim ficam as coisas perfeitamente no seu lugar.

Oliveira Salazar

4.10.1922

III

Definindo a posição

A fórmula de organização preconizada por Nemo e outros elementos altamente representativos do nosso meio católico, para realizar o conselho de união de forças dado pelo Chefe da Igreja aos católicos portugueses, na defesa dos seus direitos, pretende conciliar a conquista das liberdades religiosas com a actividade política partidária, e especialmente com o combate no terreno legal ao regime republicano pelos católicos monárquicos.

Esta fórmula assenta no postulado seguinte — que todo o indivíduo tem o dever de se interessar pela vida da colectividade a que pertence, e portanto (recomenda-se cuidado com a lógica desta consequência) tomar uma posição no que respeita à organização política dessa colectividade, e lutar, para bem do país, pela monarquia ou pela república. É evidente que este — república — apenas o escrevi por simetria.

De facto, a vida da nação é julgada no momento presente depender do regresso às instituições tradicionais do país, o que implica o exame duma situação de facto que comporta outras interpretações e por isso se não pode impor a ninguém. Por outro lado é atribuída uma virtude regeneradora ou um vírus corrosivo da própria vida nacional, conforme, às instituições políticas, o que supõe a admissão duma doutrina sociológica que ainda não tem a unanimidade dos pareceres. E finalmente, como a lógica tem as suas imposições, não podendo o direito reconhecido a cada um de escolher a monarquia deixar de im-

plicar o direito de votar pela república, temos que a referida fórmula de organização católica respeita, melhor, põe em acção o princípio fundamental das democracias.

A simplicidade e facilidade desta fórmula provém-lhe assim não só da sua perfeita adaptação à constituição política da nossa república parlamentar, mas ainda da inteira harmonia entre os princípios doutrinais em que se funda a mentalidade geral. Acrescentaremos ainda que, não tendo os republicanos feito em doze anos de república mais que contrariar toda a tentativa de conciliação dos portugueses, pois parecem apostados em manter vivo nos católicos um espírito de hostilidade ao regímen, ela é também a fórmula que os factos tornam mais facilmente aceitável.

*

Desenvolvamos um pouco para melhor compreensão.

O Parlamento é por excelência o órgão político da nação para tratar dos interesses políticos do grupo, quer dizer do que interessa à nação como nação. Nesse Parlamento compreende-se que se encontrem representadas correntes políticas — monárquicos e republicanos e dentro destes grupos outras correntes secundárias, — mas não se compreende uma representação de interesses materiais ou morais. Deputados católicos, deputados regionalistas, representantes da lavoura, do professorado, das massas operárias são anomalias no regular funcionamento e na pureza doutrinal deste regímen político.

O Parlamento, órgão político, nasce do indivíduo com direito de votar, mas este indivíduo com voto não é operário, nem industrial, nem agricultor, nem exerce uma profissão liberal, nem é um artista, nem pertence a uma confissão religiosa, esse indivíduo com um voto é um cidadão, quer dizer, uma pobre partícula da nação politicamente organizada, exercendo um direito que não lhe defende um interesse, mas um direito por meio do qual designa outro indivíduo para tratar dos interesses da colectividade nacional.

Por esta forma se compreende perfeitamente que uma nação católica eleja um Parlamento que fere, rouba, vexa, persegue a crença católica; que dos meios rurais surjam deputados que desconhecem, desprezam e atentam contra os interesses dos

campos; que as massas operárias votem em candidatos que na feitura das leis não deixam o menor traço de protecção aos interesses daqueles que os elegeram.

É que efectivamente os deputados e senadores são representantes da nação, não vão ali representar ou defender interesses materiais ou morais ainda que de classes inteiras da população do país. As promessas feitas no tablado eleitoral podem ser mais ou menos sinceras, mas não jogam com os princípios dentro dos quais se move a engrenagem parlamentar.

*

Uma primeira modificação deste mecanismo político pode provir das limitações que a religião católica impõe aos seus sequazes no exercício do direito de voto. Estas limitações melhor as consideraríamos como uma direcção sugerida pelo mais alto interesse nacional, porque um tal interesse exige a defesa permanente de certos princípios fundamentais impostos pela religião.

No exercício do voto, o católico pode ver-se obrigado a sacrificar o candidato do seu partido, quando não ofereça garantias de defender contra leis abusivas a sua crença.

É uma direcção salutar a um anárquico direito de votar, mas que em muitos casos se resolve no sacrifício do interesse propriamente político ao interesse religioso.

Nemo admite como bom católico esta primeira limitação ocasional do direito do cidadão eleitor. Mas nada mais é necessário na sua fórmula, porque do acto eleitoral hão-de surgir representantes da nação, monárquicos ou republicanos, mas católicos ou comprometidos a defender as reivindicações dos católicos, e entre esses se estabelecerá no Parlamento a desejada união para a defesa dos nossos direitos.

Salvo portanto os princípios da moral que regulam o exercício do voto, e que não estão dependentes por desnecessário de qualquer orientação ou direcção política da Santa Sé, a fórmula preconizada por *Nemo* resolve-se não numa organização de católicos, mas numa liga de parlamentares políticos, confessionalmente católicos, no terreno parlamentar.

É certo que *Nemo* admite representantes católicos diversos

dos representantes políticos que sejam católicos. Mas isto é apenas no seu sistema um desvio de lógica imposto pelas realidades, uma concessão feita a organizações católicas independentes que pesam nalguns distritos; porque de facto tais deputados são uma anomalia, e quebram a pureza de linhas desta organização.

*

O Centro Católico seria assim um organismo parlamentar, não uma organização de católicos para actuarem no terreno político e sobretudo no terreno eleitoral. Nada se pedia aos católicos senão que cumprissem os deveres que a moral impõe no exercício do voto.

Como o terreno eleitoral não é porém o único em que se deve operar, mas se torna necessário uma organização pela qual os católicos possam valorizar as suas forças na conquista da opinião, pelo jornalismo, pelas obras de piedade e sociais, pelas várias formas de apostolado que o nosso tempo suplica e exige, o Centro Católico poderia ainda dentro desta mesma concepção, arregimentar todos os católicos aos quais reconheceria inteira liberdade política. Os filiados comprometer-se-iam apenas a não esquecer a sua qualidade de católicos, quando chamados a um acto da importância do acto eleitoral, e os eleitos por este modo apenas tomariam o compromisso de defender no Parlamento as reclamações de ordem religiosa dos católicos agremiados no Centro. O Centro Católico seria porém assim o mesmo que a União Católica.

Em resumo: esta fórmula de organização não exige dos católicos qualquer sacrifício de ordem política; é mais consentânea com a livre actividade partidária de cada qual; a mais harmónica com o carácter puramente político do Parlamento, e até facilita extraordinariamente a intervenção do Episcopado na suprema direcção do movimento católico. Não esqueçamos também que ela é hoje a fórmula defendida pelos jornais monárquicos e parece que pelas figuras mais cotadas do partido monárquico constitucional! As razões não são nenhum segredo, mas não as digo hoje aqui.

Oliveira Salazar

13.10.1922

IV

Representação de interesses

Tentei pôr em relevo no meu último artido a íntima harmonia entre a organização católica, tal como é defendida por *Nemo*, e o mecanismo e princípios fundamentais do regímen parlamentar, porque esta harmonia de que lhe provém uma maior facilidade de aceitação, me parece exactamente ser uma das suas inferioridades.

Levar ao Parlamento representantes políticos, com o encargo de também defenderem as reivindicações de ordem religiosa, é ter uma representação que harmoniza mas ao mesmo tempo subalterniza o interesse religioso ao interesse político.

Se alguma vez o Parlamento foi um órgão cuja constituição o não incapacitava para o bom desempenho da sua missão própria, a complexidade da vida moderna torna-o sem dúvida alguma insuficiente.

O Estado vai estendendo sucessivamente a sua acção alargando cada vez mais os domínios em que pretende exercer a sua autoridade soberana. Ou talvez que não seja só o desenvolvimento da acção estadual, mas a mesma importância e multiplicidade dos interesses que na vida nacional se cruzam e entrechocam, tornando cada vez mais difícil a sua coordenação e regulamentação jurídica, o que exige do Parlamento um mais intenso labor legislativo.

Por uma ou outra razão, o Parlamento toma sobre si regular interesses materiais e interesses morais, contra que atenta não raro, sacrificando uns a outros que a maioria representa ou se propõe defender. O chamado interesse nacional serve quantas vezes para justificar os interesses de vária ordem do grupo dominante.

Um grupo parlamentar raro se constitui para defender um interesse que pela sua extensão e importância se possa considerar um interesse nacional. As vantagens directas, pessoais dos que constituem o partido, algumas vezes os pequenos melhoramentos locais que vão alimentando a influência eleitoral, ocupam suficientemente a actividade partidária.

O interesse agrícola, o interesse industrial, o interesse da saúde pública, da instrução e da educação nacional, os grandes interesses morais e religiosos quase só indirectamente são contemplados, antes são algumas vezes desconhecidos e outras vezes agravados.

*

O instinto da defesa leva os interesses injustamente feridos ou simplesmente postergados a constituírem uma organização independente que procure agitar e conquistar a opinião pública e, por meio dela, obter dos governos ou do Parlamento a satisfação das suas reclamações.

Como cada interesse tem porém uma tendência natural a fazer a sua defesa no mesmo terreno onde é combatido, a referida organização tenta levá-la ao Parlamento por meio de representantes seus, não sendo considerada eficaz a defesa que dos mesmos intente, por considerações de qualquer ordem, um agrupamento político.

A aspiração que de quando em quando manifestam a lavoura, a indústria, o comércio, o professorado de terem no Parlamento os seus representantes próprios, em detrimento dos representantes políticos, é filha do mesmo facto fundamental — a incapacidade orgânica do Parlamento para conhecer e defender determinados interesses, a insuficiência duma organização político-social de que o indivíduo participa, constitucionalmente poderoso como um rei, praticamente abandonado com um pária. Resultam desta insuficiência um mal-estar social, atritos contínuos, graves convulsões que ainda não atingem o grau de acuidade que poderiam atingir, devido ao facto, antes lamentável que de louvar, de se encontrarem insuficientemente organizados — em muitos casos completamente desorganizados — interesses vitais do país. E como um interesse que não se organiza, é praticamente como se não exista, porque não avulta, não pesa, não se dá a conhecer nem se faz sentir, segue-se que ainda neste momento se não encontra em muitos ao menos consciente, o sentimento desta falta de correspondência entre um órgão omnipotente e omnisciente, nascido para o interesse político, mas de

facto ocupando-se e agravando vários interesses que são a vida da nação, e estes mesmos interesses que ali se não encontram representados.

À falta de melhor, quer dizer, não existindo qualquer outro órgão por meio do qual possam afirmar-se, conhecer-se, conciliar-se, defender-se e regular-se, estes interesses tendem, repito, a uma organização independente e, aproveitando a própria constituição política e mesmo contra ela, dão à sua representação directa no seio do Parlamento o máximo de vitalidade e energia representativa, se assim me posso exprimir. É uma tendência que vemos traduzir-se em factos, e que é inútil negar ou discutir, competindo-nos apenas tentar descobrir a sua razão de ser.

Para que a organização autónoma dum interesse consiga alcançar uma representação parlamentar própria, é necessário que aquele seja suficientemente importante para secundarizar o interesse político, e diga respeito a um grande número de indivíduos a que um certo agrupamento natural permite aproveitar eleitoralmente a força de que dispõem.

É por este motivo que, pondo de lado um ou outro país onde a acuidade duma questão agrária tem feito surgir partidos agrários, pode dizer-se que as grandes ordens de interesse que, organizando-se independentemente, têm procurado actuar no terreno político, são apenas duas — interesses dos operários como trabalhadores e interesses dos católicos como crentes.

Não se filia efectivamente numa ordem diferente de razões a existência dos partidos socialistas, apoiados nas organizações operárias, existindo, em tese, para a defesa directa no terreno político das reivindicações operárias.

*

A finalidade própria de máxima representação parlamentar torna estas organizações de interesses exclusivistas e apolíticas. Havendo a necessidade de defender um interesse — e podem reconhecer esta necessidade mesmo os que o não possuem — é esse interesse que dá homogeneidade ao grupo e que lhe determina, por assim dizer, a competência.

Para agremiar porém na mesma organização todos os que têm o mesmo interesse, e conseguir o maior número de representantes requerem-se duas condições — que a organização ponha de lado qualquer outro fim que não seja a defesa do interesse para que se constituiu; e que os interessados sacrifiquem àquele qualquer outro interesse, visto a constituição política, conhecendo apenas o cidadão, não permitir uma espécie de desdobramento pessoal, conforme os interesses diferentes que respeitam a cada indivíduo.

Não obedecem a este último requisito as organizações socialistas, por exemplo, e assim elas não podem agremiar sob a sua bandeira todos os operários cujos interesses se propõem defender: preferindo à monarquia a república, que julgam mais favorável à satisfação das reclamações operárias, perdem a adesão dos operários católicos; pugnando por determinada transformação económica, não podem conciliar o voto daqueles que consideram ruinosos não só para os interesses operários como para a própria civilização, os princípios que pretendem fazer triunfar.

Uma organização católica que tenha por fim defender no terreno político as reclamações dos católicos, pode compreender indivíduos que, não sendo católicos, consideram como indispensável à ordem social a satisfação dessas reclamações. Mas para se estender e poder abraçar todos os católicos é necessário que pela sua direcção e pelos seus representantes não tenha outra política que não seja a da defesa religiosa; e para elevar ao máximo a sua representação parlamentar e por meio dela valorizar o mais possível a sua força política, é necessário que os agremiados sacrifiquem qualquer outro interesse, nomeadamente o interesse político, ao menos no momento eleitoral, para votarem os seus representantes próprios, directos, exclusivos, com o mandato imperativo da defesa religiosa.

Podem dizer-me que esta organização de interesses se não casa perfeitamente com o regímen parlamentar em que se enxerta; mas uma tal consequência não prova contra a natural organização dos interesses, prova contra o regímen. Estes deputados católicos seriam assim, como os deputados socialistas, uma anomalia que a uma organização política defeituosa im-

põem as necessidades e os interesses reais de classes inteiras da população.

Oliveira Salazar

20.10.1922

V

Representação de interesses

O abandono a que o Parlamento vota determinadas ordens de interesses, quando não é o encarniçado ataque que aos mesmos faz, provoca o aparecimento de organizações autónomas destinadas à defesa dos interesses feridos. Estas organizações aspiram a uma representação directa e exclusiva no seio do Parlamento, por a reconhecerem mais eficaz que confiar aos representantes políticos dos partidos existentes a sua defesa, e conseguem-na, quando o número dos interessados é bastante para fazer valer a sua força no terreno eleitoral, e o interesse de que se trata, tem a importância necessária para fazer sacrificar, ao menos provisoriamente, qualquer outro interesse e designadamente o interesse político.

É pela necessidade deste sacrifício que os indivíduos são naturalmente levados a formar a hierarquia dos seus interesses, conforme o valor que lhes ligam, para fazerem vingar eleitoralmente aquele que para cada qual é superior a todos os outros. Eleitoralmente, repito, porque só no momento e no terreno eleitoral uma tal incompatibilidade se manifesta; não no terreno parlamentar onde a união de representantes para a defesa dum determinado interesse não exige o sacrifício de quaisquer outros que estejam encarregados a defender.

O facto de não se encontrarem ainda organizados alguns grandes interesses; as condições de importância e extensão que vimos exigirem-se para que consigam uma representação parlamentar própria, e sobretudo a impossibilidade material, derivada

do funcionamento do sistema parlamentar, de se fazerem vingar interesses vários, se são diferentes os indivíduos a que respeitam —, tudo isso nos explica o facto de no Parlamento os grupos de representantes directos de interesses organizados serem geralmente poucos e pouco numerosos, em face dos representantes políticos.

Estes indivíduos são, como temos dito, uma excepção ou anomalia no funcionamento do sistema parlamentar. Afirmam e defendem um interesse, mas — não o esqueçamos — actuando numa assembleia política, têm de o fazer valer por processos políticos; a sua influência será por conseguinte tanto menor quanto mais estreitamente se acantonarem na defesa do interesse que representam, alheando-se do mais.

O conflito entre a sua organização e o seu fim dum lado, e doutro o carácter da assembleia em que trabalham e a forma ou o processo por que ela se determina e delibera, é fatal. Este conflito pode resolver-se ou porque a assembleia política mude de carácter, ou porque a representação dos interesses diversos do interesse político se modifique ao contacto do sistema parlamentar.

Não é a primeira hipótese que se realiza, pelo despotismo ainda dominante da corrente de ideias em que se apoia aquele sistema, e pela insuficiência já notada da organização dos vários interesses e da sua acção no campo político. Tem por isso talvez o seu interesse observar como se verifica a segunda.

A bem do próprio interesse que defendem, os representantes directos dum interesse organizado, sem abandonarem a defesa da organização que os elegeu, são levados a adaptar-se no meio em que se desenvolve a sua acção. E desta necessidade resulta que os interesses representados tendem a alargar-se e a transformar-se em interesses políticos ou o que é o mesmo — tendem a exprimir correntes políticas.

A defesa do interesse que o grupo parlamentar representa, continua decerto a fazer-se; mas este grupo que apenas definira uma posição no que respeitava ao interesse em nome do qual e pelo qual existia, é obrigado a tomar uma atitude definida em face de todas as outras questões que o Parlamento se arroga o direito de tratar e regular juridicamente.

Tal é a tirania da fórmula parlamentar que nos explica virem

a transformar-se em verdadeiros partidos organizações de interesses inicialmente indiferentes ou mesmo adversos aos partidos políticos.

Compreende-se que haverá tanto maior facilidade em se operar essa transformação, quanto mais larga e profunda for a base doutrinária do interesse de que se trata.

Mesmo que se não trate, como no interesse religioso, da defesa dum sistema de verdades para o qual se reclamam liberdades que são condições de vida, as realizações doutra ordem que se demandam na defesa de certos interesses, explicam-se e apoiam-se numa doutrina. Ora a doutrina que tenha a vitalidade e a generalidade suficientes para fornecer princípios fundamentais aos diferentes ramos de actividade e à direcção superior da política dum país, oferece as condições mais favoráveis para informar uma corrente política. E se for seguida por uma massa importante de indivíduos, capaz de actuar eleitoralmente, a sua transformação em corrente política pode considerar-se fatal, não propriamente por vontade dos homens mas pela força das coisas.

Constituído porém o partido político, desaparecem por esse mesmo facto as condições que vimos dominarem a simples organização dum interesse: é a repercussão, nos elementos associados, da reacção exercida pelo sistema parlamentar sobre a acção dos seus representantes.

Quanto mais o programa adoptado se distanciar das consequências directas da doutrina para cuja defesa se fez a organização; quanto mais esse programa abundar de soluções para os problemas nacionais estranhos ao interesse para que o grupo se constituiu, maior dificuldade haverá — impossibilidade algumas vezes — de manter unidos todos aqueles que à volta dum interesse determinado, esquecidas todas as divergências noutros pontos, se puderam agremiar. E se é quase sempre possível manter unido o grosso das forças, é que a transformação se opera por uma lenta evolução, durante a qual uma mentalidade comum tem ensejo de formar-se acerca das necessidades gerais, dos grandes problemas da nação, da forma de os resolver, sem se atentar, pelo contrário defendendo-se até melhor o interesse que deu a razão de ser à primitiva organização.

Salvo o caso de querer assumir sozinho o encargo de gover-

nar, não se me afigura essencial e necessário à sua acção fixar este grupo uma atitude no que respeita ao regímen político dentro do qual se move e actua; porque pode mesmo ser patriótico abster-se de a tomar. O que não quer dizer que não tenha o direito — eu queria mesmo afirmar o dever — de marcar uma no momento histórico em que o problema deve ser posto a bem da nação e tenha de ter uma solução urgente. E pode até muito bem ser que essa atitude de momento esteja em contradição com as ideias do grupo que assume como quando, sobre a pressão de altas conveniências políticas e razões patrióticas de peso, os monárquicos contribuem para a eleição dum presidente da república.

Porque o Parlamento não é o lugar próprio para se resolver uma questão que costuma ser resolvida noutra parte e por meios diferentes, mas serve para resolver por via legislativa problemas que interessam à nação, é que vemos formarem-se correntes políticas em cujo programa se não põe a questão do regímen, sem que o levar representantes ao Parlamento signifique aceitação do regímen ou que se abandona em outros campos a luta pela sua mudança.

Oliveira Salazar

20.11.1922

VI

O interesse religioso

Os factos a que fizemos referência e os princípios que estabelecemos em artigos anteriores esclarecem sob vários aspectos a organização autónoma dos católicos portugueses, cuja representação directa no seio do Parlamento se procura efectivar por meio do Centro Católico. Fizemos primeiro a nossa atenção sobre o interesse religioso a defender.

*

Que não há uma questão religiosa no nosso país tenta fazê-lo acreditar a invencível ignorância de muitos dos nossos políticos, e pode fazê-lo supor a ilimitada paciência, a incrível passividade da grande maioria católica que concretiza afinal o sentimento religioso da nação. Afirmamos em contrário que essa questão existe viva, candente, ameaçando a solidez da estrutura nacional, rompendo a unidade, perturbando a paz pública.

A questão religiosa reveste entre nós dois aspectos que importa considerar: um que consiste na descristianização sistemática de todas as instituições públicas e privadas; outro que consiste na negação por parte do Estado de liberdades fundamentais, necessárias à vida religiosa, traduzindo-se numa limitação de direitos católicos e da Igreja, colocados em condições jurídicas de desfavor em relação aos outros indivíduos. Estes dois aspectos andam tão intimamente ligados que a descristianização de todas as manifestações de vida nacional é quase sempre a consequência da perseguição religiosa, e a perseguição religiosa o primeiro instrumento de que usa servir-se uma política descristianizadora. Mas se os distinguirmos, é que, sob o ponto de vista nacional, os dois aspectos da questão têm um alcance diferente.

Humanamente falando, é a religião católica a mais perfeita de todas as religiões, a de moral mais pura, a mais elevada e transcendente no dogma, a mais requintada e artística no culto, a mais consentânea com todos os progressos materiais e morais da humanidade, a que mais fortemente apoiando a autoridade do Estado, mais instransigentemente defende os direitos do indivíduo.

Sob o ponto de vista nacional, devemos-lhe tudo, porque lhe devemos sermos o que somos. O catolicismo pela decidida protecção da cúria romana, pelo trabalho das ordens religiosas na conquista, na cultura, nas descobertas e na colonização; pela educação progressiva das massas; pela lenta infiltração dos seus princípios nos costumes — por tudo isto o catolicismo é um elemento fundamental na formação portuguesa, é um elemento básico da nação.

A descristianização sucessiva, sistemática das leis, dos costumes, das instituições, da vida privada e da vida pública pode fa-

zer-se sem convulsões violentas — e é isso que ilude os míopes e vale aos maus — mas nem por esse motivo quebra menos a unidade moral da nação, considerada como um todo que historicamente se desenvolve e como um agregado que um mesmo sentimento informa, nem se faz perder menos o seu carácter próprio, secando a fonte das suas energias, sem substituir a religião por outro princípio que alimente as suas virtudes e dê vida às suas manifestações colectivas. Nós acusamos o Estado descristianizador de fazer uma política de desnacionalização.

*

Não é, porém, este aspecto o que costuma atrair mais as atenções, embora, como disse, ameace a solidez da estrutura nacional e ponha à prova o patriotismo dos governantes, vendo-se forçados a trair o interesse da nação para obedecerem às imposições sectárias da sua avariada filosofia. O que mais fere as consciências é a injustiça duma legislação acintosa, esbulhadora dos bens da Igreja e dos seus legítimos direitos, contrariando o mais possível as manifestações religiosas, menosprezando o clero, desconhecendo Deus, e negando aos cidadãos católicos direitos que não nega aos outros indivíduos e que nenhum Estado verdadeiramente civilizado hoje nega ou regateia. A tudo isto acrescem ainda as violências que na ordem dos factos se têm praticado, as injustiças e perseguições que nem sequer se justificam com a lei embora má, mas se fundam somente no arbítrio dos juízes, que o acaso da política levou por vezes por esse país à posse das administrações locais.

E se a questão religiosa se não agravou ainda mais, isso se deve não aos governantes que fizeram tudo o que podiam para a exacerbar, mas à nossa consciência cívica absolutamente deformada ou por formar, temerosa e acobardada diante do Estado em reivindicar o seu direito, e à nossa mal formada consciência cristã que em muitos casos se não alarmou nem sequer mediu bem as próprias violências com que se procurou atingi-la. Numa palavra: um mal cívico e um mal religioso; fracos católicos, fraquíssimos cidadãos.

•

Não sou dos que fazendo cotejos entre a situação da Igreja sobre a Monarquia constitucional e a situação actual da Igreja sob a República, não sabem, como bons católicos, por qual hão-de votar nem qual hão-de preferir. Creio que há neste ponto uma injustiça grave, talvez proveniente duma deficiente análise dos factos. É verdade que do regime que regulava as relações entre o Estado e a Igreja resultaram males; e é verdade que da separação violenta e perseguidora resultaram bens para a Igreja em Portugal. Mas nem aqueles males são uma consequência necessária do regímen concordatário, nem estas vantagens estavam nos intuitos — perfeitamente conhecidos — dos que dirigiam a política republicana em relação à Igreja.

O regímen concordatório, como expressão dum acordo entre os dois poderes — civil e eclesiástico —, é na doutrina da Igreja o único meio razoável e perfeito de regular as suas mútuas relações e de estabelecer uma leal cooperação. Nós vivíamos sob a monarquia em regime concordatário com Roma, e a Carta reconhecia a religião católica como religião oficial. E nada haveria a dizer sob este ponto de vista, se se não soubesse que uma concordata resulta de negociações laboriosas por vezes, e que para evitar um maior mal a Igreja pode ser levada a aceitar condições que em inteira liberdade decerto repeliria. Nada haveria ainda a dizer se ao lado da concordata o tratado não continuasse a legislar sobre assuntos em que a Igreja deveria ter a última palavra, e a proceder duma forma absolutamente contrária ao seu espírito. Recordaremos o beneplácito, o pretenso direito de insinuação, o recurso à Coroa? Recordaremos o uso político que do direito de apresentação tantas vezes fez, por intermédio dos seus ministros, o Real Padroeiro? Infelizmente a supremacia do poder civil e o receio do espírito jesuítico que hoje absorvem os magnates da política republicana, foram também a grande preocupação dos ministros da justiça de Suas Majestades. E lembro ainda que não foi decerto sem motivo que Leão XIII escreveu a encíclica *Pergrata nobis*, aconselhando já a união dos católicos portugueses para a defesa da religião, na vigência da monarquia constitucional.

*

Que solução teria a questão religiosa na hipótese duma restauração monárquica?

Tanto quanto pelo passado e pelo presente se pode ajuizar do futuro, suponho que a condição jurídica da Igreja em Portugal melhoraria muito em relação ao que actualmente é, sem que entretanto lhe fossem satisfeitas todas as suas reivindicações e lhe fosse absolutamente garantida a sua liberdade de acção. Está a tendência pronta a traduzir-se em factos se não encontrasse uma força organizada que se lhe impusesse.

Sei bem que muitos monárquicos — por exemplo, todos o que conheço — são excelentes católicos. Mas a política religiosa da monarquia restaurada, como a política religiosa da república vigente, não é a que poderia deduzir-se dos sentimentos da grande maioria católica do país, mas a que há-de ser imposta pelos profissionais da política monárquica e pela mentalidade dos agrupamentos em que directamente se apoia e eficazmente a defendem. Mas se isto é assim, nós não podemos ter esperanças de que espontaneamente a monarquia restaurada dê à Igreja plena satisfação.

O Senhor D. Manuel é certamente um bom católico mas é também um bom rei constitucional. Pode a sua consciência doer-se com violências e injustiças, mas a sua mão assinará o que as Cortes e os ministros levarem à régia sanção. Constitucionalmente El-Rei apenas pôde prometer que a Igreja teria as reparações devidas...

Os profissionais da política monárquica mudaram já muito deles, como homens; como políticos estão quase todos onde estavam; receiam a Igreja livre, porque a desejam ao seu serviço eleitoral; ainda distinguem entre católicos e reaccionários; acham a religião boa para o povo, toleram as irmãs de caridade mas não podem ouvir falar nos jesuítas. A sua mentalidade no que toca à questão religiosa, tem de aferir-se pelos seus jornais: ela não se distingue em muitos da mentalidade jacobina. Os mais altos representantes da Igreja são acrimoniosamente atacados; e exactamente como a república que suspendia por castigo as temporalidades e recusou as pensões aos que não aderissem, os

jornais monárquicos tornam dependente o pagamento da côngrua de o padre auxiliar a política monárquica.

Afora os integralistas e os antigos miguelistas, não há do lado monárquico insofismavelmente aceite um programa claro de política religiosa: apenas o vago desta fórmula — as relações com a Igreja serão reguladas por uma concordata. Mas o que tentaria impor a Roma na sua concordata a monarquia constitucional restaurada?

Oliveira Salazar

18.12.1922

VII

Interesse religioso e organização católica

Para que se afirme na sociedade e viva o triunfo dos interesses contrários, todo o interesse precisa duma sólida organização. É a organização que multiplica a força e a acção individual e permite àquele fazer-se reconhecer legalmente e proceder à sua defesa no campo e no momento que lhe convenha.

Ora o interesse religioso a que me referi no meu último artigo, é o interesse da verdade católica, tal como é definida pela Igreja, professada pelos fiéis, manifestada no seu culto externo, praticada na sua moral. É um dogma, uma moral, um culto e uma hierarquia, não como cada qual de nós os poderia conceber no seu orgulhoso e defectível individualismo, mas como o mesmo Cristo os ensinou e estabeleceu, as gerações passadas creram e praticaram, obedientes numa superior harmonia aos ensinamentos de Roma, a guarda da verdade revelada, a dispensadora das graças, segundo a palavra de Deus.

O católico vive na Igreja, com a Igreja, pela Igreja; não se compreende um católico separado da Igreja Católica, como se não compreende um ramo verde, cortado da árvore em que vicejava. Debalde o indivíduo se consideraria tal; é de facto um

membro morto; nele não circulava a seiva viva que é sangue de Cristo, e não pode dar frutos de vida eterna. Quando pois falamos em católicos portugueses, nós queremos propriamente dizer a Igreja Católica em Portugal.

A Igreja é por sua vez uma sociedade perfeita, isto é, uma sociedade inteiramente, perfeitamente organizada. Em harmonia com o seu fim e na esfera da sua acção própria — reconduzir as almas à salvação eterna — a Igreja foi dotada e usa todos os poderes necessários.

Mas assim, o interesse religioso que é o interesse dos católicos e, sendo o dos católicos, é o da Igreja Católica, é um interesse que por princípios e por essência existe organizado.

Estranhar-se-á talvez que possam surgir divergências ao procurar-se encontrar a fórmula de organização católica, quando essa organização parece estar feita e existir já. O segredo e suplicação da dificuldade está em que, por um contra-senso derivado da fórmula política, o interesse religioso que está organizado na nação, não está organizado no Estado.

*

Na verdade o interesse religioso está organizado na nação, por meio da Igreja, e é exactamente por meio da sua organização própria que ele se afirma, se expande, se avigora e defende dos interesses contrários na ordem religiosa.

Há na Igreja os que ensinam e definem a verdade revelada; os que dispensam os ministérios divinos; os que fazem a propaganda dos seus dogmas e a ciência da sua fé no púlpito, na cátedra e na imprensa; os que fazem a apologia da sua verdade, da sua santidade e da sua beleza; os que combatem os erros adversos; os que julgam e absolvem ou condenam; os que administram os seus bens e, por meio da renda — o traço característico das suas finanças — obtêm os meios materiais para sustentar o culto e os seus ministros e alimentar a pujante floração das suas obras — e tudo isto não na desordem nem na inteira independência, mas na unidade, na obediência, na sujeição hierárquica, na disciplina.

Mal se compreende que no Estado que devia ser a resultan-

te e a expressão da nação organizada, não apareça naturalmente e portanto constitucionalmente representada esta vasta organização do interesse espiritual, não só como o mais alto e nobre de todos os interesses, mas ainda, pela sua extensão e penetração na sociedade portuguesa, como um interesse tipicamente nacional. Reconhecido abertamente o facto da grande maioria católica da nação, num alto cargo da Igreja, seus guias e seus ministros, é que haviam de, por força da sua própria função eclesiástica, fazer ouvir a voz da verdade e tratar em seu nome dos interesses que lhe dissessem respeito.

Seja, porém, pelo que for, a verdade é que estar organizado na nação não basta para estar organizado no Estado, e é precisamente no Estado e em parte contra o Estado que a Igreja tem necessidade de fazer valer a sua organização. Vejamos em primeiro lugar a razão do facto.

•

A fé religiosa pela afirmação alta e clara da sua verdade, pela prática duma moral determinada, pela realização dos actos do culto e pela sua própria força de expansão, é, não um fenómeno puramente psicológico, passado adentro das consciências individuais, mas um facto social de largo alcance e fundas repercussões, que o Estado conhece, tornando-o objecto duma regulamentação jurídica, umas vezes para o favorecer, outras para o hostilizar. Esta subordinação ao direito do desenvolvimento externo do fenómeno religioso não é em princípio um mal; mas para que o não seja, é condição primordial que o direito conheça o fenómeno religioso tal qual e, sem tentar violentá-lo, diminuí-lo ou pervertê-lo. De a religião ser obra divina lhe vem ser imodificável pelos homens; de ser um todo perfeito lhe vem não poderem ser separadamente considerados ou atendidos alguns dos seus aspectos.

Se a ordem, a paz pública, a necessidade de condenação das diferentes actividades sociais fazem atribuir ao Estado a faculdade de subordinar a fórmulas jurídicas as manifestações exteriores do fenómeno religioso, o que o homem pode ou não pode fazer na esfera religiosa, depende em grande parte do que

o Estado tiver legislado a esse respeito: na ordem jurídica os deveres do homem para com Deus aparecem como direitos do cidadão como liberdades individuais.

Sendo o primeiro dever do homem o seu dever para com Deus, o seu mais sagrado direito é o direito de adorar Deus, como Ele quer ser adorado. Por isso o Estado que, por circunstâncias políticas atendíveis, não reconhece expressamente como verdade a verdade religiosa, não pode ao menos deixar de reconhecer a cada indivíduo o direito de em inteira liberdade a seguir e praticar; e é este também — correspondente àquele direito — o seu primeiro dever.

Tendo em atenção que o homem sob o aspecto religioso se não encontra isolado, mas faz parte integrante da Igreja, aos direitos do indivíduo há que acrescentar certos direitos da sociedade espiritual, que são condições necessárias de vida religiosa e que o Estado deve reconhecer. Na verdade, não podendo o católico existir como católico, desligado da Igreja Católica, o cerceamento das liberdades ou direitos essenciais à vida da Igreja num país, equivale a uma negação ou restrição, por parte do Estado, dos direitos individuais.

•

Pelas considerações expostas me parece poder concluir-se que o interesse religioso perante o Estado está fundamentalmente em que o Estado reconheça como verdade a verdade católica, ou pelo menos em que reconheça aos cidadãos e à Igreja os direitos necessários ao exercício da religião em toda a sua extensão e na sua plenitude. Este reconhecimento ou não reconhecimento reveste formas jurídicas cuja declaração é atribuição do poder legislativo. Ora ficando o próprio Estado surbordinado ao direito, o que importa é actuar na formação e funcionamento do órgão competente para que o direito criado seja conforme ao interesse religioso. As violações do direito por parte do Estado ou dos seus agentes, entendendo-se aqui por direito a regra jurídica definida pelo legislador, não têm para o problema que nos ocupa, a mesma importância que a violação pelo direito das condições de vida da religião, no indivíduo e na Igreja.

A quem supusesse diminuída a gravidade do aspecto jurídico que reveste a luta do Estado contra a Igreja, pelo facto de a lei injusta não obrigar, direi apenas que esta garantia da consciência individual se pode ser algum tanto eficaz, quando a lei impõe um acto, porque o acto se não pratica e a lei não alcança o seu fim, é insuficiente quando a lei nega uma faculdade ou um direito, cujo exercício pode ser facilmente impedido. Para a consciência cristã a lei injusta deixa de ser lei; mas para o cidadão católico a violência fica violência.

Numa palavra: o aspecto legal da luta contra os católicos, impõe a estes uma defesa para que não bastaria no Estado moderno a organização própria da Igreja, mas uma outra que possa actuar no mesmo campo e pelos mesmos processos porque lhes são negadas às condições para o livre exercício da sua fé religiosa.

Oliveira Salazar

22.1.1923

VIII

Uma aplicação concreta

Nos modernos sistemas representativos, salvo o caso de o estatuto constitucional admitir a existência duma segunda Câmara constituída no todo ou em parte pelos representantes de interesses organizados, nenhum interesse pode fazer-se valer no Estado, sem que à sua organização própria, porventura existente, junte uma organização eleitoral. Esta organização eleitoral permite enviar representantes directos ao seio do Parlamento, para a conquista por via legal duma melhoria de situação no Estado, situação definida por fórmulas jurídicas. Eu suponho exactamente que o interesse considerado tem vantagem em não confiar a representantes políticos a sua defesa, mas em tentar esta directamente, elegendo representantes seus especialmente encarrega-

dos de obter, por via parlamentar, a justiça que o Estado indiferente ou hostil lhe nega.

Os católicos portugueses, organizados na nação por meio da Igreja, precisam também de organizar-se no Estado, e levar a sua defesa exactamente ao órgão encarregado de definir o direito, por meio do qual lhes são negadas condições fundamentais da vida da religião. O processo mais directo e mais fácil seria na verdade utilizar a própria força eleitoral de que a massa católica pode dispor, no sentido de conseguir uma equivalente representação parlamentar. Uma tal representação seria uma espécie de delegação do interesse religioso, agindo como tal naquele órgão político.

Sabemos já as dificuldades deste processo e desta representação de interesses.

Nos sistemas representativos, a Constituição desconhece, ao menos no modo de formação da Câmara baixa, os diferentes interesses que, afectando os indivíduos, têm de ser regulados em ordem ao bem comum, ou fingem não esquecê-los, explorando-os no chamado interesse nacional. A consequência é que a representação dum determinado interesse só pode constitucionalmente fazer-se apresentando-se como um interesse político. E por isso o uso pelos católicos do direito eleitoral no sentido de obterem representantes do interesse católico, é incompatível — salvo o caso de todos os católicos seguirem a mesma política partidária — com a eleição de representantes duma ideia política. Há assim uma tal ou qual diminuição da capacidade política dos cidadãos que tendo de associar-se com uns para fazerem triunfar eleitoralmente um interesse que lhes é caro, não podem associar-se com outros para fazerem vingar as suas convicções políticas.

Não repisarei por outro lado as vantagens a que houve já ocasião de me referir e que suponho provirem desta fórmula de organização.

Deixando de lado toda a ideia política que divide, toma-se para base a existência de um interesse comum que há necessidade de defender e que por si estreita os laços dos próprios associados, solidários na vitória ou na derrota final. A homogeneidade do grupo, a economia de forças, a sua mais perfeita valorização,

a finalidade única ou principal da sua acção no terreno político, a existência do interesse em jogo que lhes pertence como próprio — dão à massa eleitoral uma força de coesão e à acção parlamentar dos seus representantes uma isenção e uma eficácia a que representantes propriamente políticos não poderiam aspirar. O vasto programa de questões, em relação às quais os partidos políticos têm de tomar uma atitude, a sua constante luta pelo poder, não podem deixar de subalternizar — seja qual for a boa vontade e a competência dos seus representantes — a defesa dum interesse determinado, ainda que, por extraordinário o mesmo fosse comum a todos os filiados no agrupamento político. Pela multiplicidade de fins se divide a força que poderia concentrar-se em se conseguir um só.

*

Não há dúvida de que a orgnização política dos católicos ou a representação dos católicos no Estado se pode fazer como sendo a de um interesse espiritual que se sobrepõe em determinados momentos e condições, a qualquer interesse propriamente político. Nem se pode contestar esta possibilidade.

O interesse religioso diz respeito a uma grande massa de indivíduos, muitos dos quais gozam de capacidade eleitoral. A sua distribuição geográfica permite aproveitar-lhes a força, mesmo com a lei eleitoral mais adversa.

Por outro lado o interesse da verdade católica é por definição, quando atacadas as condições essenciais de vida religiosa, superior a outro qualquer interesse que pode, por isso mesmo, ser subalternizado àquele. Claro que, sendo preciso sacrificar um interesse político, não basta que o interesse religioso seja de si superior, mas que os católicos sintam e o considerem como superior, e procedam em harmonia com essa convicção. A verdade é que o abismo existente entre o pensamento e a acção pode prejudicar pela diminuição de forças eleitorais católicas, a representação católica, de modo algum em relação com o número de católicos realmente existente.

•

Esta organização permite no entanto dispor duma massa eleitoral própria, duma força autónoma, cujo fim é fazer triunfar eleitoralmente uma representação parlamentar católica independente. A utilização eleitoral desta força católica exclui a sua utilização política; mas esta limitação de actividade política partidária só nos surge no momento eleitoral e não noutro qualquer.

Quero dizer que, na reforma lógica dos princípios postos, os católicos agremiados nesta organização apenas tinham comprometido o seu voto, naturalmente destinado a um candidato simplesmente católico. Mas fora do momento eleitoral, gozariam os católicos da inteira liberdade de exteriorizar e lutar pelas suas opiniões políticas nos jornais, nos comícios, nas manifestações públicas ordeiras e legais. Sendo-lhes vedada a organização revolucionária, não lhes era por isso vedada a sua actividade política partidária. E se exactamente se fala em a organização católica, tal como aqui se delineia, se fazer sem sacrifício de opiniões políticas, mas com sacrifício de determinada actividade política, é que a actividade política está praticamente reduzida para a quase unanimidade dos indivíduos ao exercício do voto (e este seria naquela hipótese para os candidatos católicos), não querendo os partidos os seus associados para mais nada, se pode dizer, que para lhes darem o voto.

Apesar de procedente, não foi no entanto esta a única consideração que me levou a adoptar aquela fórmula, na tese apresentada ao Congresso do Centro Católico. À inteira liberdade de actividade política ao lado da organização católica independente nada haveria em princípio a opor, se acima dos católicos não existisse a Igreja, e eles pudessem, independentemente dela, fixar os pontos precisos da sua política religiosa. Mas fazendo parte os católicos, como católicos, duma sociedade — a Igreja; desenvolvendo esta uma acção política com os Estados que têm a mesma finalidade da política religiosa seguida em cada Estado pelos fiéis; tratando a Igreja com os Estados, como de potência para potência, mas precisando para a sua política uma força nacional em que se apoie, força que supõe nos fiéis obediência às suas indicações — segue-se que a política dos católicos não pode

ser independente da política da Igreja, a quem, acima de todos, cabe o dever da defesa religiosa, e pode portanto haver necessidade de sacrificar a um mais alto interesse a actividade política partidária, e sobretudo, o que é o caso mais frequente, uma actividade política hostil ao regímen vigente, com cujos representantes a Igreja negoceia e trata. É evidente que um tão grande sacrifício não se supõe, mas a Igreja poderá pedi-lo e não cabe a cada um de nós erigir-se em juiz das circunstâncias graves em que uma tal hipótese poderia dar-se: afinal de contas, nós ignoramos as razões de facto que decidem o Chefe da Igreja a aconselhar determinada atitude.

Oliveira Salazar

25.2.1923

11

COM O CORAÇÃO NAS MÃOS

(Artigo no *Correio de Coimbra*, 1923)

Com o coração nas mãos

Em 27 do mês passado viu-se *A Época* obrigada a censurar, ainda que «com o coração nas mãos», a política religiosa do *Correio da Manhã*, acusando-o de prejudicar a causa monárquica perante a opinião católica do país, impressionada com as suas «repetidas críticas ao procedimento de vários Prelados em termos menos respeitosos e não raro facciosos» e pela «virulência dos ataques de que é alvo o Sr. Dr. Lino Neto».

No dia seguinte, também «com o coração nas mãos» e como muito amigo de *Nemo*, o Sr. Conselheiro Aires de Ornelas, em fundo do *Correio da Manhã*, justificava a atitude do jornal, afirmando... não confundir A Sua M. os direitos de Padroeiro com as «pretensões erróneas do chamado realismo», e dizendo que, se deveras havia uma opinião católica que se insurgia, pela voz autorizada do Sr. Conselheiro Fernando de Sousa, contra certas atitudes do *Correio da Manhã*, outra pelo menos existia que muitas vezes lamentava não ser «mais activa nem mais positiva a oposição à campanha persistente e desleal que sob o nome de católica, por esse país fora diariamente se exerce contra a pessoa de El-Rei e contra os monárquicos que o seguem».

Em 29 *A Época* registou «com prazer», transcrevendo-as integralmente, aquelas «reflexões tão amáveis como ponderadas», declarou que só a má-fé ou a paixão obcecada poderiam evocar a ameaça do passado regalista e relembrou, ainda «com o coração nas mãos», que «não reclamando para o presidente do Centro a qualidade de personagem sagrada e indiscutível nem por isso julgava bem cabidos duros doestos.»

Se o leitor não viu aqueles diários, fica por este resumo fazendo ideia exacta da questão.

*

Em tudo o que aí fica, há uma coisa grave e há várias coisas simplesmente engraçadas.

A parte grave é incontestavelmente esta: o Sr. Conselheiro Aires de Ornelas, perante as acusações de *A Época*, entendeu que devia sustentar, com a sua autoridade pessoal e a situação que ocupa na causa monárquica, a falsa posição do *Correio da Manhã*.

Havia muita gente que supunha serem as campanhas do órgão monárquico devidas porventura a um excesso de ardor combativo dos seus redactores, a que era estranha a direcção da Causa. Afirmavam alguns até saber que os altos representantes lamentavam particularmente a atitude bélica do seu órgão em face das autoridades eclesiásticas e do Centro Católico, não reconhecendo nesta atitude nem elevação nem nobreza, antes vendo nele um formidável erro de táctica ao lado do desconhecimento completo do significado, do fim, da razão de ser da organização católica. E persistia deste modo, alimentando uma esperança de melhores dias, a ideia de que o estranho silêncio perante tão injustas campanhas, não significava desinteresse e muito menos concordância.

Pertence tudo isso ao domínio do passado. O Sr. Conselheiro Aires de Ornelas, lugar-tenente do Sr. D. Manuel, com a simples assinatura do seu artigo, marcou oficialmente a posição da política monárquica ante a política católica. Essa posição é... a do *Correio da Manhã*.

Registamos mas, ao contrário de *A Época*, sem prazer nenhum.

*

Falou *A Época* nas repetidas críticas do *Correio da Manhã* em «termos menos respeitosos e não raro facciosos»; referiu-se à «virulência dos ataques», citou factos de jacobismo político»;

relembrou «comparações cruéis», achou injustificáveis «duros doestos».

E tudo isso o Sr. Conselheiro Aires de Ornela englobou docemente na designação comum de «reparos», que há o direito de fazer visto que todos os actos políticos são «politicamente sujeiros à crítica».

A afirmação desse direito de crítica, concebido nos termos que ressaltam do artigo, também a registamos e igualmente sem prazer.

*

Há, porém entre as coisas graves da contenda, algumas que de... ingénuas chegam a ser divertidas.

Talvez por falta de conhecimento de muita coisa que se tem passado durante ausências suas, pretende o Sr. Conselheiro Aires de Ornelas fazer crer que a posição do *Correio da Manhã* é simplesmente defensiva da honra de El-Rei e dos monárquicos, contra quem os católicos fariam no país uma campanha desleal. Nada mais longe da verdade.

Seria um trabalho relativamente simples, compulsando-se a colecção dos jornais monárquicos, distinguir as várias atitudes que, em face da organização católica, foram tomando, empurrados pela dureza dos acontecimentos e a sua ignorância das necessidades da defesa religiosa, os que de facto dirigem ou inspiram a política monárquica, desde a desnecessidade duma organização independente, até à sua conveniência, daí à necessidade da mesma organização mas absorvida na organização monárquica, dos documentos pontifícios, repletos de valor enquanto reconheciam a legitimidade da política monárquica, tudo se foi sucessivamente e contraditoriamente defendendo até à declaração de guerra para, quanto à doutrina, assentar finalmente na incompetência da Santa Sé e dos Bispos para darem direcções políticas, e, quanto às pessoas, liquidar na campanha de descrédito do *Correio da Manhã*.

O lugar-tenente do Sr. D. Manuel supõe entretanto que são os católicos quem tomou a ofensiva, e responde às acusações de *A Época*... com as convicções católicas do monarca que representa.

*

Ora nenhum de nós tem a mínima dúvida sobre os sentimentos religiosos do Sr. D. Manuel e da Família exilada. Não é a sua pessoa, nem são os sentimentos, ou a sinceridade das suas afirmações que se discutem. Discute-se dum lado o valor político da sua vontade real, doutro a mentalidade dominante nos profissionais da política monárquica. O primeiro é-nos dado pela Carta; a segunda é-nos revelada pelos jornais declaradamente monárquicos, a que o lugar-tenente trouxe agora, com a sua concordância, o apoio da sua alta situação oficial.

El-Rei está ligado pelo seu juramento à Carta Constitucional e na hipótese da restauração às modificações que as Cortes lhe introduzirem. Se o novo estatuto constitucional reproduzir o mesmo tipo anterior, se nele mesmo se incluir — o que não é impossível — um preceito idêntico ao do artigo 3.º da Constituição da República, nem sequer contra as leis injustas teremos como garantia o veto real.

O Sr. D. Manuel podia tomar o compromisso perante Deus e perante a Pátria de não servir com uma monarquia que desconhecesse Deus e as liberdades da Igreja. Além de que muitos monárquicos lhe negariam o direito de tal juramento, em face do interesse dinástico e do interesse nacional por eles interpretado, apenas ficávamos com a certeza de que não seria rei em tal hipótese. Perdia-se então o rei; seria por isso diferente a monarquia?

Nós não sabemos quem a faria nem quem se apoderaria dela depois de feita. Sabemos apenas que os acontecimentos passam muitas vezes por cima dos homens e das suas vontades, e que é impossível prever-lhes a directriz, sobretudo quando uma consciência nacional bem formada não aparece, depois das primeiras convulsões, a dominá-los e a dirigi-los. Vemos tanto republicano a queixar-se de que não é esta a República que sonhou; porque não se há-de admitir que nesta desagregação social a que estamos assistindo e para que tanto se contribui com campanhas, poderemos encontrar-nos face a face duma monarquia diversa da que nos for prometida?

Compreende-se agora a acção do Centro Católico?

Não duvidamos dos sentimentos e dos propósitos do rei, mas temos o direito de contestar-lhe o valor político constitucional. Não duvidamos também dos sentimentos católicos de muitos monárquicos, mas duvidamos e muito da mentalidade que os órgãos monárquicos estão formando na massa conservadora do país. E não se alterando por isso os dados do problema — sociológicos ou jurídicos — não vemos razão para em política religiosa registarmos com excessivo prazer as declarações do Sr. Conselheiro Aires de Ornelas, ainda que como simples católicos, nos seja imensamente grato conhecer os sentimentos e fazer justiça às virtudes do Sr. D. Manuel.

É um erro supor que pretendemos contrariar a vinda da monarquia, trabalhando no Centro. Pretendemos apenas a conquista das nossas liberdades religiosas dentro da República, e evitar que, se a Monarquia vier, nos desconheça ou nos persiga docemente ou violentemente como a República tem feito.

Estamos entendidos?

Oliveira Salazar

15.11.1923

12

A PAZ DE CRISTO NA CLASSE OPERÁRIA PELA SANTÍSSIMA EUCARISTIA

(Discurso no Congresso Eucarístico Nacional, em Braga, 1924)

Eminentíssimo Senhor Cardeal Legado,
Ex.mo e Rev.mo Senhor Núncio Apostólico,
Ex.mos e Rev.mos Senhores Arcebispos e Bispos de Portugal,
Minhas senhoras e meus senhores:

No programa das teses para as sessões públicas deste Congresso, há uma que se intitula — *A paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia.* As despretensiosas considerações que vou apresentar a V. Ex.as, são o fruto da meditação de algumas horas, com o pensamento em Jesus Sacramentado e os olhos postos na desordem mental e moral que manifesta, entre convulsões violentas, o operariado do mundo.

Num congresso em que se pretendem estudar os meios de estabelecer neste desassossegado Portugal o reino de Cristo e por ele a sua paz, não podia deixar de ser apresentada uma tese semelhante, e pena é que, por insuficiência minha e estreiteza de tempo, o assunto não seja convenientemente tratado.

Formam legião as massas operárias cuja alma se agita em revolta, com fome e sede de justiça; e essa legião que o Evangelho conheceu e proclamou bem-aventurada, passa ao lado da Igreja, ignorando-a, ou avança contra Ela, combatendo-a, como se destruir no mundo a fonte da virtude e da ordem fosse o caminho seguro para conquistar a justiça e a paz. As legítimas aspirações das massas proletárias, adulteram-nas os seus dirigentes em programas fantasiosos, que trazem embalada em esperanças loucas a imaginação da gente simples. Aventurando-se

a movimentos que ameaçam subverter a civilização moderna, nota-se que, quanto mais avançam e mais conquistam, mais a luta recrudesce, alimentando-se dos próprios triunfos, e a paz não chega, não existe a justiça, as situações não melhoram, e o próprio operário vê esboroarem-se-lhe nas mãos as conquistas que obtém.

Há certamente um erro de princípio, minando pela base o êxito do movimento operário, e conviria descobri-lo e focá-lo bem no ideal que o operariado se propõe, e nos processos que adopta, para em plena consciência lhe indicarmos nós o caminho da verdadeira paz.

I

A paz de Cristo e a paz do mundo

Eminência,
Minhas senhoras,
Meus senhores:

Há no Envangelho de S. João (c. XIV) uma passagem de Jesus que o sacerdote diariamente repete em oração no Cânone da Missa: *Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz; mas não é como o mundo a dá, que eu vo-la dou.* Expressamente se afirma aqui que também o mundo consegue estabelecer a paz; mas com igual força se afirma que essa paz não basta e que não é como a paz que Cristo nos deixou.

Em que se distinguem então?

Quando o mundo consegue estabelecer a sua paz, estende-a por vários domínios, que lhe dão a nossos olhos feições diferentes: é a paz entre os Estados — a paz militar; é a paz entre os órgãos do poder público — a paz política; é a paz no domínio da produção das riquezas — a paz económica; é a estabilidade dos princípios em que assenta a organização duma sociedade — a paz social.

Vede agora como esta paz se estabelece e se mantém. Mantém-se a paz entre os Estados, sustentando-se, frente a frente e prontos ao ataque, os próprios instrumentos da guerra; consegue-se a paz política, por compromissos e mútuas concessões através das quais se divisam irredutíveis as mesmas incompatibilidades; obtém-se a paz económica, colocando-se em pé de igualdade os interesses opostos, para se dar de momento razão ao que mais pode, esperando-se que da própria derrota tire mais tarde forças o vencido para ditar a lei ao vencedor; mantém-se a paz social, negando pelo direito e recusando pela força liberdades que se chocam e aspirações em conflito, que não desaparecem porque as negam, mas se contêm, porque as violentam.

Esta paz que traduz apenas um equilíbrio instável, precário para o desenvolvimento das sociedades humanas, quis Jesus completá-la, informá-la de novo espírito, anunciando desde o berço a sua paz aos homens de boa vontade. E desde então a imensa, profunda, inalterável tranquilidade das almas que procuraram e acharam a luz, pôde existir na terra — é a *paz de Cristo*. É a paz da consciência pela íntima união com Deus e a conformidade com a sua vontade divina; é a paz do claustro pela renúncia e pela obediência; é a paz doméstica pela dedicação e pelo sacrifício; é a paz pública pelo amor do próximo; é a paz no Estado pela obediência ao poder, pelo reconhecimento dos direitos da consciência individual, pelo exacto cumprimento dos deveres de cada um; é a paz no trabalho pela justiça na distribuição da riqueza, pela noção moral de utilidade dos bens criados, pelo respeito da eminente dignidade da pessoa humana. Esta é a paz de Cristo — completa, porque tudo abraça e a tudo se estende; perfeita, porque não provém duma transigência precária mas duma renúncia absoluta; sólida, porque vive e se alimenta duma força permanente, inalterável, liberalíssima — DEUS.

Quando se comparam estes dois géneros de paz, um traço nítido permite distingui-los; é a paz do mundo toda externa e obtém-se pelo *mandar*; é a paz de Cristo toda íntima e conquista-se pelo *obedecer*. Atendei bem: intitulavam-se os soberanos *Senhores* dos seus povos; intitula-se o Papa, representante de Cristo, *Servo dos servos de Deus*.

II

A classe operária procura a paz do mundo e por isso não tem a paz

E que paz buscará, meus senhores, que paz buscará no nosso tempo a classe operária? Procura a *paz do mundo* e por isso não tem verdadeira paz. Toda essa agitação, toda essa luta violenta, ou surda hostilidade, que aqui e além explode em gravíssimos conflitos, tem uma finalidade única e é animada por um único espírito. Convido-vos a descobri-los.

A organização económica e política da generalidade dos povos modernos é dominada por este facto — a desigualdade na repartição da riqueza.

Esta riqueza cria um poder social, de larga influência; e pela organização do Estado e pela forma de recrutamento dos seus órgãos, transforma-se ainda facilmente em força política, dá facilidades para a conquista do mando. Por outro lado, a posse do poder, permitindo converter em lei qualquer interesse e pôr à disposição e para defesa deste a acção da força pública, constitui um meio cómodo de realização de interesses privados.

Como a Economia, também o Estado não reconhece no seu desenvolvimento e na sua acção quaisquer limites morais, e a ausência destes limites, impostos por uma lei superior, permite praticamente ao poder expandir-se na defesa dos interesses individuais ou de grupo, e à riqueza consumir-se esterilmente na satisfação de estultíssimas vaidades.

Eis a tentação:

Posto o Estado ao alcance dos grupos, lutarão estes por conquistá-lo; posta a riqueza em função do gozo, desencadear-se-ão para obtê-la as nossas imoderadas ambições. O poder exerce uma atracção irresistível, quando não é o exercício duma função sagrada, mas o meio de realização de interesses; a riqueza fascina dominadoramente, quando não constitui uma reserva social nem um instrumento de produção e enriquecimento da colectividade, mas a fonte do simples gozo individual.

Perscrutemos agora nas organizações operárias dominantes — socialistas, comunistas, sindicalistas revolucionárias — o espírito que as anima.

Os chamados programas mínimos, a efectivar ainda no Estado burguês; as suas reivindicações de ordem material e moral, a conseguir, directamente, sem intervenção da autoridade; os seus processos de combate, mansos mas ruinosos para a produção, ou violentos e criminosos, são, no espírito dos seus altos dirigentes, acidentes apenas de secundária importância, conquista de postos estratégicos, meios de desgaste da sociedade actual, ensaios de luta, melhorias de situação inadiáveis, mas nada disso é o ideal, quero dizer, o fim último. Esse fim é a *revolução social.*

Ou realizada através duma fórmula política que seria a quintessência dos nossos regimes democráticos — a revolução viria a ser o seu fim último e acabamento perfeito —, ou consumada por essa *ditadura do proletariado* que Lenine substitui à ideologia ocidental, sem vacilar ante a brutalidade do golpe e o horror da sua execução, a *revolução social* é, reduzida a uma expressão simples, só isto e isto tudo: a posse do poder para, por via de autoridade, converter em lei o interesse operário; e a confiscação da riqueza existente que permita uma nova fórmula de distribuição da riqueza a criar.

É por este caminho que o operário procura a paz — a paz do mundo. Teve já realização nalguns pontos este programa e a paz não veio, antes se acendeu mais a luta e recrudesceu a miséria; há-de realizar-se certamente ainda noutros países, e a paz não virá também. Porquê?

É que na formação da mentalidade operária entram princípios que são fatais ao seu verdadeiro interesse, e há graves ilusões acerca da própria paz do mundo, se por modo duradouro a viesse um dia a conquistar.

Examinemos então agora as ilusões da paz do mundo na classe operária.

III

Ilusões da paz do mundo na classe operária

Esta sonhada paz que se havia de estabelecer por uma nova distribuição da riqueza e pelo exercício porventura exclusivo do mando, assenta em ilusões acerca do *trabalho*, em ilusões acerca da *riqueza* e em ilusões acerca do *poder*.

Por uma espécie de reacção contra um conceito demasiadamente depreciativo do trabalho manual, o operariado foi naturalmente levado também a exagerar o valor do esforço que fornece na obra da criação de riquezas de que vive a colectividade. A ideia de que só ele trabalha e produz, vivendo as outras classes da população parasitariamente do seu esforço cuja maior utilidade não usufrui, é corrente na classe operária, e é atentatório da própria civilização que a deixemos firmar-se. A hierarquia dos trabalhos concorrentes na produção, directamente ou indirectamente, é desconhecida, ou pelo menos é negado o seu direito a provocar uma gradação nas retribuições. Esta hierarquia — trabalho de invenção, de organização, de direcção e de execução — ao mesmo tempo que traduz uma necessidade intrínseca da produção material, é reflexo da desigualdade natural de aptidões individuais, que a sociedade não pode nem deve contrariar.

O homem de Estado, o juiz, o advogado, o médico, o sacerdote, o artista, o professor, o sábio, não são apenas flores ornamentais duma civilização de mentira; trabalham para criar aquelas condições morais, sem as quais a produção seria indiscutivelmente inferior. A ordem, a justiça, a beleza, a ciência que aumenta o poder do homem sobre a natureza e as suas faculdades criadoras, não são riquezas materiais; mas sem elas a produção não seria tão abundante nem tão valiosa.

A ideia da importância exclusiva ou dominante do trabalho material, desacompanhado daquelas condições que a organização política e o espírito humano foram criando, é pois mais que uma ilusão, como há pouco lhe chamei, é uma ideia de morte,

não já para aquilo que chamamos a nossa civilização, mas para o futuro da produção das riquezas, em que está directamente interessada a classe operária.

Vejamos agora as ilusões do operariado acerca da riqueza. Deixamos os homens ricos, que para já não importam, e examinemos a riqueza em si e nos benefícios que presta. Se me fora permitido caracterizá-la na sua acção económica por elementos morais, dir-vos-ia que há uma riqueza-egoísmo e uma riqueza-sacrifício e dedicação. A primeira é a riqueza destinada ao consumo, à satisfação de necessidades naturais ou artificialmente criadas pela civilização. A segunda é a riqueza que se destina às novas produções, ao maior enriquecimento da colectividade.

Esteja na mão de particulares, ou na mão de sindicatos, ou na mão de pequenas circunscrições territoriais, ou na mão do Estado, esta riqueza é a cristalização dum trabalho acumulado por séculos, e é a garantia da produção futura, directamente proporcional à sua importância. É uma riqueza que para constituir-se exige previsão e exige sacrifício — o sacrifício dum apetite presente que a consumia, a uma produção futura que a aproveita, e a previsão do peso das necessidades futuras em comparação das necessidades presentes. Essas qualidades de sacrifício, de dedicação, de renúncia exigem o homem sob estes aspectos superior, porque tais qualidades não se encontram no vulgo e muito menos na multidão.

Figuro este homem rico, mas rico produtor, como uma espécie de administrador de bens dum incapaz, tornando fecunda a riqueza pela sua acção, pela sua iniciativa, pelas suas qualidades de dirigente e de chefe. O que convém a todos é que não deixe apodrecer na improdutividade a riqueza que possui e a converta em instrumento de trabalho, e a valorize, e a fecunde, e com ela produza mais riqueza de que todos aproveitam.

E o que disto concluímos, opõe-se assim directamente à primeira ilusão da classe operária quanto à riqueza: toda a organização económico-jurídica que, confiando-a ao Estado, deixe afinal ao alcance dos apetites de todos a riqueza produtiva, terá por efeito imediato desviá-la para o consumo, inutilizá-la, diminuí-la e provocar a miséria final da colectividade.

Por outro lado, afastada a miséria e ainda a extrema pobre-

za, para cima duma certa mediania, a riqueza só exerce uma atracção irresistível, porque nenhuns limites morais pomos ao seu consumo, e poucos limites jurídicos o Estado põe à sua utilização. Mas exactamente esta ausência de limites é inimiga da paz, e nunca a riqueza sob este aspecto deu a felicidade a ninguém. Vem atrás dum desejo outro desejo, nascem umas apirações da satisfação de outras, alimentando uma ambição sem limites, como uma bebida misteriosa que tivesse por efeito tornar mais ardente a nossa sede.

Estas grandes ilusões, meus senhores, da riqueza e do trabalho são no entanto a alma da finalidade que se propõe a classe operária com a revolução social. Mas conquistar o poder e exercer o poder para transformar em preceitos de lei perfeitas ilusões, que, realizadas, diminuiriam a capacidade produtiva do mundo e destruiriam bases firmes de estabilidade social, não é arredar conflitos, é multiplicá-los; não é buscar a paz, é atear mais a guerra; não é conquistar a felicidade, é aumentar a miséria e a dor.

Se ao menos a posse do poder fosse em si um bem! Mas a experiência demonstra e a natureza das coisas exige que só uma minoria governe, e a mesma experiência tem mostrado, que não é mais doce, para os que os elevaram, a mão-de-ferro dos novos dominadores.

IV

A paz de Cristo na classe operária

A estrondosa falência da paz do mundo, que a classe operária tem buscado, autoriza-nos agora a entremostrar-lhe a paz de Cristo, por que devera ansiar.

Vai nisso o nosso interesse de civilizados e de cristãos, mas uma grave dificuldade se apresenta ao meu espírito: mal se poderá levar a paz de Cristo à classe operária, se as classes dirigentes a não possuírem já.

E temo-lá nós, a paz de Cristo, nós os que pudemos adquirir um grau superior de instrução, os que possuímos bens avultados de fortuna, os que ocupamos um lugar elevado no mundo, os que dirigimos o trabalho alheio, os que movimentamos a produção, os que defendemos os interesses da colectividade? Temo-la, sentimo-la, vivemo-la, irradia da nossa vida inteira a paz do Senhor?

Quando comparamos a mentalidade operária à nossa própria mentalidade, surpreende-nos a absoluta identidade das ideias fundamentais que professamos. À parte a nossa noção de valor e dignidade do trabalho que, sendo contrária à da classe operária, é igualmente falsa, o nosso conceito de riqueza e o nosso conceito de poder são precisamente iguais aos que constituem o espírito e a razão de ser da revolução social.

Quem subtraiu a acção do Estado aos limites da moral e tornou independentes a lei e o direito do bem comum e da justiça, permitindo confundir o facto com a legitimidade do poder, e o fim do Estado com qualquer interesse dum grupo social, não foi a classe operária; fomos nós que reivindicámos diante de Deus a nossa absoluta independência e criámos o Estado laico, quer dizer, o Estado ateu.

Quem tirou à riqueza toda a finalidade moral, pondo-o apenas em face das necessidades humanas, sem curar de saber em que é que a satisfação delas interessava à realização dos fins do homem; quem anarquizou a produção, desviando-a dos produtos necessários à conservação da vida e ao progresso moral da humanidade, para o inconcebível *bric-à-brac* com que satisfazemos necessidades fictícias, que a nossa vaidade vai criando; quem desperdiça milhares de braços e milhões de capital, porque um mau gosto vem tomar o lugar de outro mau gosto, conforme as estações do ano e os caprichos da vontade; quem, destruído o estalão das utilidades, dá a um lupanar o mesmo valor que a uma igreja, considera o jogo como uma profissão e a exploração do vício como verdadeira indústria — não é a classe operária; somos nós, que fizemos da política económica uma política amoral, para que a nossa riqueza nos fosse simples instrumento de gozo e o gozo a satisfação das baixas tendências da nossa humanidade.

Quem considera o trabalho manual como único trabalho produtivo, negando-nos o direito a uma parte da riqueza criada, é a classe operária; mas quem o degrada e o considera aviltante, não o exercendo nem se aproximando dele; quem se rende ante a superioridade de não fazer nada e reivindica como legítimo direito a ociosidade, somos nós, a quem a fortuna não impõe o trabalho como necessário e de quem infelizmente a consciência o não exige como devido.

Esta mentalidade, que explica da parte da classe operária a sua aberta hostilidade à Religião Católica, deveria explicar igualmente o nosso alheamento e surdo ódio à Fé, se por hipocrisia ou por inconsciência não estivéssemos habituados a confiar-lhe a defesa dos nossos bens, dos nossos privilégios, do que reputamos os nossos direitos. Digamos ousadamente que tudo isso fica mal entregue à guarda da Igreja Católica. A razão é que a Igreja militante somos nós todos, e, se as nossas ideias são exactamente aquelas que da parte da classe operária nos ameaçam e nos assustam, que há-de fazer-nos a Igreja, se contra ela própria defendemos o mal de que queremos que depois nos livre?

Procuremos, pois, nós também a paz de Cristo, que por nós o Senhor a fará descer até ao operariado.

Mas onde está ela, essa paz divina onde está?

Retomemos uma nota que atrás frisámos: a paz do mundo estabelece-se pelo *mandar*, e a paz de Cristo pelo *servir*. Esta aspiração de possuir o poder, que se afigura aos dirigentes do movimento operário como indispensável à revolução social, cria e alimenta nas classes operárias a revolta, o ódio, a ambição. Se relembrarmos as três noções fundamentais da sua doutrina — as noções de poder, de trabalho e de riqueza, vemos que são efectivamente dominadas por aqueles três sentimentos.

Não se contenta o Cristianismo com a paz externa, e procura chamar a si, pacificando-as, as almas perturbadas. E, assim como não lhe é necessário mandar mas servir, assim opõe ao espírito de revolta a obediência, ao ódio o amor, à ambição a renúncia. Tomemos agora estes três sentimentos cristãos, examinemos à sua luz aquelas mesmas instituições, e teremos encontrado as bases morais da *nossa* revolução social.

Não aspirar ao *poder* como um direito, mas aceitá-lo e exercê-lo como um dever; considerar o Estado como o *ministro de Deus para o bem comum*, e obedecer do coração ao que está investido de autoridade; não se esquecer quem manda da justiça que deve, e não se esquecer quem obedece do ónus sagrado de quem manda — que revolução tremenda! É o poder desembaraçado de sofreguidões ambiciosas, de embaraçosas importunidades, de perigosas convulsões; é a autoridade livre e o súbdito respeitado; é a lei humana prestigiada pela justiça, o poder limitado pela lei de Deus e pelos direitos da consequência; é a ordem assegurada pela obediência das almas.

Possuir a *riqueza* e usá-la em harmonia com os fins do homem e o progresso moral da humanidade; tê-la como um encargo confiado à nossa inteligência e à nossa iniciativa, para que a façamos frutificar em benefício de todos; sujeitá-la a nós, para que nos sirva e sirva os nossos irmãos, mas não nos escravizarmos a ela, para que o Senhor nos veja pobres em espírito —, que enormíssima revolução! É a produção assegurada dos bens necessários à sustentação de todos; é o consumo como aproveitamento e não como inutilização de bens; é o luxo reduzido a uma função da beleza; é a miséria vencida, é a tranquilidade na segurança do futuro.

Tomar o *trabalho* próprio e alheio com amor, desempenhá-lo com zelo, aceitá-lo com alegria; ter o orgulho da profissão, pela consciência da sua utilidade e pela perfeição própria do trabalho executado; sentir a nobre honra de contribuir com um esforço útil para a colectividade e sentir o vexame duma ociosidade parasitária —, que revolução prodigiosa! É o rendimento do trabalho humano mais elevado, é uma quota mais elevada da riqueza distribuída a cada um, é uma mais equitativa repartição do trabalho no mundo, é um avanço enorme no caminho moral da humanidade, mais desembaraçada de preocupações materiais para a cultura do espírito.

Dai-nos estas almas transformadas pelo espírito cristão da obediência, do amor e da renúncia, que a paz de Cristo é perfeitamente compatível com a sindicalização operária, com novos regimes de trabalho, com novos regimes de propriedade, com diferentes organizações políticas. O espírito distingui-las-á sempre

pela moderação, pela justiça, pela caridade, pelos conceitos morais, que dominam os aspectos materiais da vida.

Eminência,
Minhas senhoras,
Meus senhores:

Esta revolução de almas que a paz de Cristo exige e representa, é apenas a aplicação ao mundo do trabalho da noção cristã da vida, que exige no Calvário um Deus que se imola, e no altar um Deus que se oferece em alimento às almas. Como a vida da alma não existe fora de Ele, seria uma utopia desejar a paz de Cristo fora de Cristo e a vida cristã longe da fonte da vida — *Jesus Sacramentado.*

Que Jesus, pois, dando-se à alma operária, dê ao mundo operário a sua paz.

13

O GOVERNO ÁLVARO DE CASTRO
EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS

(Artigo no *Novidades*, 1924)

Gulosamente o Sr. Álvaro de Castro virá ver o que digo a seu respeito. Nada porém, a não ser que tenho seguido com interesse o seu *processo* de governo e que esse processo se me afigura digno duns momentos de meditação.

O país tem feito nestes últimos anos muitas experiências políticas, mas tem-se sobretudo obstinado a passar da ditadura para a constitucionalidade e a ir da constitucionalidade para a ditadura.

Farto de ser mal governado dentro e fora da Constituição, tendo assistido vezes sem conto ao funcionamento irregular dos órgãos constitucionais do poder que a cada passo se invadem mutuamente a sua esfera de acção própria, o país não conseguiu ainda ver a garantia de ordem, de paz pública, que representa o íntegro cumprimento do seu estatuto fundamental. E aplicando naturalmente o critério da utilidade governativa ao que os políticos chamam a normalidade constitucional, tem feito o seu juízo — digamo-lo claramente —, o pior, e por mais exortações que lhe hajam sido feitas, não consentiu ainda em odiar e em revoltar-se contra as várias tentativas de ditadura.

Neste Estado acéfalo em que as responsabilidades se dividem, anulando-se, e ninguém efectivamente responde pela miséria do povo, atrai logo as simpatias aquele que toma corajosamente sobre si o peso da governação e assume sozinho a responsabilidade do bem e do mal que se fizer. Entretanto, tem havido sempre alguém — um regimento ou um assassino — que põe tragicamente fim às experiências ditatoriais. E não vale a pena repeti-las nos antigos moldes.

As mutações no tablado político — não confundir com uma mudança de *política* — deixaram porém a nação singularmente indiferente, ou pelo menos tais acontecimentos não marcam na sua vida colectiva, como coisas de grande importância. É peciso descer das redacções dos jornais e dos grémios partidários até ao mundo do trabalho e aos organismos da produção, para se apreender a pequena parte que toma nas suas preocupações absorventes, uma barulhenta e espectaculosa queda de ministério que é, por vezes, para os políticos, como se tivesse desabado em pedaços um pedaço do mundo.

Quando se vive no campo, absorvido nos labores duma casa agrícola, ou na oficina ou na fábrica a braços com as dificuldades da produção, ou no armazém de comércio, ou na praia elegante, ou no alto mundo da frivolidade e do prazer, um ministério é tão frisantemente igual a outro ministério que, em absoluta sinceridade, parece ser o mesmo.

Os jornais feitos com os políticos criam nos seus meios restritos um estado de sobreexcitação doentia que cada qual julga partilhado por todos os outros, e daí vem que dum canto da capital, por definição a cabeça do país, o mais reduzido grupo partidário convictamente julga falar em nome da nação.

Não é, mas há interesses mais directos e palpáveis em jogo na actividade política, e o que é pior é que à medida que o poder se corrompe e que o interesse colectivo é sacrificado a interesses individuais, ao mundo político que espera e provoca as mutações governativas, junta-se o outro mundo ávido dos negócios. Na alta finança, nos bancos, no comércio de especulação nos grandes empreiteiros, entre os grandes fornecedores, mesmo no campo da produção propriamente dita, em ramos cuja vida depende em grande parte de actos governativos, existem já numerosos indivíduos a *interessar-se activamente* pela política dos partidos. A influência corrosiva da sua acção traz mais duma dificuldade grave à governação pública.

Seja por um hábito intelectual que mantém a seus olhos intacta a virtude intrínseca de fórmulas que a perderam já ou não a tiveram nunca, seja porque, encerrado o Parlamento, a sua importância diminui com perigo de se julgarem dispensáveis ou inteiramente inúteis, os nossos políticos, compreendido o ditador,

detestam cordialmente a ditadura. O Parlamento aberto é o guarda vigilante da Constituição, o sagrado penhor das nossas liberdades públicas. E eis que o Parlamento não fecha mesmo no Verão, pelo calor e pelas moscas.

No entanto, quando se atende às recriminações dos ministros contra o poder legislativo, e se dá crédito às críticas que, ora da maioria, ora da minoria se fazem à obra parlamentar, há-de dizer-se que o Parlamento é sem dúvida uma bela máquina, visto que a louvam tanto, mas decerto enferrujada, pois que funciona tão mal.

A morosidade dos seus processos de trabalho, as incompatibilidades fundamentais dos seus grupos constitutivos, o predomínio da questão política em todos os problemas a estudar, a espécie de transigência entre princípios opostos, que há no fundo de toda a solução, parecem embaraçar demasiadamente a acção do poder executivo, revelando inferioridades do Parlamento, graves sempre, gravíssimas em períodos que exigiriam uma decidida obra governativa de reconstrução nacional.

Para os que têm a triste obrigação de estudar as leis que os outros fazem, a obra legislativa do Congresso, comparada à do Governo, não é em geral mais ponderada, nem mais razoável, nem mais justa, diremos tudo? — nem mesmo escrita em melhor português.

Era mortal este dilema para a política portuguesa, sempre hesitante entre uma ditadura trágica e um Parlamento estéril e eis que o Sr. Álvaro de Castro nos apresenta no seu Governo uma experiência que permite iludir aquelas dificuldades: o sr. presidente de ministros faz *ditadura* com *ar constitucional.*

Os que não nos iludimos com palavras, julgamos que há ditadura sempre que o poder executivo usurpa poderes que constitucionalmente lhe não competem, substituindo-se ao poder legislativo na elaboração das leis ou excedendo as outorgações que para esse fim lhe foram concedidas. Que o Parlamento esteja ou não funcionando, é perfeitamente indiferente para o juízo que, sob o ponto de vista constitucional, há-de fazer-se dos actos do Governo.

Mas a experiência política que se está fazendo, mostra que a noção da ditadura dos nossos políticos — e é com ela que há-

-de governar-se — é providencialmente mais restrita e permite por isso cómodos arranjos. Fazer ditadura é ter encerrado o Congresso, e é prova concludente do mais puro viver constitucional ter o Parlamento aberto.

À sombra de autorizações legais, tão elasticamente interpretadas que todo o Portugal lá cabe, o Governo tem publicado decretos em que incontestavelmente tem invadido a esfera de acção do poder legislativo. À parte porém esta última discussão acerca da dívida externa, não me recordo de que a sensibilidade das Câmaras se agravasse com os decretos inconstitucionais do Governo.

Em face de tanta cegueira ou de tanta ingenuidade, é notável a habilidade do Sr. Álvaro de Castro, a menos que esteja fazendo ditadura sem o saber. Sem irritar as susceptibilidades políticas, vai fazendo por meio de decretos o que quer; com o maior respeito pela soberania do Parlamento, usa-lhe livremente as atribuições, e tanto o respeita que o tem aberto como uma válvula de segurança por onde em jactos de eloquência se escapa a paixão política em alta tensão: rebentava se não pudesse expandir-se.

A mentalidade política e as necessidades do Governo que esta experiência revela, fazem-nos admitir como possível e facilmente adaptável uma nova fórmula de equilíbrio político que, sem perder nada da sua eficiência, podia adaptar-se ao mais rigoroso formalismo constitucional.

Por meio de autorizações parlamentares, restritas a assuntos determinados, mesmo acompanhados, quando preciso, de bases que orientassem o poder executivo, era fácil ficar este armado dos poderes necessários a regular por via legislatória problemas urgentes de interesse nacional, sem que o Parlamento por isso alienasse a sua faculdade de fazer as leis, ou ficasse inibido de fiscalizar a acção do Governo no uso das autorizações concedidas, providenciando, como entendesse, no caso dum desvio inconstitucional.

Podia assim o Parlamento ocupar-se sobretudo dos altos problemas políticos, e obtinha-se a vantagem de deixar o poder executivo cercar-se de corpos técnicos especializados com uma intervenção eficaz na elaboração dos diplomas legais.

A imensa superioridade deste processo avulta ainda, quando se compara a duas experiências passadas: a do Sr. Afonso Costa, aprovando com a sua dócil maioria sucessivos projectos de lei, no meio do barulho e do desespero duma minoria desprezada, e a do Sr. António Maria da Silva, gastando integralmente em habilidades nas Câmaras, para contentar a todos, as suas energias de homem de governo.

Tais são as considerações em que me parecem merecer a coragem do Sr. Álvaro de Castro, rara coragem de assinar, em face do Parlamento e do país, decretos que... decretos e relatórios, vários.

Oliveira Salazar

18.6.1924

14

EM VÉSPERAS DE ELEIÇÕES

(Artigos no *Correio de Coimbra,* 1925)

A contagem

Declaro que estou ansioso pelas próximas eleições.

Durante muito tempo se desculpou a nossa inércia com a falta de comando dos *chefes* — e os *chefes* marcaram posições e deram as suas ordens. Durante muito tempo se escusou a nossa frouxidão com a falta duma doutrina clara e duma orientação definida — e formulou-se a doutrina e definiu-se a orientação e precisou-se, a não poder-se admitir uma dúvida, o sentido das instruções do Episcopado, em harmonia com a clara vontade da Santa Sé. Durante muito tempo nos andámos embaraçando na confusão de causas realmente distintas, não sabendo se seria melhor votarmos como monárquicos para com a Monarquia defendermos a Igreja, se votarmos como católicos para com a Igreja tornarmos eficaz o regímen que houvesse de governar-nos — e a confusão desfez-se e cada um se vê obrigado a escolher o caminho que lhe é indicado pela natural hierarquia das causas.

Declaro que estou ansioso pelas próximas eleições, porque, não tendo mais desculpas que apresentar, havemos de responder à chamada — *sim* ou *não*, e podemos saber os que ficaram e com rigor *quantos somos*. Depois das refregas dos últimos tempos há absoluta necessidade de fazer a contagem dos soldados da causa, e decididamente o melhor é contá-los já em linha de batalha — no acto eleitoral.

Temos visto errar todos os cálculos feitos sobre a massa católica do país. Contam uns os *católicos possíveis* — graças a Deus, todos os que nasceram no torrão sagrado do Portugal fidelíssimo; contam outros os *católicos prováveis* — os numerosíssi-

mos católicos da missa dos domingos, das romarias afamadas, das irmandades e confrarias, os que se revoltam contra a confiscação dos bens da Igreja e acham que Roma é *ainda* a maior potência espiritual do mundo; contaremos nós agora apenas os *católicos certos* na luta eleitoral, que são os únicos que *politicamente* nos interessam, porque, não valendo nas urnas nem os desejos nem as intenções, temos de ver se lá deitamos *votos*.

Com a nossa actual falta de organização, combinada com outras causas que deformam a genuína representação nacional, esses votos não serão em toda a parte um elemento de *vitória;* mas, sendo uma afirmação, são em toda a parte um elemento de *contagem*.

O cumprimento dum dever não pode ficar dependente da sua plena eficiência prática, porque nem nunca podemos saber ao certo que consequências advieram de termo-lo cumprido. Dou esmola aos pobres, e não acaba a pobreza; dou um bom conselho a um transviado, e não evito uma acção má; deitarei na urna o meu voto, ainda que seja único — porque não me mandam vencer, mandam-me votar.

E não será inútil. Esse voto que não conseguiu eleger um deputado católico, afirmou uma doutrina, proclamou uma fé, protestou contra uma violência, reivindicou um direito, traçou um programa de acção, indicou causas de decadência, exprimiu um voto, formulou uma aspiração, foi uma voz que, lá do recanto duma aldeia, duma cidade, dum casal perdido na serra, respondeu enérgica, vibrante, a este chamamento geral:

Presente!

S.

31.1.1925

Votos e candidatos

São dois os problemas que temos a resolver nas próximas eleições — a *contagem* dos nossos elementos *certos* pela sua

mobilização geral, e o aumento da representação parlamentar, pela reeleição dos deputados e senadores que actualmente possuímos e conquista de mais alguns lugares nas Câmaras. Compreendemos nesta representação não só os filiados no Centro Católico, mas ainda outros parlamentares de quaisquer partidos que, tomando o compromisso de defender e votar as reivindicações mínimas dos católicos, reputemos suficientemente sérios para nos faltarem a ele.

Os princípios por que há-de regular-se a solução daqueles problemas, não necessitam de demonstração; basta que os indiquemos, para se nos imporem à razão esclarecida e à nossa consciência de católicos. São: *a)* o candidato filiado no Centro Católico é *ipso facto* para os católicos o melhor e o mais digno da sua votação, não podendo ser sacrificado a qualquer outro; *b)* a votação católica deve em regra ser valorizada ao máximo, pelo aproveitamento de todos os nomes que, segundo a lei, podem ser incluídos na lista; *c)* sem prejuízo do representante próprio, os nossos votos devem ser aproveitados no sentido de fazer eleger candidatos de outros agrupamentos que nos sejam favoráveis, e na sua falta mesmo os menos maus dos *péssimos* que certamente se hão-de apresentar ao sufrágio.

Não sabemos ainda neste momento que instruções dará, para todo o país, a Comissão Central; mas desde já podemos dizer que a solução dos dois problemas acima indicados se obtém pelos meios práticos seguintes: *a)* em todos os círculos do país nos parece dever ser proposto um candidato filiado no Centro Católico, ainda que não haja qualquer esperança de vencer. Esse católico é um elemento necessário de atracção das forças católicas por mínimas que sejam: um voto que obtenha, *conta-se; b)* como a lista é plurinominal e o nosso candidato é um só, preenchê-la-emos com os nomes que satisfaçam às condições indicadas, e ajudaremos a vencer os que melhor o merecerem; *c)* nos círculos em que por direito nos pertençam maiorias ou minorias, nenhuma consideração de carácter pessoal ou local legitimará uma conduta que ponha em perigo a vitória do Centro.

Na emaranhada política portuguesa, temos visto já a reduzidíssima representação católica desempenhar o papel de árbitro duma situação. No campo eleitoral podem os católicos com mais

facilidade ainda desempenhar o mesmíssimo papel. Não nos sendo possível vencer em toda a parte, em toda a parte, desde que o queiramos, podemos segurar a chave da vitória, e não vencendo, muito é já que sejamos nós que indiquemos quem há-de vencer.

Quando a nossa organização e disciplina nos colocarem em condições de ninguém poder vencer *contra nós*, temos conquistado terreno, porque se estendeu a nossa influência moral; quando os que vencerem, só possam vencer *por nós*, ganhámos meia vitória e de facto aumentámos a nossa representação. *Quereremos* verdadeiramente fazê-lo?

S.

7.2.1925

Candidatos católicos

Não necessita de demonstração mas comporta alguns desenvolvimentos a afirmação aqui feita de que o candidato filiado no Centro Católico é *ipso facto* para os católicos o melhor e o mais digno da sua votação, não podendo ser sacrificado a qualquer outro. Provém esta superioridade de ser especialmente categorizado para a defesa dos interesses religiosos e de estar aberto de compromissos partidários que possam estorvá-lo ou diminuir-lhe a eficácia da acção.

Para pôr na defesa do interesse religioso energia, entusiasmo, constância, hombridade, não basta representá-lo, é também preciso senti-lo como próprio; e entre aquele que se bate no Parlamento pela liberdade de sua mãe espiritual — a Igreja — e o que se compromete a votar as suas reclamações, há a distância que vai de quem defende como sua uma causa, a quem se limita a dar friamente um recado.

Ter na alma a fé para a qual se reclamam direitos e liberdade, é sentir em cada momento como uma ofensa a negação desses direitos e as odiosas restrições a essa liberdade, e é portanto

apresentar um título indiscutível a desempenhar uma acção política cujos intuitos não podem ser desnaturados e a que não há negar nem lógica, nem autoridade.

Sem as ligações de partido em cujos enredos não pode envolver-se a causa da Igreja, e a cujos interesses também se não pode sacrificar o interesse mais alto da defesa religiosa, os representantes católicos encontram-se naquela alta situação que compete e que convém a quem há-de ter a palavra da paz no acirrado das lutas partidárias, a palavra da ponderação nos arrebatamentos e impulsos das assembleias políticas, e há-de encontrar a justa solução que princípios sólidos podem fornecer às questões ocorrentes, quando os não abalam interesses nem paixões.

Aquela esplêndida confissão de político que, tendo muitas vezes mudado de parecer, nunca mudara de voto, suponho eu que deveria bastar a precaver-nos contra a possível tentação de sacrificarmos a representação própria dos interesses religiosos, confiando-a aos candidatos dos vários partidos políticos. Têm os partidos os seus interesses e para a realização desses interesses a sua disciplina; donde vem que o voto pessoal não é em cada momento determinado por uma *convicção,* mas por uma *atitude* imposta pelo agrupamento partidário.

Num país de acirradas lutas e violentas incompatibilidades, questões de interesse geral, questões abertas por natureza, tomam a feição irritante de questões políticas, em face das quais os partidos tomam as suas posições: é mais que certo que a justa solução vai nesse caso ser sacrificada aos interesses partidários em jogo.

Não desprezemos as boas vontades existentes fora do nosso campo; aproveitemos com alegria todos os auxílios e ajudas que possam prestar-nos elementos espalhados nos vários partidos políticos, mas não sacrifiquemos a nossa representação própria a esta ou àquela representação partidária, porque os interesses do país não o exigem, e os interesses da Igreja exigem precisamente o contrário.

S.

14.2.1925

Representação nacional

São pois os candidatos católicos os lídimos representantes do interesse católico; e em Câmaras onde constitucionalmente se finge que apenas tem assento um vago interesse nacional, aquele grupo penetra como a verdadeira delegação, junto do poder público, dum interesse organizado no país, interesse suficientemente importante para se impor, e suficientemente preciso para poder exigir a definição de normas jurídicas que o defendam.

Haveria em todo o caso um problema grave para os católicos portugueses, se em qualquer tempo ou em quaisquer circunstâncias o interesse religioso contrariasse o interesse nacional. Diferenciados e opostos os dois interesses, os candidatos católicos podiam aparecer como uma antipática excrescência, como um corpo estranho na representação *nacional,* não animados de sentimento patriótico, antes defendendo contra a pátria, como se diz nos comícios, os interesses duma potência estrangeira — Roma.

Felizmente que a Providência tudo organizou tão bem, que não só o problema não surge, como não tem razão de ser um simples receio. A Igreja não tem em cada país outro interesse que não seja o interesse religioso dos católicos nacionais, e naquilo que se chama o interesse nacional, está fatalmente contido o mais alto interesse espiritual que a nação pode ter. Quando os católicos portugueses se organizam para defender por meios políticos e na ordem política a religião católica, não defendem nada que lhes seja estranho, defendem o *seu* interesse religioso, e, pois que pertencem a uma nação, o interesse religioso da *sua* pátria.

Se a religião há-de penetrar todas as manifestações da vida individual e todas as manifestações da vida colectiva, que interesse *legítimo* terá a nação que seja contrariada pelo interesse católico? Como poderia surgir um conflito entre o interesse nacional e o interesse religioso?

Assentamos portanto em que a representação católica, defendendo o interesse religioso, defende também *um* interesse nacional: mas podemos mesmo ir mais longe, fazendo com que esses representantes católicos defendam nas Câmaras todos os

outros interesses morais e materiais, que se resumem no chamado *interesse nacional.* Nada se opõe a que a generalidade das questões a tratar seja por eles abordada e que, mesmo sem abandonar a sua posição própria, tentem fazer informar o conjunto das instituições e das leis pelos princípios que representam.

Aonde não são chamados os princípios religiosos ou morais, valerão a sua competência e conhecimentos, e não será, por uma voluntária e propositada diminuição da sua capacidade política, que hão-de deixar sem defesa interesses da nação que, por não serem religiosos, nem por isso deixam de ser legítimos.

De bom grado sacrificaríamos o que houvesse necessidade de sacrificar, para que antes de tudo e acima de tudo se garantissem os direitos de Deus, que são no fundo os nossos mais importantes deveres. Mas compreende-se que é perfeitamente compatível, dentro da organização do Centro Católico e da sua acção parlamentar, a defesa dos interesses religiosos desconhecidos ou violados pela legislação, e a de quaisquer outros interesses que respeitem à colectividade nacional.

Em resumo: porque o interesse religioso é um interesse vital da nação, e porque dentro da acção do Centro cabe a defesa de quaisquer outros interesses que à nação pertençam, a representação católica é, sem dúvidas ou restrições, verdadeira *representação nacional.*

S.

21.2.1925

A escolha

A acção parlamentar, difícil e delicada, que hão-de desempenhar os representantes católicos na defesa dos interesses religiosos e no estudo de muitas outras questões ligadas a outros interesses nacionais, impõe-nos um dever de cuidadosa escolha em relação aos candidatos a eleger.

Se em qualquer hipótese é lamentável que a uma conscien-

ciosa selecção se sobreponham vaidades pessoais, ambições e bairrismos mal compreendidos, na organização católica o facto constituiria quase um crime contra a Igreja e contra a pátria: não só a nossa organização incipiente nos não consente desperdiçar forças, mas começaríamos por dar, nós também, o péssimo exemplo duma falta de conformidade entre os princípios e os actos que praticamos.

Sei que há diferença entre ser católico e ser santo, e que não há possibilidade de nas coisas humanas abstrair completamente de sentimentos que humanos são; mas nenhum de nós poderia perante a sua consciência assumir a responsabilidade de substituir o seu interesse ao interesse do país, fazendo com que saia das urnas diminuída em número ou qualidade a representação católica.

Nós podíamos, entre todas as correntes portuguesas de opinião e entre todos os grupos de finalidade política, levar ao Parlamento a mais brilhante representação; temos para tanto, mercê de Deus, os elementos necessários, e compete-lhes de direito o primeiro lugar, tanto mais que os seus sentimentos religiosos os obrigam a sair do alheamento em que continuam a inutilizar-se para a vida pública pessoas aliás competentes e dignas que nos vários campos de actividade constituem a *élite* da nação.

Entendamos porém que uma coisa são o carácter e a inteligência, outra coisa é a *competência parlamentar*, e que, dadas determinadas qualidades naturais, aquela se adquire pelo exercício do cargo e pela longa frequência de assembleias políticas. O funcionamento da instituição parlamentar, a feição especial daquela assembleia, a sua psicologia própria, digamos, exige, para a valorização do trabalho a empreender, um conhecimento exacto dos meios que devem empregar-se, sem que estes *meios* constituam apenas... o regimento da Câmara.

É minha opinião que há interesse em formar aquilo que podemos chamar o nosso *pessoal político*, competente e especializado, a enriquecer sucessivamente com os novos elementos que pudermos eleger, e os lugares novos que conseguirmos conquistar. Sem querer com isto defender como direito absoluto a indefinida designação das mesmas pessoas para lugares que, se são electivos, é exactamente para poderem ser renovados, entendo

que só haveria inconvenientes em substituir a todo o momento os indivíduos que dos serviços prestados tiram não direi já o direito a um prémio, mas com uma maior competência o título duma preferência legítima.

Através das dificuldades que aqui e além possam levantar-nos as condições de aproveitamento de determinadas influências pessoais e políticas, esperemos que a escolha dos candidatos católicos — *católicos,* frisemos bem — se fará em harmonia com os princípios expostos.

S.

28.2.1925

Um voto pelo menos

Nenhuma organização política tem no nosso país, havendo boa vontade, mais facilidades de expansão do que a que se propõe defender a Igreja e os seus direitos; porque, pela própria ordem das coisas, o Centro tem ou deve ter um membro, um representante, um apóstolo em cada freguesia — e esse apóstolo é o pároco. Toda a actividade política partidária lhe pode ser censurada; porque, pai e pastor comum da porção de rebanho que lhe confiaram, facilmente verá parte das suas ovelhas uma hostilidade na simpatia que manifeste pela opinião de outras. Mas há uma política que ninguém pode estranhar — deve antes estranhar-se o contrário — que ninguém pode censurar-lhe ou ver com maus olhos — é a política de defesa da Igreja, tal como lha aconselham os seus legítimos superiores. É natural que uns ou outros o solicitem em vários sentidos, como o é que a todas as solicitações o homem da Igreja responda que está onde a Igreja lhe indica que é melhor estar.

Nós todos queremos o bem da nossa pátria — Deus me livre de pensar que algum português o não quer — mas o nosso individualismo não nos permite que lhe mostremos o nosso amor senão pela forma que cada um de nós entende, e defenda-

mos o seu interesse senão como desejamos que seja defendido. Todos corremos a salvar a pátria — meu Deus! por que meios, alguns! — mas não corremos como exército em ordem, mas como multidão em tropel. São tantos os remédios apontados, tantos os salvadores e os organismos que se reputam predestinados para aquela obra, tantos os programas que o tempo se gasta todo não em cumprir um, mas em os cotejar a todos e em discutir as respectivas vantagens ou inconvenientes.

Pessoalmente não morro por um sistema em que a solução de qualquer problema nacional tem de ser sujeito ao exame prévio de cada um de nós que nada entende dele e tem mais que fazer do que formar acerca de todos um juízo consciente e seguro. De facto o sistema é tão absurdo que só pode funcionar, porque as necessidades da vida o modificaram no sentido da existência de chefes que demarcam a orientação e dão a palavra de ordem; e o problema simplifica-se, escolhendo cada indivíduo apenas o *chefe* a que deseja seguir, porque o reputa mais honesto ou o acha mais competente.

No que respeita à política religiosa, não é favor considerar mais competente o Episcopado do que o Sr. António Maria da Silva ou o Sr. Aires de Ornelas, e todos compreenderão não direi já que um católico, mas que um padre reconheça essa competência. É certo que Roma e o Episcopado podem errar no juízo que fazem da situação política portuguesa, e por consequência no plano que traçaram para a organização das forças católicas, e que cada um de nós, estudando a sério a questão, pode ter-se convencido de que seria mais eficaz seguir caminho diferente. Se porém, no aceso da batalha, um general forma um plano e dá uma ordem errada, perde-se talvez a batalha; mas se os simples soldados a discutem e lhe desobedecem, perde-se a batalha e perde-se também o exército.

Já por mais duma vez me tem acontecido assistir a incêndios na minha aldeia. Não sou dos últimos a chegar, e sem vaidade posso dizer que sou ali a pessoa de mais elevada categoria social. Simplesmente não fiz exercícios de bombeiro, e desconheço as regras de dominar um fogo. E eis que, passada a indecisão dos primeiros momentos, um pobre diabo da terra lança mão duma escada, sobe a um telhado, domina com o olhar o in-

cêndio e começa a gritar ordens do arriscado poiso. Na aflição de salvar as pessoas e os bens, ninguém discute nem desobedece, e cada qual, *sob aquela direcção* improvisada, faz o que pode: acarreta água, salva os bens, guarda-os até que a autoridade o faça, trabalha sem descanso até ao fim — e eu faço como os outros.

No dia seguinte, repousadamente, relembrando os maus monentos, comenta-se na aldeia o acontecimento.

— António: se tens cortado além aquela vaga, tinha-se talvez poupado a casa de Fulano.

— Sim, Sr. Dr., mas se para lá não tenho ido, não se salvava nem essa nem as outras.

Eu tenho a certeza absoluta de que nas próximas eleições o Centro Católico vai ter pelo menos um voto em cada freguesia — o do pároco e o do sacristão, porque não é razoável que seja ofício de alguém chamar as almas para a casa de Deus e mandar os candidatos católicos para... casa do Diabo.

S.

7.3.1925

Mal necessário

A insistência com que tenho aqui tratado ultimamente de algumas questões relacionadas com o próximo acto eleitoral, podem ter dado a impressão, aliás falsa, de que tenho o vício ou pelo menos o gosto da política, e que lhe atribuo uma importância no destino dos povos que estou longe de atribuir-lhe. É por via disso que vem este esclarecimento.

A política como *conjunto de princípios e regras aplicáveis ao governo das nações,* tira a sua necessidade da própria natureza das coisas e é a bem dizer inseparável do exercício da au-

toridade. Onde há homens que tenham de ser governados, há regras, determinadas empiricamente a maior parte, que têm de aplicar-se no seu governo. O político de raça conhece-se exactamente pela sua destreza em conduzir os homens, fazendo-os consciente ou inconscientemente contribuir para o fim geral que pretende obter.

Considerada como *processo* mais ou menos complicado *de conquistar o poder*, não é a política igualmente necessária, mas devemos crer que é igualmente natural. Uma tendência bem pronunciada do espírito humano é a de dominar, mandar e fazer-se obedecer. A organização política dos Estados pode fazer variar os processos de conquista do poder, fomentar ou contrariar no homem as suas tendências de domínio, com as facilidades ou entraves que opõe à satisfação da vaidade de mandar; mas não evita que os homens procurem ou ambicionem o poder, nem que desenvolvam uma grande actividade no sentido de o influenciarem ou directamente o exercerem. Era talvez bom que não fosse assim, mas importa-nos saber que é assim, porque, não tendo talvez o direito de sermos ingénuos, temos seguramente obrigação de não sermos parvos.

É certo que a organização dos Estados modernos nos obriga a servir-nos de processos de recrutamento dos titulares do poder, que não têm a nossa simpatia, e que se desenvolvem numa série de actos de carácter político que podem até repugnar à nossa educação ou à nossa sensibilidade. Mas é igualmente certo que, não estando na nossa mão alterar o regímen político, ou aproveitamos o processo que nos é facultado, ou perdemos a oportunidade e o direito de influir na formação do poder. Se nos sujeitamos a que o nosso voto não valha nas urnas mais que o voto de alguém que em política é inferior a nós, é para evitar que, faltando, venhamos a valer ainda menos.

Podemos dispensar que o poder seja abertamente por nós, e nos coloque em condições jurídicas de favor; mas não é indiferente que seja contra nós, negando-nos aqueles direitos que são condições necessárias da defesa dos nossos interesses e da expansão da nossa fé. Num país como o nosso em que o poder bastas vezes deixa de ser *por todos* para ser

duns *contra* outros, é uma temeridade abandonar o campo em que legalmente se pode influir na designação daqueles que directa ou indirectamente o hão-de exercer. O nosso desdém pelos processos políticos — moralmente impecáveis, entende-se — podia ter todo o aspecto de encobrir não a consciência duma superioridade que se não rende, mas um comodismo egoísta que deserta um posto e entrega ao inimigo uma praça.

Contente-se a nossa razão com afirmar que a política é um *mal,* contanto que à nossa consciência se imponha como um *mal necessário.*

S.

14.3.1925

15

LAICISMO E LIBERDADE

(Conferência no Funchal, 1925)

Sumário: Introdução à posição do problema

I — O Estado moderno pretende não ter uma doutrina.

II — O Estado não pode organizar-se nem agir sem uma doutrina.

III — O Estado moderno tem uma doutrina e essa doutrina é contrária aos princípios cristãos.

IV — *Porque* é que o Estado moderno pretende impor a sua doutrina.

V — *Como* é que o Estado moderno tenta impor a sua doutrina:

1) restrições à liberdade religiosa;

2) restrições à liberdade de congregação;

3) restrições à liberdade de ensino

VI — Liberdades reais em países livres.

Conclusão — resumo

Il.mos e Ex.mos Senhores.mo

Minhas Senhoras

e

Meus Senhores

Anunciando um pouco ousadamente: Laicismo e Liberdade — não era tenção minha fazer a V. Ex.as uma lição de Direito público, para a qual aliás me faltaria competência, mas também debalde se esperaria de mim, se bem ainda que para tal tivesse dotes,

um discurso solene, hino erguido à santa *Liberdade*, ou desabafo da negra reacção. Modestamente aspiro apenas a uma despretensiosa conversa de minutos, chamando a vossa atenção para um assunto que se me afigura digno de algum interesse e não isento de dificuldades.

Às imaginações do nosso tempo não as embriaga propriamente já a *Liberdade*: a nobreza antiga manteve sempre a sua desconfiança nesta nova deusa; a burguesia enriqueceu loucamente à sua sombra e despreza-a no fundo como maquinismo... fora de uso; a massa operária, que não quer servir a Deus, atende os falsos profetas, crê na revolução social, e espera, gritando-o aos ouvidos liberais, a *ditadura* do proletariado. Mas a última guerra fez-se ainda em nome da liberdade dos povos; as instituições políticas do Estado moderno assentam na Liberdade, e o direito público do século XIX e do primeiro quartel do século XX tem sido, desprezados recuos incidentais, o desenvolvimento sucessivo, a desintegração confessada deste mesmo conceito fundamental. Do velho tronco que, nos bons tempos, se chamou a «árvore bendita», foram rebentando como hastes vigorosas as liberdades do nosso tempo — a liberdade individual, a liberdade de reunião e de associação, a liberdade de consciência, a liberdade de ensino, e a liberdade religiosa. Mas noto que, como nas árvores frondosas, há ramos que afogam os outros.

É assim que, como garantia máxima da liberdade religiosa, se nos impôs um Estado separado das diversas confissões, desinteressado em todas as suas manifestações de vida das verdades da crença, sob a fisionomia espiritual que o *laicismo* lhe dá. Mas ao mesmo tempo que se multiplicam as manifestações laicistas do Estado, vão-se reatando odiosas restrições precisamente à liberdade religiosa, e às liberdades de associação e de ensino que são um prolongamento daquela e absolutamente necessárias à sua plena realização: dir-se-ia à moda antiga que Saturno devora os próprios filhos.

Chego assim ao problema perturbador que trago à consideração de V. Ex.as, problema que toca a essência da vida pública moderna, tão agitada, confusa e desvairada; e trago-o com o interesse de investigar se, em nome da Liberdade, podem a alguém ser negadas aquelas liberdades; ou se, através deste apa-

rente ilogismo, o Estado moderno segue afinal inconscientemente, ainda que por vezes, a lógica profunda das exigências duma doutrina sua que não confessa... simplesmente porque é oposta à nossa.

I

O Estado moderno pretende não ter uma doutrina porque não tem uma religião

Minhas Senhoras
e
Meus Senhores

Afirmada como direito fundamental em face do Estado, a liberdade religiosa aparece em certas condições históricas como uma reacção hostil à religião dominante, que, sendo a da nação, era legitimamente, ainda mesmo sob um ponto de vista humano, a religião do Estado; porque pareceu que o simples facto de o Estado adoptar como sua uma religião, comportava uma desigualdade de tratamento para com outras confissões religiosas, e que esta desigualdade implicava de facto uma restrição da sua liberdade. E, quanto a mim, na lógica mais da história que da doutrina, o Estado abandonou a sua religião oficial. Abandona-a por meio da separação do Estado das Igrejas, pela sujeição dos cultos a um regime de direito comum, pela supressão do respectivo serviço público, deixando a satisfação das necessidades religiosas exclusivamente à iniciativa e à acção dos particulares.

Abandonada a religião do Estado e cortadas as relações com os chefes das confissões religiosas, a religião, reduzida a um negócio puramente privado não interessa o Estado; teoricamente indiferente perante as várias crenças e, por uma nova dedução que a lógica justifica integralmente, em absoluto alheado delas: sobre o Estado separado constitui-se o Estado laico. A história política dos últimos tempos mostra-nos combinações diversas destes mesmos elementos, podendo assim coexistir a representa-

ção junto da Santa Sé, com a separação da Igreja; o laicismo oficial com a representação diplomática, e, sobretudo, uma religião própria com a liberdade religiosa; mas não sendo sempre estes os elos duma mesma cadeia, representam muitas vezes os graus sucessivos da laicização do Estado.

Nega-se a interdependência e a interpenetração da vida pública e privada; organiza-se a vida pública à margem das verdades religiosas e no desconhecimento das crenças dos cidadãos; os actos em que o Estado intervém não têm significado nem alcance religioso; a Divindade dos cultos nada tem que ver com esta outra divindade — o Estado, que não podendo apagar no céu as estrelas, apagou nas instituições humanas todo o traço de Deus. Não o invoca para nada; não precisa da sua luz para o governo dos povos, nem do seu auxílio para qualquer empreendimento; não confia dele a honra dos exércitos, a justiça das leis, a obediência dos súbditos; não lhe deve a alegria das vitórias, nem lhe oferece as horas amargas dos infortúnios nacionais; não lhe agradece a abundância e a riqueza, não lhe consagra o trabalho, não estabelece em sua honra o descanso; não lhe implora protecção para os vivos nem repouso e paz para os mortos; não crê nem descrê; não espera nem desespera; e como não procura Deus também não o acha e Deus não está em parte alguma: nem nas instituições, nem nas leis, nem nas festas nacionais, nem nas escolas como um ensinamento, nem nos hospitais como sinal de resignação, nem nos asilos como amparo da orfandade, nem nos tribunais como fundamento de justiça, nem nas cadeias como factor de regeneração moral, nem nos cemitérios como sinal de eterna paz! Este é o Estado moderno, era a fisionomia do que se chama o Estado *laico*, sem religião oficial, separado da Igreja, alheado da vida religiosa nacional.

Este Estado, que não tem religião, apresenta-se como não tendo também uma doutrina, e, assim como não há a primeira se considera comummente uma garantia de liberdade religiosa, não adoptar doutrina alguma se considera como uma garantia de liberdade de pensamento e da liberdade de ensino. Afirmam alguns que ele a não *deve* ter. Eu pergunto-vos se ele *pode* deixar de tê-la.

II

O Estado não pode organizar-se nem agir sem uma doutrina

Creio que não é difícil demonstrar que o Estado não pode organizar-se, nem agir, nem defender-nos, nem defender-se senão em nome de uma doutrina e por intermédio duma doutrina. Despreze embora as luzes que a religião trouxe à compreensão da natureza humana, as ciências positivas não conseguiram, e é da sua essência que o não consigam nunca, desvendar integralmente este mistério; e ainda que lhe custe confessá-lo ou o negue abertamente, é à filosofia que o Estado tem de ir buscar os conceitos em que assenta a sua própria existência. Não há possibilidade de organizar o Estado sem uma noção de sociedade e sem uma noção de homem. Bom ou mau, verdadeiro ou falso, importa ter um conceito do que seja o homem e a vida social, para dar ao poder um fundamento e à lei um conteúdo, uma finalidade. Os sistemas políticos em pouco se diferenciam, se na base não têm a distanciá-los um conceito diverso acerca do homem, da vida, dos fins da actividade humana. A norma de conduta que é a lei, parte duma noção que está na base e destina-se a conseguir um fim. Essa noção é mais ou menos conforme à realidade do homem social; esse fim, é mais ou menos conforme aos que lhe cabem realizar; a eficácia das instituições e das leis depende essencialmente desta conformidade: não temos outro critério para avaliá-lo.

O Estado existe e organiza-se em nome duma doutrina e a história política não mais é que a substituição — direi o horrível termo? — duma metafísica a outra metafísica, duma metafísica verdadeira a uma metafísica falsa, ou duma metafísica falsa a uma verdadeira, mas verdadeira ou falsa — absoluta.

Questões secundárias vão através dos tempos admitindo soluções diferentes, deduzidas de novos conhecimentos científicos e de seguros ensinamentos da história; mas em cada momento, ainda em relação àquelas, o Estado adere a uma doutrina e essa é, com exclusão de outras, a verdadeira. É uma ilusão supor que

o Estado não participa de algum modo do absoluto! Tem de considerar-se verdadeiro direito a estipulação da lei; de considerar-se recta justiça a sentença do tribunal; de ter-se como direito-razão o ascendente da força. A um Parlamento que delibera, a um tribunal que julga, a uma força que executa, atribui-se a infalibilidade e reconhece-se entretanto que decreta violências, que sentenceia injustiças, que pratica prepotências.

Variam de Estado para Estado estes reduzidos princípios fundamentais, e com eles a liberdade de crítica e propaganda dos princípios opostos; mas há um mínimo abaixo do qual nenhum se permite descer, porque seria a destruição dos alicerces sobre que se apoia aquele edifício social. O primeiro dever do Estado é defender a sua própria existência. Em nome de que o faz? Em nome da sua necessidade; mas esta necessidade é um ponto da sua doutrina que não impõe certamente às inteligências, mas que em nome da qual legitimamente impede a sua própria destruição e ruína.

Um problema insolúvel é encontrar uma tal organização do poder público que no seu funcionamento nos dê uma garantia sólida, absoluta dos direitos e liberdades individuais: porque a autoridade suprema que os define e lhes fixa os limites, não tem por definição outra superior a si e não dispõe, para o fazer, doutra luz que a que lhe deriva dos princípios doutrinais que a informam.

Parece uma grande conquista do Estado moderno que não seja o Estado que limita as liberdades, mas as liberdades que limitam o poder do Estado. Mas nenhuma liberdade é absoluta, todas admitem os limites que para cada indivíduo importa o uso da liberdade de outrem, e os que advêm das exigências da ordem pública. E assim, de novo se devolve ao Estado o direito de as definir e delimitar. Que critério o orienta? Que princípios o guiam? Os da doutrina que professe.

Aos que sustentam que o Estado não *deve* ter uma doutrina, nós tornamos a perguntar se o Estado *pode* existir sem ela, porque nos parece que sem uma doutrina verdadeira ou falsa, que tem de elevar-se ao conhecimento da sociedade, do homem e dos seus fins, o Estado não pode organizar-se, não pode agir, não pode defender-se nem defender-nos.

III

O Estado moderno tem uma doutrina e essa doutrina é contrária aos princípios cristãos

De pouco valeria talvez a descrição que acabo de apresentar-vos, se os factos por seu lado não oferecessem a confirmação deste mesmo ponto de vista: efectivamente o Estado moderno tem uma doutrina. E acrescentarei: essa doutrina é contrária aos princípios cristãos.

Tem o Estado moderno os seus teóricos, os seus oradores, os seus filósofos, os seus moralistas; e ainda que não é possível pô-los uns aos outros de acordo, porque em muitos pontos se contradizem, é possível descobrir nas leis, nas instituições, na política dos Estados saídos da revolução ou directamente influenciados por ela, aqueles princípios fundamentais e irredutíveis que constituem o seu traço comum.

Na base o *indivíduo*, a grande, a única realidade, dá origem pelo seu livre alvedrio à *sociedade civil*, na qual os homens nascem livres — independentes em face de toda a autoridade, não consentindo cada um em restringir este dom supremo, senão na parte que é indispensável para garantir a liberdade de todos. O poder de que usa a sociedade civil vem-lhe dos indivíduos agremiados na nação, nela reside e dela provém a *soberania*. Se os indivíduos criam o *Estado* e nele delegam o poder, tem este de ser exercido conforme a sua vontade, e assim a lei é a expressão da vontade geral, democraticamente determinada pela vontade da maioria. Como a sociedade existe para garantir ao homem os seus direitos, tem o dever de impedir que, por qualquer meio, o homem seja privado deles, ainda que por um acto seu. Não há liberdade contra a liberdade, nem direito contra a lei, nem poder diferente ou superior ao Estado. Os princípios absolutos por que *hão-de reger-se* os homens em sociedade dedu-los a *razão* só da *natureza* humana; sobre a razão e a natureza se funda o Estado.

Racionalismo e *naturalismo*; *individualismo* e *liberalismo*; uma noção de *Estado* e uma noção de *lei* harmónicas com a for-

mação da sociedade e a vontade do povo, são os traços salientes e característicos do Estado moderno.

É fácil hoje que a razão se não desvaira já com o sentimentalismo da liberdade; que a observação dos resultados práticos derivados daqueles princípios nos mostra claramente o seu valor social, fazer a sua crítica. Mas não importa isso directamente ao nosso problema; a nós só nos importa deixar vincado que são anticristãos. Podem não ser levados até às suas últimas consequências lógicas; podem ser interpretados por governos que não sejam declaradamente hostis; pode não fazer-se-lhes referência expressa; podem ser arranjados na sua aplicação concreta: no fundo permanecem iguais a si próprios, rígidos, implacáveis, corroendo mais ou menos lentamente as bases e a estabilidade do próprio Estado que sobre eles se edificou.

Choca o espírito em primeiro lugar a ausência, essencial ao sistema, de *sobrenaturalidade*. Nem como realidade nem como crença o sobrenatural tem que ser atendido ali. Tanto pior para a Igreja de Cristo que reivindica a sua origem de Deus e em nome de Deus estabelece normas de conduta para os indivíduos. Tanto pior para estes, se tais normas vão de encontro ao que o Estado estabelece em suas leis. Como para o homem não há outra autoridade que a do Estado, nem para o Estado outra vontade diferente da do povo, nenhuma obrigação existe que não provenha da lei. E assim, o Estado, que nada pretende ter com os sentimentos religiosos dos cidadãos e considera a religião como pertencendo exclusivamente ao foro da consciência, se reconhece competente para regular as suas manifestações externas, porque estas são públicas e o que é público pertence ao domínio da autoridade civil. A decantada *soberania do poder civil* tem no naturalismo da escola aquela justificação e representa para a Igreja esta ameaça: não a conhece, só por não a conhecer, a ofende, mas por não a conhecer corre-se o risco de violar nas leis as exigências do seu culto, a expansão da sua doutrina, a sua constituição própria, as condições necessárias da sua existência no mundo.

Do seu lado, a Igreja opõe os seus princípios àqueles princípios, proclama a sua doutrina em face daquela doutrina.

Na base, não o *indivíduo*, mas a *sociedade*, facto natural, universal e necessário, a sociedade familiar e todas as demais que

se formam e espontaneamente se organizam no seio da nação, para dar a vida ao homem e perpetuar a espécie, para lhe defender o interesse da profissão, auxiliar a sua formação moral, e promover o desenvolvimento da sua inteligência, a sociedade a que o homem dá menos do que recebe, porque, contribuindo com a sua unidade, participa dum valor multiplicado pela força da associação. Nesta sociedade, um elemento — o homem que, provindo dela e devendo-se a ela, lhe não pode ser superior, nem em face dela pode marcar a sua absoluta independência; um ente dotado de *liberdade*, não porque com ela pratique sempre o bem, mas porque por meio dela se realiza o bem que pratica; um ente que não é absolutamente bom nem absolutamente mau, mas que é capaz do bem e do mal, — com aspirações que o elevam e fraquezas que o degradam, e para quem a virtude é o resultado dum esforço e duma luta e o vício apenas o abandono às fortes tendências do mal. As instituições humanas não são para este homem «cadeias» a romper, embaraços que o estorvam na realização dos seus fins; são uma barreira aos desvairos da sua liberdade, um amparo às fragilidades da sua natureza, uma indicação segura às hesitações da sua consciência, uma ajuda no cumprimento da lei que lhe impôs Deus. Porque este homem não tem em si próprio o seu fim, nem tira de si a lei a que está sujeito. Acima dele Deus o criou e a criou, porque nenhuma obrigação moral existe que não provenha de Deus, nenhuma pode ser imposta por um homem a outro homem senão em nome de Deus. Por isso Deus instituiu o poder e o confiou aos que mandam, para que a lei tivesse o cunho da sua autoridade na origem, fosse justa no seu conteúdo e se destinasse a realizar o bem comum.

Nesta ordem, a religião é o que é — um dogma, uma moral, um culto, uma hierarquia, uma sociedade, um facto externo e público, que o Estado conhece, que o Estado *não regula*, porque é regulado por aquele que na ordem religiosa recebeu outra espécie de soberania — a Igreja. Ela não é inimiga, nem rival do Estado — é sua preciosa colaboradora e concorre com as outras instituições para o aperfeiçoamento do homem. Movendo-se no mundo e dentro da sociedade civil, tem direitos; mas não é a lei que lhos dá; dá-lhos a sua instituição divina garante-os, reconhecendo-os, a lei humana.

Nenhum sistema fundamenta mais solidamente a autoridade do Estado ou com mais força garante os direitos do homem. Nem o despotismo do Estado, nem o demagogismo do povo, mas o equilíbrio perfeito entre uma *autoridade* necessária que não depende das paixões humanas, e um *direito social* que não varia com os movimentos da opinião pública. Uma noção de *sociedade*, de *homem*, de *liberdade*, de *lei*, de *poder*, de *Estado* contraposta a outra noção de *sociedade*, de *homem*, de *liberdade*, de *lei*, de *poder*, de *Estado* — eis tudo: nada mais se precisa para compreender o Estado moderno e em face dele o direito cristão.

IV

Porque é que o Estado moderno pretende impor a sua doutrina

Há-de ter-vos parecido que me perdi nesta divagação. Creio, porém, não ter perdido de vista o nosso problema fundamental: a doutrina que expus é a base e a alma da política laicista; mas, irredutível como é na sua essência aos princípios cristãos, não explica só por si satisfatoriamente a limitação, em detrimento da Igreja, da liberdade que é no sistema o dom sagrado de todos.

O simples facto de o Estado não reconhecer na Igreja a sua soberania espiritual tem, como consequência, que à Igreja não são reconhecidos quaisquer direitos; mas reconhecidos os direitos dos cidadãos, concebe-se que praticamente pudesse deixar de haver entraves à liberdade religiosa. Porque os há então? Sabemos que a associação é contrária aos princípios individualistas; mas se irresistíveis necessidades naturais obrigaram a lei a reconhecer o direito de associação, porque continua a invocar o mesmo princípio para negar o direito de associação religiosa? Se há liberdade de consciência e liberdade de ensino, porque se vai reduzindo esta em detrimento das congregações religiosas, do clero, dos próprios pais, e em benefício exclusivo do Estado laico? Ilogismo? Sim, em parte, mas a este ilogismo, mais aparente que real, corresponde uma lógica mais profunda não já da doutrina, mas derivada deste simples facto — que o Estado professando uma doutrina contrária, *pretende impor a doutrina que professa.*

Em primeiro lugar: a falta de justeza entre um princípio e a lei que o traduz, a margem naturalmente existente entre a disposição rígida da lei e a maleabilidade que reveste na sua aplicação, explicam de *per si* este facto facilmente observável: toda a opinião partilhada pelo Estado goza, por esse simples facto, de muito maior liberdade, e só por isso se sente muito mais acarinhada e protegida. Para as oposições políticas verifica-se que cada governo que cai é a opressão que desaparece; para o respectivo partido, o novo governo que se forma, é o sol da liberdade que desponta: por esse mesmo motivo, em face do Estado laico, as religiões estão praticamente, no que respeita à liberdade, na ordem inversa da sua oposição aos princípios em que aquele se funda; e daí vem que, embora subordinadas ao mesmo princípio constitucional, o protestantismo se sente mais livre que o catolicismo, o simples deísmo mais que o protestantismo, um vago espiritualismo mais que o deísmo, o ateísmo mais que o espiritualismo porque, exceptuado o último, cada um deles é, em relação ao outro, um «mal menor».

A mais forte tendência duma autoridade que se constitui, visto que existe, é perdurar. E para o Estado moderno o problema é tanto mais delicado quanto é certo que não pretende tirar de si próprio a sua força, nem dum Ente superior a sua razão de ser, mas só da vontade do povo. Uma vontade variável, exprimindo-se e impondo-se em sentidos diferentes, faria oscilar consigo o Estado, na sua doutrina fundamental e na sua constituição. A requerida estabilidade só pode por isso obter-se mediante um de dois processos: ou subtrair-se o Estado moderno às oscilações da opinião, o que é negar-se a si próprio; ou manter a opinião pública estável e uniforme quanto à essência da doutrina. Porque não há-de pois o Estado assentar a sua estabilidade sobre a *unidade da inteligência nacional?* O Estado trabalhará por formar esta inteligência na perfeita adesão à doutrina que ele próprio formula e consagra.

Os que entendem que o Estado não deve ter uma doutrina, parecem ter-se esquecido de que o Estado não pode deixar de ter uma; os que asseguram que de facto a não possui, podem ver que realmente ele a tem; os que afirmam a sua neutralidade absoluta, hão-de notar que o Estado pretende impor a sua dou-

trina em prejuízo das outras. Viu-se a razão porquê; resta-nos agora ver *como.*

V

Como é que o Estado tenta impor a sua doutrina

O assentar o Estado numa certa doutrina, o ser o Estado a realização duma doutrina, converte-o numa autoridade para esta, e, só porque existe, num argumento ou numa prova do seu valor social. É uma doutrina essa que tem a superioridade de vigorar, que se impõe por via da autoridade aos que não podem criticá-la pelo raciocínio ou resistir-lhe pela fé.

Mas não é só uma questão de *facto*: no vasto campo em que se debatem as filosofias e as religiões parecendo que só a liberdade reina soberana, verifica-se que as condições *legais* da sua defesa e propaganda não são as mesmas.

Altamente interessado em impor uma doutrina, o Estado contraria, em primeiro lugar, a expressão dos que se lhe opõem.

A liberdade religiosa é, como todas as outras liberdades, limitada, limitada para uns pela necessidade de garantir a liberdade dos outros. Mas esta liberdade que limita a liberdade religiosa, que liberdade é? É a liberdade de crer diferentemente? Não, é sobretudo a liberdade de não crer, é a irreligião oficial. Esta irreligião não tem evidentemente, ainda que por vezes caia nessa situação paradoxal, um culto, uma organização, uma hierarquia, bens afectos à realização de semelhante serviço.

E, apelando agora para uma absurda igualdade, o Estado é levado a considerar a situação dos crentes como um privilégio ou direito especial em relação aos descrentes, e pretende reduzir os primeiros à situação jurídica dos segundos, o que praticamente leva ao seguinte resultado: restringir a liberdade religiosa e deixar apenas livre a impiedade.

Reduzir o culto a um acto individual e privado, e ainda tanto quanto possível interno, é a tendência da legislação, que, porventura ainda aqui e além indecisa perante a violência de certas disposições, há-de ir, empurrada pela lógica do sistema e o espí-

rito infernal da doutrina, até aos últimos despropósitos e à completa negação da liberdade religiosa. A confiscação dos bens afectos ao culto e à sustentação do clero; o sequestro das igrejas; o desconhecimento da hierarquia eclesiástica; a secularização dos cemitérios, a proibição das procissões e cortejos religiosos, a proibição do uso de hábitos talares, a condenação ao silêncio dos sinos e até as casas de Deus mal poderem ter a forma exterior de templos — tudo está na linha de deduções lógicas do mesmo princípio fundamental. E se à liberdade reduzida e ratinhada de que a Igreja pode ainda gozar, se teima em chamar sempre *tolerância*, é que efectivamente a sua doutrina é a condenação da doutrina do Estado moderno, que a força da Igreja obriga a concessões temporiais: o Estado suportá-la-á, enquanto a não puder fazer desaparecer.

Outro meio, indirecto também, por que o Estado moderno tenta impor a sua doutrina, é o de restringir ou negar a liberdade de associação religiosa, de perseguir a ordem, a congregação.

E o que faz na Igreja a congregação?

Recolhe as almas de eleição da vida religiosa e do clero, aquele poderoso par de asas que podem elevar o homem até tocar com a fronte o céu; forma o exército dos melhores soldados da causa de Deus; realiza por uma forte concentração de esforços uma produção intelectual e moral superior; fornece à Igreja os que hão-de fazer a corajosa profissão da fé, pregar a doutrina, dirigir as almas, sofrer pelos pecados do mundo, pedir para os pobres, dedicar-se aos enfermos, morrer com os leprosos, missionar os gentios; é o jardim da Igreja, aonde Jesus desce a colher, por suas próprias mãos, as mais belas almas para o céu.

A congregação é um produto natural da vida religiosa; vive com regras de séculos e adapta-se em cada momento às necessidades da época; tem uma história, uma tradição, uma longa obra social com a qual não é comparável nenhuma outra, devida a um grupo de homens que, de mais, não precisam para a sua realização de grande soma de bens, porque fazem voto de pobreza, nem da liberdade do século, porque juram completa obediência. Assim esta famosa *liberdade* lhes não negasse a liberdade de se-

guirem a sua vocação e de espalharem em volta de si a influência salutar da sua virtude.

Mas nega.

O direito de associação, mesmo não religiosa, é contrário à pureza do princípio individualista. A única realidade social é, para a escola, o homem isolado, e onde nós vemos um meio de valorização individual, uma conjunção de esforços e uma multiplicação de energias para a melhor realização da liberdade, o individualismo do Estado vê uma diminuição do indivíduo e um abastardamento das suas qualidades de homem. É certo que o instinto da vida e a necessidade natural do princípio associativo fizeram surgir, à margem da lei e mesmo contra a lei, associações de vária ordem; mas quando interveio, o reconhecimento expresso do direito exercido foi como uma transigência, com factos inevitáveis. Não quis tê-la o legislador em geral com a associação religiosa; ao ocupar-se dela, os princípios parece terem revivido em toda a sua pureza e esta liberdade foi abatida das leis ou reduzida a um mínimo odioso. Mas, em verdade, talvez se possa dizer que a lógica dos «princípios» é aqui chamada apenas para legitimar uma outra lógica... de «fins».

Atendendo à sua forma particular de actividade, religiosa e social, poderíamos talvez agrupar as congregações da seguinte forma: as que se destinam à obra missionária nas colónias; as puramente contemplativas e ascéticas; as que fundam ou colaboram nas obras de assistência, beneficência, preservação social; as que têm por fim a alta cultura teológica, a defesa religiosa nos altos domínios do pensamento e a direcção das consciências. E verifica-se que em face destas congregações os sentimentos do Estado moderno vão desde uma quase liberdade até à proibição absoluta, desde a simpatia e liberal condescendência até ao ódio e à classificação criminosa dos pobres religiosos: *simpatia* para os missionários, porque, se *por ora* a religião cristã não faz grande mal aos pretos, a civilização europeia, de que aqueles são portadores e arautos, faz grande bem aos brancos... que os hão-de explorar; *desprezo* para os místicos e contemplativos, membros amputados do corpo social, diminuídos e anémicos, que não sabem apreciar o dom magnífico da liberdade e sepultam tolamente, num convento, o seu direito de viver e gozar a vida;

desconfiança e apertada *vigilância* para as ordens que se dedicam à caridade, porque, se o laicismo ainda não pôde, por falta de tempo e de seiva, fazer brotar flores semelhantes de dedicação, é mais conveniente que os doentes sofram à míngua de cuidados e os órfãos o seu desolado abandono, do que sobre as «consciências livres» se exerça a influência que irradia duma tal floração de virtudes e dum tal conjunto de serviços; aberta *hostilidade* e *proscrição* absoluta para os que se destinam ao ensino, à educação da mocidade, à formação das consciências, porque exercem uma concorrência de morte e penetram um domínio onde o Estado não quer que nenhuma doutrina contrária seja aceite, para que a sua mais facilmente se possa impor.

Esta gradação de sentimentos que se traduz nas diferenças da respectiva legislação, não pode explicar-se nem pela lógica do princípio individualista, que se oporia a toda a associação religiosa, nem pela lógica do princípio da liberdade que se devia admitir sem distinção; e é suficientemente expressiva para mostrar-nos que a congregação não é tolerada ou repelida pela sua própria *existência*, mas pela sua *actividade*. E se lhe é atribuído um «fim» contrário à lei, como se diz, é apenas porque o Estado moderno afirma a pretensão de dominar nas consciências por meio duma doutrina que a congregação rebate e contraria.

Mas eu queria ainda levar o vosso pensamento a um outro domínio, onde esta pretensão do Estado se afirma duma maneira brutal, pondo em perigo, e negando por vezes sem rebuço, uma das mais preciosas liberdades e um dos mais sagrados direitos do indivíduo e da família — a liberdade de ensino. O que se tem passado e o que se está passando nalguns países é absolutamente incompreensível, quando se não tem presente este direito, que o Estado cada vez mais concretamente reivindica, de assentar a sua estabilidade sobre a unidade da inteligência nacional e de conseguir esta unidade pelo direito exclusivo ao ensino da sua doutrina própria.

A denegação do direito de ensinar, às congregações ou aos membros das comunidades religiosas; depois a mesma recusa aos elementos do clero; mais tarde, a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais e mesmo nas escolas particulares; por último,

a restrição do direito dos pais à escolha dos educadores dos filhos pelo princípio da escola *única*, *obrigatória* e *laica*, são estádios sucessivos duma mesma política em que é visível o empenho do Estado em se garantir o monopólio absoluto da formação das inteligências, para as orientar, ele, pelas ideias que são a sua razão de ser.

É frágil e precária a liberdade de ensino como a estabelecem as constituições; os factos demonstram que é insuficiente para garantir o direito sagrado dos pais; mas, devemos notar também que, esse direito é de difícil defesa em face dos princípios individualistas.

Quando o indivíduo se encontra isolado diante do Estado, há toda a possibilidade de ser aborvido por ele: a maior garantia de independência e liberdade está exactamente no direito de se associar com outros e de se apoiar nas várias sociedades que se formam dentro da sociedade política, para resistir à tendência absorcionista do Estado. Se a família deixa de ser considerada uma sociedade natural; se a criança não é já a esperança fundada da continuidade familiar, mas simplesmente um novo membro da sociedade civil, pertence mais ao Estado do que aos pais, e em vez de entendermos que o Estado educa por delegação dos pais, passamos a entender que os pais educam por delegação do Estado, delegação revogável, como todas, segundo a vontade de quem delega.

Esta inesperada solução do individualismo que entrega afinal, manietado e impotente, o indivíduo ao Estado, roubando a criança à família, para a educar e formar segundo a sua doutrina e segundo o que diz ser a utilidade social, não é infelizmente um caso virgem na história e nós estamos arriscados a vê-la frutificar sob os nossos olhos em países considerados progressivos.

O primado hipócrita de manter íntegra a liberdade daquela consciência em formação, impedindo que por ela rocem, ainda que docemente, a asa leve da crença religiosa e os princípios fundamentais da ideia cristã, justifica a violência aos olhos do Estado que ciumentamente chama a si a criança, para formar o espírito do cidadão à sua imagem e semelhança. Nunca a Igreja permitiu que contra a vontade dos pais se ministrasse o baptismo aos filhos, porque é para ela tão sagrado o direito da família

sobre a criança que, nem pela salvação eterna, a ninguém permitiu violá-lo. Confessemos que tem um sabor forte de boa liberdade esta doutrina, que é como um desafio da Igreja à liberdade do Estado moderno.

VI

Liberdades reais em países livres

Os Estados modernos não realizam todos o tipo do Estado moderno. A aplicação integral do sistema, com todo o desenvolvimento que comporta, não a fazem em toda a parte as mesmas instituições políticas; deixarão porventura a outras que se lhe sucedam e contra as quais não poderão lutar, por serem filhas da sua alma e do seu sangue, tirar as últimas consequências a princípios que elas mesmas adoptam. As providências concretas que passaram já para as legislações e as que se pretendem, para já, fazer passar, revelam no entanto claramente o sentido da evolução que provavelmente se fará. Seria por outro lado um erro supor que instituições políticas semelhantes, denotando fundamentalmente um mesmo molde de organização, repousam e são fatalmente informadas por princípios idênticos. Não. Temos por vezes as mesmas palavras, mas essas palavras correspondem a conceitos diversos; a mentalidade do povo, que as aceita e interpreta, é penetrada de sentimentos e ideias que imprimem direcções diferentes à corrente da legislação, e os governantes que hão-de executá-la, imprimem a textos vazios o sentido por que se orienta a sua alma cristã.

Estava mesmo agora pensando na livre Inglaterra e mais ainda na grande e livre América, e na superioridade que, sob este aspecto das liberdades religiosas, esta marca em relação a tantos Estados da velha Europa. Moça, rica, progressiva, dá-nos o exemplo da paz interna, da ordem no trabalho fecundo, da ampla liberdade religiosa e, separada como se encontra das confissões religiosas e, portanto, da Igreja católica, aí prospera o catolicismo e nada tolhe a sua liberdade de acção.

Porque não deu os mesmos resultados de opressão o mes-

mo princípio da liberdade? Lembro a «feliz inconsequência» a que se referia genialmente Leão XIII, e que leva estes apóstolos da liberdade a inspirarem-se de facto em princípios cristãos. Estado sagrado mas não laico).

Cristo está na base da civilização americana, na alma das instituições, tem o respeito dos governantes e das leis, e onde está Cristo, estão os princípios basilares da sua doutrina, e com a sua doutrina o reconhecimento de liberdades sem as quais a sua religião não podia exercer-se nem expandir-se.

VII

Conclusão

Il.^mo^ e Rev.^mo^ Senhor
Minhas Senhoras
e
Meus Senhores

Peço-vos sinceramente desculpa de ter abusado tanto da vossa benevolência e de ter cansado a vossa atenção com um assunto que, sendo de si ingrato, eu não pude tornar-vos nem atraente nem leve. Apresentando-vos o resultado da minha observação, não pretendi propriamente fazer uma crítica, deixando--vos aliás o direito de a fazer de factos cuja génese doutrinal me esforcei por descobrir. Pode dizer-se mesmo que os não citei, mas quem conhece um pouco a história da Europa moderna, sobretudo os conflitos de ideias, as questões de ordem religiosa e as tendências de muitas legislações no capítulo das liberdades públicas, pode facilmente ilustrar com exemplos vários cada uma das afirmações que lealmente entendi que podia fazer.

Perturba muita gente este mistério das relações do *Laicismo*, filho da *Liberdade*, com as liberdades públicas, principalmente com a liberdade religiosa, com a liberdade de congregação e com a liberdade de ensino, negadas ou diminuídas por ele. O caminho que indiquei leva a compreender como este ilogismo aparente traduz afinal a lógica profunda duma doutrina que é a

do Estado moderno, e representa o uso dos meios de que se serve para a impor, meios que, por sua vez, ainda que isto pareça repugnar à nossa inteligência, se encontrem em perfeita harmonia com os dois grandes princípios — o *individualismo* e o *liberalismo*.

O laicismo apresenta-se como a atitude a-religiosa ou aconfessional dum Estado que pretende não ter uma doutrina. Mas verifica-se, afinal, que é exactamente o resultado da aplicação duma doutrina que o Estado professa e que é contrária aos princípios cristãos. O Estado, professando-a, pretende também impô-la em nome duma necessidade vital — a sua conservação, ou talvez melhor, a sua estabilidade laica. Em concorrência com as doutrinas que directamente se lhe opõem, o Estado usa de processos de expansão que implicam uma diminuição de liberdades para os sequazes daquelas, e desconfiado do espírito das famílias, pretende mesmo coarctar os direitos delas para formar à sua imagem o cidadão. O conflito desaparece, seja qual for a organização política incidental, quando o Estado adopta a ordem cristã, o que, sem qualquer culto pela liberdade, aumenta efectivamente as liberdades públicas.

Desfaz-se mais uma vez a lenda de que o Estado laico é um Estado indiferente: nós vimos que é o Estado hostil; mas, sob um ponto de vista cristão, a ideia a fazer seria em qualquer caso a mesma. «Quem não é por mim, é contra mim», afirmou Jesus, e eu quisera que tudo o que aqui disse fosse apenas a humilde ilustração da profunda frase do Divino Mestre.

23.2 a 4.3.1925

16

O BOLCHEVISMO E A CONGREGAÇÃO

(Conferência no Funchal, 1925)

Exma. e Exmo. Senhor
Minhas Senhoras
e Meus Senhores

Não foi o secreto desejo duma atitude intelectual extravagante que me levou a juntar no mesmo tema o bolchevismo e a congregação religiosa. Não ocultarão talvez sua estranheza as almas simples, magoadas pelo inferno russo na sua bondade, na sua fé, na sua delicadeza moral de me verem pôr lado a lado o que hoje se nos afigura expoente máximo da desordem e o que por antonomásia se costuma denominar a «ordem»; a apologia brutal da violência e a doce persuasão dum chamamento divino; o clarão desse grande incêndio social, e a luz tranquila e o fogo acalentador das almas recolhidas a orar; e estranhá-lo-iam ainda mesmo que buscando um violento contraste fosse meu intuito fazer realçar o conventinho humilde

como ao pé dum leão um sorriso divino,
como sobre uma forca um ramo de uma oliveira.

Eu podia no entanto aproximá-los, e ver nesse acontecimento máximo de nossos dias a fé e o misticismo duma religião; o impulso e o entusiasmo duma vasta reforma moral e social; uma sede ardente de justiça que desvaria as almas e as faz escutar os «falsos profetas» de que falava Jesus.

Mas não é ainda isto o que eu quero. Eu só desejava surpreender no bolchevismo os seus princípios fundamentais, o seu programa de reforma, os seus processos de realização e deduzir dele as secretas razões por que o bolchevismo não resolve o seu problema de reforma social visto que incorrigíveis ideólogos vêem nele a realização generalizada dos conselhos evangélicos ou lhe encontram uma flagrante parecença, desejava também mostrar-vos os princípios em que se baseia a Congregação e as condições em que se torna possível a sua organização comunista.

Uma ligeira comparação não só faz realçar diferenças profundas, mas permite-nos ver que nos termos em que o bolchevismo o põe, o problema é de facto insolúvel.

I

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Representa uma difícil tarefa formar uma ideia precisa do que seja o bolchevismo russo, através dos livros onde com maior ou menor intensidade dramática se descrevem as dolorosas e fantásticas cenas daquela revolução. Os olhos embaciados de lágrimas mal podem ter visto com nitidez os acontecimentos que à sua volta se desenrolaram; e as mãos tintas de sangue dos ferozes executores não traçaram decerto com firmeza e serenidade os novos rumos por onde intentam levar a vida dum grande povo.

Desencadeada a tempestade e à solta o vento insano das paixões humanas, é como se a mão de Deus abandonasse a sociedade a trágicos destinos e esmagasse o homem ao peso do seu tremendo castigo. Abala-se o fundamento da ordem e quebra-se o encanto da autoridade; e a populaça, ébria de tumulto, faz-se o carcereiro dos príncipes e substitui-se a Deus no julgamento dos que reinam. Não se lhes pesam as responsabilidades do cargo, as dificuldades de acerto, os interesses contrários dos súbditos, os egoísmos e as vaidades que os cercam e lhes mentem: têm de pagar com a vida o duro ofício de reinar.

Ninguém deve sobreviver da raça maldita, que é um pesadelo para os povos em desordem e principezinhos inocentes e

cândidos infantes, o terror nos olhos puríssimos, assistem ao martírio de seus pais, e lavam em sangue o tenebroso crime de não serem filhos de pobres ou mendigos. A fúria destruidora da torrente extravasando de seu leito, destrói todas as cadeias, investe todas as classes, inutiliza num momento o esforço de todas as élites. Pelo vasto império, o fogo nos grandes domínios consome inutilmente o que escapou à pilhagem; e o povo tem a alegria sinistra de ver morrer com fome os que eram servidos em baixelas finas de finas e caras iguarias. O sangue dos inocentes esteriliza o solo; a desordem é inimiga do trabalho fecundo e sobre a vasta terra a fome assenta arraiais com o seu cortejo maldito de miséria e de crime. Engolem milhões de entes humanos, sinistramente, a fome e a peste; cidades inteiras abandonadas representam os vastos domínios da morte. Pelos campos e cidades vagueia faminta e quase nua a multidão de crianças abandonadas, sem família, sem amparo e sem pão. (São os futuros cidadãos, porventura os futuros governantes, minados já de doenças e de vícios.)

Há os que assistiram à espoliação dos seus bens de família; os que viram assassinar seus pais e infamar, em cenas indizíveis, as mães e os irmãos, e presenciaram impotentes a ferocidade dos novos libertadores. Dores nunca sofridas. Lágrimas nunca choradas, aflições nunca excedidas nem igualadas sequer. Perante o mundo, sobre aquela vasta terra, parece que caiu a maldição de Deus.

É isto então o bolchevismo? Não é — isto é a revolução de hoje, a de ontem, a de sempre. Maldita seja ela!

Há momentos na história em que o homem repete o satânico grito — *não servirei jamais* —, e estabelece entre seus irmãos o reino da desordem. Quando se quebram as cadeias do respeito e se abala o sentido da autoridade, aquela fera que dorme no fundo de cada um de nós, desperta. Para o homem embriagado pela revolta, não há as as barreiras altas do direito, os limites da moral, as indicações da razão esclarecida; há a sede do sangue e da vingança, a fúria da destruição, o delírio da iniquidade; séculos de civilização, séculos de progresso na arte, na ciência, na técnica da produção, passam sem influência alguma sobre este espírito do mal. Relaxada a disciplina que o mantém impotente, ele retoma a sua força primitiva e reconstrói em poucas horas o quadro secular da barbária.

Os que desencadearam a tempestade, supõem sempre que podem dominá-la e dirigir de alto os acontecimentos; saltam estes por cima da sua vontade e arrastam a todos no seu pendor de destruição e ruína. No fragor da convulsão social, não ouvem as vozes de comando; e que ouvissem, não é aquela a hora de obedecer mesmo aos chefes da revolução, nem a de acatar nenhuma ordem mesmo dos chefes da desordem.

E sobre as ruínas acumuladas pela fúria da destruição, caem sempre as mesmas lágrimas, os mesmos arrependimentos, as mesmas maldições, até que o homem, cansado de tanto destruir, se desgosta da anárquica licença e recomeça a obedecer.

II

... Sim, porque vos dizia há pouco que, sendo uma revolução igual a outra revolução, não nos era fácil, deduzir o que seja o bolchevismo, da desolação, da trágica miséria russa. Servir-nos-emos dos discursos e das obras dos seus dirigentes, da mentalidade dos seus defensores, das suas leis ainda que não cumpridas, das suas tendências ainda que só esboçadas, dos pontos em que se tem mais encarniçado a sua obra destruidora, e dos processos da sua expansão.

O programa negativo das revoluções é sempre mais completo e mais preciso que o programa das medidas que se propõem efectivar, porque é nos homens mais profunda a impressão dos males presentes que a representação dos futuros bens. Mas entre todas as revoluções do mundo nenhuma, me parece, se propôs um mais vasto plano, uma mais compreensiva finalidade. Há as que substituem uma organização do poder por outra organização do poder, e as que mais modestamente ainda se contentam com substituir aquele que o exerce; há as que estabelecem uma forma de propriedade em vez doutra forma de propriedade; há os que negam ou estendem a várias classes da população direitos já reconhecidos a outras. Mas nenhuma, à excepção do Cristianismo, ambicionou uma reforma integral da sociedade emancipando o homem dos entraves que à sua liberdade parecem opor todas as instituições sociais.

III

O bolchevismo na sua realização actual (e nas tendências que apresenta), aparece-nos como participando de três sistemas fundamentais: a sua filosofia social é informada pelos *princípios anarquistas;* a sua organização económica baseia-se no *socialismo marxista;* a sua parte política, que traduz apenas o método de consolidar e efectivar a revolução, participa da doutrina da *violência* e é próxima parente do *sindicalismo revolucionário.*

1. Na pátria dos grandes teóricos do anarquismo, a filosofia social dum movimento reformador e revolucionário havia fatalmente de trazer o cunho da libertação do homem em face de todos os liames com que a sociedade disciplina a sua liberdade, e limita a expansão natural da pessoa humana. Na doutrina anarquista estamos em face da mais alta expressão do individualismo e do liberalismo, tendo-se levado até às suas últimas consequências lógicas o princípio fundamental do indivíduo, contendo em si mesmo o seu fim e a sua razão de ser, e o princípio da liberdade como atributo natural e absoluto do homem, por meio do qual ele realiza na terra a felicidade a que tem direito, e pode afirmar o pleno desenvolvimento de todas as suas faculdades. Estamos em face duma doutrina para a qual a reforma completa da sociedade não provém da reforma interior do homem, desnecessária atenta a bondade natural deste.

A tendência para se desempenhar de todas as formas de solidariedade social é inata e natural ao homem; desaparecidos os obstáculos que o Estado opõe ao uso da sua liberdade, o bem e a virtude desabrocharão por toda a terra: como a flor espontânea das sociedades civilizadas. O progresso moral da humanidade que ao lado de todas as outras formas de progresso deve acentuar-se pelo decorrer dos tempos, permite por isso prever o próximo desaparecimento do Estado, porque é evidente a sua inutilidade. Perante ele o indivíduo afirma pois o seu direito a que não exista; o Estado é o seu inimigo, porque organiza e legitima todas as opressões. Se algum de vós tem presentes os traços que caracterizam o individualismo do Estado moderno, e o que nesse sistema representa o princípio da liberdade, não estranhará ver

por certo esta afirmação: o anarquismo fez apenas o desenvolvimento lógico dos mesmos princípios fundamentais; e que, se o desaparecimento do poder público depende só de a humanidade atingir o estádio necessário de um certo progresso moral, é evidente que, perante os ataques do anarquismo e às suas tentativas revolucionárias, o Estado moderno não tem realmente defesa proveniente duma incompatibilidade da doutrina, mas dum juízo falível acerca da oportunidade da sua realização integral. Ora a força imperiosa da lógica; a iniquidade e desinteresse dos patriarcas russos do anarquismo, como Bakounine e Kropotkine; a sua vida aventureira e romântica de oficiais do exército e príncipes da raça, abandonando posições e fortuna, para se dedicarem ao apostolado e elevação moral do povo: (perseguidos, presos e condenados à morte); a sua simplicidade de vida e o seu prestígio intelectual; o seu misticismo e a sua fé no futuro da revolução — não podiam deixar de exercer na mentalidade dos novos revolucionários e nas imaginações simples do povo a fascinação dum paraíso que a nova religião colocava já neste mundo e que tinha a vantagem de ser conquistada sem esforço e sem pena.

2. A proximidade da Alemanha e a larga penetração no antigo império dos czares, dos operários alemães convertidos ao socialismo, tornaram familiares ao meio operário as ideias marxistas que constituem o fundo da doutrina económica do bolchevismo russo. Não me parece que, no domínio propriamente económico, Lenine tenha acrescentado (grande coisa), o quer que seja, aos pontos de vista do marxismo; nos seus discursos, nos seus projectos perpassam constantemente ideias conhecidas, expressas nas costumadas fórmulas, e o seu mérito — empregar-se-á aqui este escandaloso termo à falta de outro — está apenas em ter empregado a força da revolução em executar tenazmente, friamente, cruamente, um regímen político-económico cujos resultados práticos foram uma extensão da igualdade.:. na miséria.

A mesma ânsia de igualdade económica para efectivar a igualdade jurídica e política; a mesma tese da *luta de classes* económica, como factor da evolução social; a mesma crítica da organização capitalista da produção e da consequente repartição dos rendimentos; a mesma explicação do lucro assente na espoliação que o operário diz sofrer relativamente ao produto integral

do seu trabalho; a mesma forma de a evitar pela socialização dos bens de produção. Tudo o que tem sido realização soviética eram ensinamentos da escola.

Eu disse *realização,* mas não disse bem; queria verdadeiramente dizer — o que tem sido *legislado* na Rússia bolchevista, mas que necessidades de ordem superior à lei e à própria força revolucionária têm deixado sem efectivação ou de que provieram resultados contrários aos que a Revolução se propunha. Assim, decretou-se a nacionalização da propriedade; mas nesta atribuição ao Estado dos grandes domínios particulares, o aldeão russo só viu que a propriedade foi tirada a quem a tinha, e depois de dividida passou a considerá-la propriedade sua, tão longe estava o Estado e tão abstracto se lhe afigurava o direito que se reservara na Constituição! E o sovietismo que pretendia socializar a propriedade, acabou por dar uma enorme extensão ao direito de propriedade privada da terra.

A nacionalização das empresas industriais, dos caminhos-de-ferro, das minas, das grandes explorações fez-se, mas fez-se com o sacrifício da sua direcção técnica, fez-se com a desorganização do trabalho na fábrica, e uma consequente diminuição da sua produtividade; fez-se com a deficiência das matérias-primas; fez-se com um desgaste de maquinismos não reparados e nunca substituídos e portanto inutilizados; fez-se com uma baixa enorme na produção. E se a desorganização e a ruína da produção industrial, sendo enorme, não chegou a ser completa, é que a certa altura, continuando aliás a afirmar os mesmos princípios, o sovietismo começou a aplicar no regímen de trabalho princípios de coacção abertamente contrários aos seus.

Socializou-se o grande comércio e socializaram-se os bancos, mas à margem da lei, ao lado dos armazéns do Estado começou pululando um variado comércio clandestino com a ganância, os abusos, a inferioridade económica dum comércio nessas condições.

Consumida grande parte da sua riqueza nos desvarios e na desordem da revolução; destruídos em largas proporções os capitais produtivos, a Rússia não pode restaurar-se por si, e é hoje, aliás com as dificuldades provenientes da falta de confiança do seu regímen, um país para colonização.

Mediante o ouro que os bolchevistas reexportam de novo para ajudarem a fazer felizes e convencerem das belezas da sua doutrina os outros povos da Europa — o dinheiro é ainda um poderoso argumento —, capitalistas ingleses, alemães, norte-americanos obtêm concessões na terra russa para a explorarem à moda capitalista e anti-socialista da produção mundial: diríamos que necessidades de dinheiro obrigam o sovietismo a permitir a sabotagem da revolução.

Mas se depois disto me perguntardes se o operário bolchevista melhorou a sua condição, respondo-vos sem hesitar que melhorou e muito, não, entendamos, como operário, mas como político bolchevista, que converteu o Estado no instrumento de satisfação dos seus interesses de classe. E esta nota fugidia permite-nos compreender um pouco, contra todos os cálculos e contra todas as esperanças, a duração do bolchevismo na Rússia: uma nova casta política explora... a grande empresa da revolução.

3. Um terceiro elemento é necessário para se compreender o bolchevismo — é o seu *processo político:* esse processo é a *violência.* O Terror foi em França uma época, talvez um episódio incidental; e na Rússia é antes um sistema de governo e de domínio. Com a organização duma força sua — o exército vermelho — e com o uso sistemático dos processos violentos, o bolchevismo quebra todas as resistências, anula todas as veleidades de revolta, desembaraça-se de todas as oposições. Execuções sem conta, crueldades sem número, condenações em massa, longos e intermináveis degredos; não pensemos que se trata da estrita necessidade da defesa do regímen; trata-se dum plano tão friamente executado que fere dolorosamente a nossa sensibilidade moral. A ínfima minoria que se apoderou revolucionariamente do poder e se diz representar e prosseguir o interesse da classe operária contra as outras classes da população, cria para seu uso a *ditadura do proletariado,* para que não vá perder por meio de sufrágio o que a sorte da revolução lhe deu; e protege essa ditadura com um tal desenvolvimento de força, que por qualquer outro modo lhe não pode ser retirado o poder. Mas o uso e abuso da violência não quebram apenas a resistência dos adversários; devem ter esfrangalhando a alma do povo russo, e desenvolvido nele, com o desprezo da vida, ferozes instintos de baixa

animalidade, recuando de séculos o nível moral da população. Não estranheis que este regímen que pretende conquistar para o homem a mais ampla liberdade, faça um tal apelo à violência; é triste sina da liberdade mandar matar intolerantemente os que não crêem nas suas virtudes como regra suprema de viver.

IV

Como regímen de violência, o bolchevismo perdura; como movimento reformador estava de início condenado a uma falência certa, sendo provável que venha a verificar-se em pequeno número de anos estarmos diante duma revolução que substituiu a um regímen político outro regímen político, sendo apenas diferentes os beneficiários, e duma violenta mudança não de instituições mas de titulares de direitos que continuariam fundamentalmente os mesmos do antigo regímen.

O que é que nos permite antecipar com segurança o juízo que a história fará?

Podia pedir-vos que atendêsseis à contradição flagrante entre os vários princípios que estranhamente vemos combinarem-se no movimento bolchevista: é uma observação fácil, à força de repetida, que não pode fundar-se um sistema social simultaneamente sobre a *liberdade,* como faz o anarquismo, e sobre a *igualdade,* como faz o marxismo, porque o desenvolvimento da primeira parece criar naturalmente desigualdades sociais, e o socialismo por seu lado para obter a igualdade tem de restringir, até quase anular, ao menos no campo económico, a liberdade individual. Mas na complexidade da vida, e seja qual for a necessidade de lógica do espírito humano, é possível viver sem lógica alguma e assentar as várias instituições conforme as necessidades imediatas sobre princípios contraditórios. São as concessões à verdade que o erro por vezes faz, e sabe-se que sobretudo para os sistemas políticos, é mais importante dominarem do que serem lógicos. Tem por isso maior interesse averiguar o vício intrínseco de cada um daqueles princípios; e um ligeiro exame de três ou quatro pontos fundamentais da ideologia bolchevista basta para se fazer uma ideia das suas ilusões.

1. Comecemos pelo problema da *ordem.*

A ordem que no fundo resulta do desenvolvimento harmonioso das diferentes actividades individuais, tenta obtê-la a nossa civilização por uma definição de direitos e deveres, e por uma organização da força que faz respeitar e cumprir estes direitos e deveres. O bolchevismo, como o anarquismo, aspira a consegui-las por meio da liberdade, que, desacompanhada de quaisquer regras de conduta e abandonada a si própria, realiza, em virtude da bondade natural do homem, o que a todos convém mais, sem prejudicar ou violentar ninguém. Conta-se pois com uma bondade que para se manifestar e expandir só espera por que desapareça a coacção organizada que o Estado representa, ou com uma bondade que há-de vir a ser atributo de todos os homens, quando a humanidade atingir um nível de perfeição moral, para que se vai constantemente encaminhando. Progresso moral da humanidade, desaparecimento da coacção legal, liberdade, ordem, são termos correspondentes nesta interpretação da vida social.

Se é verdadeira esta interpretação, não há esperanças que se não possam alimentar para o futuro da humanidade. Vindo das formas inferiores da animalidade e ascendendo constantemente para a mais alta perfeição, o homem, sem preguiça, sem inveja, sem egoísmo, dispensaria as leis e os tribunais, e quanto à riqueza, à atribuição dos bens a uns com exclusão dos outros.

O dogma do progresso moral está por isso na base de todas as ideologias revolucionárias, e não devia estar, porque há contra ele duas dificuldades graves — primeiro, os ensinamentos da história; em segundo lugar a experiência psicológica de cada um de nós.

Sucedem-se no tempo novas formas de organização social, variam as formas de organização económica, as leis, os costumes, as instituições; alguém fica sempre igual a si próprio — é o homem. Aumenta a riqueza pública e privada; melhoram as condições de trabalho; progride a ciência e difundem-se cada vez mais os seus ensinamentos; aperfeiçoam-se as obras do homem e os organismos e as instituições que ajudam o homem a praticar o bem e a abster-se do mal; purifica-se aqui e além a atmosfera moral em que ele tem de viver, mas no fundo o homem fica

sempre igual a si mesmo. E acontecimentos de todos os tempos e da própria revolução bolchevista mostram exuberantemente que o homem pode, quando abandonado a si mesmo, retrogradar um momento a formas de vida há séculos desaparecidas, ressuscitando baixos instintos adormecidos ou acorrentados no fundo da sua alma, aparentemente transformada.

Eu não quero dizer-vos qual a causa desta misteriosa contradição que é o homem; atribuí-la-eis ao que quiserdes; vou apenas relembrar que a experiência psicológica de cada um de nós nos mostra sujeitos à lei do menor esforço e que essa lei do menor esforço não actua no sentido do bem mas no sentido do mal. É preciso reunir as forças da alma para vencer esta tendência mórbida da natureza humana e as instituições sociais são amparos a que o homem se arrima e luzes com que se alumia, para poder seguir o caminho do bem. E embora a família, pela hereditariedade e a sociedade em geral pela elevação das exigências de mais moral, possam contribuir para o aperfeiçoamento humano, a virtude fica sempre um acto individual, o resultado duma luta interna e a vitória decisiva duma parte de nós mesmos. Neste sentido ela é verdadeiramente intransmissível e não é uma riqueza que a sociedade possa acumular, para ir aumentando com o tempo.

Ficam as obras da virtude, como as do talento, e na solidariedade espiritual que une os homens, podem aproveitar as gerações futuras dos esforços que empregaram as passadas gerações. Mas como a ciência seria inútil se cada geração por um esforço individual a não adquirisse, aprendendo-a, também a virtude necessita, para ser viva e benéfica, de ser adquirida e praticada. Ora quando se observa de perto o processo por que se elevam e aperfeiçoam as almas, nota-se que é por meio dum recurso contínuo a regras, a disciplinas, à acção duma autoridade que sustenta e que dirige a liberdade individual: e aparece-nos o bem no mundo como socorrendo-se, para manter-se, duma multiplicidade cada vez maior e mais variada de instituições humanas.

Não tenho agora mão em mim que vos não observe que estes ensinamentos da história e esta concludente experiência psicológica nos arrastam em sentido diametralmente oposto ao que

convém aos ideólogos da liberdade, que hão-de sempre ficar pensando, em face da desordem e da anarquia, que não é isso um fruto da liberdade incondicionada, mas os atritos inevitáveis dos primeiros tempos em que o povo fez a sua aprendizagem. Nós devemos pensar que nunca a paz e a ordem podem resultar do exercício da liberdade sem a autoridade; mas sempre hão-de procurar-se pela colaboração da autoridade com a liberdade, quando se não procuram — ironia suprema dos acontecimentos! — como fazem actualmente os bolchevistas, no estrangulamento da liberdade pela opressão.

2. As considerações que acabamos de fazer servem-nos ainda para pôr em foco outra ilusão da doutrina bolchevista — a que prende a reforma da sociedade não à reforma do indivíduo, mas à simples mudança das instituições sociais. Todo o ponto de vista da propaganda facilita este convite à aceitação da doutrina, porque nenhum esforço individual exige, e tudo confia da nova ordem social; sob o ponto de vista prático, são visíveis os seus resultados negativos. Nós reconhecemos que há instituições boas e há instituições más, mas só o afirmamos neste sentido de que algumas dificultam e outras facilitam ao homem a prática do mal e a prática do bem: mas obediência ou desrespeito a normas de alcance individual ou de alcance social, os actos são sempre do indivíduo, e o bem ou mal praticados a ele se devem e por eles responde. Donde se deduz que não nos desinteressando da organização política ou económica dum povo ou do conjunto das suas instituições sociais, temos de basear essencialmente e fundamentalmente a reforma social na reforma interna do indivíduo; porque nada há no mundo exterior de que ele se não possa servir para fazer o bem ou para fazer o mal. É a posição do cristianismo como movimento reformador; porque a palavra de Deus é como aquela mão-cheia de fermento que a dona de casa misturou numas medidas de farinha, e daí a pouco levedou a massa toda. Não há reforma verdadeira que não nasça da alma, que não seja a própria alma regenerada.

3. Para dar por terminado este ligeiro exame das causas que condenam o movimento bolchevista, desejava ainda fazer uma referência a um problema económico que pretendem resolver, e que se afigura a muitos o problema central do bolchevismo. Aos

olhos do operariado ele não viria mesmo senão para resolver a sua situação económica — cujas culpas atribui ao regímen capitalista — por uma forma nova de organizar a produção, socializando os capitais. Repito que se tem em vista a produção relacionada com a propriedade privada dos meios de produção, mas que se não atende aos consumos privados, e é nisto que me baseio para vos afirmar que o bolchevismo tenta baldadamente resolver... um problema insolúvel.

No actual regímen económico a produção é dirigida e realizada pelos indivíduos em cuja posse se encontram os bens produtivos; e irrita sobremodo o mundo dos operários que estes dirigentes da produção não paguem sob forma de salário o que se lhes afigura ser o produto integral do trabalho, e guardem para si uma grossa parte, que vão capitalizando, sem haver limite natural ou legal ao seu enriquecimento. Choca à primeira vista este facto, mas devemos confessar que só fere o nosso espírito de justiça, porque o que vemos naquela capitalização crescente é a possibilidade dum consumo ilimitado — muitos gastos, muito prazer, muita prodigalidade, uma vida aparatosa de fausto e inutilidade que irrita e ofende a nossa pobreza ou a nossa miséria. Mas é diferente a nossa atitude, se nessa capitalização nós só pudermos ver uma capacidade crescente de produção de riqueza e não uma capacidade ilimitada de consumo; e se o operário não recebe integralmente o que pensa que produz, é que, seja quem for o organizador da produção, as deduções feitas no total produzido hão-de continuar a fazer-se e fundamentalmente para o mesmo fim. A utensilagem aplicada na produção precisa ser reparada, e substituída e actualizada; os prejuízos resultantes do próprio risco que nela se corre, hão-de ser cobertos; os encargos provenientes dos serviços públicos hão-de ser satisfeitos por meio dos impostos; e o desenvolvimento da produção necessária para satisfazer as necessidades da população que aumenta, exige ainda que uma parte se reserve para esse fim. Se o Estado tivesse o encargo da produção, como quer o marxismo, não poderia proceder diferentemente sem arriscar com a sua imprevidência a nossa vida e o nosso bem-estar. Por outro lado, os capitalistas produtores vão dar em geral àquelas fracções de riqueza deduzidas na produção o destino indicado, porque a isso são forçados

pelo seu interesse, pelo Estado, e pelo desejo de fazer frutificar o que reservam para si: é o único processo de se tirar do capital um rendimento — obrigá-lo a produzir.

Há em todo o caso uma enfermidade grave nesta organização económica — é que a anarquia do consumo ameaça anarquizar a produção. O capital e o trabalho normalmente empenhados neste dão-nos uma certa capacidade de criação de riqueza: a nós compete escolher os produtos em que essa força se há-de aplicar. Ora o desperdício de riqueza pela vida larga e pela prodigalidade; o excesso e preciosismo de artigos que satisfazem necessidades fictícias da nossa civilização; a multiplicação artificiosa destes puros caprichos doentios da vaidade humana; a loucura e a doença macabra das modas que tanta vez desistem de satisfazer uma necessidade de beleza para constituírem criações extravagantes; tudo isso imprime por vezes à produção uma direcção falsa, prejudicial à satisfação das necessidades fundamentais do género humano.

Temos pois, segundo o nosso modo de pensar, que o não haver limite algum aos consumos permite imprimir à produção um *sentido* errado, o que é um defeito grave do mundo económico moderno; mas vimos também para a repartição dos valores e sobretudo dos que cabem aos operários pelo seu trabalho, não seria grandemente alterada numa outra *forma* de organizar a produção, por exemplo, na sua passagem para o Estado.

Ora é interessante notar que o bolchevismo parece não se ter impressionado com o consumo excessivo e injustificado das riquezas, antes o pretende por todos os modos aumentar. E como para aumentar o consumo, necessita aumentar a produção, pretende passar esta para o Estado, socializando os bens produtivos. A história porém demonstra que a vida económica quando é forçada pelo aumento da população e das necessidades a activar a produção das riquezas, passa das formas colectivas de produção para as formas mais ou menos individualistas, e portanto enquanto estes mantiverem a sua superioridade, estes perderiam com a mudança que se nos propõe.

É evidente, pois, que se a classe operária pretende aumentar os seus consumos, e se principalmente a fascinam como a nós, pobres burgueses!, os do puro artifício, vão por caminho

errado na sua revolução, e tudo o que fizer, impelida por essa ânsia de mais alto nível de vida, terá por efeito reforçar a organização capitalista, por ser a que precisamente garante uma produtividade maior. Compreenderemos agora bem com que razão um historiador e sociólogo moderno (P. Ferrero) diz num livro de há pouco que a única revolução que faria tremer e baquear o regímen capitalista, seria aquela em que os homens se pusessem a imitar a pobreza austera de S. Francisco de Assis, porque efectivamente se os homens se contentassem com um menor consumo de riquezas, podiam também adoptar na sua produção uma forma inferior que podia ser a colectivista. Esta nota vai permitir-nos compreender a perfeita viabilidade do socialismo congreganista.

Em tarde de pregação chegou-se uma vez a Jesus um jovem rico e perguntou o que havia de fazer para ganhar a salvação eterna. «Cumpre os mandamentos», respondeu o Mestre. E como aquele moço observasse que os cumpria já integralmente tornou-lhe Jesus: «Então se queres ser perfeito, vende o que tens, dá-o aos pobres e segue-me.» E não o seguiu, e ficou triste, porque tinha avultados bens de fortuna.

Nesta passagem pretendem ver as almas simples a indicação dum comunismo evangélico; nós veremos apenas um conselho de Jesus para a maior perfeição da vida espiritual.

O comunismo, como forma colectiva de produção e repartição dos produtos conforme às necessidades de cada um, não repugna de per si à natureza humana. Encontramo-lo em sociedades primitivas, encontramo-lo ainda hoje na família, encontramo-lo na congregação religiosa; e é necessário estudar os resultados obtidos, e sobretudo as condições especiais da sua aplicação para se compreender como pode manter-se e prosperar.

As sociedades primitivas, organizadas comunitariamente, são sempre muito restritas quanto ao número dos seus membros; a autoridade tem de ser nelas extraordinariamente forte, o que nos explica que se dissolvem quando se desenvolvem porque se alarga a distância do centro à periferia, e a ordem emanada do chefe não chega já a cada um com a força requerida; e são incapazes de atingir um grande desenvolvimento económico, quero dizer uma produção abundante de riquezas destinadas a múlti-

plas e variadas necessidades. A família de nossos dias assenta ainda, no seu período de maior coesão, no princípio comunista: o pai representa a autoridade incontestada de chefe da produção e juiz da repartição da riqueza criada pelo trabalho de todos; e o amor filial e a amizade fraterna não deixam arraigar nos corações as plantas daninhas do egoísmo, da preguiça e da inveja que são o elemento dissolvente da comunidade. Menos que qualquer outra, a congregação não existe para fins económicos, mas representa ainda na organização da sua economia uma *forma* que pode considerar-se comunista! Ponhamos inteiramente de lado quaisquer considerações de carácter religioso ou sobrenatural e procuremos ver os elementos humanos que utiliza esta curiosa sociedade humana.

Os pilares sobre que cada um pretende construir e fazer de si mesmo o templo vivo de Deus, são três — a pobreza, a obediência e a castidade, ou seja, a renúncia à riqueza, a renúncia à liberdade e a renúncia aos prazeres legítimos da família. Pela pobreza entende-se a pobreza do congreganista, não a pobreza da congregação, o que significa que esta pode alargar a posse e mesmo a produção de bens até à opulência, sem que o congreganista deixe de ser pobre e despojado da riqueza, e sem que por aquele facto os consumos destinados à satisfação das necessidades pessoais possam elevar-se além do que exigem a pobreza individual e a modéstia cristã. Esta separação, este abismo não pode ser transposto sem que a congregação se avilte. Se alguma vez se pode dizer que a «ordem é rica e os frades são poucos», é para indicar que cabe a estes uma parte maior nos rendimentos daquele e que está desvirtuado este princípio fundamental e vai assistir-se à decadência da ordem religiosa. Quando a sua actividade especial ou a regra fundamental o permite, a ordem enriquece e vai aumentando a sua riqueza pela economia que uma vida em comum, e ainda por cima pobre, permite fazer. Essa riqueza não é estéril; desembaraçada da satisfação de necessidades materiais, vai expandir-se e frutificar em obras de utilidade geral, na cultura do espírito, no alargamento e intensificação da caridade, nessa opulência assombrosa da arte — da arquitectura, da pintura, da escultura, da joalharia com que as ordens religiosas encheram séculos de vida cristã, e

para sempre maravilharam a alma das gerações sedentas de beleza e de emoção.

A obediência e a autoridade traduzem a existência da regra de vida, exterior ao indivíduo, mas assimilada por ele, a ponto de este fazer sempre a sua vontade, quando faz a vontade de outrem. A eficácia da autoridade é agora permitida pela perfeita conformidade da consciência com a ordem que daquela emana, porque a autoridade não só está presente assim em toda a parte mas está viva nas almas que hão-de obedecer-lhe. A paz e a ordem na associação realizam-se pela união íntima das vontades, que o mesmo espírito alimenta, ou pela obediência, quando a liberdade a podia fazer perigar. Como obedecer não é propriamente abandonar-se, a obediência fortalece e disciplina a vontade, de modo que a disciplina externa não é senão um reflexo da disciplina profunda das almas. O domínio em que se exerce a autoridade, estende-se assim dos actos externos até, pode dizer-se, ao infinito.

A castidade depura o corpo e a alma, mas estanca no indivíduo a força expansiva da espécie: nem a legítima constituição da família, nem as puríssimas alegrias do lar, nem a perpetuação do homem pelos filhos, pedaços da sua carne e do seu sangue! Esta amputação de humanidade no homem não é esterilidade porque a força do ser, concentrada para mais altos ideais, vai expandir-se numa esplêndida floração de virtudes como as árvores que se podam nos ramos, concentram noutros a seiva que os faz desenvolver e frutificar. Este ponto preciso que se opõe ao desenvolvimento da população, contrariamente ao preceito do Génesis — *crescei e multiplicai-vos,* — apresenta-se-nos como alguma coisa de antinatural, e por isso mesmo não um preceito imposto a todos os homens, mas um chamamento dirigido a alguns, que constituem no mundo moral a flor da humanidade.

— Se eu tive a boa sorte de manter desperta a vossa atenção, vós tendes já certamente contraposto em vosso espírito, ponto por ponto, os princípios e condições que constituem o segredo da vitalidade do comunismo congreganista, aos princípios e convicções em que o bolchevismo assenta e pretende consolidar-se: a liberdade dum conselho evangélico à organização coactiva dum Estado despótico; a pobreza voluntária ao en-

riquecimento ilimitado; a restrição dos consumos pelas necessidades fundamentais da natureza humana à alta do nível de vida por um alargamento indefinido das necessidades; a regra, a autoridade, a obediência à liberdade absoluta e aos desregramentos da vontade. E o resultado desse confronto é que, se não nos admiramos de que a congregação viva e prospere, assombra-nos que o bolchevismo tenha a pretensão de viver; porque é um contra-senso (e seria na história um milagre) tomar uma instituição que exige uma grande elevação moral nos seus elementos constitutivos, e que mesmo assim só pode manter-se pela pobreza daquela economia, pela obediência perfeita e pela autoridade forte; pela sua limitação natural e ausência do egoísmo individual ou familiar; e aplicá-la a um grande povo para aumentar a produção, multiplicar a riqueza e alargar os consumos, não já no necessário, mas no supérfluo, e prescindindo para isso do apelo à autoridade.

Factos históricos interessantes permitem concluir o que por outro modo a razão demonstra — que as condições específicas da vida congreganista são inaplicáveis fora da congregação; e a vasta experiência feita pelos jesuítas na América do Sul demonstra que nem mesmo aplicadas por ela, ainda que e para si própria, tais princípios dão o resultado desejado: nunca se passa duma sociedade limitada em extensão, em riqueza e sujeita a uma tão lata e forte autoridade que a liberdade individual se encontra praticamente anulada.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor

Minhas Senhoras
e
Meus Senhores

Quero dizer-vos para concluir apenas duas palavras. Tenho surpreendido nos vossos olhos um grande desapontamento. Tendes muitos fortuna, tendes filhas e tendes filhos, e preocupa-vos o futuro. Esperaríeis de mim talvez que vo-lo dissesse, e eu não sei dizer-vos o que o futuro será. Sei apenas que estas revo-

luções percorrem por vezes como as epidemias muitos países, e espalham a desordem, a ruína e a dor em muitos Estados da terra. Mais tarde o homem recupera a serenidade do espírito, e o mundo recupera o equilíbrio da sua organização. Mas os acontecimentos não passam sem imprimirem o seu cunho na face dos homens, e sente-se que alguma coisa de mudado existe nas sociedades humanas. À parte de todas as ideologias, começam a iluminar-se e a impor-se à atenção dos Estados três princípios que a moral há muito prepara sem se fazer obedecer: que a solidariedade social exige de todos os homens uma parte no trabalho da colectividade, que não deve atender-se ao supérfluo antes de satisfazer o necessário; que a riqueza, cristalização dum trabalho humano, não deve ser desperdiçada mas aplicada em preparação das necessidades que satisfazem *trabalho, modéstia, economia*. Pois bem: ensinai aos vossos filhos o trabalho, ensinai às vossas filhas a modéstia, ensinai a todos a virtude da economia. E se não puderdes fazer deles santos, fazei ao menos deles cristãos. Com a sua fé, a sua virtude, a sua inteligência e o seu braço, eles arrostarão todas as dificuldades da vida e, se Deus o quer, um grande movimento da história.

Coimbra, 23-27 Março 1925

17

ACONFESSIONALIDADE DO ESTADO

(Discurso inaugural do Congresso da Associação
para o Progresso das Ciências, Coimbra, Junho de 1925)

Senhor Presidente,
Meus Senhores:

Pensei neste problema difícil que é talvez para os Estados um problema eterno.

Nenhuma sociedade pode viver e progredir sem renovação e sem liberdade; nenhuma subsistirá sem ordem e sem estabilidade na sua organização fundamental. A liberdade é o veículo das correntes de ideias que, reagindo umas sobre outras, vão penetrando no corpo social e, dando às instituições sangue novo, evitam a estagnação e a morte. Mas um sistema de ideias é, para os que dominaram antes dele, em certo modo revolucionário, e, se importa largas aplicações concretas, atenta contra aquela estabilidade e ordem no Estado que são condições necessárias duma fecunda vida social.

Estas duas necessidades — liberdade e ordem; estes dois escolhos — desordem e tirania, enquadram a vida pública em todos os tempos e com particular gravidade a vida pública moderna, em que os mais desencontrados sistemas sociais reclamam para si o direito de realizar a felicidade dos povos sobre os destroços duma determinada organização vigente.

Até onde se estende o direito de defesa do Estado? Onde começa o domínio da nossa liberdade? Haverá uma solução que não seja o Estado sucumbir numa mutação constante de instituições e de organização, ou deixar-se ficar inane, esgotada a seiva

criadora das suas velhas fórmulas, a esmagar com o peso da sua força a ânsia renovadora da liberdade? Pensei neste problema difícil que é talvez para os Estados um problema eterno.

Não me proponho desenvolver aqui as conclusões a que haja chegado. Mas só, num intuito mais modesto, apreciar uma das soluções que foi proposta e é geralmente aceite, para garantir a liberdade, ameaçada pelo *confessionalismo do Estado.* E ficará ainda assim na sombra a outra face do problema, aliás digna de consideração — averiguar como é que aquele mesmo sistema assegurou a firmeza e a estabilidade das instituições sociais.

I

Eu não creio que tenha havido tanta guerra religiosa, como a história diz que houve. A maior parte das lutas assim denominadas, sabe-se que tinham uma bem vincada finalidade política e, quando não política, económica; a mentalidade religiosa da época impunha porém a ordem de sentimentos para que preferentemente se apelava como meio mais seguro de tornar popular a guerra e assegurar o triunfo. Mas não pode negar-se que muitas lutas internas, perseguições violentas, expulsões em massa, denegações de direitos e confisco de bens, se nem sempre nasciam dele, legitimavam-se ao menos com o Estado confessional, isto é, ligado a uma confissão religiosa que o mesmo se propunha difundir e manter.

A unidade religiosa a que se aspirava, era um fim religioso do Estado, mas era também uma condição superior de paz, de ordem e de estabilidae social, porque, desprezado o incipiente conhecimento científico, a arte e a filosofia viviam à sombra duma crença que até elas estendia o seu domínio, e assegurar a unidade religiosa era assegurar no mundo da inteligência e do sentimento a unidade da nação.

Parecia assim historicamente demonstrado que o simples facto de o Estado adoptar com a sua uma religião, comportava uma desigualdade de tratamento para com as outras confissões, e que esta desigualdade implicava uma diminuição da sua liberdade. E foi por isto que o princípio da liberdade religiosa veio a

tomar, no campo dos factos, o aspecto duma reacção hostil contra a religião dominante, e a impor no campo dos princípios a separação do Estado das Igrejas, pela sujeição dos cultos a um regímen de direito comum e pela supressão do respectivo serviço público, deixando-se a satisfação das necessidades religiosas exclusivamente à iniciativa e à acção dos particulares.

Mas ter uma religião não era só professar uma crença e participar oficialmente nos ritos dum culto; era dispor dum sistema donde derivavam regras morais para os indivíduos e princípios de governo para os povos, porque no fundo a trama da vida religiosa assentava numa determinada concepção da vida social. Decididamente pouco se adiantava se, separado das Igrejas, o Estado conservasse a respectiva filosofia ou a substituísse por outra. A mesma exclusão de confessionalismo do Estado, formulada como condição necessária pela liberdade religiosa, devia pois estender-se, em nome da liberdade de pensamento, a qualquer doutrina que traduzisse da parte dele uma atitude ou um princípio de acção.

A necessidade de renovação social vai, pois, ser satisfeita mediante o uso amplo da liberdade: a liberdade vai ser garantida pela absoluta neutralidade do Estado, aberto pela ausência de doutrina a todas as correntes, à acção de todos os sistemas, à influência de todas as sujestões.

Conhecemos a teoria: ela domina as instituições políticas do século XIX e deste começo do século XX; fornece aos Estados fórmulas de organização, e imprime forçadas directrizes à sua acção social e política. Um século e meio de história bastou para se fazer a desintegração completa do seu princípio fundamental; e por isso nós podemos apreciar, não só à luz da razão mas à luz dos factos, até que ponto o sistema podia funcionar, e até que ponto a neutralidade do Estado tem efectivamente garantido as liberdades públicas.

II

O sistema repousa todo nesta exigência — *o Estado não deve ter uma doutrina*; mas vai logo de encontro a esta impossibilidade — *o Estado não pode deixar de ter uma*.

Parece com efeito que não é difícil demonstrar que o Estado não pode organizar-se nem agir, nem defender-nos nem defender-se senão em nome duma doutrina e por intermédio duma doutrina. Despreze embora as luzes que o cristianismo trouxe à compreensão da existência humana; as ciências positivas não conseguiram, e é da sua essência que o não consigam nunca, desvendar integralmente este mistério: e ainda que lhe custe confessá-lo ou o negue abertamente, é à filosofia que o Estado tem de ir buscar os conceitos em que assenta a sua própria existência.

Não há possibilidade de organizar o Estado sem uma noção da sociedade e sem uma noção do homem. Bom ou mau, verdadeiro ou falso, importa ter um conceito do que seja o homem e a vida social, para dar ao poder um fundamento e à lei um conteúdo e uma finalidade. Os sistemas políticos mesmo em pouco se diferenciam, se na base não têm a distanciá-los um conceito diverso acerca do homem, da vida, dos fins da actividade humana.

A norma de conduta que é a lei, parte duma noção que está na base e destina-se a conseguir um fim. Essa noção é mais ou menos conforme à realidade do homem social; esse fim é mais ou menos conforme aos que lhe cabem realizar; a eficácia das instituições e das leis depende essencialmente desta conformidade: não temos outro critério para aliviá-lo.

O Estado organiza-se e existe em nome duma doutrina, e a história política nada mais é que a substituição — direi o horrível termo? — duma metafísica a outra metafísica, duma metafísica verdadeira a uma metafísica falsa, ou duma metafísica falsa a uma verdadeira, mas verdadeira ou falsa — absoluta.

Questões secundárias vão através dos tempos admitindo soluções diferentes, deduzidas de novos conhecimentos científicos e de seguros ensinamentos da história; mas em cada momento, ainda em relação àquelas, o Estado adere a uma doutrina, e essa é com exclusão de outras a verdadeira. É uma ilusão supor que o Estado não participa de algum modo do absoluto! Temos de considerar verdadeiro direito a estipulação da lei; de considerar recta justiça a sentença do tribunal; de ter como direita razão o ascendente da força. A um parlamento que delibera, a um tribu-

nal que julga, a uma força que executa, atribui-se a infalibilidade e reconhece-se entretanto que decreta violências, que sentenceia injustiças, que pratica prepotências.

Variam de Estado para Estado estes reduzidos princípios fundamentais; mas há um mínimo abaixo do qual nenhum se permite descer, porque seria a destruição dos alicerces sobre que se apoia aquele edifício social. O primeiro dever do Estado é defender a sua própria existência. Em nome de que o faz? Em nome da sua necessidade; mas esta necessidade é um ponto da *sua doutrina* que não impõe certamente às inteligências mas em nome do qual legitimamente impede a sua própria destruição e ruína.

Parece-me um problema insolúvel encontrar uma tal organização do poder político que no seu funcionamento nos dê uma garantia sólida, absoluta dos direitos e liberdades individuais: porque a autoridade suprema que os define e lhes fixa os limites, não tem, por definição, outra superior a si, e não dispõe, para o fazer, doutra luz que a que lhe deriva dos *princípios doutrinais* que a informam.

Considera-se uma grande conquista do Estado moderno que não seja o Estado que limita as liberdades mas as liberdades que limitam o poder do Estado. Mas nenhuma liberdade é absoluta, todas admitem os limites que para cada indivíduo importa o uso da liberdade de outrem, e os que advêm das exigências da ordem pública. E assim de novo se devolve ao Estado o direito de as definir e delimitar. Que critério o orienta? Que princípios o guiam? Os da doutrina que professa.

Aos que sustentam que o Estado não deve ter uma doutrina, temos portanto de pôr uma questão prévia — é se o Estado pode existir sem ela, porque me parece que sem uma doutrina verdadeira ou falsa que tem de elevar-se ao conhecimento da sociedade, do homem e dos seus fins, o Estado não pode organizar-se, não pode agir, não pode defender-se nem defender-nos.

III

De pouco valeria talvez toda esta dedução, se os factos por seu lado não confirmassem o mesmo ponto de vista. É tão im-

portante a necessidade dum sistema doutrinal na base da construção do Estado, que o Estado moderno que pretende não tê-la, também professa uma determinada doutrina.

Tem o Estado os seus teóricos, os seus oradores, os seus filósofos, os seus moralistas; e ainda que não é possível pô-los uns aos outros de acordo, porque em muitos pontos se combatem e contradizem, é possível descobrir nas leis, nas instituições, na política dos Estados saídos da Revolução ou directamente influenciados por ela, aqueles princípios fundamentais e irredutíveis que constituem o seu traço comum.

No base o *indivíduo*, a grande, a única realidade, dá origem pelo seu livre alvedrio à *sociedade civil*, na qual os homens nascem livres — independentes em face de toda a autoridade, não consentindo cada um em restringir este dom supremo, senão na parte que é indispensável para garantir a liberdade de todos. O poder de que usa a sociedade civil vem-lhe dos indivíduos agremiados na nação; nela reside e dela provém a *soberania*. Se os indivíduos criam o Estado e nele delegam o poder, tem este de ser exercido conforme a sua vontade, e assim a *lei* é a expressão da vontade geral, democraticamente determinada pela vontade da maioria. Como a sociedade existe para garantir ao homem os seus direitos, tem o dever de impedir que por qualquer meio o homem seja privado deles, ainda que por um acto seu. Não há liberdade contra a liberdade, nem o direito contra a lei, nem poder diferente ou superior ao Estado. Os princípios absolutos por que *hão-de reger-se* os homens em sociedade, dedu-los a razão só da natureza humana: sobre a razão e a natureza se funda o Estado moderno.

Racionalismo e *naturalismo; individualismo* e *liberalismo;* uma noção de *Estado* e uma noção de lei harmónicas com as exigências dum conceito próprio acerca da formação da sociedade e da vontade do povo, são os traços salientes e característicos do Estado moderno.

Podem estes princípios não ser levados até às suas últimas consequências lógicas; podem ser interpretados por governos conservadores ou por governos radicais; pode não fazer-se-lhes referência expressa; podem ser suavizados na sua aplicação concreta: no fundo permanecem iguais a si próprios, rígidos, impla-

cáveis, impondo em face de outras doutrinas uma linha de conduta intransigente, ao próprio Estado que sobre eles se edificou.

IV

Não ser possível um Estado sem uma doutrina orgânica e verificar-se por outro lado que o Estado que se forma precisamente para a não ter, também professa uma, parecem invalidar de *per si* a pretensão de buscar a garantia da liberdade na neutralidade absoluta do Estado. Mas não se me afigura isso suficiente. Devemos examinar o sistema no seu funcionamento e na sua realização prática; e para que a conclusão a tirar seja iniludível e clara, o que convém é surpreender as relações do Estado com qualquer doutrina que marque uma posição intelectual diametralmente oposta à sua e uma capacidade de realizações que igualmente lhe sejam abertamente contrárias. Escolho o catolicismo cuja filosofia política, sem qualquer divergência a este respeito, se opõe ponto por ponto ao liberalismo do Estado moderno.

Na base, não o *indivíduo*, mas a *sociedade*, facto natural, universal e necessário — a sociedade familiar e todas as demais que se formam e espontaneamente se organizam no seio da Nação para dar a vida ao homem e perpetuar a espécie, para lhe defender o interesse da profissão, auxiliar a sua formação moral, e promover o desenvolvimento da sua inteligência. Nesta sociedade, um elemento — o *homem* que, provindo dela e devendo-se a ela, lhe não pode ser superior nem em face dela pode marcar a sua absoluta independência; um ente dotado de *liberdade*, não porque com ela pratique sempre o bem, mas porque por meio dela se valoriza o bem que pratica; um ente que não é absolutamente bom nem absolutamente mau, mas que é capaz do bem e do mal, e para quem a virtude é o resultado dum esforço e duma luta, e o vício apenas o abandono às fortes tendências do mal.

As instituições humanas não são para este homem «cadeias» a romper, embaraços que o estorvem na realização dos seus fins; são uma barreira aos desvarios da sua liberdade, um amparo às fragilidades da sua natureza, uma indicação segura às hesitações

da sua consciência, uma ajuda no cumprimento da lei superior que lhe foi imposta. Porque este homem não tem em si próprio o seu fim, nem tira de si a lei a que está sujeito. Acima dele, Deus o criou e a criou, porque nenhuma obrigação moral existe que não provenha de Deus, nenhuma pode ser imposta por um homem a outro homem senão em nome de Deus. Por isso Deus instituiu o poder e o confiou aos que mandam, para que a lei tivesse o cunho da sua autoridade na origem, fosse justa no seu conteúdo e se destinasse a realizar o bem comum.

Nem o despotismo do Estado nem o demagogismo do povo, mas o equilíbrio perfeito entre uma *autoridade* necessária que não depende das paixões humanas, e um *direito social* que não varia com os movimentos da opinião pública. Uma noção de *sociedade*, de *homem*, de *liberdade*, de *lei*, de *poder*, de *Estado*, contraposta a outra noção de *sociedade*, de *homem*, de *liberdade*, de *lei*, de *poder*, de *Estado* — eis tudo: nada mais é preciso para se compreender o direito cristão.

V

A eficácia social dum sistema de doutrina, à parte o que respeita ao seu valor intrínseco, depende da possibilidade da sua prática, da possibilidade da sua propaganda e da possibilidade de se associarem os que a professam, para a sua realização. Para um movimento religioso como o catolicismo, em que a crença íntima tem de ser sempre acompanhada duma exteriorização cultual e que é essencialmente dotado duma força de proselitismo, aquelas três possibilidades medem-se no mundo do direito pelo que se chama — a liberdade religiosa, a liberdade de associação religiosa ou de congregação, a liberdade de ensino informado pelos princípios filosóficos ou morais que tem na base. O modo como o Estado, representante duma doutrina, se comporta em face destes direitos fundamentais duma doutrina contrária, deve constituir a prova decisiva do bom ou mau funcionamento dum sistema para a garantia da liberdade.

O simples facto de o Estado não reconhecer na Igreja Católica a sua soberania espiritual, tem como consequência que à

Igreja não são reconhecidos quaisquer direitos; mas reconhecidos os direitos dos cidadãos, concebe-se que praticamente pudesse deixar de haver entraves à liberdade religiosa. Porque os há então?

Sabemos que a associação é contrária à pureza do princípio individualista; mas se irresistíveis necessidades naturais obrigaram a lei a reconhecer o direito de associação, porque continua a invocar-se o mesmo princípio para negar o direito de associação religiosa?

Se há liberdade de consciência e liberdade de ensino, porque se vai reduzindo esta em detrimento das congregações, do clero, dos próprios pais, e em benefício exclusivo do Estado?

Vale a pena investigar donde provêm tão estranhas restrições.

Em primeiro lugar, o assentar o Estado numa certa doutrina, o ser o Estado a realização dessa doutrina, converte-o numa autoridade a favor dela, e só porque existe, num agrupamento ou numa prova do seu valor social. É uma doutrina essa que tem a superioridade de vigorar, que se impõe por via de autoridade aos que não podem criticá-lo pelo raciocínio ou resistir-lhe pela fé.

Por outro lado, a falta de justeza entre um princípio e a lei que o traduz; a margem naturalmente existente entre a disposição rígida da lei e a maleabilidade que reveste na sua aplicação explicam de *per si* este facto facilmente observável: toda a opinião partilhada pelo Estado goza por esse simples facto de muito maior liberdade, e só por isso se sente mais acarinhada e protegida. Para as oposições políticas cada governo que cai, é a opressão que desaparece; para o respectivo partido, o novo governo que se forma, é o sol da liberdade que desponta. É pelo mesmo motivo que, em face do Estado, as religiões estão praticamente no que respeita à liberdade, na ordem inversa da sua oposição aos princípios em que aquele se funda; e é singularmente expressivo que, embora subordinado ao mesmo princípio constitucional, o protestantismo, por exemplo, se sinta mais livre que o catolicismo em países tradicionalmente católicos.

Em último lugar: a mais forte tendência duma autoridade que se constitui, visto que existe, é perdurar. E para o Estado moderno o problema é tanto mais delicado quanto é certo que não pretende tirar de si próprio a sua força, nem dum Ente supe-

rior a sua razão de ser, mas só da vontade do povo. Uma vontade variável, exprimindo-se e impondo-se em sentidos diferentes, faria oscilar consigo o Estado, na sua doutrina fundamental e na sua constituição. A requerida estabilidade só pode por isso obter-se mediante um de dois processos: ou subtrair-se o Estado moderno às oscilações da opinião, o que é negar-se a si próprio; ou manter a opinião pública estável e uniforme quanto à essência da doutrina. Porque não há-de o Estado assentar a sua estabilidade sobre a *unidade da inteligência nacional?* O Estado trabalhará, pois, por *formar esta inteligência na perfeita adesão à doutrina que ele próprio formula e consagra.*

Quer dizer, o Estado, professando uma doutrina, é forçado a impor a doutrina que professa.

Sigamo-lo no estudo dos meios que emprega.

VI

Altamente interessado em impor uma doutrina, o Estado contraria em primeiro lugar a expansão das que se lhe opõem.

A liberdade religiosa é, como todas as outras liberdades, limitada para uns pela necessidade de garantir a liberdade de outros. Mas esta liberdade que limita a liberdade religiosa, não é a liberdade de crer diferentemente; é a liberdade de não crer, é a irreligião. Esta irreligião não tem evidentemente (ainda que por vezes caia nessa situação paradoxal), um culto, uma organização, uma hierarquia, bens afectos à realização de semelhante serviço. E apelando agora para uma mal entendida igualdade, o Estado é levado a considerar a situação dos crentes como um privilégio ou direito especial em relação aos descrentes, e pretende reduzir os primeiros à sitação jurídica dos segundos, o que praticamente leva ao seguinte resultado: restringir a liberdade religiosa e deixar apenas livre a impiedade.

Reduzir o culto a um acto individual e privado e ainda tanto quanto possível interno, é a tendência da legislação, que, porventura ainda aqui e além indecisa perante a violência de certas disposições, há-de ir, empurrada pela lógica do sistema, até à completa negação da liberdade religiosa. A confiscação dos bens

afectos ao culto e à sustentação do clero; o sequestro das igrejas; o desconhecimento da hierarquia eclesiástica; a proibição das procissões e cortejos religiosos; a proibição do uso de hábitos talares; a condenação ao silêncio dos sinos e até as casas destinadas ao culto não poderem ter a forma exterior de templos — tudo está na linha de deduções lógicas do mesmo princípio fundamental.

E se me é permitido usar este argumento, lembrarei que a esta reduzida liberdade se chama em documentos oficiais *tolerância*, o que só pode querer dizer que, permitindo-se uma certa situação de facto, se duvida da sua legitimidade jurídica.

Outro meio, indirecto também, por que o Estado tenta impor a sua doutrina, é o de restringir ou negar a liberdade de associação religiosa, de perseguir a ordem, a congregação.

O direito de associação, mesmo não religiosa, é contrário à pureza do princípio individualista. A única realidade social é para a escola o homem isolado, e onde outros vêem um meio de valorização individual, uma conjunção de esforços e uma multiplicação de energias para a melhor realização da liberdade, o individualismo do Estado vê uma diminuição do indivíduo, e um abastardamento das suas qualidades de homem. É certo que o instinto da vida e a necessidade natural do princípio associativo fizeram surgir, à margem da lei e mesmo contra a lei, associações de vária ordem; mas, quando interveio, o reconhecimento expresso do direito exercido foi como uma transigência com factos inevitáveis. Não quis tê-la o legislador em geral com a associação religiosa; ao ocupar-se dela, os princípios parecem ter revivido em toda a sua pureza e esta liberdade foi abatida das leis ou extraordinariamente reduzida.

Atendendo à sua forma particular de actividade religiosa e social, podemos talvez agrupar as congregações da seguinte forma: as que se destinam à obra missionária nas colónias; as puramente contemplativas e ascéticas; as que fundam ou colaboram nas obras de assistência, beneficiência, preservação social; as que têm por fim a alta cultura teológica, a defesa religiosa nos altos domínios do pensamento e a direcção das consciências. E verifica-se que, em face destas congregações, os sentimentos do Estado vão desde uma quase liberdade até à proibição absoluta,

desde a simpatia e liberal condescendência até ao ódio e à classificação criminosa dos pobres religiosos.

Porquê *simpatia* pelos missionários, *desprezo* pelos místicos e contemplativos, *desconfiança* e apertada *vigilância* para as ordens que se dedicam à caridade, aberta *hostilidade* e *proscrição* absoluta para as que se dedicam ao ensino, à educação da mocidade e à formação das consciências?

Esta gradação de sentimentos que se traduz nas diferenças da respectiva legislação, não pode explicar-se nem pela lógica do princípio individualista, que se oporia a toda a associação religiosa, nem pela lógica do princípio da liberdade que as devia admitir sem distinção; e é suficientemente expressiva para nos mostrar que a congregação não é tolerada ou repelida pela sua própria *existência*, mas pela sua *actividade*. E se lhe é atribuído um «fim contrário à lei», como se diz, é apenas porque o Estado moderno afirma a pretensão de dominar nas consciências por meio duma doutrina que a congregação rebate e contraria.

Mas eu queria levar o vosso pensamento a um outro domínio, onde esta pretensão do Estado se afirma duma maneira brutal, pondo em perigo, e negando por vezes sem rebuço, uma das mais preciosas liberdades e um dos mais importantes direitos do indivíduo e da família — a *liberdade de ensino*. O que se tem passado e o que se está passando nalguns países, é absolutamente incompreensível, quando se não tem presente este direito que o Estado cada vez mais concretamente reivindica — de assentar a sua estabilidade sobre a unidade da inteligência nacional e de conseguir esta unidade pelo direito exclusivo ao ensino da sua doutrina própria.

A denegação do direito de ensinar, às congregações ou aos membros das congregações religiosas; depois a mesma recusa aos elementos do clero; mais tarde a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais e mesmo nas escolas particulares; por último, a restrição do direito dos pais quanto à escolha dos educadores dos filhos pelo princípio da escola *única, obrigatória* e *laica*, são estádios sucessivos duma mesma política em que é visível o empenho do Estado em se garantir o monopólio absoluto da formação das inteligências, para as orientar, ele, pelas ideias que são a sua razão de ser.

É frágil e precária a liberdade de ensino, como a estabelecem as constituições: os factos demonstram que é insuficiente para garantir o direito dos pais; mas devemos notar também que esse direito é de difícil defesa em face dos princípios individualistas.

Quando o indivíduo se encontra diante do Estado, há toda a probabilidade de ser absorvido por ele: a maior garantia da sua independência e liberdade está exactamente no direito de se associar com outros e de se apoiar nas várias sociedades que se formam dentro da sociedade política, para resistir à tendência absorcionista do Estado. Se a família deixa de ser considerada uma sociedade natural; se a criança não é já a esperança fundada da continuidade familiar mas simplesmente um novo membro da sociedade civil, pertence mais ao Estado do que aos pais, e em vez de entendermos que o Estado educa por delegação dos pais, passamos a entender que os pais educam por delegação ao Estado, delegação revogável, como todas, segundo a vontade de quem delega.

Esta inesperada solução do individualismo que entrega afinal, manietado e impotente, o indivíduo ao Estado, roubando a criança à família, para a educar e formar segundo a sua doutrina, e segundo o que diz ser a utilidade social, não é infelizmente um caso virgem na história e nós estamos arriscados a vê-lo frutificar sob os nossos olhos em países que se consideram livres.

Senhor Presidente,
Meus Senhores:

Tenho terminado as poucas considerações que, à maneira de discurso inaugural da secção de Ciências Sociais, me propus apresentar-vos. Não lamento nada ter dito que pudesse interessar, porque nunca tive a ousadia de esperar dizer a uma tão douta Assembleia coisa que fosse nova para alguém. O meu desejo — esse, sim, bem sincero — era apenas não me servir no meu estudo de método que não estivesse à altura da seriedade do Congresso.

Compreende-se a dificuldade da interpretação de factos que tanto podem ser o corolário lógico dum princípio informador de

governo, como a manifestação ocasional duma paixão sectária, levada ao campo do direito por um partido político; compreende-se a dificuldade de destrinçar na vida complexa de qualquer Estado moderno, o que traduz a orientação superior, a grande linha da sua evolução, e o que é apenas a transigência necessária em passos difíceis, a promessa que adula a corrente do momento, e tão vulgar é na arte de governar. Se me pareceu não dever desprezar inteiramente o que dizem e o que escrevem os altos representantes duma corrente de pensamento e de acção, afigurou-se-me sobretudo necessário estender a países vários o campo de estudo, alargá-lo a séculos de história e não ter em demasiada conta os factos de cada dia, senão na parte em que pareciam encadear-se e revelar um nexo lógico com factores anteriores.

No que afirmei, não se trata de defender ou de justificar abusos que hajam cometido Estados confessionais, mas de mostrar, em face da razão e de factos concludentes da política contemporânea, que a exigência fundamental duma doutrina e o processo próprio da sua expansão, à sombra da autoridade e protegida por um regime jurídico de favor, não são exclusivos daqueles, mas vão encontrar-se, porventura com a mesma intransigência e as mesmas restrições da liberdade alheia nos Estados em cuja neutralidade absoluta se pretendeu ver a garantia das liberdades. Nem eu suponho que nisto haja o desvirtuamento dum sistema que não pôde ter ainda, mercê da imperfeição dos homens, a sua correcta aplicação; tudo concorre a provar que, se as restrições que dele provêm, violam o princípio da liberdade, são no fundo essencialmente impostas por necessidades de expansão da doutrina que o Estado professa.

Mas daquele facto fundamental — a existência em qualquer Estado duma doutrina orgânica — eu desejava tirar ainda uma outra conclusão: não se equivalendo as doutrinas nem em exactidão nem em eficácia, a verdade tem em face do erro os seus direitos, e o Estado em face da verdade os seus deveres.

E é por isso que aqueles que, como V. Exas. a procuram, ocupam na civilização um lugar de honra.

18

O DECRETO DA «PERSONALIDADE JURÍDICA»

(Artigo no *Correio de Coimbra*, 1926)

O Sr. Ministro da Justiça acaba de fazer publicar no *Diário do Governo,* de 15 do corrente, o anunciado decreto sobre a «personalidade jurídica da Igreja». Os leitores deste semanário devem conhecer já as suas disposições, porque jornais de todas as cores o têm transcrito e marcado em face dele uma posição — de combate, de indiferença, de acolhimento benévolo, nenhum de aberta simpatia e incondicional aplauso. Apresentemos também sobre o caso o nosso parecer.

Anunciado desde há muito, prometido desde o começo da Revolução pelos seus mais altos dirigentes, despertou esperanças porventura exageradas que se sentem agora desiludidas. Em harmonia com o largo, profundo alcance da obra revolucionária a realizar, esperava-se sobre as relações do Estado com a Igreja qualquer coisa de completo e de definitivo. Mas o decreto sobre a «personalidade jurídica» não pode infelizmente considerar-se nem uma nem outra coisa.

Façamos entretanto e em primeiro lugar obra de justiça: reconheçamos a lealdade do decreto, deduzida da preocupação que em tantos artigos se afirma, de reconhecer e garantir, de maneira insofismável, o *princípio da hierarquia* da Igreja Católica. Contrariamente a essa preocupação inaudita de quebrar a unidade da Igreja, política até agora quase inalteravelmente seguida, o decreto a que nos referimos, assenta toda a sua estrutura sobre a necessidade de união dos fiéis com o seu legítimo pastor e deste com o seu bispo.

Para bem da Igreja e para honra do poder, não mais tere-

mos o espectáculo indecoroso de o próprio governo fomentar a desordem no seio da sociedade católica, mantendo no uso dos bens afectos ao culto aqueles que legitimamente não podiam presidir a esse culto, como se da desordem em qualquer campo uma sociedade bem ordenada pudesse tirar algum proveito. O cisma que grassava em muitas freguesias, mantido pela devoção mal esclarecida de alguns e pela hipocrisia dos restantes que estavam fazendo da questão religiosa o melhor apoio do seu valimento político, deixa de poder manter-se.

O decreto cercou de todas as cautelas a realização deste princípio fundamental, e só pode neste ponto falhar, se o poder judicial falhar também. Os poderes reconhecidos ao bispo da respectiva diocese para a constituição, modificação e substituição das corporações encarregadas do culto; a formalidade do protesto perante notário para substituir a apresentação dos estatutos nos governos civis, e inutilizar a surda hostilidade daqueles onde se recusassem a passar a nota de recibo; o recurso à posse judicial dos bens detidos por anterior corporação, substituída nos termos da lei por quem de direito —, são providências tangentes a assegurar a eficácia real do reconhecimento da personalidade jurídica das corporações encarregadas do culto e da hierarquia no seio da Igreja.

*

Reconhecida com justiça esta qualidade soberana do decreto, podemos agora chamar a atenção para os seus dois principais defeitos — defeitos que receamos invalidem os resultados que o legislador se propôs conseguir.

Não por espírito de hostilidade que o próprio decreto repele, mas por espírito de subordinação a conceitos puramente doutrinais, o Sr. Ministro da Justiça entendeu que devia dar a personalidade jurídica a corporações encarregadas do culto, em vez de simplesmente reconhecer como pessoas jurídicas, a freguesia e a diocese, representada a primeira pelo bispo e representada a última pelo pároco, em comunhão com o bispo.

Uma boa soma de problemas e de dificuldades se resolviam como por encanto com esta última fórmula, e tão simples e clara

e leal a encontramos, tão adaptada aos factos e às necessidades, que não podemos atinar com o motivo por que não foi preferida, a não ser o que indicámos acima, e aqui se não devia ter imposto.

Tememos sinceramente que as corporações encarregadas do culto venham a ser uma ficção ou um estorvo: no primeiro caso uma excrescência inútil, no segundo uma inconveniência ou um perigo. Queremos dizer que, mesmo constituídas com as pessoas indicadas pelo bispo da diocese, o melhor serviço que prestarão na maior parte dos casos à Igreja, será *não funcionarem,* sendo *de facto* o pároco ou o bispo quem venha a possuir, quem venha a dirigir, quem venha a administrar. Mas para quê nesse caso esta *ficção?*

É condição essencial da lei a sua perfeita *exequibilidade,* e nós entendemos por isto que o sistema não só possa funcionar, mas; funcionando, dê o maior *rendimento* em ordem ao fim para que a instituição se criou. Ora não podemos dizer que o sistema ideado pelo Sr. Ministro da Justiça, embora com as cautelas de que o cercou, possua estas qualidades.

Com a constituição das comissões, vem a escrita e a contabilidade, e a aprovação das contas, e a cópia das actas, e as reclamações, e a apresentação das contas da gerência no fim do ano económico à autoridade administrativa, etc., etc. Se o Sr. Ministro da Justiça tivesse presente a forma como se sustenta o culto hoje ma maior parte das freguesias rurais — o azeite por esmolas para a lâmpada, a cera por promessa para o altar, as toalhas, os panos por caridade, a reparação do telhado por colaboração, ao domingo, depois da missa; se o Sr. Ministro da Justiça se lembrasse de como se faz a escrita e está organizada a contabilidade da generalidade das juntas, onde por vezes está representada a fina flor das *letrados* da aldeia, aliviava o seu decreto daquelas disposições que incomodam, que vexam, que perturbam a vida pacífica dos crentes, para encherem de mais papelada inútil as repartições públicas, tão necessitadas já de quem lhes varresse a muita que lá têm.

Com a disposição do artigo 15.º que reconhece ao Estado a faculdade de se informar dos bens que constituem o património das pessoas colectivas, bem como do valor das suas receitas e

despesas, estava garantida a fiscalização que o Estado quisesse superiormente fazer ou o conhecimento para fins estatísticos dos bens ou valores afectos à sustentação do culto. Nada mais era preciso; e tudo mais é inconveniente.

*

O segundo grande defeito que encontramos no decreto, não é apenas um grande defeito, é um grave erro político: o Sr. Ministro da Justiça entendeu que acerca da Comissão Central da Lei da Separação nada mais havia a fazer que mudar-lhe o nome. É pouco, e como garantia da obra que o governo se propõe, diremos abertamente que não é nada, para não dizermos que essa obra há-de ser atraiçoada, diminuída, senão completamente inutilizada por ela.

Supomos que não é pelo facto da nova denominação que a Comissão perde as atribuições que lhe foram confiadas e tem até agora exercido com um tão mesquinho espírito de hostilidade à Igreja e de reles política partidária, que de muitas dificuldades e atritos, de muitas extorsões e violências só ela tem sido a grande responsável.

Não sabemos quem a constitui, mas a obra está patente nas suas informações e na interpretação que tem feito de disposições legais. Qualquer inteligência aberta e qualquer coração leal de branco e de europeu, está habilitado a julgar essa árvore pelos seus frutos, como manda o Evangelho, e a condená-la ao fogo.

Ministros que se reputam eternos, desprezam por vezes a criação daquelas condições indispensáveis a manter a integridade e o espírito da sua obra; e basta que caiam, para que ela se subverta, embora continui no *Diário do Governo.*

Para a sinceridade e lealdade do Sr. Ministro da Justiça que supõe ter com o seu decreto lançado os alicerces duma obra de larga pacificação e de reparação parcial à Igreja Católica, cremos piamente que seria bem triste vir a reconhecer que fomos nisto um verdadeiro profeta.

Muito haveria a dizer ainda sobre os bens confiscados de que só uma parcela é agora cedida em uso e administração. Para não nos alongarmos, notaremos apenas que, quanto aos bens que as corporações podem adquirir, só por lapso é que não foi mantido no decreto o natural paralelismo entre o artigo 2.° e o artigo 10.°, não sendo compreensível que nalgumas freguesias se vão entregar os passais ou quintais ainda existentes em poder do Estado, e nas restantes se não possam adquirir para *completar* a residência dos ministros da religião. Não dizemos que se não fixasse o máximo da área, mas deve ser possível adquirir e conservar um quintal para a *residência*. É o bom senso que o impõe, e nós fazemos votos por que o bom senso venha a ser no país o grande legislador.

O. S.

24.7.1926

19

DECLARAÇÕES AO *NOVIDADES*

(1928)

Diga aos católicos que o meu sacrifício me dá o direito de esperar deles que sejam, de entre todos os portugueses, os primeiros a pagar os sacrifícios que eu lhes peça, e os últimos a pedir os favores que eu lhes não posso fazer.

27.4.1928

Índice